

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA:
QUAIS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL?

CADERNO DE RESUMOS

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA:

QUAIS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL?

CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZAÇÃO
CAMILA D'OTTAVIANO
EDUARDO NOBRE

FAUUSP . 2017

E56 Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVII. : 2017 : São Paulo, SP)

Caderno de Resumos - XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/

organizadores: Camila D'Ottaviano, Eduardo Nobre. – São

Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

337 p. : il. ; 22x20cm

ISBN: 978-85-8089-104-1

1. Planejamento Urbano (Congresso). 2. Planejamento Regional (Congresso). 3. Pós-Graduação (Congresso). 4. Pesquisa (Congresso). 5. Associação (Congresso). I. D'Ottaviano, Camila. II. Nobre, Eduardo. IV. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. V. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. VI. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. VI. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. VII. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. VIII. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. IX. Título.



*no tempo que os ventos suiz faziam estragos
fiz barrocas nos quintais
semeei cravos azuis*

Rodrigo Simões

ESTE CADERNO E TODA A ORGANIZAÇÃO DO
XVII ENANPUR SÃO DEDICADOS À MEMÓRIA
DO NOSSO COLEGA E AMIGO **RODRIGO SIMÕES**



XVII ENANPUR
Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
São Paulo, 22 a 26 de maio de 2017
Atividades especiais: 20 e 21 de maio de 2017

LOCAIS
Hotel Novotel Jaraguá, Rua Martins Fontes, 71, Centro
Biblioteca Mário de Andrade, Rua da Consolação, 94, Centro
Galeria Olido, Avenida São João, 473, Centro

SITE: anpur.org.br/xviienanpur/
Contato: xviienanpur@gmail.com

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Eduardo Nobre (FAUUSP)

Camila D'Ottaviano (FAUUSP)

Coordenação das Sessões Temáticas

Suzana Pasternak (FAUUSP)

Coordenação das Sessões Livres

Cibele Rizek (IAU/USP)

Coordenação das Oficinas de Práticas Urbanas

Caio Santo Amore (FAUUSP)

João Rovati (UFRGS)

Comissão Organizadora

Humberto Miranda (IE/Unicamp)

Jorge Bassani (FAUUSP)

Karina Leitão (FAUUSP)

Luciana Royer (FAUUSP)

Maria Cristina da Silva Leme (FAUUSP)

Maria Lucia Refinetti Martins (FAUUSP)

Raquel Rolnik (FAUUSP)

Rosana Denaldi (UFABC)

Sandra Lencioni (FFLCH/USP)

Comissão Organizadora Sessões Livres

Lúcia Shimbo (IAU USP)

Tomás Moreira (IAU USP)

Comissão Organizadora Oficinas de Práticas Urbanas

Ana Castro (FAUUSP)

Catharina Pinheiro (FAUUSP)

Francisco Comaru (UFABC)

Joana Mello (FAUUSP)

Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Regina Lins (UFAL)

Renato Pequeno (UFC)

Ricardo Moretti (UFABC)

Rosângela Paz (PUC-SP)

Comitê Científico

Beatriz Rufino (PPGAU/FAUUSP)

Benny Schvarsberg (PPGAU/UnB)

Caio Santo Amore (PPGAU/FAUUSP)

Cássio Maldonado Turra (CEDEPLAR/UFMG)

Danilo Araújo Fernandes (PPGE/UFPA)

Danilo Volochko (PPGGEOGRAFIA/UFPR)

Everaldo Melazzo (PPGG/UNESP-Prudente)
Fabiana Dultra Britto (PPGAU/UFBA)
Fabricio Leal de Oliveira (PUR/IPPUR-UFRJ)
Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC/UFMG)
Fernanda Sánchez (PPGAU/UFF)
Fernando Cezar de Macedo (PPGDE/Unicamp)
Flávia Brito do Nascimento (PPGAU/FAUUSP)
Flávio Rodrigues do Nascimento (Geografia/UFC/UFF)
Frederico Román Ramos (PAE/EAESP/FGV)
George Alexandre Ferreira Dantas (PPGAU/UFRN)
Glória Cecília dos Santos Figueiredo (PPGAU/UFBA)
Hipólita Siqueira de Oliveira (PUR/IPPUR-UFRJ)
Humberto Miranda (PPGDE/Unicamp)
Jan Bitoun (PPGEO/UFPE)
João Farias Rovati (PROPUR/UFRGS)
Jorge Bassani (PPGAU/FAUUSP)
Juliano Pamplona Ximenes Ponte (PPGAU/UFPA)
Luciana da Silva Andrade (PROURB/UFRJ)
Luciana Nicolau Ferrara (BPT/UFABC)
Natacha Rena (NPGAU/UFMG)
Nilton Ricoy Torres (PPGAU/FAUUSP)
Patrícia Rodrigues Samora (POSURB/PUC-Campinas)
Paula Santoro (PPGAU/FAUUSP)
Regina Lins (PPGAU/UFAL)
Renata Campello Cabral (MDU/UFPE)
Renato Pequeno (PPGAU+D/UFC)
Rogério Silveira (PPGDR/UNISC)
Samuel Steiner dos Santos (PPGAU/UFSC)
Simone Aparecida Polli (PGP/UTFPR)

Programação Visual

Márcia Sandoval Gregori

Lara Ferreira

Paula Custódio de Oliveira

Victor Iacovini

Impressão

LPG - FAUUSP

Coord. José Tadeu de Azevedo Maia

Desenvolvimento Site

Jessica Luchesi (FAUUSP)

Foto Sumário

Vitor Nisida

Diretoria da ANPUR

Presidente (in memoriam): Rodrigo Ferreira Simões (UFMG/CEDEPLAR)

Presidente e Secretário Executivo: Geraldo Magela Costa (UFMG/IGC)

Secretário Adjunto: Pedro Vasconcelos Maia do Amaral (UFMG/CEDEPLAR)

Diretores: Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA/FAU), Camila D'Ottaviano (USP/FAU), Fabrício Leal de Oliveira (UFRJ/IPPUR) e João Farias Rovati (UFRGS/FA)

Conselho Fiscal (Titulares): Cidoval Moraes de Sousa (UEPB/PPGDR), Flaviana Barreto Lira (UnB/FAU) e Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR/GEOGRAFIA)

Conselho Fiscal (Suplentes): Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG/ESCOLA DE ARQUITETURA), Ivo Marcos Theis (PPGDR/FURB) e Alessandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN/PPEUR)

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS



APOIO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO





S U M Á R I O

08	.	APRESENTAÇÃO
10	.	MAPA LOCALIZAÇÃO
11	.	PROGRAMAÇÃO RESUMIDA
12	.	PROGRAMAÇÃO COMPLETA
15	.	PROGRAMAÇÃO SESSÕES TEMÁTICAS E LIVRES
19	.	PALESTRA DE ABERTURA MESAS REDONDAS
23	.	SESSÕES ESPECIAIS OFICINAS PRÁTICAS
27	.	SESSÕES LIVRES
39	.	RESUMOS SESSÕES TEMÁTICAS
40	.	ST 1 - NOVAS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL
60	.	ST 2 - ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS
90	.	ST 3 - PRODUÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL
128	.	ST 4 - MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS
152	.	ST 5 - HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL
188	.	ST 6 - ESPAÇO, IDENTIDADE E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS
220	.	ST 7 - CIDADE E HISTÓRIA
246	.	ST 8 - TÉCNICAS E MÉTODOS PARA ANÁLISE URBANA E REGIONAL
268	.	ST 9 - NOVOS MOVIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE LUTA URBANA E REGIONAL
286	.	ST 10 - PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
306	.	ST 11 - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO SOCIAL E PEDAGÓGICA PARA ALÉM DA SALA DE AULA
326	.	ÍNDICE REMISSIVO

Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?

A

primeira década do Século XXI representou um período de retomada do crescimento econômico para o Brasil e para a América Latina. Influenciados pelas condições internacionais favoráveis, expansão do comércio internacional e valorização das commodities em virtude do crescimento chinês, esses países voltaram a crescer após duas décadas de estagnação. Concomitantemente, a ascensão ao poder de governos progressistas ocasionou a retomada de políticas públicas, como o fomento a políticas de desenvolvimento, a criação de novas políticas de transferência de renda, e a retomada de investimentos em infraestrutura e habitação. A retomada de investimentos públicos permitiu avanços na redução da pobreza e da desigualdade em vários países da região, conforme relato das agências multilaterais, fomentando impactos com alguma relevância no desenvolvimento urbano e regional.

Contudo, a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo não prosperou. A agenda de reformas urbano-regionais, que seria parte central desse modelo, pouco avançou. Como explicar a perda de eficácia dessas políticas e o enfraquecimento dos governos que as conduziam com relativo sucesso até bem pouco tempo?

A crise econômica mundial resultante do esgotamento do ciclo de crescimento do modelo financeiro-imobiliário dos países centrais e a diminuição do ritmo de crescimento da China acabaram por contaminar esse ciclo de desenvolvimento. A volta da recessão econômica e a necessidade de adaptação a essa nova realidade têm ocasionado a revisão de políticas e programas e a diminuição dos investimentos públicos, colocando em xeque os avanços obtidos pelo Brasil e a quase totalidade dos países da latino americanos. As crises políticas passaram a ameaçar os avanços na região, fazendo regredir as políticas de inclusão social e pondo limite à continuidade de governos progressistas.

Por outro lado, a população inserida em um novo padrão de consumo, dentro de um ambiente democrático, tem tido uma postura mais ativa com relação às políticas públicas, como pôde ser visto na volta dos movimentos sociais às ruas, clamando pela sua expansão e melhoria. Movimentos como as “Jornadas de Junho de 2013” no Brasil têm demonstrado a resistência da sociedade civil à diminuição das conquistas sociais. Todavia, outros movimentos surgiram com uma feição mais conservadora, contrapondo-se aos primeiros, mostrando o caráter antagônico das forças que lutam, de um lado, pelo o direito à cidade e pela redução das desigualdades socioespaciais e, de outro, pela manutenção do status quo urbano-regional patrimonialista e rentista.

Diante de um cenário que aponta para uma tendência de forte redução nos investimentos públicos, o retorno do aumento das desigualdades socioespaciais e a retomada da concentração da renda e riqueza, cabe o questionamento do que se fazer.

Este é um importante momento para se discutir a agenda pública nacional, regional e local, para o planejamento urbano e regional, mas também para se pensar em propostas, estratégias e, sobretudo, em mecanismos de resistências que fortaleçam a defesa da agenda pública. A sociedade brasileira clama por soluções concretas dos problemas e impasses urbanos e regionais, evitando o recuo da agenda de reformas urbanas e regionais.

O XVII Encontro Nacional da ANPUR, com o tema “**Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?**”, propõe-se como importante fórum de debate científico-acadêmico na área dos estudos urbanos e regionais de forma a aprofundar a discussão acerca das questões relacionadas ao atual momento político, econômico e social do Brasil.

MAPA LOCALIZAÇÃO

LEGENDA



locais do evento



estações de Metrô

PRAÇA DA
REPÚBLICA



METRÔ REPÚBLICA
[saída Av. Ipiranga
R. Sete de Abril]

av. SÃO LUIS

PRAÇA DOM
JOSÉ GASPAR



rua DA CONSOLAÇÃO

NOVOTEL Jaraguá

Rua Martins Fontes, 71
Centro

Biblioteca Mário de Andrade_BMA

Rua da Consolação, 94
Centro



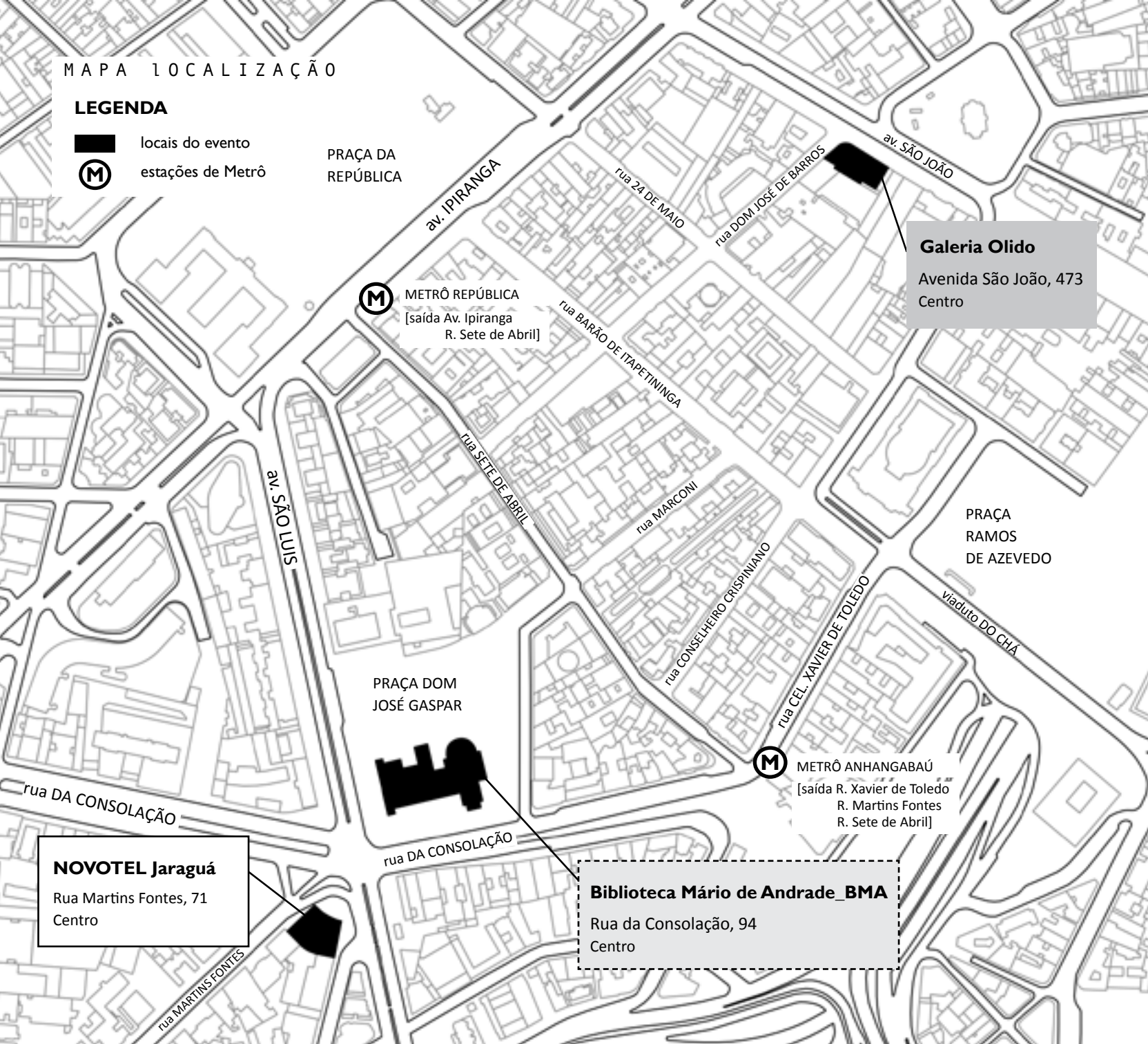
METRÔ ANHANGABAÚ
[saída R. Xavier de Toledo
R. Martins Fontes
R. Sete de Abril]

Galeria Olido

Avenida São João, 473
Centro

PRAÇA
RAMOS
DE AZEVEDO

viaduto DO CHÁ



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

		SÁB/DOM 20 e 21. maio	2ª FEIRA 22. maio	3ª FEIRA 23. maio	4ª FEIRA 24. maio	5ª FEIRA 25. maio	6ª FEIRA 26. maio	
9h 13h	9h 11h30	Oficinas de Práticas Urbanas*	CREDENCIAMENTO	.MRs MESAS REDONDAS	.MRs MESAS REDONDAS	.MRs MESAS REDONDAS	Assembleia ANPUR	
	11h30 13h30			.SEs SESSÕES ESPECIAIS	.SEs SESSÕES ESPECIAIS	.SEs SESSÕES ESPECIAIS		.SEs SESSÕES ESPECIAIS
14h - 16h			.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS		
16h - 18h			.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS	.STs SESSÕES TEMÁTICAS		
19h 22h	18h 20h	Cerimônia de Abertura		.SLs SESSÕES LIVRES	LIVROS	.SLs SESSÕES LIVRES	.SLs SESSÕES LIVRES	
	20h 22h			CINE	CINE	CINE	CINE	
	 • FESTA DE • ENCERRAMENTO**						

* as **Oficinas de Práticas Urbanas** acontecem em diversos locais, pré-definidos por seus organizadores. São restritas aos inscritos.

** a FESTA DE ENCERRAMENTO acontece no União Fraterna, no bairro da Água Branca, por adesão.

XVII ENANPUR

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

SÃO PAULO • 2017

9h 13h	9h 11h30
	11h30 13h30

14h - 16h

16h - 18h

19h 22h	18h 20h
	20h 22h

2ª FEIRA | 22. maio

CRENCIAMENTO
[Foyer Eventos III]

Sessões TEMÁTICAS .STs

- 1.1 2.1 3.1 4.1 5.1 6.1
- 7.1 8.1 9.1 10.1 11.1

Sessões TEMÁTICAS .STs

- 1.2 2.2 3.2 4.2 5.2 6.2
- 7.2 8.2 9.2 10.2 11.2

Cerimônia de Abertura + Premiação
Palestra Prof. Jaime Osorio
[NOVOTEL Jaraguá]

3ª FEIRA | 23. maio

Mesa Redonda 1
[cine Olido]
Planejamento Urbano e Regional na América Latina

Mesa Redonda 2
[sala Olido]
A universidade em tempos de cólera: reflexões, experimentações e interlocuções sobre a relação universidade - movimento sociais

Sessão Especial ABEP
[sala Paissandú]
Mini curso: Introdução à análise demográfica aplicada aos estudos urbanos e regionais

Sessão Especial ANPUR
[auditório BMA]
Mesa I - Estado e Planejamento Urbano e Regional

Sessões TEMÁTICAS .STs

- 1.3 2.3 3.3 3.5 4.3 5.3 5.5
- 6.3 7.3 8.3 11.3

Sessões TEMÁTICAS .STs

- 1.4 2.4 3.4 3.6 4.4 5.4 5.6
- 6.4 7.4 8.4 11.4

Sessões LIVRES .SLs

- 01 02 03 04 05 06 07
- 08 09 10 11 12

Lançamento de LIVROS
[Foyer Eventos III]

CINEMA
[cine Olido]

CINEMA
[auditório BMA]

4ª FEIRA | 24. maio

Mesa Redonda 3

[cine Olido]

A produção autogestionária da cidade latino-americana: caminhos possíveis

Sessão Especial ABEP

[sala Paissandú]
Mini curso

Sessão Especial SEADE

[cine Olido]
Produção e análise de dados

Sessão Especial ANPUR

[auditório BMA]
Mesa II - Crise e perspectivas das lutas sociais

5ª FEIRA | 25. maio

Mesa Redonda 4

[cine Olido]

Visões Dissidentes sobre o Urbano e o Futuro

Mesa Redonda 5

[sala Olido]

Remoções no novo milênio: o novo e o velho na política urbana

Sessão Especial ABEP

[sala Paissandú]
Mini curso: Introdução à análise demográfica aplicada aos estudos urbanos e regionais

Sessão Especial ANPUR

[auditório BMA]
Mesa III - Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento Urbano e Regional

6ª FEIRA | 26. maio

Assembleia ANPUR

[EVENTOS II

Tom Jobim + Ataulfo Alves]

Sessões TEMÁTICAS .STs

1.5 2.5 3.7 3.9 4.5 5.7 5.9
6.5 7.5 10.3 11.5

Sessões TEMÁTICAS .STs

1.6 2.6 3.8 3.10 4.6 5.8 6.6
7.6 9.3 10.4 11.6

Sessões LIVRES .SLs

13 14 15 16 17 18 19
20 21 22 23

CINEMA

[cine Olido]

CINEMA

[auditório BMA]

Sessões TEMÁTICAS .STs

2.7 2.9 3.11 4.7 5.10 6.7 6.9
7.7 8.5 9.4 10.5

Sessões TEMÁTICAS .STs

2.8 3.12 4.7 5.11 6.8 6.10
7.8 8.6 9.5 10.6

Sessões LIVRES .SLs

24 25 26 27 28 29 30
31 32 33 34

FESTA DE ENCERRAMENTO

[União Fraternal | Rua Guaicurus, 01/ Lapa]

LEGENDA locais

NOVOTEL Jaraguá

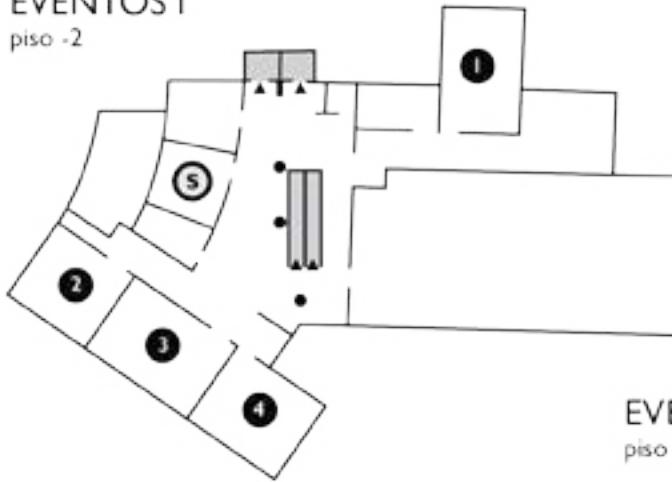
Galeria Olido

Biblioteca Mário de Andrade - BMA

União Fraternal

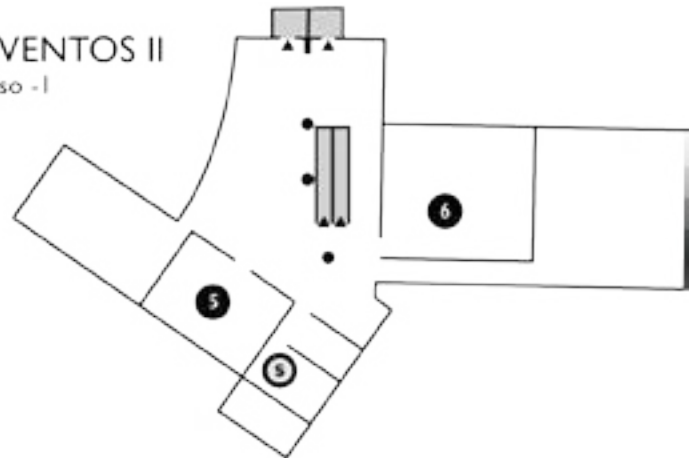
EVENTOS I

piso -2



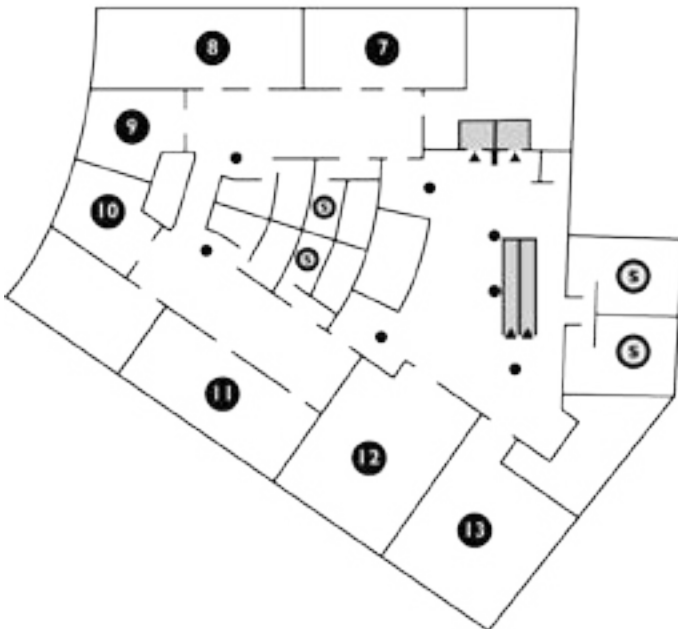
EVENTOS II

piso -1



EVENTOS III

piso +2



1. ARY CARVALHO
2. PIETRO MARIA BARDI
3. RAMOS DE AZEVEDO
4. OSCAR NIEMEYER

5. CARTOLA
6. ATAULFO ALVES

7. CLAUDIO ABRAMO + BARBOSA LIMA SOBRINHO
8. ASSIS CHATEAUBRIAND + SAMUEL WAINER
9. ROBERTO MARINHO
10. OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA
11. ADOLPHO BLOCK + DOMINGO ALZUGARAY
12. MENOTTI DEL PICCHIA
13. JULIO MESQUITA

- 5 SANITÁRIOS
 CIRCULAÇÃO
 [ELEVADORES | ESCADAS ROLANTES]

PROGRAMAÇÃO SESSÕES TEMÁTICAS E LIVRES

○ Sessões TEMÁTICAS .STs

□ Sessões LIVRES .SLs

2ª FEIRA 22. maio		3ª FEIRA 23. maio			4ª FEIRA 24. maio			5ª FEIRA 25. maio		
14h 16h	16h 18h	14h 16h	16h 18h	18h 20h	14h 16h	16h 18h	18h 20h	14h 16h	16h 18h	18h - 20h

EVENTOS I

1. ARY CARVALHO	1.1	1.2	1.3	1.4	01	1.5	1.6	13	2.7	24	
2. PIETRO MARIA BARDI					09	11.5	11.6	23	6.9	6.10	33
3. RAMOS DE AZEVEDO	2.1	2.2	2.3	2.4	03	2.5	2.6	14	2.9	2.8	25
4. OSCAR NIEMEYER					11						

EVENTOS II

5. CARTOLA	11.1	11.2	11.3	11.4	12						
6. ATAULFO ALVES	6.1	6.2	6.3	6.4	10	6.5	6.6	18	6.7	6.8	29

EVENTOS III

7. C. ABRAMO + B. LIMA SOBRINHO	10.1	10.2	3.5	3.6	08	10.3	10.4	22	10.5	10.6	34
8. A. CHATEAUBRIAND + S. WAINER	8.1	8.2	8.3	8.4	07	3.9	3.10	20	8.5	8.6	31
9. ROBERTO MARINHO	7.1	7.2	7.3	7.4	06	7.5	7.6	19	7.7	7.8	30
10. OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA	4.1	4.2	4.3	4.4	04	4.5	4.6	16	4.7	4.7	27
11. A. BLOCK + D. ALZUGARAY	5.1	5.2	5.3	5.4	05	5.7	5.8	17	5.10	5.11	28
12. MENOTTI DEL PICCHIA	3.1	3.2	3.3	3.4	02	3.7	3.8	15	3.11	3.12	26
13. JULIO MESQUITA	9.1	9.2	5.5	5.6		5.9	9.3	21	9.4	9.5	32

MESAS REDONDAS

MESA REDONDA 1
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

MESA REDONDA 2
**UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE CÓLERA:
REFLEXÕES, EXPERIMENTAÇÕES E INTERLOCUÇÕES SOBRE A
RELAÇÃO UNIVERSIDADE-MOVIMENTO SOCIAIS**

MESA REDONDA 3
**A PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA CIDADE LATINO-
AMERICANA: CAMINHOS POSSÍVEIS**

MESA REDONDA 4
VISÕES DISSIDENTES SOBRE O URBANO E O FUTURO
MESA REDONDA 5
**REMOÇÕES NO NOVO MILÊNIO: O NOVO E O VELHO NA
POLÍTICA URBANA**

SESSÕES ESPECIAIS

SESSÃO ESPECIAL ABEP
**MINI CURSO: INTRODUÇÃO À ANÁLISE DEMOGRÁFICA
APLICADA AOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**

SESSÃO ESPECIAL FUNDAÇÃO SEADE
**PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS E AS INSTITUIÇÕES,
NACIONAL E ESTADUAIS, DE ESTATÍSTICA: RELEVÂNCIA PARA
ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**

SESSÃO ESPECIAL ANPUR
**PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**
MESA I - Estado e Planejamento Urbano e Regional
MESA II - Crise e perspectivas das lutas sociais
MESA III - Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento
Urbano e Regional

SESSÕES LIVRES

**SL 01 - RENDA DA TERRA: CHAVE PARA COMPREENDER A
REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA POR MEIO
DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO. O CASO DO BRASIL NA
AMÉRICA LATINA**

**SL 02 - PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA
AGENCIADOS PELO ESTADO-CAPITAL**

**SL 03 - SOBRE DISPERSÃO URBANA – NOVOS ESTUDOS,
DIÁLOGOS E DESAFIOS**

**SL 04 - IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA DIMENSÃO
SOCIOESPACIAL**

**SL 05 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL APÓS O
PAC: AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DESAFIOS PARA O
FUTURO**

**SL 06 - CIDADE DA PARCERIA OU CIDADE DA DOMINAÇÃO:
SITUANDO UMA EXPERIÊNCIA GENTRIFICADORA QUE
NOS ATRAVESSA**

SL 07 - CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO

SL 08 - RESISTÊNCIAS URBANAS BIOPOTENTES

SL 09- POR UMA POLÍTICA DO ESPAÇO

**SL 10 - DA REFORMA URBANA AO MINHA CASA, MINHA
VIDA: BALANÇO DE 30 ANOS DE LUTAS E POLÍTICAS
URBANAS**

**SL 11 - UNIVERSIDADE PROPOSITIVA EM TEMPOS DE
CRISE: POR UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ARTICULADORA DE NOVOS CAMINHOS PELO DIREITO À
CIDADE**

**SL 12 - ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM
TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: SÃO PAULO, SALVADOR,
BELO HORIZONTE**

SL 13 - DE PROMOTOR À INFRATOR: COMO RESISTE O MERCADO IMOBILIÁRIO AS TEIAS DA CRISE DA ACUMULAÇÃO URBANA

SL 14- LUGARES CONTROLADOS: PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE NEOLIBERAL

SL 15 - ESTADO, AGENTES E ESPAÇOS CONSTITUINTES DA FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL URBANO

SL 16 - APROPRIAÇÃO DA TERRA E CIDADES NA AMAZÔNIA

SL 17 - AUTOGESTÃO HABITACIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SL 18 - TERRITÓRIO USADO/PRATICADO COMO CATEGORIA CENTRAL DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

SL 19 - VISIBILIDADES

SL 20 - CULTURA, ARQUITETURA E CIDADE NA AMÉRICA LATINA: QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 1930-1980

SL 21 - JUSTIÇA ESPACIAL: SENTIDOS, (CONTRA)USOS, FRONTEIRAS

SL 22 - CORPO OCUPA: RELAÇÕES ENTRE CORPO E ESPAÇO

SL 23 - 10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR: AVANÇOS E ENTRAVES

SL 24 - FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS DAS METRÓPOLES LATINO AMERICANAS

SL 25- SUPERANDO O IMPASSE METROPOLITANO? A ADEQUAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS AO ESTATUTO DA METRÓPOLE

SL 26 - ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO INTERFEDERATIVA EM POLÍTICAS URBANAS

SL 27 - CAMINHOS PARA AS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO DA CRISE BRASILEIRA: RESULTADOS, AVANÇOS E OBSTÁCULOS ('ANTIGOS' E 'NOVOS')

SL 28 - FOUCAULT E A CAIXA DE FERRAMENTAS: MODOS DE PENSAR SOBRE A CIDADE, MODOS DE AGIR NA CIDADE

SL 29 - URBANIDADES LIMINARES: ETNOGRAFIAS E DISPUTAS PELA CIDADE

SL 30 - NARRATIVAS DAS PRÁXIS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL COMO GUIA AO ENFRENTAMENTO DA CRISE: O LUGAR DAS ÁGUAS

SL 31 - CARTAS GEOTÉCNICAS DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO APLICADA AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

SL 32 - ATIVISMO URBANO: NOVAS FORMAS DE CONFLITOS TERRITORIAIS

SL 33 - A FINANCEIRIZAÇÃO EM ESCALAS MÚLTIPLAS: DA METRÓPOLE À PEC 241/55

SL 34 - MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E CIDADES: RESISTÊNCIA POPULAR E CRISE DE UM MODELO

SESSÕES TEMÁTICAS

ST 1 - NOVAS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL

ST 2 - ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS

ST 3 - PRODUÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL

ST 4 - MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ST 5 - HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

ST 6 - ESPAÇO, IDENTIDADE E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS

ST 7 - CIDADE E HISTÓRIA

ST 8 - TÉCNICAS E MÉTODOS PARA ANÁLISE URBANA E REGIONAL

ST 9 - NOVOS MOVIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE LUTA URBANA E REGIONAL

ST 10 - PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

ST 11 - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO SOCIAL E PEDAGÓGICA PARA ALÉM DA SALA DE AULA



**PALESTRA DE ABERTURA
MESAS REDONDAS**

PALESTRA DE ABERTURA

LOCAL: NOVOTEL JARAGUÁ



Prof. Jaime Osorio

Departamento de Relaciones Sociales da Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco (UAM-X), México

Graduado em Sociologia pela Univerisade do Chile, doutor pelo Estudios Sociológicos do El Colegio de México. Um dos principais discípulos de Ruy Mauro Marini, foi pesquisador do Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) da Universidad de Chile durante o governo de Salvador Allende. Após o golpe de 1973, exilou-se no México, onde vive até hoje. É professor do Departamento de Relaciones Sociales da Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco (UAM-X) e da pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). No México trabalhou também no Centro de Información Documentación y Análisis del Movimiento Obrero (CIDAMO). Foi professor convidado de diversos programas de pós-graduação e conferencista em instituições latino-americanas e espanholas. Em 2016 recebeu o título de Profesor Distinguido da UNAM.

É autor, entre outros, dos livros, “Estado, reproducción del capital y lucha de clases. La unidad económico/política del capital” (IIE/UNAM, 2015), “Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência” (Boitempo, 2012), “Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital” (Anthropos-UAM 2012), “Explotación redoblada y actualidad de la revolución” (UAM/ITACA, 2009), “Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia” (Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004), “El Estado en el centro de la mundialización. La sociedad civil y el asunto del poder” (Fondo de Cultura Económica, 2004), “Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento” (Fondo de Cultura Económica, 2001), “Las dos caras del espejo. Ruptura y continuidad en la sociología latinoamericana” (Triana, 1995), “Raíces de la democracia en Chile” (ERA-UAM, 1990).

MESAS REDONDAS

LOCAL: GALERIA OLIDO

MESA REDONDA 1

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

Momento para discussão sobre experiências, desafios e reflexões sobre os caminhos futuros da formação para o planejamento territorial e sobre as possibilidades de diálogo sul-sul na área.

Coordenação: Prof. João Rovati (UFRGS)

Participantes: Prof. Arturo Orellana (IEU+T / PUC-Chile)

Prof. Raúl Wagner (UGS/ Argentina)

Prof. Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ)

MESA REDONDA 2

UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE CÓLERA: REFLEXÕES, EXPERIMENTAÇÕES E INTERLOCUÇÕES SOBRE A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-MOVIMENTO SOCIAIS

No livro “O amor nos tempos do cólera”, Gabriel García Márquez conta a história do breve encontro e duradouro amor de Florentino Ariza por Fermina Daza. A história foi inspirada na vida dos pais do escritor, o telegrafista e poeta Gabriel Elígio García e Luiza Santiago Márquez. Com a ajuda de amigos telegrafistas, Gabriel montou uma rede de comunicação para manter contato com Luiza, pois o pai dela, Coronel Nicolas, não queria o romance. O reencontro dos dois foi possibilitado porque o amor e a amizade venceram os obstáculos impostos pelo pai de Luiza, pelo tempo e pela distância. Não foi uma mísera espera, mas um esperar sem trégua.

Nos dias atuais, apesar da capacidade de mobilização de pessoas ser mais rápida virtualmente, as redes sociais fazem exatamente o oposto daqueles telegrafistas, ou seja, disseminam o ódio. Com raras exceções, são redes antissociais por excelência. Todavia, tais redes, uma realidade de nosso tempo, não podem ser vistas separadas das ruas. Entre a conexão virtual e a real, entre a rede e a rua, todo um sistema de poder político, econômico e midiático se articulou para perpetrar o ódio. Nelas, os coléricos vociferam especialmente contra a educação e a escola pública. Neste contexto, a universidade pública, ainda que se mantenha como espaço aberto à sociedade, pode sofrer retrocessos irreversíveis que vão do puro e simples estrangulamento financeiro até a demonização moral da participação e reivindicação coletivas.

Ao pregar um “produtivismo” alienante e se apegar demasiadamente aos atos burocráticos internos, a universidade segue o caminho de uma “excelência antissocial”, tornando-se cientificista, tecnicista e pouco comprometida com a problematização das questões sociais e com a própria realidade nacional e latino-americana. Por isso, nossa preocupação central é com o reavivamento do projeto transformador da universidade pública. E para que isso aconteça faz-se necessária uma maior aproximação com a sociedade, em particular, com os movimentos sociais, a fim de revitalizá-la e reinventá-la como espaço de diversidade de pensamentos e convivência com as diferenças. Os movimentos sociais, na sua capacidade de resistir e de propor mudanças, é uma energia social aproveitada de maneira pontual ou nem sequer considerada no cotidiano da universidade brasileira. Isto impõe dois desafios cruciais: um, mais geral, que é continuar enfrentando os obstáculos criados pelos reformistas neoliberais e os impasses gerados pelas fragilidades do projeto neodesenvolvimentista e outro, mais específico, introduzir e valorizar novas formas de produção de saberes, metodologias e práticas universitárias que perpassem o ensino, a pesquisa, a extensão, o planejamento e a gestão. O objetivo desta Mesa Redonda no XVII ENANPUR é, portanto, discutir o que fazer com a (e na) universidade em tempos coléricos como o atual. Isto é, debater sobre as perspectivas reais para um projeto transformador que vise re-problematizar/re-atar as relações entre universidade e sociedade no atual contexto econômico, político e social. Na área de Planejamento Urbano e Regional isto pode parecer romântico ou até mais palpável que noutras áreas, mas não podemos resumir o desenvolvimento das práticas políticas na universidade a meros instrumentos técnicos de intervenção, sem abrimo-nos à invenção social. Para que persevere, tal projeto reclama diferentes canais de comunicação/contacto com os movimentos sociais. Reflexões, experimentações e interlocuções com esse propósito serão muito bem-vindas.

Coordenação: Prof. Fábio Campos (IE-Unicamp)
Participantes: Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ)
Fernando Michelotti (IEDAR/UNIFESSPA)
Henrique T. Novaes (FFC/UNESP)
Pedro Arantes (EFLCH/Unifesp)

MESA REDONDA 3

A PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA CIDADE LATINO-AMERICANA: CAMINHOS POSSÍVEIS

A intenção da mesa é discutir os acúmulos, as potencialidades e as barreiras econômicas, culturais e políticas à produção autogestionária do hábitat popular urbano latino-americano, protagonizada por movimentos sociais, cooperativas e organizações de trabalhadores, no contexto de crise e mercantilização das cidades. Serão tomadas como referências, práticas associativas orientadas pelas necessidades materiais e simbólicas daqueles que usam cotidianamente a cidade e que nesse sentido, podem ampliar a possibilidade de construção coletiva de parâmetros de bem-estar urbanos não subordinados à racionalidade capitalista.

Coordenação: Profa. Luciana Lago (IPPUR/UFRJ)
Participantes: Profa. Cibele Rizek (IAU/USP)
Prof. Raúl Vallés (Udelar, Uruguai)
Adv. Juan Grabois (UBA, Argentina)

MESA REDONDA 4 **VISÕES DISSIDENTES SOBRE O URBANO E O FUTURO**

Somos seres inconscientes. Não interessa o quanto de conhecimento e informação que tenhamos acumulado ao longo do tempo. É impossível não ser tocado pelo pensamento social prevalente. Teorias críticas tentam subverter tal lógica; no entanto, é comum que apresentem diferentes explicações para os mesmos fenômenos. Olhar para os mesmos objetos de estudo e seus sujeitos pode não ser a melhor saída. Levantar questões similares e prover explicações diferentes para os fenômenos urbanos pode não ser o melhor caminho para quebrar paradigmas já há muito estabelecidos. Uma agenda está colocada: social, política econômica... É difícil percebê-la. Construir a nossa própria agenda é uma necessidade, não uma opção. Subverter posições correntes sobre tudo é um objetivo crítico (em especial se governos estão envolvidos). Subverter lógicas e maneiras de pensar, negar qualquer agenda estabelecida, não responder a movimentos e demandas de curto prazo e curto alcance, e nem sempre seguir o rastro do dinheiro são, talvez, alguns dos caminhos a trilhar.

Coordenação: Prof. Márcio M. Valença (UFRN)
Participantes: Profa. Erminia Maricato (FAUUSP)
Prof. Patrick Bond (University of Kwazulu-Natal, Africa do Sul)
Prof. Peter Hitchcock (CUNY - Center for Place, Culture and Politics, Estados Unidos)

MESA REDONDA 5* **REMOÇÕES NO NOVO MILÊNIO: O NOVO E O VELHO NA POLÍTICA URBANA**

A mesa procurará refletir a natureza, caráter e impacto das remoções diante dos processos de reestruturação urbana em curso em vários pontos do globo, comparando atores, protagonistas e processos assim como sua inserção na economia política dos lugares.

Coordenação: Profa. Raquel Rolnik (FAUUSP)
Participantes: Profa. Ananya Roy (UCLA)
Prof. Oren Yiftachel (Ben-Gurion University of the Negev, Beersheba, Israel)
Prof. Gautham Bahn (Institute for Human Settlements, Bangalore, India)
Prof. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

*Mesa Redonda patrocinada pelo IJURR



**SESSÕES ESPECIAIS
OFICINAS PRÁTICAS**

SESSÕES ESPECIAIS

SESSÃO ESPECIAL ANPUR

LOCAL: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Coordenação: Camila D'Ottaviano (FAUUSP) e João Rovati (UFRGS)

Dentro da temática central do XVII ENANPUR “*Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?*”, a **Sessão Especial ANPUR** pretende ser um momento de reflexão, troca e discussão democrática e agregadora sobre os caminhos possíveis para o Planejamento Urbano e Regional no Brasil contemporâneo. Diante do cenário de forte redução nos investimentos públicos nas áreas de ensino e pesquisa, mas também de infraestrutura e habitação, cabe discutirmos posicionamentos e ações possíveis. Este pretende ser um momento de discussão da agenda pública nacional, regional e local, para o planejamento urbano e regional, mas também para se pensar em propostas, estratégias e, sobretudo, em mecanismos de resistências que fortaleçam a defesa da agenda pública. Dividida em três momentos distintos – (I) Estado e Planejamento Urbano e Regional, (II) Políticas e lutas urbanas, (III) Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento Urbano e Regional, a sessão tem por objetivo produzir um documento síntese a ser elaborado pela Diretoria e pela Comissão Organizadora do XVII ENANPUR. A sessão tem ainda como objetivo motivar o debate e a produção de textos sobre os temas propostos para a publicação de dossiês especiais pela RBEUR - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

MESA I - Estado e Planejamento Urbano e Regional

Propõe-se um balanço crítico dos últimos 30 anos de democracia no Brasil, abordando o período compreendido entre o final da ditadura militar e o impeachment de 2016 e subsequente governo, mas, principalmente, pretende-se debater cenários de futuro tendo em vista a atual crise nacional. Para isto, considera-se importante retomar o debate sobre o planejamento territorial e seu papel desde o projeto desenvolvimentista e refletir sobre os desdobramentos urbano-regionais da crise e o processo de desnacionalização da indústria brasileira, além de avaliar o significado e a importância das experiências populares e inovadoras nas diversas instâncias governamentais.

Coord: Profs. Geraldo M. Costa e João Rovati (ANPUR)

Participantes: Clelio Campolina Diniz (UFMG)

Erminia Maricato (USP)

Maurício Borges (UFMG/ex-BNDES)

Carlos Vainer (UFRJ)

MESA II - Crise e perspectivas das lutas sociais

Partindo da pergunta “De onde pode surgir uma nova força política capaz de contestar o desmonte das estruturas de planejamento urbano e territorial promovido pela nova hegemonia política vigente?”, esta sessão pretende discutir temas como (1) a retomada da proposta de Reforma Urbana e seu declínio; (2) o participativismo dos Conselhos; (3) movimentos sociais, lutas urbanas e partidos.

Coord: Profs. Fabrício L. Oliveira e Ana Cláudia Cardoso (ANPUR)

Participantes: Juan Grabois (Argentina)

Luciana Tatagiba (IFCH-Unicamp)

Sérgio Baierle (OP-POA)

Benedito Barbosa - Dito (Central dos

Movimentos Populares/Centro Gaspar Garcia)

Helena Silvestre - Helenita (Movimentos

Culturais da Periferia)

MESA III - Pesquisa, Ensino e Extensão em Planejamento Urbano e Regional

Tendo como pergunta de fundo “para quem e para que pesquisamos e ensinamos?”, a mesa pretende ser um momento de discussão sobre a estrutura vigente e as perspectivas da pesquisa, ensino e extensão em planejamento urbano e regional, considerando questões como transdisciplinaridade, práticas extensionistas, relações internacionais e globalização; universidade pública gratuita; recursos financeiros, formas de avaliação, organização dos conselhos; papel do Lattes e do Qualis e das diversas formas de avaliação da produção docente e de pesquisa no país. Paralelamente a isso, propõe-se uma discussão sobre a agenda e os compromissos éticos e políticos da pesquisa e na atuação profissional no Planejamento Urbano e Regional.

Coord: Profs. Camila D'Ottaviano e Pedro Amaral (ANPUR)

Participantes: Edna Castro (UFPA)

Fabiana Dultra (Pró-reitora de Extensão UFBA)

Maria Arminda (USP)

SESSÃO ESPECIAL ABEP

LOCAL: GALERIA OLIDO

**MINI CURSO: INTRODUÇÃO À ANÁLISE DEMOGRÁFICA
APLICADA AOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS***(20 Vagas, por ordem de inscrição)***23.maio** - Introdução: dinâmica demográfica e urbanização no Brasil (fontes de dados e usos)**24.maio** - Integração de dados demográficos aplicados aos estudos urbanos e regionais**25.maio** - Exercícios e aplicações em estudos dirigidos

A disponibilidade de dados demográficos especializados é cada vez mais uma ferramenta de análise para os estudos urbanos e regionais. Entretanto, alguns fundamentos de análise demográfica se fazem necessários para que os usos dessas ferramentas possam ser melhor aproveitados e se façam para além de uma abordagem de estoque populacional. O minicurso proposto pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) busca introduzir os interessados na integração de dados demográficos para as análises urbanas e regionais oferecendo subsídios para ampliar as possibilidades a partir de indicadores básicos de análise demográfica.

SESSÃO ESPECIAL FUNDAÇÃO SEADE

LOCAL: GALERIA OLIDO

**PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS E AS INSTITUIÇÕES,
NACIONAL E ESTADUAIS, DE ESTATÍSTICA: RELEVÂNCIA PARA
ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**

Aproveitando o fórum privilegiado de pesquisadores da área de Estudos Urbanos e Regionais reunidos no XVII Enanpur, a Fundação Seade propõe a organização de uma Sessão Especial para:

- discutir o papel e relevância das instituições de pesquisa e estatística estaduais ao subsidiar com dados consistentes a formulação de políticas públicas e contribuir para a reflexão acadêmica e produção de conhecimento;
- apresentar um conjunto de dados e indicadores de ampla e diversificada abrangência, em termos de áreas de conhecimento (demografia, mercado de trabalho, economia, saúde e educação, entre outras), com expressivo potencial para estimular diferentes pesquisadores a desenvolver análises regionais e urbanas.

Ao divulgar no âmbito do Enanpur a produção estatística da Fundação Seade e exemplos de sua utilização e de parcerias e convênios existentes com diversas instituições de pesquisa, pretende-se renovar a parceria com a autoridade estatística nacional – o IBGE – e abrir novas possibilidades e trabalhos conjuntos com grupos de pesquisa, institutos de pesquisa e universidades em projetos de médio e longo prazos que busquem melhor compreender as transformações socioeconômicas em curso com impactos sobre realidades regionais e políticas públicas, utilizando as bases de dados disponíveis e identificar novas bases ou ajustes e complementações às existentes. Também objetiva-se destacar a importância da utilização de indicadores no acompanhamento das políticas públicas pelos tomadores de decisão, particularmente no momento de transformações em curso, contribuindo para análises de tendências e cenários de futuro e para o fortalecimento das instituições produtoras de estatísticas estaduais e nacionais.

Coord.: Rovena Negreiros (Fund. Seade)**Moderador: Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE)****Participantes: Roberto Nascimento (Fund. João Pinheiro/MG)****Carlos Américo Pacheco (Fapesp)****Wasmalia Bivar (IBGE)****Adriana Tonini (CNPq)**

OFICINAS DE PRÁTICAS URBANAS

Coordenação: Caio Santo Amore (FAUUSP) e João Rovati (UFRGS)

As Oficinas de Práticas Urbanas são uma novidade desse XVII ENANPUR. Serão realizadas no final de semana que antecede o Encontro (20 e 21 de maio) ou na manhã da segunda-feira (22 de maio), que é tradicionalmente destinada ao credenciamento dos participantes, desenvolvidas/coordenadas de maneira autônoma por professores e pesquisadores que foram convidados ou apresentaram propostas à organização do evento. De maneira geral, visam ao desenvolvimento de atividades práticas de leitura urbana, planejamento e projeto em contextos que envolvem processos participativos de reconhecimento de problemas, tomada de decisão e elaboração de propostas associados à produção da cidade.

São contextos da cidade real, eixos de expansão, áreas urbanas consolidadas, periferias, assentamentos precários, áreas “periurbanas”... Situações diversas presentes na Região Metropolitana de São Paulo, sobre as quais se entende necessário estabelecer reflexão e ensaios propositivos para melhoria das condições que se apresentam, em particular para

1 - Projeto urbano na região da Luz: a cidade no entorno da ocupação da Rua Mauá

org: Ricardo Moretti e Francisco Comaru (UFABC), Regina Lins e Débora Cavalcanti (UFAL) e Renato Pequeno (DAU UFC)

2 - Ocupar, resistir e construir: autogestão habitacional na reabilitação de edifícios vazios na área central

org: Caio Santo Amore (FAUUSP), Rosângela Paz (PUC-SP), Luciana Lago (IPPUR-UFRJ) e Peabiru (assessoria técnica)

3 - Caminhos urbanos: da colina histórica à metrópole

org: Ana Castro e Joana Mello (FAUUSP)

4 - Urbanismo na defesa de direitos: o observatório de remoções nas favelas da Operação Urbana Águas Espreadas

org: Karina Leitão (FAUUSP) e Paulo Emílio Ferreira (UPMackenzie)

5 - Autoconstrução e melhorias habitacionais em assentamentos precários consolidados: Diadema

org: José Baravelli (FAUUSP) e Denise Morado (EA/UFMG)

a população que se vê obrigada a encontrar soluções para suas necessidades urbanas e habitacionais, com baixa participação institucional do Estado, e que vivem os conflitos e a resistência no seu cotidiano.

Os pesquisadores inscritos nas Oficinas se constituirão como um grupo de reflexão e produção coletiva, preferencialmente em contato direto com lideranças comunitárias e moradores dos territórios estudados. Os processos ou resultados deverão ser sistematizados e serão apresentados em meio digital durante os dias do Encontro. Tais processos poderão dar visibilidade para as situações encontradas e, eventualmente, dar suporte à população envolvida, em processos de organização comunitária, resistência e pressão junto aos poderes públicos para a realização de melhoria das condições habitacionais e urbanísticas, qualificação de espaços de uso público ou coletivo, na reforma/reabilitação de edificações, na formulação de planos e projetos de interesse coletivo, no estabelecimento de fontes de financiamento e arranjos institucionais e produtivos.

6 - Urbanização de favelas: Jd. Jaqueline

org: Jonathas Magalhães P. da Silva (PUCCamp) e LabLaje FAUUSP

7 - Reforma Agrária na metrópole: formação política, infraestrutura e produção

org: Grupo de Construção Agroecológica FAUUSP e Caetés FAUUSP

8 - Do projeto modernista à condominialização – o caso da COHAB José Bonifácio em Itaquera

org: Beatriz Rufino e Luciana Royer (FAUUSP)

9 - Às margens da cidade: expansão urbana e as represas da Zona Sul

org: Angelo Filardo (FAUUSP)

10 - Cartografia afetiva e insurgente em Paranapiacaba

org: Catharina Pinheiro Lima (FAUUSP) e João Rovati (UFRGS)



SESSÕES LIVRES

SESSÕES LIVRES

Coordenação: Cibele Rizek (IAU/USP)

LOCAL: NOVOTEL JARAGUÁ

SL 01 - RENDA DA TERRA: CHAVE PARA COMPREENDER A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA POR MEIO DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO. O CASO DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA

Coordenadora: Isadora de Andrade Guerreiro (FAUUSP)

Debatedor: Paulo Cesar Xavier Pereira (FAUUSP)

1 - Determinações da renda da terra na agricultura dependente

Evaldo Gomes Júnior (IE/Unicamp)

2 - Renda da Terra e Teoria Marxista da Dependência – Incompatibilidade na Aparência ou na Essência?

Rodrigo Emmanuel Santana Borges (GEPT-UnB)

Tomás de Siervi Barcellos (UnB)

3 - Ciclo do capital nas economias dependentes e renda da terra diferencial nas atividades de construção-imobiliárias

Pietro Caldeirini Aruto (IE/Unicamp)

Vitor Hugo Tonin (Unicamp)

4 - O Lulismo como gestão da dependência: a dinâmica da Renda da Terra Absoluta no Programa Minha Casa Minha Vida

Isadora de Andrade Guerreiro (FAUUSP)

SL 02 - PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA AGENCIADOS PELO ESTADO-CAPITAL

Coordenadora: Paula Freire Santoro (FAUUSP)

Debatedor: Orlando Alves dos Santos Jr. (IPPUR/UFRJ)

1 - Reflexão sobre a tipificação e territorialização das PPPs no espaço urbano

Daniel Medeiros de Freitas (Práxis/UFGM)

2 - O complexo imobiliário-financeiro em São Paulo

Paula Freire Santoro (LabCidade/FAUUSP)

Isabel Martin Pereira (LabCidade/FAUUSP)

3 - PBH Ativos S/A: a financeirização da produção do espaço e o empresariamento urbano em Belo Horizonte

Thiago Canettieri (Indisciplinar/UFGM)

Julia Ávila Franzoni (Indisciplinar /UFGM)

4 - PPPs e flexibilização da legislação urbana em Fortaleza

Renato Pequeno (Lehab/UFC)

Sara Vieira Rosa (Lehab/UFC - FAUUSP)

SL 03 - SOBRE DISPERSÃO URBANA – NOVOS ESTUDOS, DIÁLOGOS E DESAFIOS

Coordenadores: Júlio Cláudio da Gama Bentes (UFF) e Nestor Goulart Reis (USP).

Debatedora: Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG)

1 - A Operação Urbana Porto Maravilha e os Processos de Concentração e Dispersão Urbana

Júlio Cláudio da Gama Bentes (UFF)

Maria de Lourdes Costa (PPGAU/UFF)

2 - Crescimento Territorial e Demográfico: Dispersão Urbana e Redefinição das Práticas Espaciais Associadas ao Consumo em Cidades de Porte Médio

Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)

Catherine Chatel (UNESP)

3 - O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU e seu Papel na Dispersão Urbana em Aracaju-SE

Sarah Lúcia Alves França (UNIT)

4 - Dispersão Urbana na Área Metropolitana de Fortaleza: o Corredor Industrial da BR 116

Beatriz Diógenes (UFC)

SL 04 - IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA DIMENSÃO SOCIOESPACIAL

Coordenadora: Karine Gonçalves Carneiro (UFOP)

Debatedora: Tatiana Ribeiro de Souza (UFOP)

1 - Dependência econômica e ‘consenso’ social: reflexões a partir de cidades mineradoras em Minas Gerais

Rodrigo Salles Pereira dos Santos (UFRJ)

Bruno Milanez (UFJF)

2 - Observatório do Reassentamento e Narrativas Atingidas: assessoria técnica aos moradores de Gesteira/Barra Longa/MG

Monique Sanches Marques (UFOP)

3 - Construindo a mobilização e reconstruindo o direito: os afetados pela barragem de rejeito da Samarco no Espírito Santo

Cristiana Losekann (UFES)

4 - Cartografias Indisciplinares das redes de resistências emergentes frente ao desastre sócio-tecnológico no Rio Doce

Paula Guimarães (NPGAU/UFGM)

Gabriela Tavares (EA/UFGM)

SL 05 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL APÓS O PAC: AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DESAFIOS PARA O FUTURO
 Coordenador: **Adauto Lucio Cardoso (PPGPUR/ IPPUR-UFRJ)**
 Debatedor: **Luis Carlos Soares Madeira Domingues (Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)**

1 - Urbanização de favelas no Brasil: de Brás de Pina ao PAC e depois...

Adauto Lucio Cardoso (PPGPUR/ IPPUR-UFRJ)

2 - O PAC na Região do Grande ABC

Rosana Denaldi (UFABC)

3 - Urbanizar as 'Baixadas': reflexões sobre projetos de urbanização de assentamentos precários em Belém (PA)

Roberta Menezes Rodrigues (UFPA)

4 - A experiência do UrbFavelas II: avaliando seus resultados, repercussões e perspectivas futuras

Alex Magalhães (PPGPUR/ IPPUR-UFRJ)

SL 06 - CIDADE DA PARCERIA OU CIDADE DA DOMINAÇÃO: SITUANDO UMA EXPERIÊNCIA GENTRIFICADORA QUE NOS ATRAVESSA

Coordenador: **Rodrigo Gonçalves dos Santos (UFSC)**

Debatedor: **Samuel Steiner dos Santos (UFSC)**

1 - Cartografia do lugar: um debate estético-político de compartilhamento do sensível

Rodrigo Gonçalves dos Santos (UFSC)

2 - Opacidades, rugosidades, dobras: as feiras como espaços tácticos

Laila Beatriz da Rocha Loddi (UEG)

3 - Presenças indígenas no espaço público

Nauíra Zanardo Zanin (UFFS)

SL 07 - CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO

Coordenadora: **Paola Berenstein Jacques (PPG-AU/FAUFBA)**

Debatedora: **Maria Stella Martins Bresciani (CIEC UNICAMP)**

1 - Pensar por nebulosas ou Do arbítrio e da arbitrariedade: questões de historiografia e de método

Margareth da Silva Pereira (PROURB/FAU-UFRJ)

2 - Montagens, sobrevivências: heterocronias?

Paola Berenstein Jacques (PPG-AU/FAUFBA)

3 - Cronologia de insurreições, ou história urbana escrita a contrapelo

Rita de Cássia Lucena (EAU/UFMG)

4 - Cronologia de cidades novas

Ricardo Trevisan (PPGFAU/UnB)

SL 08 - RESISTÊNCIAS URBANAS BIOPOTENTES

Coordenadora: **Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG)**

Debatedora: **Liza Maria Souza de Andrade (FAU UnB)**

1 - Ocupar, resistir e... produzir o comum? Reflexões a partir de Belo Horizonte

Mariana de Moura Cruz (UFMG)

João B. M. Tonucci Filho (IGC/UFMG)

2 - As escolas ocupadas pelos estudantes no Espírito Santo, 2016

Clara Luiza Miranda (UFES)

3 - Ocupar a Zona Cultural

Natacha Rena (EA/UFMG)

Marília Pimenta (EA/UFMG)

4 - Artesanias Urbanas Equador: o ensino da arquitetura e urbanismo por meio da vinculação comunitária

Hernan Espinoza (UFMG)

Janaína Marx (Universidad Internacional del Ecuador)

SL 09 - POR UMA POLÍTICA DO ESPAÇO

Coordenadora: **Ester Limonad (UFF)**

Debatedor: **Roberto Luís Monte-Mór (UFMG)**

1 - O planejamento subversivo como subversão do planejamento: em busca de uma práxis transformadora

Rainer Randolph (UFRJ)

2 - O direito à cidade de Henri Lefebvre na “Era dos Direitos”

Ana Fani Alessandri Carlos (USP)

3 - Abstrações e concretudes em conceitos de Lefebvre: urbano e espaço

Geraldo Magela Costa (UFMG)

SL 10 - DA REFORMA URBANA AO MINHA CASA, MINHA VIDA: BALANÇO DE 30 ANOS DE LUTAS E POLÍTICAS URBANAS

Coordenador: **Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)**

Debatedor: **Fabício Leal de Oliveira (IPPUR/UFRJ)**

1 - Agenda da Reforma Urbana: Atualidade ou Anacronismo

Raquel Rolnik (FAUUSP)

2 - Da crise do participacionismo comunitário cidadão à precificação da coesão social

Sérgio Baierle (Pesquisador Independente)

3 - Do “modo petista de governar” ao programa habitacional da gestão Dilma: o derretimento de uma utopia?

Nabil Bonduki (FAUUSP)

4 - O que trazem de novos os movimentos pós-2013?

Joviano Mayer (Grupo Indisciplinar UFMG)

SL 11 - UNIVERSIDADE PROPOSITIVA EM TEMPOS DE CRISE: POR UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ARTICULADORA DE NOVOS CAMINHOS PELO DIREITO À CIDADE

Coordenadora: **Angela Maria Gordilho Souza (PPGAU/UFBA)**

Debatedor: **João Marcos de Almeida Lopes (IAU USP)**

1 - Residência AU+E/UFBA como programa de assistência técnica em habitação e direito à cidade

Angela Maria Gordilho Souza (PPGAU/UFBA)

Eduardo Teixeira de Carvalho (FAUFBA)

2 - Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo 2015/2016: Planejamento e Gestão Urbana

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (FAUUSP)

Carolina Heldt D’Almeida (SMDU PMSP)

3 - Pesquisa sócio-espacial na periferia: internacionalização ou inserção social?

Silke Kapp (EA/UFMG)

4 - Por uma política de intervenção pública universitária no contexto da produção do ambiente habitado

João Marcos de Almeida Lopes (IAU USP)

Akemi Ino (IAU USP)

SL 12 - ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: SÃO PAULO, SALVADOR, BELO HORIZONTE

Coordenador: **Caio Santo Amore (FAUUSP)**

Debatedor: **Raúl Ceferino Vallés Barreto (UDELAR)**

1 - Ocupação e permanência: desafios do trabalho de assessoria técnica em São Paulo

Rafael Borges Pereira (FAUUSP - Peabiru TCA)

2 - Articulação entre assessoria popular e universidade: limites e possibilidades de atuação nas disputas pela cidade em Salvador

Wagner Moreira Campos (Ideas)

Thaís Troncon Rosa (UFBA)

3 - Os movimentos sociais de luta por moradia de Belo Horizonte e os processos de autoconstrução

Tiago Castelo Branco Lourenço (EA/UFMG - PUC Minas)

SL 13 - DE PROMOTOR A INFRATOR: COMO RESISTE O MERCADO IMOBILIÁRIO AS TEIAS DA CRISE DA ACUMULAÇÃO URBANA

Coordenadora: **Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE)**

Debatedor: **Oscar Alfonso (Universidad Externado, Bogotá)**

1 - O Revés da Crise do Mercado Frente À Crise do Estado: A Retração da Acumulação Urbana nas Cidades Brasileiras

Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE)

2 - Crise de investimentos públicos (diretos e indiretos) em centros históricos brasileiros?

Norma Lacerda (UFPE)

3 - O capital imobiliário na encruzilhada da crise da acumulação urbana no Brasil atual

Pedro Abramo Campos (UFRJ)

SL 14 - LUGARES CONTROLADOS: PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE NEOLIBERAL

Coordenador: **Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves (IAU USP)**

Debatedor: **Cesar Ricardo Simoni Santos (FFLCH/USP)**

1 - Da Cidade de Todos à Cidade de Alguns: disputas socioespaciais em plena democracia direta do capital

Regina Bienenstein (PPGAU/UFF)

Glauco Bienenstein (PPGAU/UFF)

2 - Cidade do Capital, Espaço Público e Tempos Privados

Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves (IAU USP)

3 - Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal

Rodrigo Firmino (PPGTU/PUCPR)

SL 15 - ESTADO, AGENTES E ESPAÇOS CONSTITUINTES DA FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL URBANO

Coordenador: **Daniel M Sanfelici (UFF)**

Debatedora: **Ivana Socoloff (CONICET, Argentina)**

1 - Níveis e dimensões do endividamento imobiliário urbano: desafios epistemológicos recentes

Flávia E. S. Martins (UFF)

2 - Comunidades profissionais, convenções e práticas: decifrando o mundo financeiro e suas instituições para elucidar a financeirização do imobiliário

Daniel Sanfelici (UFF)

3 - Financeirização urbana. E o planejamento urbano brasileiro com isso?

Jeroen Klink (UFABC)

4 - Financeirização e espaço abstrato

Alvaro Pereira (FAUUSP)

SL 16 - APROPRIAÇÃO DA TERRA E CIDADES NA AMAZÔNIA

Coordenador: **Henrique Barandier (IBAM)**

Debatedor: **João Langüéns (IBAM)**

1 - A Questão da Terra e o Cenário Socioambiental Atual na Amazônia

Hélio Beiroz (IBAM)

2 - Urbanização em áreas de várzea na Amazônia

Roberta Menezes Rodrigues (UFPA)

Juliano Pamplona Ximenes Ponte (PPGAU/UFPA)

3 - Mapeamento para o monitoramento de Riscos Socioambientais na Região Metropolitana de Manaus (RMM)

Marcelo Augusto dos Santos Junior (FVA)

Fabiano Lopez Silva (FVA)

4 - Processo de Descentralização da Gestão Ambiental: desafios do controle ambiental e gestão do território para as secretarias municipais de meio ambiente

Luís Eustórgio (SEMMA - PA)

SL 17 - AUTOGESTÃO HABITACIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenadora: **Luciana Andrade (UFRJ/FAU PROURB)**

Debatedor: **Fernando Cesar Negrini Minto (PROARQ/FAU UFRJ)**

1 - Luta por moradia: encontro entre universidade e moradores das ocupações urbanas e vilas em Belo Horizonte

Denise Morado (EA/UFMG)

2 - Autogestão e processos ativos de formação

Reginaldo Ronconi (FAUUSP)

3 - Limites, contradições e aprendizados na autogestão habitacional em Pernambuco

Demóstenes Moraes (UFCG)

4 - A Ocupação Solano Trindade no engajamento Social do Trabalho Final de Graduação e Disciplinas na FAU-UFRJ

Luciana Andrade (UFRJ/FAU PROURB)

Fernando Cesar Negrini Minto (PROARQ/FAU UFRJ)

SL 18 - TERRITÓRIO USADO/PRATICADO COMO CATEGORIA CENTRAL DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Coordenador: **Manoel Lemes da Silva Neto (PUC Campinas)**

Debatedora: **Mônica Arroyo (USP)**

1 - Diálogos possíveis entre a geografia e a sociologia no tempo presente

Catia Antonia da Silva (UERJ)

2 - Novo urbanismo crítico e a perspectiva policêntrica

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva (NEPP-DH/UFRJ)

3 - Da análise espacial ao projeto: superar a dicotomia

Manoel Lemes da Silva Neto (PUC Campinas)

4 - Período popular e espaço banal: desafios teóricos, analíticos e positivos

Adriana M. Bernardes da Silva (Unicamp)

SL 19 - VISIBILIDADES

Coordenadora: **Junia Cambraia Mortimer (PPG-AU/FAUFBA)**

Debatedor: **Xico Costa (UFPA)**

1 - O tempo do agora da insurgência: memória de gestos, política de imagens

Rita Velloso (NPGAU/UFMG)

2 - Modos de visibilidade urbana: cadernos de campo

Renata Moreira Marquez (NPGAU/UFMG)

3 - Gesto urbano de fotografar: sobre o regime sélfico de visibilidade e suas movimentações no imaginário urbano

Junia Cambraia Mortimer (PPG-AU/FAUFBA)

SL 20 - CULTURA, ARQUITETURA E CIDADE NA AMÉRICA LATINA: QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, 1930-1980

Coordenadora: **Eulalia Portela Negrelos (IAU USP)**

Debatedor: **Rodrigo de Faria (FAU/UnB)**

1 - Ciudad Kennedy: política, urbanização e dependência em Bogotá

Nilce Aravecchia Botas (FAUUSP)

2 - Urbanização, Estado e Planejamento entre 1945 e 1975. Especificidades brasileiras na América Latina

Eulalia Portela Negrelos (IAU USP)

Camila Ferrari (IAU USP)

3 - Culturas (populares), Arquitecturas (populares) y Ciudades (populares): una visión de Sudamérica a través de las propuestas de John Turner, 1963-1976

José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

Eulalia Hernández Ciro (Universidad Nacional de Colombia)

4 - A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) nos anos 1970: avanços e limites

Elisangela de Almeida Chiquito (EA/UFMG)

SL 21 - JUSTIÇA ESPACIAL: SENTIDOS, (CONTRA)USOS, FRONTEIRAS

Coordenador: **Thiago A. P. Hoshino (UFPR/Obs. das Metrôpoles)**
 Debatedora: **Rosa Moura (IPEA)**

1 - HIS e (in)justiça espacial: interditos e seletividade na gestão urbana contemporânea

Laura Esmanhoto Bertol (MP Paraná)
 Giovanna B. Milano (Universidade Positivo/UFPR)

2 - Nas fronteiras da lawscape: raça e sexo na cidade

Leandro F. Gorsdorf (UFPR)
 Thiago A. P. Hoshino (UFPR)

3 - O transporte público entre modelos econômicos e tecnológicos artificiais e a promoção do direito à cidade

Rosângela Marina Luft (IPPUR/UFRJ)

4 - Superfícies urbanas

Felipe Bernardo Furtado Soares (EA/UFMG)
 Arthur Nasciutti Prudente (UFMG)

SL 22 - CORPO OCUPA: RELAÇÕES ENTRE CORPO E ESPAÇO

Coordenador: **Eber Pires Marzulo (PROPUR/UFRGS)**
 Debatedor: **Frederico Bandeira Araujo (IPPUR/UFRJ)**

1 - Poéticas do Corpo e Dramaturgias do Espaço

Marcelle Louzada (Unicamp)
 Wenceslao Machado de Oliveira Jr (Unicamp)

2 - Corpoterritorializações: Dizeres cidade, dizeres subjetividade

Ana Cabral Rodrigues (Dep. de Psicologia/UFF)

3 - Territórios sonoros: a dimensão cultural da experiência dos sons urbanos

Walcler de Lima Mendes Junior (SOTEPP/UNIT)
 Juliana Michaello M. Dias (DEHA/UFAL)

4 - Um Rinoceronte para resistir ao aburguesamento do espaço público

Eber Pires Marzulo (PROPUR/UFRGS)

SL 23 - 10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PNDR: AVANÇOS E ENTRAVES

Coordenador: **Fernando César de Macedo (CEDE IE/Unicamp)**
 Debatedor: **Wilson Cano (CEDE IE/Unicamp)**

1 - Limitações e potencialidades da PNDR: será possível uma política regional no período pós-golpe

Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ)

2 - A PNDR em 10 anos: o desafio da institucionalização

Vitarque Coêlho (SDR/ Min. de Integração Nacional)

3 - A PNDR faz 10 anos: atores relevantes avaliam a política e seu principal instrumento (os fundos constitucionais)

Aristides Monteiro Neto (IPEA)

SL 24 - FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS DAS METRÓPOLES LATINO AMERICANAS

Coordenadora: **Beatriz Cruz Rufino (FAUUSP)**
 Debatedor: **Paulo Cesar Xavier Pereira (FAUUSP)**

1 - Financeirização e metropolização: um olhar sobre a atuação das grandes incorporadoras da RMSP

Beatriz Cruz Rufino (FAUUSP)

2 - Financiarización de la producción inmobiliaria en Buenos Aires: crisis, adaptación y reconversión de los grandes grupos inmobiliarios

Ivana Socoloff (CONICET/UBA)

3 - Extractivismo, expolio y estructura subsidiaria residencial metropolitana en el Chile central: ¿cuándo estallará la bomba?

Voltaire Alvarado Peterson (PUC-Chile)

**SL 25 - SUPERANDO O IMPASSE METROPOLITANO?
A ADEQUAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS AO
ESTATUTO DA METRÓPOLE**

Coordenador: **Marco Aurélio Costa (IPEA)**

Debatedora: **Bárbara Oliveira Marguti (IPEA)**

**1 - O processo de institucionalização da gestão e governança
metropolitanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
(RMRJ)**

Cid Blanco Junior (Consórcio Quanta Lerner)

Sara Rebello Tavares (UFABC)

**2 - A implementação do Estatuto da Metrópole na Região
Metropolitana de Salvador**

Mara Castagno (Sedur/BA)

Thêmis Amorim Aragão (IPEA)

**3 - Adequação dos arranjos de governança metropolitana ao
Estatuto da Metrópole e subsídios à elaboração dos Planos de
Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)**

Flavio Rene Victoria (SPG SC)

César Buno Favarão (IPEA)

**4 - Os avanços e os entraves no processo de adequação
dos arranjos de governança metropolitana ao Estatuto da
Metrópole**

Marco Aurélio Costa (IPEA)

Barbara Oliveira Marguti (IPEA)

**SL 26 - ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO INTERFEDERATIVA
EM POLÍTICAS URBANAS**

Coordenadora: **Angela Penalva (UERJ)**

Debatedora: **Rosangela Luft (IPPUR/UFRJ)**

**1 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Comentários
sobre o PLC nº10/2015 e a tentativa de reconstruir uma
institucionalidade abandonada**

Pedro Henrique Vasques (Unicamp)

Arícia Fernandes Correia (UERJ)

**2 - A cooperação interfederativa no âmbito dos sistemas
nacionais de políticas públicas**

Rosangela Luft (IPPUR/UFRJ)

**3 - Consórcios Públicos: uma análise a partir do prisma da
gestão interfederativa**

Ricardo Ferro (UERJ)

**4 - Planejamento regionalizado para a política pública urbana
de transporte – desenhos interfederativos para um efetivo
pacto pela mobilidade**

Bianca Caldas (UERJ)

Igor Sporch Costa (UEPG)

SL 27 - CAMINHOS PARA AS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO DA CRISE BRASILEIRA: RESULTADOS, AVANÇOS E OBSTÁCULOS ('ANTIGOS' E 'NOVOS')

Coordenador: **Alex Ferreira Magalhães (IPPUR/UFRJ)**

Debatedores: **Edésio Fernandes (Lincoln Institute of Land Policy)** e **João Aparecido Bazolli (UFT)**

1 - O perfil da demanda do Programa Papel Passado: resultados de pesquisa de nacional nos 200 municípios participantes do Programa

Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida (UFABC)

Raphael Bischof dos Santos (UFABC)

2 - Regularização Fundiária no Brasil: análise comparativa de experiências de implantação da Lei Federal n. 11.977/2009 nas regiões Sul e Sudeste

Marcelo Cafrune (UnB)

Tarcyia Fidalgo Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

3 - A política de regularização fundiária urbana de interesse social: algumas conclusões a partir da pesquisa nas regiões Norte e Nordeste

Luly Rodrigues da Cunha Fischer (UFPA)

Lúcia de Andrade Siqueira (Gênesis Consultoria e Assessoria)

4 - A articulação entre diferentes instrumentos legais e o apoio à gestão municipal para a regularização fundiária urbana na Amazônia: A experiência da Universidade Federal do Pará em seis municípios do nordeste paraense

Myrian Silvana da S. C. Ataíde dos Santos (UFPA)

Durbens Martins Nascimento (UFPA)

SL 28 - FOUCAULT E A CAIXA DE FERRAMENTAS: MODOS DE PENSAR SOBRE A CIDADE, MODOS DE AGIR NA CIDADE

Coordenador: **Fernando Augusto Souza Pinho (PUC Campinas)**

Debatedor: **Robert Pechman (UFRJ)**

1 - O esquiteamento das horas: a regulamentação do tempo e a instituição de um cotidiano urbano

Eliana Kuster (IFES)

2 - A saudade da belle époque em Belém: poder, subjetivação e dispositivo

Fernando Augusto Souza Pinho (PUC Campinas)

3 - Cinema, discurso e conflitos urbanos

Giovana Zimermann (UFRJ)

4 - Posteridades cínicas e vidas queerizadas como possibilidade de questionamento nos/dos contextos urbanos contemporâneos

Jamil Cabral Sierra (UFPR)

SL 29 - URBANIDADES LIMINARES: ETNOGRAFIAS E DISPUTAS PELA CIDADE

Coordenadora: **Thaís Troncon Rosa (FAUFBA)**

Debatedora: **Paola Berenstein Jacques (PPG-AU/FAUFBA)**

1 - Ativismos urbanos em São Paulo: desafios etnográficos

Heitor Frugoli Jr. (FFLCH USP)

2 - Entre gambiarras e ruínas: notas etnográficas sobre o "urbanismo olímpico" carioca

Mariana Cavalcanti (IESP/UERJ)

3 - Cidade e alteridade: etnografando trajetórias urbanas liminares

Thaís Troncon Rosa (FAUFBA)

SL 30 - NARRATIVAS DAS PRÁXIS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL COMO GUIA AO ENFRENTAMENTO DA CRISE: O LUGAR DAS ÁGUAS

Coordenador: **Fabiano Rocha Diniz (UFPE)**

Debatedor: **Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral (UPE - UFPE)**

1 - Águas urbanas, concepções urbanísticas e de planejamento em Belo Horizonte: da invisibilidade à reestruturação do espaço

Nilo de Oliveira Nascimento (UFMG)

Roberto Monte-Mór (UFMG)

2 - O paradoxo do desenvolvimento na RIDE Petrolina/Juazeiro no Semiárido nordestino: entre penúria e abundância d'água, narrativas de um modernidade integradora ou segregadora?

Danielle de Melo Rocha (UFPE)

Ramonildes Alves Gomes (UFCG)

3 - O projeto de intervenção urbanística Parque Capibaribe: narrativas históricas no planejamento rumo aos 500 anos do Recife

Magna Lícia Barros Milfont (UFPE)

Circe Maria Gama Monteiro (UFPE)

4 - Parâmetros urbanísticos e narrativas normativas:

tecnocratismo X autonomismo na ocupação de APP-Faixa Marginal de Proteção no Recife

David Ricardo Colaço Bezerra (UFPE)

Fabiano Rocha Diniz (UFPE)

SL 31 - CARTAS GEOTÉCNICAS DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO APLICADA AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Coordenadora: **Kátia Canil (UFABC)**

Debatedor: **Omar Yazbek Bitar (IPT)**

1 - Metodologia para elaboração da Carta Geotécnica de Igrejinha, RS

Luis Antonio Bressani (UFRGS)

2 - A utilização do Guia para elaboração das Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos desastres naturais

Leonardo Andrade Souza (Zemlya Consultoria e Serviços)

3 - Aplicação da Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização no município de São Bernardo do Campo, SP

Tássia Regino Menezes (UFABC)

Marina Midori Fukumoto (PMSBC)

4 - Avaliação das Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos desastres naturais aplicadas ao Planejamento

Pedro Henrique Lopes Batista (Ministério das Cidades)

SL 32 - ATIVISMO URBANO: NOVAS FORMAS DE CONFLITOS TERRITORIAIS

Coordenadora: **Natacha Rena (UFMG)**

Debatedor: **Pedro Arantes (UNIFESP)**

1 - Novas formas de resistência em São Paulo

Raquel Rolnik (LabCidade FAUUSP)

Luanda Vannuchi (LabCidade FAUUSP)

2 - Lutas multitudinárias ativistas e movimentos sociais militantes

Bernardo Neves (Indisciplinar/UFMG)

Natacha Rena (Indisciplinar/UFMG)

3 - A cidade em movimento

Valéria Pinheiro (Lehab/UFC)

4 - Movimentos sociais urbanos no contexto de megaeventos no Rio de Janeiro: mobilização, resistência e perspectivas

Renato Cosentino (ETTERN/IPPUR - UFRJ)

SL 33 - A FINANCEIRIZAÇÃO EM ESCALAS MÚLTIPLAS: DA METRÓPOLE À PEC 241/55

Coordenador: **Felipe Nunes Coelho Magalhães (UFMG)**
 Debatedor: **Daniel de Mello Sanfelici (UFF)**

1 - Financeirização, Neoliberalização e Austeridade: uma agenda para estudos urbanos no Brasil

Marcos Barcellos de Souza (UFABC)
 Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ)

2 - Circuitos imobiliário, rentismo e finanças

Mariana Fix (IE/Unicamp)
 Leda Paulani (FEA USP)

3 - Relação entre fundos públicos e provisão habitacional na dominância do capital financeiro

Luciana de Oliveira Royer (FAUUSP)

4 - A PEC 241/55 e a financeirização da sociedade

Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC/UFMG)

SL 34 - MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E CIDADES: RESISTÊNCIA POPULAR E CRISE DE UM MODELO

Coordenador: **Gilmar Mascarenhas (PPGEO/UERJ)**
 Debatedor: **Glauco Bienenstein (PPGAU/UFF)**

1 - Movimento popular de resistência aos Jogos de Tóquio 2020

Misako Ichimura (Hangorin no Kai)

2 - “Cortando o mal pela raiz”: Explicando a resistência antiolímpica europeia – o caso de Oslo 2022

Einar Braathen (Norwegian Institute for Urban and Regional Research)

3 - Impactos Urbanos dos Megaeventos Esportivos: a Copa do Mundo FIFA de 2014

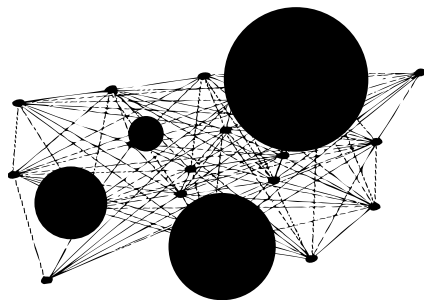
Eduardo Nobre (FAUUSP)

4 - Jogos Olímpicos e territórios em disputa: sujeitos e instrumentos para a reinvenção do espaço

Fernanda Sánchez (UFF)

The background of the page is a dark grey to black gradient. Overlaid on this is a complex network of thin, light grey lines connecting various circular nodes. The nodes vary in size and are scattered across the page, creating a sense of interconnectedness and data flow. Some nodes are larger and more prominent, while others are smaller and less noticeable. The overall effect is that of a digital or scientific network.

RESUMOS
SESSÕES TEMÁTICAS



ST I

NOVAS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO
URBANO-REGIONAL

Comitê Científico:

Danilo Araújo Fernandes (ppge/UFPa)

Glória Cecília dos Santos Figueiredo (PPGAU/UFBA)

Humberto Miranda (PPGDE/Unicamp)

Rogério da Silveira (PPGDRUNISC)

ST1 - NOVAS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL

TEMAS:

A fronteira agromineral e sua urbanização no Brasil e América Latina; Transformações produtivas regionais e seus impactos na urbanização; Grandes projetos e migrações inter/intra-regionais; Novas centralidades urbanas em áreas não metropolitanas; Os efeitos urbano-regionais das obras do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento, no Brasil); Dimensão do setor terciário nas cidades das áreas não metropolitanas; Expansão dos circuitos imobiliários para áreas não metropolitanas; Papel dos portos e aeroportos na (re)estruturação do espaço urbano-regional; Rebatimentos urbanos-regionais dos investimentos na Camada Pré-sal do petróleo; Dinâmica urbano-regional em áreas transfronteiriças; Abordagens teóricas e metodológicas acerca da urbanização em áreas não metropolitanas da América Latina e Brasil.

O modo como se deu a articulação entre os espaços urbano, rural e regional, após os anos de 1990, alterou o padrão de urbanização brasileiro e latino americano. Fatores demográficos e socioeconômicos têm geralmente forte influência sobre os processos de urbanização, mas dizem pouco sobre as dinâmicas de estruturação espaciais, pois estas afetam o destino produtivo das regiões e das mercadorias e não apenas a circulação dessas mesmas e de pessoas inter-regionalmente. As transformações impostas pelos capitais que se deslocaram para as áreas não metropolitanas de países latino-americanos produziram NOVAS DINÂMICAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL as quais deram destaque a novos arranjos urbanos como receptores de investimentos públicos e privados.

No Brasil, os interesses econômicos em torno do ciclo de commodities derivado do “efeito China”, do programa de partilha do petróleo da camada pré-sal, da construção de rodovias, ferroviárias e portos e da privatização de aeroportos, bem como da ampliação dos circuitos imobiliário-mercantis, influíram sobre os processos de (re)concentração urbana, desigualdades intra-regionais, avanço da fronteira urbanizada e relacionamento entre os níveis metropolitanos e os arranjos urbanos intermediários do nosso sistema de cidades. Nesse contexto, as áreas não metropolitanas das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte passaram a alimentar um forte incremento urbano, sem que necessariamente tenha ocorrido uma perda de hierarquia das metrópoles situadas nas regiões Sudeste e Sul.

Ademais, com o encaminhamento das reformas neoliberais pós-1990, a perspectiva territorial do desenvolvimento se tornou mais seletiva, pois fragmentou os interesses socioeconômicos de grupos, agentes e

atores nas regiões, gerou maiores nexos verticais para fora da região e aprofundou a dependência externa. Uma nova divisão social e territorial do trabalho reestruturou espaços e novas dinâmicas produtivas os redefiniram, propiciando mudanças nas hierarquias urbano-regionais por meio das quais determinadas cidades, situadas em áreas não metropolitanas, ganharam centralidade ainda que sem obterem uma maior autonomia. Desse modo, a característica mais marcante desse padrão de urbanização é o fortalecimento dos níveis intermediários das redes de cidades, tornados mais funcionais à lógica de expansão capitalista, contribuindo para aprofundar nossas heterogeneidades estruturais e espaciais.

O objetivo da sessão temática é, portanto, apresentar e discutir estudos e pesquisas sobre as novas dinâmicas produtivas regionais que levaram a ou surgiram a partir de mudanças nas hierarquias urbano-regionais após 1990, dando ênfase à emergência de novos arranjos urbanos intermediários nas áreas não metropolitanas, ao surgimento de novas centralidades urbano-regionais e ao grau de influência das metrópoles regionais, nacionais e internacionais na (re)estruturação dos espaços em expansão.

ST I.1 • 01

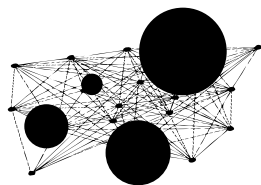
LA PRIVATIZACIÓN Y MERCANTILIZACIÓN DE LO URBANO

Lisett Márquez López

Universidad Autónoma Metropolitana, lismarq@hotmail.com

Emilio Pradilla Cobos

Universidad Autónoma Metropolitana, epradillacrm@hotmail.com



ST I.1

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (I)

22.maio

14h - 16h

En el capitalismo moderno, la forma de propiedad dominante es la privada, en particular la del capital, pero la estatal o pública heredada del pasado ha sido funcional a su acumulación. La propiedad pública de suelo, empresas capitalistas, infraestructuras y servicios públicos alcanzó su máximo grado de desarrollo en el patrón de acumulación de capital con intervención estatal después de la Segunda Guerra Mundial, tanto en Europa y Estados Unidos como en América Latina, para enfrentar la prolongada crisis económica y político-militar del capitalismo de 1914 a 1945. Pero luego de la crisis económica de 1982, con la adopción del patrón neoliberal de acumulación de capital, se inició en el mundo capitalista, incluyendo nuestra región, un intenso proceso de adelgazamiento del Estado y mayor protagonismo del capital privado, privatización y desnacionalización de empresas estatales, infraestructuras y servicios públicos, y suelo urbano fiscal, con profundos impactos sobre las estructuras de las ciudades latinoamericanas, la mercantilización de muchos elementos y procesos urbanos, el deterioro de los salarios e ingresos de los sectores mayoritarios y su empobrecimiento, la segregación y fragmentación socio-territorial y el debilitamiento de la capacidad estatal para planificar y regular el territorio. Profundizar y sistematizar estos cambios es necesario para defender la intervención pública. Pero hoy no basta esta defensa del patrimonio de la nación; parece necesario reivindicar la propiedad común bajo control social colectivo.

Palabras clave: América Latina; Neoliberalismo; Privatización; Commodification; Planeación territorial.

ST I.1 • 02

PRODUZINDO LOCALIZAÇÕES E FRAGMENTANDO A CIDADE: SHOPPING CENTERS EM ESPAÇOS NÃO METROPOLITANOS

Eda Maria Góes

Universidade Estadual Paulista, edagoes@fct.unesp.br

As relações entre espaço e tempo são estruturantes da comparação proposta entre o Boulevard Londrina Shopping e o Shopping Iguatemi Ribeirão, cuja escolha se deveu a semelhanças evidentes, como a inauguração em 2013 e o direcionamento para consumidores de segmentos de classe média e elite, mas também às diferentes localizações, pericentral e periférica, respectivamente, reveladoras da capacidade do shopping center de instalar-se em qualquer lugar e de criar localizações. Assim, com base em características contraditórias, como homogeneidade e heterogeneidade, conexão e desconexão, liberdade e controle, os shopping centers vêm ampliando sua capacidade de estimular o processo de fragmentação socioespacial em cidades médias. Para criar localizações, empregam novas estratégias que só são possíveis em função da atração de grandes investidores, como o grupo Sonae Sierra e a rede Iguatemi, interessados no lançamento de grandes complexos que vão além dos shopping centers, mas estruturam-se a partir deles.

Palavras Chave: Shopping Center; Fragmentação Socioespacial; Cidades Médias; Londrina (PR); Ribeirão Preto (SP).

ST I.1 • 03

INTERIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NA ERA DA FINANCERIZAÇÃO: O CASO DE GOIANA-PE

Caroline Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco, santoscarolineg@gmail.com

Flávio A. Miranda de Souza

Universidade Federal de Pernambuco, fdesouza67@gmail.com

Na era da financeirização da economia, o Brasil reestrutura seu sistema financeiro e investe em instrumentos a fim de atrair capital, sobretudo estrangeiro. Entre os anos 2004 e 2014, o país passou por um momento de estabilidade econômica com um significativo crescimento e absorve um grande volume de investimentos, o qual se expande em rede alcançando municípios de menor importância nas hierarquias urbano regionais. Com isso, esses municípios têm dinamizado suas economias, ampliado o contingente populacional e, por conseguinte, demandado por moradias. Neste ponto, é importante salientar a confluência entre o capital financeiro e setor imobiliário, em que este último encontra no primeiro a oportunidade de obter retorno dos investimentos ainda mais rápido e lucros maiores. Sendo assim, este artigo discute a expansão dos circuitos imobiliários por meio de grandes empreendimentos da Região Metropolitana do Recife para municípios vizinhos, com destaque para o caso de Goiana e os impactos na reprodução socioespacial urbana. O município entrou nesse circuito global financeiro com a instalação da indústria automotiva FIAT, que estimulou a chegada de outras indústrias, o que aqueceu o mercado imobiliário para atender a possível demanda. No entanto, ainda que o município comece a se firmar como uma nova centralidade, os empreendimentos residenciais implantados têm sido adquiridos mais como investimento do que como moradia.

Palavras Chave: Interiorização dos investimentos; Expansão Imobiliária; Reconfiguração socioespacial.

ST 1.1 • 04

“LEARNING FROM BEACH PARK”: O LUGAR DO COMPLEXO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)

Beatriz Helena Nogueira Diógenes

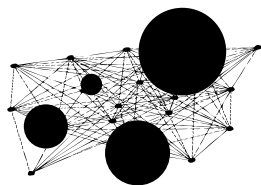
DAU-PPGAU+D-UFC, bhdiogenes@yahoo.com.br

Ricardo Alexandre Paiva

DAU-PPGAU+D-UFC, paiva_ricardo@yahoo.com.br

A urbanização turística se relaciona a um processo socioespacial de teor pós-moderno e amparado nas práticas do lazer e do consumo, contrapondo-se ao processo de urbanização atrelado à industrialização, centrado no trabalho e na produção. Dentre as manifestações espaciais da urbanização turística, destaca-se o papel dos parques temáticos como catalizadores da origem e desenvolvimento das cidades e lugares turísticos. O Beach Park, um complexo de turismo e lazer, foi inaugurado em 1989 a partir de uma barraca de praia, localizada no litoral de Aquiraz, município contíguo à Fortaleza - CE. Constituiu, desde então, um dos equipamentos âncoras no processo de desenvolvimento do turismo no Ceará. Ao longo dos anos, o parque aquático, redefiniu não somente o seu território, incorporando novas áreas ao parque e construindo empreendimentos turístico-imobiliários, mas também induziu a urbanização do Porto das Dunas. Neste contexto, o objetivo do artigo é analisar, à luz de uma perspectiva histórica e crítica, o papel do Complexo Beach Park no processo de urbanização turística da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), enfatizando a relação entre a dinâmica espacial e as dimensões econômica, política e simbólica suscitadas pelo empreendimento. Para tanto, estabelece como parâmetros a evolução urbana do Porto das Dunas desde a sua implantação e articulação com o território metropolitano; a relação com o ambiente natural da praia e o seu processo de privatização; o caráter espacial híbrido do empreendimento e, finalmente a constatação que a produção de um espaço privado, controlado e seguro devotado ao lazer e ao turismo, exacerba a fragmentação e segregação socioespacial.

Palavras Chave: Turismo; Urbanização; Urbanização turística; Metropolização; Região Metropolitana de Fortaleza.



ST 1.2

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (2)

22.maio
16h - 18h

ST 1.2 • 01

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL

Juscelino Gomes Lima

Universidade de Santa Cruz do Sul, geocelino@hotmail.com

No presente texto, pretendemos apresentar uma alternativa denominacional e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos/critérios de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais. Optamos pela metodologia da análise, promovendo um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Contribuem aqui Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Corrêa (2002; 2007); Fresca (2009), Sposito (2007), entre outros. A partir deste diálogo, resulta um novo olhar teórico/conceitual junto à literatura urbana regional: a organização de um quadro sintético, a partir de diferentes pensadores, contendo amostragens de elementos que foram e podem ser considerados na construção/reflexão sobre tais cidades. A partir dessa amostragem é sugerido uma nova proposição denominacional e conceitual: “Cidades de Comando Regional”.

Palavras Chave: Transformações urbanas; Cidades médias; Região.

ST 1.2 • 02

DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS EM ÁREAS NÃO METROPOLITANAS: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Leonardo Rodrigues Porto

CEDE/IE/UNICAMP, lnrporto@gmail.com

O artigo discute o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista e de sua área de influência ao longo do processo histórico de mudanças econômicas e espaciais que definiram o movimento da urbanização brasileira. Inicialmente, investigamos o atual sistema urbano do estado da Bahia, que apresenta uma rede verticalizada de cidades, com maior adensamento populacional no litoral e o número reduzido de cidades de porte médio no interior do estado. A cidade de Vitória da Conquista insere-se no contexto sócio-espacial do Semiárido Baiano, e atua como um importante entreposto comercial e fornecedor de serviços mais complexos, como os de saúde e educação superior, na sua área de influência.

Palavras Chave: Bahia; Cidades médias; Dinâmicas territoriais; Rede urbana; Vitória da Conquista.

ST 1.2 • 03

CONFIGURAÇÃO URBANA E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM CIDADES GÊMEAS DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA

Heleniza Ávila Campos

PROPUR/UFRGS, heleniza.campos@ufrgs.br

Andrea da Costa Braga

PNPD-CAPES-PROPUR/UFRGS, andrea.braga@ufrgs.br

Elis Lucca

BIC/FAU-UFRGS, elislucca1992@gmail.com

A Faixa de Fronteira Brasileira tem 150 km de largura (LF 6.634 / 1979), contínua e paralela aos limites internacionais. Cidades-gêmeas fronteiriças são aglomerados urbanos contíguos espacialmente e descontínuos territorialmente. Suas tipologias relacionam-se à porosidade da fronteira e à continuidade espacial entre as partes que diferenciam, de tendências do processo de conurbação, intensidade de intercâmbios e interfaces internacionais. Estratégicas nos processos de integração transnacional e transfronteiriça, as interações multiescalares entre estas e a rede de circulação regional, relacionam-se à especialização funcional das cidades-gêmeas segundo tipo e intensidade de fluxos que captam. A hipótese levantada é de que há correlação positiva entre estes processos e a auto-organização do sistema espacial do aglomerado. A partir do estudo de caso das cidades-gêmeas Uruguaiana (BR) - Paso de Los Libres (AR), importante gateway do MERCOSUL, no Arco Sul da Faixa de Fronteira Brasileira, testa-se a hipótese quanto aos objetivos: a) descrever e analisar quantitativa e qualitativamente mudanças na configuração espacial de um aglomerado urbano internacional quando da fusão entre suas partes, aplicando-se métodos e ferramentas da Sintaxe Espacial; b) classificar o tipo de centralidade funcional emergente no processo; c) avaliar a difusão espacial de serviços especializados relacionados aos fluxos de carga.

Palavras Chave: Fronteira Brasil-Argentina; Configuração Espacial; Cidades Gêmeas; Fluxos Transfronteiriços; Sintaxe Espacial.

ST 1.2 • 04

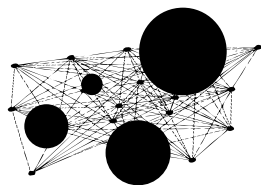
URBANIZAÇÃO E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR PARA AS “CIDADES-GÊMEAS” DE LETÍCIA (CO) E TABATINGA (BR)

Thais Virga

UNICAMP, thaisvirga@yahoo.com.br

O artigo parte de uma compreensão teórica sobre a relação entre urbanização e desenvolvimento e possui como principal objetivo ampliar o conhecimento sobre a região amazônica a partir de um olhar à questão da fronteira, especificamente para a fronteira do chamado “Triângulo Amazônico”, ou “Triângulo de Letícia”. Atenta-se para o entendimento das chamadas “cidades-gêmeas” de Letícia, na Colômbia, e Tabatinga, no Brasil, a fim de ressaltar, além de particularidades históricas, aspectos da relação governamental de cada país para a estruturação ou não de investimentos nas respectivas cidades, características de cooperação transfronteiriça, e, assim, compreender o processo diferenciado de urbanização dessa região, marcado por simetrias e assimetrias nas relações entre as duas cidades.

Palavras Chave: Fronteira; Amazônia; Urbanização; Cidades-gêmeas.



ST 1.3

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (3)

23.maio
14h - 16h

ST 1.3 • 01

A ESTRUTURA MANUFATUREIRA DA PERIFERIA DO EIXO SÃO PAULO-BRÁSILIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Fernando Campos Mesquita

UNICAMP, Instituto de Geociências, fernandocmesquita@gmail.com

Daniel Pereira Sampaio

UFES, Departamento de Economia, danielpereirasampaio@gmail.com

Este artigo analisa a desconcentração produtiva regional na periferia do eixo São Paulo-Brasília por uma perspectiva que conjuga a divisão espacial do trabalho com a estrutura centro-periferia. O objetivo é avaliar em que medida o aumento da distância geográfica, em relação à capital paulista, implica na redução da participação das indústrias de maior intensidade tecnologia no desenvolvimento industrial. Para captar a dimensão desses fenômenos divide-se a periferia do eixo São Paulo-Brasília em periferia próxima, média e distante. Em seguida, utiliza-se os dados de emprego industrial, nível dos salários médios reais, qualificação da mão de obra, PIB regional e do saldo comercial para estudar cada uma dessas dinâmicas nos anos de 2002, 2008 e 2014. Os resultados indicam que, mesmo em um contexto de melhoria da infraestrutura de transportes, aprofunda-se a heterogeneidade nos subespaços regionais pesquisados.

Palavras Chave: Desconcentração produtiva regional; Heterogeneidade estrutural; Divisão espacial do trabalho.

ST 1.3 • 02

O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO PETRÓLEO: REDE URBANA E ESCALAS DE PODER

Silvana Cristina da Silva

Universidade Federal Fluminense - UFF, silvanasilva@id.uff.br

A região litorânea do território brasileiro apresenta, comparativamente, uma urbanização mais adensada e antiga em relação ao interior do território brasileiro. Entretanto, em período recente, as cidades do Norte Fluminense passaram por grandes mudanças. As denominadas “Cidades do Petróleo”, passaram a abrigar etapas do processo produtivo do petróleo. Macaé passa a ser um centro da produção e Campos dos Goytacazes reforça seu papel em oferecer comércio e serviços. As centralidades urbanas, nesta região não metropolitana, são resignificadas com a instalação de novos fixos e a geração de novos fluxos, essas cidades articulam-se com as escalas regional, nacional e global. Dessa forma, objetivamos neste trabalho apresentar uma análise das transformações na rede urbana do estado do Rio de Janeiro, a partir da análise do circuito espacial de produção do petróleo, destacando também as relações de poder entre os agentes e as escalas.

Palavras Chave: Circuito espacial de produção; Petróleo; Centralidade; Rede urbana; Rio de Janeiro.

ST 1.3 • 03

OS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO ARAGUARI E SEUS EFEITOS NO ESPAÇO URBANO AMAPENSE

Katrícia Almeida Corrêa

Universidade Federal do Amapá, katriciacorrea@yahoo.com.br

Jadson Luís Rebelo Porto

Universidade Federal do Amapá, jadsonporto@yahoo.com.br

Este trabalho visa explicar a nova conjuntura urbana das cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande, no Estado do Amapá, após a inserção dos empreendimentos hidrelétricos localizados nos trechos médio e baixo do rio Araguari. A motivação desta pesquisa se manifestou pela necessidade de se compreender a organização territorial amapaense diante de grandes projetos de infraestrutura, especificamente, os empreendimentos hidrelétricos localizados neste ente federativo. A abordagem recorre-se à pesquisa bibliográfica, à de caráter descritivo-explicativo com estudo de caso, que inclui a sistematização de dados com auxílio de instrumentos cartográficos, fotográficos e outros. A partir do panorama sobre a produção de energia pelas hidrelétricas na Amazônia e no Amapá, suas vinculações com as cidades e com o rio Araguari é que são descritos os efeitos resultantes entre os empreendimentos hidrelétricos e o urbano. A pesquisa possui a seguinte questão orientadora: quais os efeitos nas estruturas urbanas de Ferreira Gomes e Porto Grande (AP) após a implantação de Complexos Hidrelétricos no rio Araguari (AP). O artigo é construído em três tópicos fundamentais: o primeiro discute os empreendimentos hidrelétricos e seus recentes reflexos na Amazônia brasileira; o segundo expõe sobre a inserção das hidrelétricas e suas implicações no contexto amapaense; e o terceiro, aborda sobre as hidrelétricas do rio Araguari e os impactos urbanos nas cidades de Porto Grande e Ferreira Gomes (AP).

Palavras Chave: Hidrelétricas; Planejamento urbano; Rio Araguari; Amapá.

ST 1.3 • 04

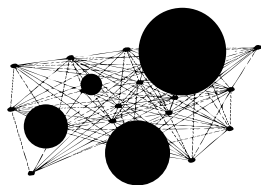
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA RIDE-DF: EXPANSÃO METROPOLITANA, EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA E INTEGRAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA

Sergio Magno Carvalho de Souza

Universidade de Brasília (UnB)/ SUDECO, smcsgeo@gmail.com

No período atual, a dinâmica da reestruturação produtiva capitalista tem causado impactos diversos nos espaços regionais, a partir da emergência de novas atividades produtivas e do papel de gestão do capital legado aos grandes centros. Neste contexto, os espaços regionais tendem a ser tornar mais fragmentados, dados novos processos espaciais que passam a atuar em sua produção. No caso da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), a associação às tendências da reestruturação produtiva parece estar atrelada a ocorrência de três processos considerados estruturantes do espaço desta região: a expansão metropolitana de Brasília, a expansão da agropecuária moderna e a integração do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender as modificações recentes no espaço da Ride-DF a partir de sua associação à reestruturação produtiva capitalista. Os resultados demonstraram que estes três processos tiveram sua ocorrência atrelada a atuação do Estado. Este teve atuação fundamental na implantação de Brasília, bem como na implantação da agropecuária moderna. Mais recentemente, estes dois processos passaram a ter orientação dada pelas forças de mercado, atuando o Estado no subsídio aos agentes do capital privado. A partir da integração da economia de Goiânia e Brasília e por meio de investimentos em infraestrutura, tem emergido um terceiro processo responsável pela estruturação do espaço da Ride-DF: a integração do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.

Palavras Chave: Ride-DF; Expansão metropolitana; Agropecuária moderna; Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.



ST 1.4

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (4)

23.maio

16h - 18h

ST 1.4 • 01

AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL

Denise Elias

UECE, deniseliasgeo@gmail.com

A reestruturação econômica que caracteriza o período histórico atual atinge também a agropecuária e resulta na difusão do agronegócio globalizado no Brasil. Tais processos estão no âmago da exploração de muitas novas dinâmicas socioespaciais e são responsáveis pela reestruturação do espaço agrícola, urbano e regional em várias partes do país. Como resultados, poderíamos destacar: o aumento da densidade técnica-científica-informacional no espaço agrícola; nova distribuição de funções produtivas pelo território; difusão de especializações produtivas; intensificação da divisão social e territorial do trabalho; novas relações campo-cidade; intensificação da urbanização da sociedade e do território; reestruturação urbana e regional, entre outros. Entre os principais objetivos nesse projeto destacamos: avançar nos estudos sobre as novas tendências da urbanização brasileira a partir do agronegócio globalizado; compreender os processos de reestruturação urbana e regional no âmago da regionalização promovida pelo agronegócio; debater a noção de região produtiva do agronegócio; apresentar os elementos de identificação e caracterização da mencionada região; trazer o debate para a comunidade acadêmica no intuito de avançar nas formulações da noção exposta com vistas a aperfeiçoar o caminho analítico que vem sendo trilhado; incrementar a noção no contexto dos estudos geográficos atuais, na perspectiva de uma possível consolidação conceitual dessa ideia.

Palavras Chave: Agronegócio globalizado; Relações campo-cidade; Regiões produtivas do agronegócio; Brasil.

ST 1.4 • 02

MODERNIZAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE NA URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGROMINERAL BRASILEIRA

Evaldo Gomes Júnior

IE/Unicamp, gomesjr.to@gmail.com

Este artigo propõe discutir a forma reflexa da urbanização na fronteira agromineral brasileira. Reflexa quanto aos limites impostos a estas cidades pela base produtiva e pela divisão social do trabalho. Considera-se que no atual padrão de reprodução do capital latino-americano estas cidades acompanham a dinâmica da exportação de commodities. Parte-se da hipótese de que há diferenças substanciais entre cidades intermediárias das mais variadas regiões e países da América Latina. Porém, a centralidade que estas cidades adquirem está vinculada à formação socioespacial dependente. Tal assertiva permite superar alguns relativismos e alcançar algumas generalizações. Ao longo do artigo discute-se a divisão do trabalho no espaço nacional e o padrão de reprodução do capital; e analisa-se as cidades intermediárias na rede urbana da fronteira agromineral, refletindo sobre a relação dialética entre centralidade regional e urbanização reflexa.

Palavras Chave: Capitalismo dependente; Cidades intermediárias; Urbanização reflexa; Fronteira agromineral.

ST 1.4 • 03

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO URBANO E EVOLUÇÃO DO PLANTIO DA SOJA NO MATO GROSSO (1990 - 2010)

Kelly Cristina de Moraes Camargo

UNICAMP, kelly@nepo.unicamp.br

Artur Hugo Ribeiro Corrêa de Araújo

UNICAMP, artur10@nepo.unicamp.br

Carla Craice da Silva

UNICAMP, carlacs@nepo.unicamp.br

Felipe Ferraz Vazquez

UNEMAT, felipe@unemat-net.br

Atualmente o Mato Grosso é o principal estado produtor de soja no Brasil. O cultivo de soja chegou ao Mato Grosso com a fronteira agrícola na década de 1970, mas a sua produção só se tornou significativa no estado a partir dos anos 1990, através da expansão da infraestrutura urbana, da concessão de incentivos fiscais, e da realização de adaptações nos solos do Cerrado e nas sementes de soja. Nesse sentido, o presente artigo busca demonstrar, através do uso da cartografia digital - representado por mapas temáticos, que o Mato Grosso tem sido um dos locais em que mais aumentou a área utilizada com a lavoura temporária no Brasil e que a soja tem sido protagonista nessa dinâmica. Ainda se relaciona a variação da área destinada ao plantio de soja com a urbanização local, uma vez que a introdução da soja foi essencial para o estabelecimento da materialidade contemporânea no Mato Grosso. Contudo, indaga-se se como a expansão da área plantada dessa cultura tem consequências no tecido urbano municipal. As informações contidas no artigo foram obtidas através dos Censos Demográficos e da Pesquisa Agrícola Municipal, ambos de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a confecção dos mapas temáticos foi utilizado o Software ArcGIS 10.2.

Palavras Chave: Soja; Fronteira Agrícola; Urbanização; Mato Grosso.

ST 1.4 • 04

A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO EM ÁREAS DE MINERAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE MOATIZE-MOÇAMBIQUE

Inês Selça dos Santos Cuambe

Universidade do Vale do Paraíba, ines.cuambe@gmail.com

Mário Valério Filho

Universidade do Vale do Paraíba, mvalerio@univap.br

A produção e ocupação do território é um processo que tem sido estudado para compreender as transformações ocorridas no território, com o objetivo de um melhor planejamento urbano e regional. O modelo econômico adotado pelo governo moçambicano teve no desenvolvimento da indústria de exploração dos recursos naturais a base de crescimento econômico, com especial atenção para a indústria extrativa de forma sustentável. No entanto, os impactos que a indústria produz para o meio social e natural não demonstra uma tendência sustentável, existindo por parte das empresas multinacionais maior exploração com menor custo, em busca de acumulação rápida de capital. A atividade de exploração do carvão mineral é o objeto da pesquisa, visto que todas as alterações na dinâmica do uso e cobertura do solo de Moatize resultaram de megaprojetos de extração de carvão mineral. Neste sentido, são analisados dados socioeconômicos como a migração através do fluxo de transporte terrestre e aéreo, e o mapeamento do crescimento da área habitacional e da mineração no período de 2006 a 2015. Pela análise da base de dados da área de estudo constatou-se que a atividade minerária promoveu impactos significativos na redução da cobertura vegetal, dando lugar à mineração bem como à expansão da área habitacional. O aumento do fluxo de transporte rodoviário e aéreo foi mais uma consequência da presença dos megaprojetos de exploração minerária, bem como, a intensificação da poluição atmosférica através de particulados devido ao intenso tráfego de veículos e gases da própria combustão.

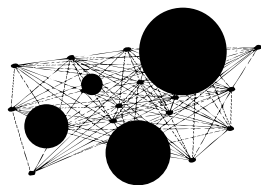
Palavras Chave: Território; Mineração; Desenvolvimento sustentável.

ST 1.5 • 01

CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS PRODUTIVAS E SISTEMA URBANO REGIONAL NO NORDESTE DO BRASIL

Edilson Pereira Junior

Universidade Estadual do Ceará/UECE, edilsonapjr@hotmail.com



ST 1.5

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (5)

24.maio

14h - 16h

O texto investiga os diferentes impactos de três “configurações espaciais produtivas”, responsáveis pela redefinição dos papéis centrais de algumas cidades e pela refuncionalização do tradicional sistema urbano regional do Nordeste do Brasil, agora delineado por diferentes centralidades e conexões. Por “configurações espaciais produtivas”, entende-se o funcionamento específico de certo processo de produção industrial e seu rebatimento urbano regional, que condiciona a divisão territorial do trabalho, os aspectos concernentes à reestruturação urbana e a articulação entre cidades e regiões. Tais configurações se pautam em parâmetros que podem ser definidos a partir de diversas características, entre elas, a origem e dimensão dos capitais industriais instalados, o alcance dos circuitos espaciais da produção dos ramos produtivos envolvidos, o papel do Estado na efetivação dos empreendimentos, as relações de trabalho utilizadas nas fábricas/oficinas e as formas espaciais específicas das aglomerações produtivas.

Palavras Chave: Reestruturação urbano regional; Dinâmicas produtivas.

ST 1.5 • 02

AS INTERAÇÕES URBANO-RURAL NA REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CIDADES DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

Patrícia Dalmina de Oliveira

Universidade do Oeste de Santa Catarina, patricia.oliveira@unoesc.edu.br

Sergio Torres Moraes

Universidade Federal de Santa Catarina, sergiomoraes@arq.ufsc.br

Nelson Popini Vaz

Universidade Federal de Santa Catarina, nelson.popini@ufsc.br

A rede urbana articula as cidades através das suas funcionalidades e seus níveis de centralidade, pela compreensão da produção, circulação e comercialização das mercadorias. A proposta desse trabalho é refletir sobre a rede urbana do Extremo Oeste Catarinense considerando sua história e economia, sua inserção e divisão do trabalho. A partir de sua história identifica-se as polaridades e influências, possibilitando uma breve análise sobre a estrutura atual da rede. Para isso foi necessário buscar revisão teórica sobre os conceitos de rede urbana e das relações urbano-rural e estudar os documentos disponíveis sobre a “influência da rede de cidades” produzido pelo IBGE em 2008.

Palavras Chave: Rede urbana; Extremo Oeste Catarinense; Relações Rural- Urbano

ST 1.5 • 03

CIDADES MÉDIAS E A TRAJETÓRIA RECENTE DO SETOR IMOBILIÁRIO BRASILEIRO: PROBLEMATIZAÇÃO A PARTIR DAS NOVAS FORMAS DE COOPERAÇÃO, COORDENAÇÃO E CONCORRÊNCIA ENTRE EMPRESAS

Marlon Altavini de Abreu

Geografia FCT – UNESP, marlon_altavini@hotmail.com

O presente trabalho busca estabelecer um conjunto de referências ao debate da expansão dos negócios imobiliários em cidades médias. Discutindo as novas formas de cooperação, coordenação e concorrência entre empresas locais e grupos nacionais, analisa as recentes transformações postas à trajetória da produção e consumo habitacional nas cidades de Londrina/PR e Ribeirão Preto/SP. Deste modo, debate o papel que cumpre o avanço dos volumes concedidos de crédito imobiliário, da ampliação e diversidade da ação e dos negócios de diferentes grupos de construção e incorporação civil. Assim como, analisa, a partir da expansão do circuito imobiliário no Brasil, o modo como a ampliação do mercado privado da habitação resulta em formas renovadas de concorrência entre empresas e recondiciona os grupos de construção com capital de origem local, conferindo a estes, estratégias diversificadas no que tange ao controle da terra urbana e do perfil de seus negócios.

Palavras Chave: Produção do Espaço Urbano; Mercado Imobiliário; Agentes Imobiliários; Londrina; Ribeirão Preto.

ST 1.5 • 04

CANAÃ DOS CARAJÁS: UM LABORATÓRIO SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA URBANIZAÇÃO NA PERIFERIA GLOBAL NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

Ana Cláudia Cardoso

FAU-PPGAU/UFPA, aclaudiacardoso@gmail.com

Lucas Cândido

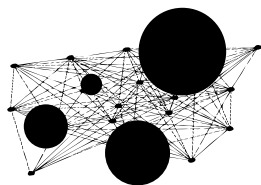
PPGAU/UFPA, candido74@hotmail.com

Ana Carolina C. de Melo

PPGE/UFPA, carolmelo.08@gmail.com

As rápidas transformações nas formas de urbanização contemporâneas acenderam um intenso debate epistemológico sobre a questão urbana, revelando um impasse entre as abordagens em voga, com destaque para a urbanização planetária e o urbanismo pós-colonial. A partir desse mosaico de posicionamentos, este artigo busca contribuir para a compreensão do modo como os atuais processos de crescimento urbano alcançam fronteiras periféricas utilizando-se do caso de Canaã dos Carajás, pequena jovem cidade amazônica. A análise é estruturada dialeticamente segundo a interpretação lefebvriana de níveis da realidade social. O nível global captura o impacto de atividades capital-intensivas, como a mineração, a pecuária e monocultura, na conexão entre o local de produção e o mercado global; o nível misto explica como a urbanização inspirada em processos globais foi mediada por grupos sociais locais; e o nível local revela o quanto pontos cegos na compreensão dos processos em curso comprometem o fortalecimento da diversidade formada e levam à exclusão dos grupos sociais que mais dependem da terra e da natureza viva. Conclui-se que é fundamental a articulação das formulações contemporâneas aos estudos sobre urbanização brasileira, dada a forma seletiva como as modernizações acontecem e se constituem em novas formas de colonização, uma vez que as novas oportunidades econômicas esbarram nas estruturas sociais conservadoras no trato de questões sociais e ambientais, particularmente relevantes no contexto amazônico.

Palavras Chave: Urbanização; Modernização; Impactos da mineração; Amazônia; Canaã dos Carajás.



ST 1.6

Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional (6)

24.maio
16h - 18h

ST 1.6 • 01

MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?

Erivelton de Sousa Nunes

Universidade Regional do Cariri (URCA), erivelton.s.n@hotmail.com

João Gomes da Silva

Universidade Regional do Cariri (URCA), joaoeconomia@ymail.com

Silvana Nunes de Queiroz

Universidade Regional do Cariri (URCA), silvanaqueiroz.ce@yahoo.com.br

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a dinâmica migratória inter-regional no Brasil, durante os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, no intento de identificar o que há de novo no cenário migratório brasileiro, no que diz respeito às novas tendências e inflexões. Para o alcance desse objetivo, os microdados das amostras dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, captados pelo IBGE, são a principal fonte de informações. Em termos teóricos fez-se a contextualização de estudos sobre a migração inter-regional no Brasil, no período de 1940 a 1980, isso porque, o estudo trata da análise das migrações inter-regional a partir da década de 1980. Os principais resultados apontam que entre os três quinquênios em estudo, a novidade foi que o volume da migração inter-regional diminui a cada interregno, com o Nordeste mantendo as suas perdas populacionais, mas em menor magnitude. Por sua vez, o Sudeste permanece como área de atração de migrantes, porém, apresenta saldos migratórios cada vez mais arrefecidos, enquanto a região Centro Oeste é o grande destaque, ao obter saldos migratórios positivos e crescentes. Quanto às demais regiões (Norte e Sul), as mesmas se caracterizam de maneira distinta, o Norte revela diminuição significativa na sua atração populacional, enquanto o Sul aponta para inflexão, ao passar de saldo migratório negativo para positivo. Portanto, as tendências das migrações brasileiras no início do século XXI, apontam para o arrefecimento do fluxo inter-regional e/ou de longa distância e, por outro lado, para a intensificação das migrações de curta distância, a partir dos fluxos intra-regionais e intra-estaduais que deverão ser crescentes.

Palavras Chave: Brasil; Migração; Inter-regional; Tendências.

ST 1.6 • 02

ARRANJOS URBANOS-RURAIS REGIONAIS: POPULAÇÃO E ESPAÇOS DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES EM SÃO PAULO

Natália Belmonte Demétrio

IFCH/Unicamp, natalia@nepo.unicamp.br

Rosana Baeninger

IFCH/Nepo/Unicamp, baeninger@nepo.unicamp.br

Nas últimas décadas do século 20, a virada agroexportadora em vários países latino americanos consolida um processo de urbanização de caráter agropolitano, cuja característica principal está na tendência de desaceleração do crescimento metropolitano conjugado à emergência de uma ampla variedade de cidades agrárias (CANALES; CANALES, 2013). A globalização do agronegócio vem acompanhada de transformações no mundo do trabalho (RIELLA; MASCHERONI, 2015), na organização da produção (ELIAS, 2003), na dinâmica das migrações (BAENINGER, 2012) e na hierarquia da rede urbana (SANTOS, 2013). No contexto dessas transformações, a pesquisa apresenta o conceito de arranjo urbano-rural regional, como proposta de regionalização da rede urbana paulista, estruturada pela mobilidade espacial da população, no âmbito do circuito espacial produtivo (CASTILLO; FREDERICO, 2010) de três commodities: cana-de-açúcar, laranja e carne bovina. Discute-se, assim, as raízes históricas da urbanização em São Paulo, a inserção desigual de suas regiões na dinâmica dos mercados globais, os novos arranjos da migração, a produção de novas formas espaciais e os desafios teóricos e metodológicos que o atual contexto nos coloca.

Palavras Chave: Migração Interna; População Rural; Urbanização; Globalização.

ST 1.6 • 03

UM ESTUDO CONFIGURACIONAL DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE IMIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE LAJEADO/RS

Fabiana Braun Spinelli

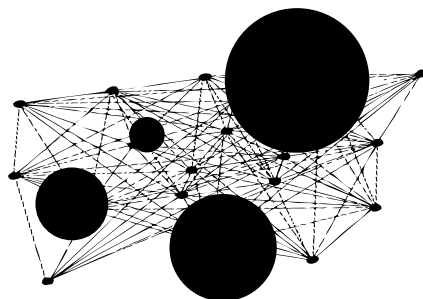
PROPUR/UFRGS, fabib74@gmail.com

Aline Cristiane Scheibe

PROPUR/UFRGS, arq.alinecs@gmail.com

Este artigo aborda o processo de integração social de imigrantes haitianos na cidade de Lajeado / RS a partir da análise de suas escolhas locais para encontros e lazer, descritas a partir das propriedades morfológicas da configuração espacial da cidade. Lajeado / RS é uma cidade média fundada a partir do processo de imigração europeia para o Brasil no sec. XIX, sendo hoje polo regional no qual a indústria frigorífica desempenha papel importante pela oferta de empregos formais, atraente para imigrantes, por apresentar bons prognósticos de integração econômica. Foi verificado empiricamente que não há correspondência entre integração econômica e social de imigrantes haitianos no contexto local, o motiva a descrição de práticas cotidianas com o objetivo de analisar a dimensão espacial do processo de produção de sua etnicidade através da forma como se apropriam dos espaços da cidade. A hipótese levantada é de que os espaços públicos integrados às rotas principais entre seus espaços de moradia e trabalho estruturam suas práticas e comportamentos coletivos, informados pelas tensões entre reiteração de pertencimento e diferentes formas de produção de solidariedade social entre: membros do grupo, outros imigrantes e os moradores da cidade, sendo a sua espacialização fator relacionado à produção de sua etnicidade. A hipótese é verificada através de métodos e ferramentas da sintaxe espacial, que possibilitam analisar padrões de copresença e movimento relacionados a padrões espaciais acionados na produção e apropriação social do espaço, provendo dados quantitativos para interpretar qualitativamente comportamentos sociais, depreendendo tendências do seu processo de integração social.

Palavras Chave: Imigrantes haitianos; Lajeado/RS; Sintaxe Espacial; Etnicidade.



ST 2

ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS

Comitê Científico:

Fernando Cezar de Macedo (PPGDE/Unicamp)

Hipólita Siqueira de Oliveira (PUR/IPPUR-UFRJ)

Jan Bitoun (PPGEO/UFPE)

ST2 - ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS

TEMAS:

Política Econômica e Território; Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; Políticas de intervenção no espaço urbano e regional; Reflexões críticas sobre as diversidades e as desigualdades regionais no Brasil e na América Latina; Fundos Públicos e Desenvolvimento Territorial; Gestão e Governança Regional; Atores sociais e governança territorial; Relações Federativas; Estado e planejamento no capitalismo globalizado; Movimentos sociais e experiências localizadas de organização.

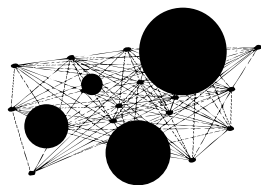
A proposta desta Sessão Temática é agrupar reflexões e estudos que expressem a articulação Estado-Sociedade no desenvolvimento territorial no Brasil e na América Latina tendo como eixo norteador a relação ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS. Para tanto, prioriza trabalhos que discutam a experiência de planejamento territorial, as relações federativas, as políticas subnacionais de promoção do crescimento e a avaliação das políticas públicas implementadas e seus instrumentos de ação. Considera-se imperativo, verificar seus efeitos sobre a dinâmica territorial na última década.

Diversos fatores atuaram sobre o espaço regional e urbano latino-americano e brasileiro em particular neste século, impulsionados por um padrão de acumulação que se sustentou nos preços favoráveis das commodities, impulsionados pelo “efeito-China”. No geral, a organização territorial nesses países, passou a ser planejada prioritariamente a partir de sua inserção no mercado internacional. Para o Brasil, sua dimensão continental e sua condição de República federativa impõem adicionais dificuldades para a implementação de políticas coordenadas em múltiplas escalas que façam o enfretamento dos históricos problemas regionais e urbanos que marcam seu padrão heterogêneo de organização socioespacial.

A despeito da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que busca enfrentar esse problema a partir da coordenação em múltiplas escalas e com articulação dos diferentes níveis de governo, o fato concreto é que a dinâmica espacial brasileira continua muito mais influenciada por políticas setoriais e pelos efeitos mais gerais da política macroeconômica do que por aquelas que se propõem,

explicitamente, a reorganizar seu território com maior equidade. Diante do impasse federativo, cuja marca maior continua sendo a guerras dos lugares e sua expressão mais visível que se manifesta na guerra fiscal e nas disputas provincianas em torno do orçamento público, o fato concreto é que o federalismo brasileiro se mostra frágil e incapaz para organizar e fazer a integração nacional e a promoção do desenvolvimento urbano-regional socialmente inclusivo e territorialmente equitativo.

Apesar da retomada do planejamento no âmbito federal, objetivamente este foi direcionado muito mais para garantir as condições de acumulação do capital, como no caso dos projetos de infraestrutura (PAC, PIL 1 e 2), muito embora se observem avanços sociais no período, inclusive com maior benefício das regiões mais pobres. Todavia, a fragilidade do modelo brasileiro fez ruir rapidamente os avanços, com a crise de financiamento do Estado que se revelou com a restrição fiscal e com a queda dos preços internacionais das commodities e o arrefecimento da demanda externa o que exige repensar as formas de planejamento e os instrumentos de gestão e ação territoriais.



ST 2.1

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (I)

22.maio
14h - 16h

ST 2.1 • 01

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS – A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS NA MESOMERCOSUL

Wellington Tischer

*Universidade do Estado de Santa Catarina,
wellington.tischer@uffs.edu.br*

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina, isa.rocha@udesc.br

O presente artigo visa analisar a relação entre as políticas públicas de desenvolvimento regional e a criação e expansão de universidades federais no Brasil entre 2000 e 2014, mais especificamente a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul na MESOMERCOSUL. A metodologia consistiu em levantamentos de dados e informações em sítios eletrônicos, imprensa, consultas eletrônicas a órgãos governamentais, análise documental e construção de linhas do tempo. É apresentada e debatida a relação entre políticas públicas de desenvolvimento regional e a criação de universidades federais para atendimento de demandas locais de agentes do ensino superior público empenhados na obtenção de um campus universitário a partir da perspectiva de indução do desenvolvimento local no contexto da “Guerra dos lugares”. Espera-se com o presente artigo contribuir com o debate em curso sobre os impactos produzidos por essas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES no contexto da interiorização e do desenvolvimento regional.

Palavras Chave: Desenvolvimento Regional; Universidades Federais; Expansão Universitária.

ST 2.1 • 02

TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA

Emerson José Soares

IFSC, esoares@ifsc.edu.br

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

UTFPR, malumeza@utfpr.edu.br

A recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil e em Santa Catarina trouxe consigo diversas transformações espaciais e regionais que são passíveis de uma análise mais rigorosa sobre seus efeitos em termos de desenvolvimento social, cultural e econômico. O presente artigo tem por objetivo trazer à tona a discussão sobre a importância do reconhecimento territorial e como seus contextos traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento da população com as instituições públicas de ensino profissionalizante. Quanto aos fins a pesquisa é aplicada e qualitativa; e quanto aos meios é documental e bibliográfica. Como resultados foi possível verificar como ocorreu o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional em Santa Catarina e suas implicações acerca do desenvolvimento territorial e isso resultou na percepção de que houve um avanço nesta questão. A pesquisa contribui no sentido de demonstrar que o processo de implementação de instituições de ensino profissionalizantes contribui para o desenvolvimento territorial na medida em que se insere adequadamente no contexto socioeconômico regional.

Palavras Chave: Rede Federal de Educação Profissional; Expansão; Território.

ST 2.1 • 03

INTERAÇÃO DIGITAL OU PRESENCIAL EM SISTEMAS DE INOVAÇÃO IMATUROS: UMA LEITURA A PARTIR DE GRUPOS DE PESQUISA EM ENGENHARIA QUÍMICA PERNAMBUCANOS

Ana Cristina Fernandes

Universidade Federal de Pernambuco, anacf@ufpe.br

Arlindo Teixeira de Oliveira

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
arlindo.escobar@gmail.com*

Situando-se na reflexão sobre efeitos territoriais de políticas públicas de CT&I, o artigo busca contribuir ao debate sobre a importância da proximidade no processo de inovação no contexto de socioeconômicas menos desenvolvidas. Compreendendo que interações entre academia e empresas são importante elemento no processo de inovação, observamos que proximidade não concerne apenas à dimensão geográfica. Outras dimensões de proximidade são identificáveis (cognitiva, social, institucional e organizacional). Este enfoque permitiu verificar que, diferentemente do registrado em países avançados, a proximidade geográfica ainda importa para interações universidade-empresa em sistemas de inovação imaturos, apesar das tecnologias digitais disponíveis. Tal observação baseia-se em investigação focada nas interações com empresas de grupos de pesquisa em engenharia química pernambucanos, utilizando dados secundários nas escalas nacional, regional (Nordeste) e estadual (Pernambuco), obtidos nos Censos 2004 e 2010 e nas Bases Correntes 2008 e 2012 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, e entrevistas com líderes dos grupos de pesquisa pernambucanos. Os resultados demonstraram ainda que proximidades social e cognitiva são essenciais para a interação universidade-empresa, e que proximidades institucional e organizacional favorecem as relações entre os grupos de pesquisa, e entre estes e as empresas. A proximidade geográfica, porém, confirmou-se como especialmente relevante, com as iniciativas para a interação partindo mais dos pesquisadores que das empresas, refletindo baixa demanda por cooperação por parte destas últimas. Esta baixa demanda decorre da reduzida importância da inovação para a estratégia concorrencial das empresas, característica de economias menos dinâmicas, refletindo correlação entre baixas capacidade inovativa e ocorrência de interações universidade-empresa.

Palavras Chave: Sistema territorial de inovação; Proximidade; Interação universidade-empresa; Grupos de pesquisa; Pernambuco.

ST 2.1 • 04

NORMAS INDUTORAS E INTERESSE PÚBLICO: O PORTO DIGITAL (BAIRRO DO RECIFE) E A CAPTURA DA COISA PÚBLICA

Igor Jordão Coutinho de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco, igorjordan@hotmail.com

Norma Lacerda

Universidade Federal de Pernambuco, norma_lac@yahoo.com.br

Em 2000, o Governo do Estado de Pernambuco lançou o Projeto Porto Digital com vista à criação de um polo de tecnologia da informação e comunicação (TIC). O local para a sua instalação foi o histórico Bairro do Recife (Cidade do Recife). Diante dessa iniciativa, o objetivo deste texto é verificar como a estrutura jurídica de normas indutoras, estabelecidas para a execução desse Projeto, impulsionou o processo de revitalização do Bairro do Recife (Cidade do Recife). Apesar desse feito, a hipótese aventada é que a aludida estrutura atende parcialmente o interesse público, uma vez que tem significado a apropriação privada da valorização dos seus bens imobiliários e resultado na captura da coisa pública, incluindo a atividade de planejamento urbano, por uma entidade de caráter privado. Para atingir este objetivo, o argumento desenvolveu-se em três partes. Na primeira, discutem-se os significados das expressões normas indutoras e interesse público. No segundo, analisa-se o processo de criação do mencionado Projeto e do seu Núcleo de Gestão (uma organização social de caráter privado), bem como o aparato jurídico que vem impulsionando a instalação de empresas de TIC no Bairro e suas implicações na revitalização dos seus imóveis. No terceiro, explicitam-se (i) como esse Núcleo influencia na dinâmica do mercado imobiliário, (ii) como as normas indutoras atendem parcialmente o interesse público, e (iii) como se vem viabilizando, graças a essas normas, a captura do planejamento urbano por esse Núcleo.

Palavras Chave: Normas indutoras; Interesse público; Parque tecnológico; Valorização imobiliária; Privatização.

ST 2.1 • 05

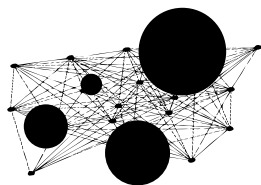
O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Raquel Dantas do Amaral

*Universidade de São Paulo/Universidade Federal do Ceará
rraqueldantas@yahoo.com*

Por meio de pesquisa teórica em torno de grandes autores clássicos, buscou-se com esse trabalho compreender o real conceito de Estado e sua práxis na sociedade capitalista, que se camuflam por detrás de um fetichismo observado até mesmo nas narrativas clássicas e contemporâneas. O trabalho traz em um primeiro momento contribuições teóricas abrangentes sobre o conceito de Estado presente na bibliografia de Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine e Antonio Gramsci. O segundo momento é dedicado a compreender os instrumentos por meio dos quais o Estado desenvolve seu protagonismo no sistema capitalista. A terceira, e última parte, aborda em uma das funções precípuas do aparelho estatal que é o Planejamento Urbano, refletindo como o Estado tem se adequado às demandas do regime neoliberal.

Palavras Chave: Estado Capitalista; Condições gerais de produção; Meios de consumo coletivo; Neoliberalismo.



ST 2.2

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (2)

22.maio

16h - 18h

ST 2.2 • 01

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO ORGANIZADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE ATORES METROPOLITANOS

Natalia Aguiar Mol

UFMG, natalia.aguiarmol@gmail.com

A escala metropolitana foi retomada recentemente nos âmbitos acadêmicos e operacionais na área do planejamento urbano. Esta escala de políticas públicas apresenta inúmeros desafios para a prática do setor, reflexo do próprio contexto em questão: fragmentação institucional, multiplicidade de atores e instâncias dificuldades de governabilidade, dentre outros. Nesta ótica, instrumentos de planejamento urbano podem ser lidos como momentos/tentativas de superação dessas dificuldades, configurando-se como locus onde se cruzam os diversos atores metropolitanos. No entanto, como interpretar essa pluralidade de atores e ações que se mostram nessa 'arena'? Nesse sentido, buscou-se apoio na teoria da sociologia das ações organizadas (oriunda das proposições dos franceses Michel Crozier e Edhard Friedberg, uma vertente da sociologia das organizações), permitindo orientar o olhar em direção às ações ali construídas, buscando vislumbrar seus potenciais e eventuais alcances

Palavras Chave: Gestão metropolitana; Sociologia da ação organizada; RMBH; Lyon.

ST 2.2 • 02

A CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS PELO IBGE: LIMITES E AVANÇOS DO ESTATUTO DA METRÓPOLE

Mariana Mencio

Universidade Federal do ABC - UFABC, mariana.mencio@ufabc.edu.br

Silvana Zioni

Universidade Federal do ABC - UFABC, silvana.zioni@ufabc.edu.br

A criação das figuras regionais baseadas no exercício da competência dos Estados foi modificada pelo Estatuto da Metrópole, editado com base em dispositivos da Constituição Federal de 1988, com o propósito de fixar as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos Estados. A caracterização das figuras regionais metropolitanas seria feita a partir de critérios fixados por ato administrativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo legado técnico-científico, fundamental para a análise dos processos socioeconômicos e das dinâmicas territoriais, o destaca entre as principais entidades de planejamento territorial do país. Entretanto, ao fortalecer o papel da União Federal na definição de diretrizes gerais da política urbana, neste caso, em termos da criação de figuras regionais urbanas, estabeleceu-se uma controvérsia, que o artigo apresenta e discute. Algumas reflexões jurídicas sobre os diferentes critérios que pautaram o surgimento das figuras regionais e algumas distorções criadas neste sentido, seguidas de considerações sobre a missão institucional do IBGE e a importância de garantir sua permanência a partir do papel atribuído pelo Estatuto da Metrópole na definição da política nacional urbana, em escala metropolitana, são a base de nossa argumentação.

Palavras Chave: Metrópole, Aglomeração Urbana; Microrregião; Estatuto da Metrópole.

ST 2.2 • 03

MARCO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA URBANA E COMPETÊNCIAS DOS NÍVEIS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE COMPARADA ESPANHA-BRASIL

Jefferson O. Goulart

Universidade Estadual Paulista (UNESP), jgoulart@faac.unesp.br

A investigação adota o marco institucional das políticas públicas de planejamento urbano na Espanha como tema, cujo escopo compreende as normas que disciplinam e regulam as ações do Estado relativamente ao ordenamento territorial para formular um juízo analítico sobre o “estado da arte” das políticas urbanas naquele país. Tal meta envolveu o estudo das competências estatais dos diferentes níveis de governo: do governo central, das comunidades autônomas (comparáveis aos estados no Brasil) e dos ayuntamientos (estruturas correspondentes às prefeituras). A análise ainda incluiu um exame geral da configuração político-institucional, da Ley de Suelo e do alcance dos Planes de Ordenación Urbana, tomados como referência privilegiada para que o estudo não se limitasse aos aspectos normativos do marco institucional e também se detivesse sobre seus impactos fáticos em termos territoriais. Assim, os planes são entendidos como uma das partes fundamentais de uma engrenagem institucional mais ampla do arranjo da Política Urbana naquele país. Ao final, faz-se uma análise comparada do cenário espanhol com o arranjo institucional da Política Urbana no Brasil, permitindo identificar, não obstante muitas diferenças, alguns impasses comuns nesses dois países relativamente à efetividade da promoção de padrões de desenvolvimento urbano-regional socialmente inclusivo e territorialmente mais equilibrado.

Palavras Chave: Espanha; Política Urbana; Lei do Solo; Planes de Ordenación Urbana; Planejamento Territorial.

ST 2.2 • 04

GRANDES EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS COMO FINANCIADORES DE PLANOS DIRETORES EM MINAS GERAIS: UMA REAL ALTERNATIVA?

Luiz Felype Gomes de Almeida

NPGAU-UFMG, luizfelype.almeida@gmail.com

Tendo como cenário os municípios de Minas Gerais, o presente artigo discute a obrigatoriedade de financiamento da elaboração e revisão de planos diretores por parte dos empreendimentos econômicos de significativo impacto ambiental. A medida mostra-se prevista na lei federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Dessa forma, abordam-se aqui as regulamentações legais e institucionais em torno da questão, a abrangência potencial de aplicabilidade da medida em Minas Gerais, as iniciativas interfederativas promovidas pelo Governo Estadual para regulação da matéria e por fim dois casos concretos ligados ao tema. Percebe-se que, mesmo sendo uma alternativa à perene crise de financiamento público à construção dos instrumentos de planejamento, a medida encontra-se distante de ser plenamente efetiva e permeada de contradições quando executada concretamente.

Palavras Chave: Planos Diretores; Empreendimentos Econômicos; Minas Gerais.

ST 2.2 • 05

OS (DES)CAMINHOS DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO DA CIDADE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA NOVA BH EM BELO HORIZONTE

Reginaldo Magalhães de Almeida

FUMEC, ralmeida@fumec.br

Juliana Lamego Balbino Nizza

FUMEC, jlamego@fumec.br

Amanda Pereira de Oliveira Diniz

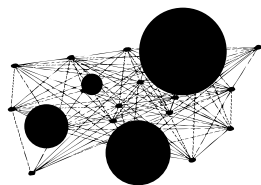
FUMEC, amandadinizpod@gmail.com

Jorge Monteiro Junior

FUMEC, jjmem@hotmail.com

Situando-se na reflexão sobre efeitos territoriais de políticas públicas de CT&I, o artigo busca contribuir ao debate sobre a importância da proximidade no processo de inovação no contexto de socioeconômicas menos desenvolvidas. Compreendendo que interações entre academia e empresas são importante elemento no processo de inovação, observamos que proximidade não concerne apenas à dimensão geográfica. Outras dimensões de proximidade são identificáveis (cognitiva, social, institucional e organizacional). Este enfoque permitiu verificar que, diferentemente do registrado em países avançados, a proximidade geográfica ainda importa para interações universidade-empresa em sistemas de inovação imaturos, apesar das tecnologias digitais disponíveis. Tal observação baseia-se em investigação focada nas interações com empresas de grupos de pesquisa em engenharia química pernambucanos, utilizando dados secundários nas escalas nacional, regional (Nordeste) e estadual (Pernambuco), obtidos nos Censos 2004 e 2010 e nas Bases Correntes 2008 e 2012 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, e entrevistas com líderes dos grupos de pesquisa pernambucanos. Os resultados demonstraram ainda que proximidades social e cognitiva são essenciais para a interação universidade-empresa, e que proximidades institucional e organizacional favorecem as relações entre os grupos de pesquisa, e entre estes e as empresas. A proximidade geográfica, porém, confirmou-se como especialmente relevante, com as iniciativas para a interação partindo mais dos pesquisadores que das empresas, refletindo baixa demanda por cooperação por parte destas últimas. Esta baixa demanda decorre da reduzida importância da inovação para a estratégia concorrencial das empresas, característica de economias menos dinâmicas, refletindo correlação entre baixas capacidade inovativa e ocorrência de interações universidade-empresa.

Palavras Chave: Belo Horizonte; Gestão pública; Operação Urbana Consorciada Nova BH.



ST 2.3

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (3)

23.maio
14h - 16h

ST 2.3 • 01

O PLANEJAMENTO E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

Rodrigo Portugal

Sudam, rodrigo.portugal88@gmail.com

Simone Affonso da Silva

USP, simone.affonso.silva@gmail.com

O planejamento regional voltado à Amazônia depara-se com processos de ocupação socioeconômica e de produção do espaço regional marcados por intensos conflitos e contradições em múltiplas esferas da vida social, que dizem respeito ao próprio projeto de desenvolvimento do país ou mesmo à sua inexistência. Assim, é importante analisar tanto o conteúdo das políticas regionais como a aplicação de seus recursos financeiros e fiscais. Destarte, o objetivo deste texto é examinar a aderência entre: i) o diagnóstico da questão regional e os respectivos objetivos e diretrizes voltadas ao desenvolvimento regional defendidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS), referentes à Amazônia Legal, e ii) a aplicação de recursos financeiros e fiscais pelos instrumentos associados a tais políticas, especialmente do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), dos Incentivos Fiscais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As informações apresentadas neste artigo nos permitem concluir que, mesmo quando bem concebidas e desenhadas, as políticas regionais não são necessariamente implementadas segundo os seus objetivos e diretrizes estratégicas, havendo significativa falta de aderência destas em relação à aplicação de recursos financeiros e fiscais a elas associados. No caso da PNDR e do PAS, há uma clara primazia da dimensão econômica em detrimento das dimensões social e ambiental na gestão de seus recursos financeiros e fiscais, o que é verificado pelo direcionamento às empresas privadas de grande porte, o que se contrapõe às diretrizes preconizadas pelas próprias políticas.

Palavras Chave: Planejamento Regional; Amazônia; Financiamento Regional; Incentivos Fiscais.

ST 2.3 • 02

O TEMPO E A FRONTEIRA: REFLEXÕES SOBRE A ESPACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE EM CONTEXTO AMAZÔNICO

Louise Barbalho Pontes*Universidade Federal do Rio de Janeiro, louise_bp@hotmail.com*

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do Estado, das políticas públicas e da cidadania na formação do espaço urbano na Amazônia ao longo do tempo – suas (des)continuidades e vazios – sem a pretensão de fazer uma análise das políticas públicas propriamente ditas, o artigo se compromete a apresentar uma visão mais ampla e geral da espacialização das mudanças de paradigma que permearam a ação do Estado na Amazônia. Para isso faz-se primeiramente uma leitura crítica sobre o papel do Estado e das políticas públicas e suas limitações. Em seguida são adotados três momentos claramente marcados na história da região: a colonização, o desenvolvimentismo e a condição contemporânea que deram lugar a diferentes formas e tipos de redes que, embora hoje se encontrem amalgamadas e sobrepostas no tecido urbano, podem ser facilmente identificadas no espaço; para ilustrar cada um desses momentos adota-se a cidade de Marabá, situada no sudeste paraense, na Amazônia oriental. E por fim, após analisar as visões por trás das políticas públicas no passado e no presente levanta-se a possibilidade de um potencial transformador com raízes na contemporaneidade e caminho para um futuro mais gregário.

Palavras Chave: Políticas públicas; Cidades na Amazônia; Redes.

ST 2.3 • 03

PLANEJAMENTO REGIONAL NO NORDESTE: A (RE)PRODUÇÃO DE UM PROCESSO ARCAICO

Danielle Maranhão de Castro*Universidade de Fortaleza, daniellemaranhao.arq@gmail.com***Gabriel Napoleão Cardoso***Universidade de Fortaleza, gabrielncardoso2012@gmail.com***Lucas Gomes de Sousa***Universidade de Fortaleza, arqlucasgomes@gmail.com*

O presente estudo busca analisar a atual realidade da aplicação das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, país que desde o período de colonização é marcado por um grave quadro de desigualdade entre suas regiões. Tem como objeto de estudo a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) e a obra de transposição do Rio São Francisco, uma das mais recentes estratégias do governo federal que objetivam promover o desenvolvimento do semiárido nordestino. Levanta questionamentos sobre quem é o real alvo destas políticas e quem será beneficiado, bem como analisa os possíveis impactos urbanos decorrentes da falta de articulação entre as esferas governamentais em sua aplicação. Seria esta atual estratégia a solução para a seca e o desenvolvimento do semiárido, ou meramente a repetição de um padrão histórico de aplicação de políticas regionais no Brasil?

Palavras Chave: Planejamento Regional; Desenvolvimento Territorial; Desigualdade; Políticas Públicas; Nordeste.

ST 2.3 • 04

REFLEXÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Daniel Tochetto

PROPUR/UFRGS, danieltoc@gmail.com

Celia Ferraz de Souza

PROPUR/UFRGS, cfrsouza@terra.com.br

A institucionalização do urbanismo como disciplina e, consequentemente, do planejamento urbano nos órgãos públicos municipal e estadual são referências importantes no estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, as instituições criadas e atuantes durante o século XX estão perdendo força. A hipótese levantada é que o planejamento está em crise. Este trabalho aborda o conhecimento construído sobre o planejamento urbano e regional, ao longo do século XX, e suas instituições e os compara com a atualidade, com o objetivo de levantar questionamentos e promover uma reflexão sobre a atividade. O estudo busca referências nas instituições de planejamento, como órgãos e conjunto de regras, em técnicos e em pesquisadores para analisar e refletir sobre o planejamento, de forma a inseri-lo na ordem do dia e identificar alguns agentes que colaboram para a sua crise

Palavras Chave: Planejamento urbano e regional; Conceito; Prática; Instituições de planejamento; Crise.

ST 2.3 • 05

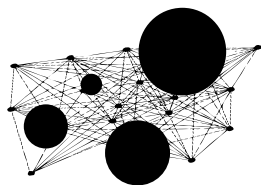
UM ESTADO SEM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: A SAGA DA FUNDREM NO RIO DE JANEIRO (1975-1989)

Robson Santos Dias

Instituto Federal Fluminense - Campus Cabo Friel, robsondias.iff@gmail.com

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de esvaziamento programático e institucional do planejamento urbano e regional no Estado do Rio de Janeiro após a fusão de 1974. A partir de uma análise histórica do que se denomina de questão regional fluminense, que engloba tanto a problemática metropolitana quanto a disparidade entre a capital e o interior, demonstra-se que desde a transferência da capital para Brasília em 1960 falava-se da possibilidade da fusão entre o atual Município do Rio de Janeiro e o antigo Estado do Rio de Janeiro. O principal argumento era que diante das complementaridades econômicas entre as duas unidades territoriais, a cisão era artificial. Essa ideia foi apropriada durante o Governo Geisel, que utilizando argumentos geopolíticos e territoriais, visava fazer da região metropolitana do Rio de Janeiro o segundo polo de desenvolvimento do II PND. Aprovada a fusão, construiu-se um arranjo institucional de planejamento urbano e regional no qual se destacava a FUNDREM, órgão de planejamento metropolitano. Nos anos posteriores à fusão, entretanto, a FUNDREM foi perdendo prestígio e foi esvaziada até ser extinta em 1989. Tal trajetória não foi casuística, mas o resultado do esgotamento de uma agenda em que a questão regional e em particular a questão metropolitana tinham centralidade.

Palavras Chave: Governo Estadual; Planejamento Regional; Planejamento Metropolitano.



ST 2.4

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (4)

23.maio

16h - 18h

ST 2.4 • 01

OS IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS SOBRE AS COMUNIDADES ATINGIDAS: O CASO DO NORTE FLUMINENSE

William Souza Passos

SEMED-Quissamã/RJ), geograwilliam@gmail.com

Érica Terezinha Vieira de Almeida

Universidade Federal Fluminense (UFF), ericalmeida@uol.com.br

José Luis Vianna da Cruz

*Universidade Candido Mendes-Ucam-Campos,
joseluisvianna@uol.com.br*

A partir de meados do século XX, em resposta ao caráter polarizado da ocupação territorial e da distribuição das atividades econômicas, disseminou-se pelo território brasileiro um modelo baseado na implantação de grandes projetos de investimentos. Tais projetos produzem significativos impactos, promovendo a desestruturação do modo de vida original das comunidades mais diretamente afetadas. Neste contexto, o artigo analisa os impactos do Complexo Industrial do Porto do Açu (CIPA) sobre quatro comunidades atingidas no Norte Fluminense: as centenas de famílias de pequenos produtores rurais, expulsas das próprias propriedades, no distrito rural onde o empreendimento se estabeleceu, em São João da Barra; os pescadores dependentes da pesca artesanal de subsistência, desorganizada a partir do início das atividades do CIPA; os catadores que sobrevivem da cata de materiais recicláveis no lixão de Campos dos Goytacazes, fechado após ser considerado um perigo ao tráfego aéreo do aeroporto local, agora em expansão; e os moradores da favela Margem da Linha, removidos pelo fato da favela situar-se numa área de expansão urbana e valorização crescente. Tomando como base o acompanhamento permanente dos principais periódicos em circulação no Norte Fluminense e os resultados apresentados por quatro projetos e um programa de extensão, o trabalho sintetiza a situação, até o momento, das quatro comunidades selecionadas. Ao longo da pesquisa, constatou-se que as decisões ligadas à instalação do CIPA não se estabeleceram de forma democrática e transparente, gerando grandes dificuldades em obter informações precisas, além de falsas expectativas, violação de direitos e insegurança psicológica nos moradores dessas comunidades.

Palavras Chave: Grandes projetos; Impactos; Comunidades atingidas; Norte Fluminense.

ST 2.4 • 02

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Diogo Jordão Silva

Universidade Federal Fluminense, diogojordao@id.uff.br

Silvana Cristina da Silva

Universidade Federal Fluminense, silvanasilva@id.uff.br

A dimensão territorial constitui importante elemento na compreensão da realidade vivida pelas pessoas em situação de rua. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho busca analisar como os equipamentos de políticas sociais se inserem na dinâmica de vida dessa população na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ. A fim de alcançar o objetivo proposto, foram realizados trabalhos de campo nos quatro equipamentos que atendem esse grupo no município. A pesquisa demonstrou que os equipamentos promovem maior articulação entre os indivíduos e o espaço urbano, permitindo o acesso a melhores condições de vida mediante os serviços que lhes são oferecidos.

Palavras Chave: População em Situação de Rua; Território; Políticas Sociais.

ST 2.4 • 03

MOBILIDADE URBANA E PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Clara Lua Silva Medeiros

Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, luaclara.medeiros@gmail.com

Marcelo Werner da Silva

Universidade Federal Fluminens, marcelows@id.uff.br

Este trabalho avaliou como são construídas as políticas públicas de mobilidade urbana. Para tal, apresentamos as contradições existentes no funcionamento das cidades capitalistas, além de trazer informações pertinentes à mobilidade e às dinâmicas de circulação no contexto das políticas públicas brasileiras. Ao adentrar nas especificidades do município de Campos dos Goytacazes-RJ verificamos como são implementadas as políticas de mobilidade existentes, além de avaliar como se dá a participação popular na construção dessas políticas de mobilidade. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho: pesquisa bibliográfica, entrevistas, trabalhos de campo e aplicação de questionários nos terminais rodoviários Luiz Carlos Prestes e Roberto da Silveira. Verificamos a importância de se fomentar estudos relativos ao transporte e a compreensão destes como mecanismos fundamentais na realização de leituras críticas das condições desiguais da sociedade. Destacamos a importância da formulação de políticas públicas no setor de mobilidade que incentivem a inclusão social, a gestão participativa, a equidade no uso do espaço público e o desenvolvimento sustentável. Nosso intuito é incentivar a sociedade civil a se organizar e propor mudanças também em sua cidade.

Palavras Chave: Mobilidade Urbana; Participação Popular; Cidades; Políticas Públicas.

ST 2.4 • 04

A UPP COMO UM MECANISMO DE PRODUÇÃO DA CIDADE CARIOCA: PACIFICAÇÃO PARA QUEM?

Lorene Monteiro Maia

UFRRJ, elisdeoliveirapinho@gmail.com

O presente artigo propõe uma reflexão a cerca da atual política pública de segurança do Estado do Rio de Janeiro no contexto da produção de uma cidade mais integrada. Em 2008, a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro iniciou na cidade um novo modelo de gestão de segurança pública, baseado na ideia de polícia de proximidade, a UPP, cujo principal objetivo seria reestabelecer a ordem e a segurança em territórios centrais entendidos, pelo governo do estado, como marginalizados e violentos. Todavia, o modelo de pacificação implantando nas favelas não foi planejado de forma a promover um desenvolvimento sustentável, deixando ainda mais aparente nesses espaços uma série de lacunas a serem preenchidas que a polícia, por meio das ações de pacificação, não deu conta de atender. Dessa forma, esse trabalho tem enquanto objetivos analisar o real papel da UPP na cidade do Rio de Janeiro e indicar os efeitos de uma política pública de segurança implementada sem ter por base a busca pelo desenvolvimento sustentável, demonstrando, assim, que essa é apenas mais uma política pública para produzir uma cidade vendável que desconsidera fatores relevantes como o interesse e a participação dos moradores por meio de uma gestão social e a construção de um modelo de desenvolvimento territorial planejado para a cidade.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável; Favela; Gestão Social; Políticas Públicas; UPP.

ST 2.4 • 05

DISCUTINDO A MOBILIDADE POR BICICLETA NO RIO DE JANEIRO: QUEM SÃO OS CICLISTAS, PORQUE E COMO PEDALAM

Victor Andrade

PROURB/ UFRJ, victorandrade@fau.ufrj.br

Juciano Martins Rodrigues

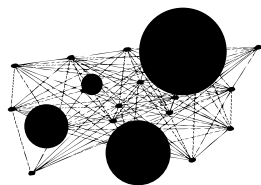
*Observatório das Metrôpoles/UFRJ,
juciano@observatoriodasmotropoles.net*

Filipe Marino

PROURB/ UFRJ, filipemarino@fau.ufrj.br

O panorama atual da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras é crítico. Neste contexto, o transporte ativo – aqui entendido como pedalar e andar – tem papel fundamental na construção de uma cidade mais sustentável. Apesar da importância central do transporte ativo, é escasso o conhecimento sobre as motivações e dificuldades relativas ao caminhar e pedalar nas cidades brasileiras. Este artigo tem como objetivo principal apresentar os resultados da primeira pesquisa nacional brasileira sobre as motivações e desafios para o uso da bicicleta como transporte urbano, assim como o perfil dos usuários desse meio de transporte, realizada em 2015. Esta pesquisa foi realizada através de uma parceria entre o Laboratório de Mobilidade Sustentável (PROURB), ONG Transporte Ativo e Observatório das Metrôpoles, onde é traçado um panorama de 10 cidades brasileiras, distribuídas pelas diferentes regiões do país, em busca de uma maior representatividade nacional. O foco principal desta pesquisa é compreender melhor “O que faz uma pessoa mudar seu comportamento de locomoção e passar a utilizar a bicicleta como principal modo de transporte em detrimento de outros modais?” e “O que faz uma pessoa utilizar a bicicleta como modo de transporte com mais frequência?”. Finalmente, os resultados apresentados nesta pesquisa são utilizados como suporte para elaboração de recomendações de políticas urbanas de promoção do transporte cicloviário, que focam no refinamento e ampliação da infraestrutura cicloviária, otimização da intermodalidade, campanhas de educação e conscientização e ampliação do conhecimento sobre o perfil de ciclistas das metrópoles brasileiras em prol de uma cidade mais democrática.

Palavras Chave: Transporte Ativo; Infraestrutura Cicloviária; Mobilidade Sustentável.



ST 2.5

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (5)

24.maio
14h - 16h

ST 2.5 • 01

FINANCIAMENTO DE GRANDES OBRAS E PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA: O REPASSE DE RECURSOS NO PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA DE SÃO PAULO (2012) – DESCOMPASSOS E FRAGILIDADES.

Carlos Perondi Wieck

Universidade Presbiteriana Mackenzie, carlos.wieck@gmail.com

Eunice Helena Sguizzardi Abascal

*Universidade Presbiteriana Mackenzie,
eunicehelenabascal@mackenzie.br*

A descentralização da Administração Pública, desenvolvida a partir da Constituição de 1988, não foi capaz de criar instrumentos para que os municípios financiassem sozinhos grandes obras e programas de infraestrutura, sendo necessário assim, contar com o repasse de recursos de outras escalas de governo para seu desenvolvimento. Entretanto, convênios de repasse de recursos, como os firmados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentaram entraves na transmissão financeira em vista de diversos fatores de controle, sendo o Preço, questão preponderante ao bloqueio da liberação dos recursos. Assim, por meio da análise do Programa de Mobilidade Urbana de São Paulo (2012) o presente artigo procura apresentar as dificuldades dos governos locais em garantirem o repasse financeiro advindos do PAC, através de convênios firmados em momentos posteriores ao processo de contratação das obras, tratando principalmente a respeito da ausência de um normativo vigente na época das licitações que uniformizasse os critérios e metodologias de precificação que garantiria maior agilidade nos processos de análise de aprovação de projetos e consequente liberação de recursos. Além disso, o presente artigo pretende verificar, através de um comparativo entre alguns dos preços unitários de maior relevância no orçamento destes empreendimentos, de como essa padronização metodológica previsto no decreto Nº 7.983, de abril de 2013, impacta na saúde financeira dos empreendimentos enquadrados neste caso, uma vez que a simples substituição de referência de preço não satisfaz as características específicas dos mesmos.

Palavras Chave: Obras de Infraestrutura; Sistemas de Referência de Preços; PAC; Decreto Federal Nº 7.983.

ST 2.5 • 02

TERRITÓRIO USADO E DINÂMICAS DE PARTILHA DO PODER: POLÍTICA E TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO EM SÃO PAULO

Valderson Salomão*Unesp-Rio Claro, zinho.vss@gmail.com***Fabrizio Gallo***Unesp-Rio Claro, fgallo@rc.unesp.br*

Este texto traz algumas reflexões sobre as dinâmicas de partilha do poder nas políticas metropolitanas de transporte público, sob o contexto do atual pacto federativo brasileiro. Tomando como estudos de caso os usos do território no estado de São Paulo, observa-se que cada um dos níveis de governo está inserido de maneira distinta na trama de ações que concernem à organização da circulação de pessoas pelos espaços metropolitanos. A União, o poder público estadual e cada uma das autoridades municipais faz uso de mecanismos políticos que ora cooperam entre si, ora divergem e levam ao conflito. O governo federal estabelece normas técnicas e organizacionais que hoje são menos incisivas do que eram em períodos anteriores, mas ainda detém grande controle sobre os instrumentos de financiamento. Os municípios tornaram-se fortalecidos com a autonomia política dada pela Constituição de 1988, em torno dos quais se estabeleceram blocos de poder que seguem as diretrizes das elites locais; por outro lado, ainda se veem dependentes dos recursos financeiros concentrados nos outros entes da federação. E o poder público estadual, por fim, parece recorrer à escala metropolitana para recuperar a capacidade de intervenção no território que perdera para os municípios nas últimas décadas.

Palavras Chave: Transporte público; Escala metropolitana; Pacto federativo; Usos do território.

ST 2.5 • 03

DIFERENÇAS ENTRE A RETÓRICA E A PRÁTICA NA IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SÃO PAULO

Geraldo José Calmon de Moura*FAUUSP, geraldo.moura@planmur.com.br*

O discurso que vincula as políticas de transporte às de uso e ocupação do solo data, no caso do metrô paulistano, da década de 1970, momento da implantação dos primeiros exemplos desses equipamentos na cidade, e foi acompanhado da constatação dos fortes impactos e das profundas alterações no uso do solo que essa infraestrutura causava no entorno. No entanto, contrariando o discurso corrente e oficial, a prática cotidiana mostrou que essa integração não se verificou enquanto política pública ou, quando muito, apenas buscou considerar os impactos da valorização imobiliária como estratégia de captura/ transferência de recursos de parte dessa valorização nas cercanias do metrô para financiar a ampliação daquela infraestrutura. O presente trabalho, defendido em 2016 na FAU-USP, procurou as razões que motivaram essa larga diferença entre a retórica governamental e a prática nos processos de implantação da malha metropolitana paulistana. Buscou, ainda, analisar as razões que levaram ao insucesso desse vínculo, apesar da vontade explicitada nos discursos do poder público e da existência, mais recentemente, de elementos técnicos e urbanísticos que, em tese, facilitariam a viabilização dessas intenções. Para isso, foram analisados ao longo das quatro últimas décadas, os projetos metroviários paulistanos, o arcabouço legal urbanístico, os planos urbanos e de transporte, comparando o conteúdo expresso nas respectivas formulações com a dinâmica ocorrida ao longo dos processos de implantação.

Palavras Chave: Metrô; Planejamento Territorial Urbano; Planejamento de Transportes; Transportes; Mobilidade Urbana.

ST 2.5 • 04

OS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO

Fábio Mariz Gonçalves

FAUUSP, fabiomgoncalves@uol.com.br

Luis Fernando Villaza Meyer

SMDU PMSF, luisfvmeyer@gmail.com

Os atuais Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo são definidos no Plano Diretor Estratégico de 2014 de forma distinta àquela vigente anteriormente. Suas naturezas e objetivos, agora centrados nos espaços públicos e na integração de políticas setoriais, fazem com que sejam compreendidos como um instrumento do Sistema de Planejamento Urbano. Buscando contribuir para o relacionamento entre o poder público e a sociedade nas tomadas de decisão e definições de prioridades quanto aos objetos sobre os quais se debruça, os Planos Regionais enfrentam desafios de escala de ao menos três ordens: a relação entre planos setoriais de abrangência municipal e seus desdobramentos locais; a articulação entre instâncias e órgãos centrais e regionais da prefeitura; e processos participativos em uma cidade com onze milhões de habitantes. Com estes desafios em mente, o presente artigo vem apresentar os conceitos e reflexões que fundamentam os novos Planos Regionais das Subprefeituras e as estratégias que embasaram sua revisão participativa, realizada entre agosto de 2015 e novembro de 2016.

Palavras Chave: Plano; Regional; Subprefeitura; Participação; Espaço Público.

ST 2.5 • 05

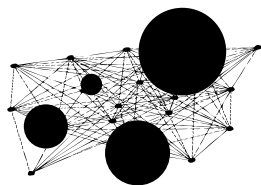
RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS E TRAJETÓRIAS DEPENDENTES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Marcelo Aversa

UFABC, m.aversa@uol.com.br

Este artigo aborda a história institucional recente do saneamento e da governança metropolitana por meio dos conceitos de path dependence e critical juncture. Trata-se de um estudo de caso da história institucional do saneamento na RMSP que considera os processos de mudanças de regime político e institucionais que serviram de base para as relações intergovernamentais entre municípios e Estado de São Paulo, por ocasião da implantação das primeiras redes técnicas de saneamento que integraram os municípios do ABC numa territorialidade supramunicipal. Desta interação intergovernamental é formada a dependência de trajetória da prestação interdependente do serviço entre municípios e estado, que permanece até os dias atuais, entre os municípios de Santo André, Mauá, São Caetano do Sul, Guarulhos e Mogi das Cruzes e a Companhia Estadual de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, como fonte de solução e de conflito da governança metropolitana.

Palavras Chave: Relações intergovernamentais; Municipalismo; História das instituições; Política de Saneamento; Região Metropolitana.



ST 2.6

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (6)

24.maio
16h - 18h

ST 2.6 • 01

GESTÃO LOCAL NA PERSPECTIVA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO E SUAS DEMANDAS MULTI- ESCALARES: OS CASOS DE PIRACICABA E RIBEIRÃO PRETO

Eliana Tadeu Terzi

Universidade de São Paulo, etterci@usp.br

O artigo resulta de estudo comparativo de processos urbanos no interior paulista na vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 2001, que regulamenta a política urbana da Constituição Federal de 1988). Toma-se como base empírica os municípios sedes de duas regiões canavieiras paulistas – Piracicaba (mais antiga) e Ribeirão Preto (mais dinâmica). Consideram-se: (i) os impactos demográficos, sociais e urbanos da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira; e (ii) as ações dos atores públicos e privados na configuração urbana e gestão da cidade. O processo de financeirização da economia mundial desde 1990, impôs a redução do Estado, acirrou a competitividade internacional, promovendo amplo processo de reestruturação produtiva. Particularmente, implicou na internacionalização do agronegócio brasileiro, impactando as localidades, integrando-as em hierarquias multiescalares forjadas pelas demandas da logística das cadeias produtivas, da produção, e escoamento de commodities. Essa conjuntura reorienta a relação entre os setores público e privado e as vantagens locais das cidades serão largamente utilizadas na atração dos negócios, caracterizando o empresariamento urbano. Concomitantemente, a implantação do Estatuto da Cidade ampliou as prerrogativas dos municípios, porém subordinou a dinâmica urbana à função social da propriedade e à inclusão urbana. A contradição entre parâmetros do Estatuto da Cidade, reestruturação do agronegócio e práticas de empresariamento urbano marca a evolução urbana de Piracicaba e Ribeirão Preto nas últimas décadas.

Palavras Chave: Estatuto da Cidade; Agroindústria canavieira; gestão urbana.

ST 2.6 • 02

TRAJETÓRIAS DE LONGO PRAZO, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO: AS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DO VALE DO RIBEIRA E BOCAINA (SP)

Carolina Galvanese

PGT- UFABC, carolgalvanese@yahoo.com.br

Suzana Kleeb

PGT- UFABC, skleeb@uol.com.br

Arilson Favareto

UFABC e CEBRAP, arilson@uol.com.br

As desigualdades territoriais representam importante eixo de reprodução das desigualdades brasileiras. A despeito das políticas tradicionais voltadas à questão regional dos anos 60 e da retomada recente dos debates sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, os desequilíbrios históricos seguem como desafio à agenda pública do país. Os debates teóricos e as recomendações internacionais divergem acerca das estratégias para combatê-las, e as novas dinâmicas territoriais em curso, principalmente aquelas em marcha nas regiões não metropolitanas do país, carecem de uma explicação que permita entender quais os limites e possibilidades que hoje se impõem aos diferentes territórios brasileiros. Partindo de dois casos empíricos – Vale do Ribeira e Bocaina (SP) – buscou-se evidenciar a importância das trajetórias de longo prazo na formação de estruturas territoriais que, metamorfoseadas ao longo do tempo, encaminham o sentido dos processos de mudança e as formas de distribuição do acesso a ativos e poder aos diferentes grupos sociais, em um sentido de maior ou menor inclusão social. A partir de uma leitura acerca das articulações entre sociedade e natureza, mediadas por estruturas e instituições, apresenta-se uma análise que permite entender os fatores envolvidos nas formas de inserção econômica desses territórios e nos resultados da entrada de políticas e investimentos públicos ao longo do tempo.

Palavras Chave: Territórios; Desigualdades; Desenvolvimento; Estruturas sociais; Meio-ambiente.

ST 2.6 • 03

PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS COMO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DE GOIÁS

Eduardo Santos Araújo

IMB/Segplan-GO e UFPR, edusanar@gmail.com

O artigo analisa os programas de incentivos fiscais de Goiás entre 2000 e 2013, de modo a verificar seu impacto econômico vis-à-vis o custo fiscal gerado. Primeiramente, são feitas algumas considerações sobre a economia goiana e a caracterização dos programas de incentivos fiscais de Goiás. Posteriormente, são analisados os custos fiscais dos programas e como afetam a receita pública estadual. Por fim, são evidenciados os impactos econômicos de forma quantitativa e qualitativa. A hipótese do artigo é que os programas de incentivos fiscais de Goiás perderam capacidade de estimular o investimento privado no estado nos últimos anos.

Palavras Chave: Incentivos fiscais; Desenvolvimento econômico; Federalismo.

ST 2.6 • 04

CIRCUITOS PRODUTIVOS E FEDERAÇÃO: ESCALAS DE PLANEJAMENTO NA BAIXADA SANTISTA (SP) PARA A EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL

Márcio Cataia*Unicamp, cataia@ige.unicamp.br***Luciano Duarte***Unicamp, luciano.pduartes@gmail.com*

A descoberta das reservas de petróleo sob a camada do pré-sal na Bacia de Santos em 2007 alterou a geopolítica mundial do petróleo e as previsões de exploração e produção desse recurso no território brasileiro. Para a efetivação dessa exploração, ocorreu um intenso alargamento do circuito espacial produtivo do petróleo sob o comando da Petrobras e um grande conjunto de parapetroleiras. A divisão social e territorial do trabalho promovida por essas empresas não apenas envolve a perspectiva econômica, mas também a política do Estado brasileiro. As relações entre os entes da federação têm fundamental importância para a viabilização do território às novas etapas do circuito espacial produtivo do petróleo na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Os nexos verticais entre a União, o estado de São Paulo e os municípios da RMBS constituem uma forma de institucionalidade que permite a renovação das materialidades, na forma de grandes obras de engenharia, já que os municípios não possuem capacidade orçamentária para tal empreitada. Da mesma forma, autorizam círculos de cooperação no espaço, para viabilizar normas, legislações e pesquisas científicas e tecnológicas voltadas às etapas do circuito espacial produtivo. Por sua vez, os nexos horizontais dizem respeito à necessária cooperação entre os municípios da RMBS para atração de investimentos, para a conformação de uma nova economia regional, buscando evitar, sobretudo, a guerra dos lugares. Assim, o texto objetiva refletir sobre os nexos entre a política das empresas e a política do Estado.

Palavras Chave: Relações federativas; Circuito espacial produtivo do petróleo; Economia política das cidades; Regiões metropolitanas; Municípios.

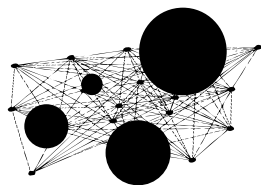
ST 2.6 • 05

COMÉRCIO INTERNACIONAL, ESTRUTURA PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL (2004 A 2014)

Soraia Aparecida Cardozo*Instituto de Economia/UFU, soraia.cardozo@ufu.br*

O artigo analisa as relações entre inserção internacional comercial das cinco macrorregiões brasileiras e suas estruturas produtivas, emprego e renda. Mostra-se como o espaço econômico nacional se articulou de forma heterogênea ao processo de inserção comercial brasileira como exportadora de produtos intensivos em recursos naturais, no período de 2003 a 2013. Utilizando-se do referencial analítico da divisão inter-regional do trabalho, construiu-se indicadores regionais com base nos seguintes dados: comércio exterior; estrutura industrial; emprego e renda. Dentre as principais conclusões, destaca-se que as macrorregiões aumentaram as exportações de commodities, com maior intensidade nas regiões Norte, Sudeste e Sul; a inserção comercial tem relação com mudanças nas estruturas de produção regionais, com aumento da participação das atividades intensivas em recursos naturais na composição do PIB; na indústria de transformação houve aumento na participação da indústria intensiva em trabalho e queda na indústria com maior conteúdo tecnológico; para as cinco macrorregiões houve um aumento das importações voltadas à produção industrial; as atividades exportadoras intensivas em recursos naturais possuem baixa capacidade de geração de emprego e estes concentram-se, predominantemente, em faixas de menor remuneração.

Palavras Chave: Estrutura produtiva regional; Comércio internacional; Desenvolvimento regional.



ST 2.7

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (7)

25.maio
14h - 16h

ST 2.7 • 01

A CONFLUÊNCIA PERVERSA E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Diná Andrade Lima Ramos

UFRRJ, dinalimaramosl@hotmail.com

Carlos Frederico Bom Kraemer

UFF, carloskraemer@gmail.com

Lamounier Erthal Villela

UFRRJ, lamounier.erthal@gmail.com

O objetivo deste artigo é analisar a questão agrária a partir da confluência entre as políticas neoliberais adotadas desde os anos 1990 e as propostas democráticas para o meio rural desde a reabertura política até maio de 2016. Para tanto, realiza-se um ensaio teórico. Essas políticas têm o potencial de impactar a forma de ocupação do espaço rural. Mesmo com a aparente incompatibilidade das condições do modelo do agronegócio, crescente, predador e degradador; com um modelo mais inclusivo de desenvolvimento para o meio rural, buscava-se, mais recentemente, conduzir e possibilitar a convivência entre ambas as propostas, mediante uma agenda mais progressista. Nas políticas que contrapõem o modelo conservador, pelo menos em seu desenho, têm como foco os trabalhadores rurais sem terra, os agricultores familiares e os assentados. Nesta perspectiva, era adotado um enfoque territorial nas ações para o desenvolvimento rural como um meio de contrabalançar as desigualdades socioeconômicas do campo. Na análise, conclui-se que os modelos tanto das políticas neoliberais, quanto das políticas de cunho social estavam convivendo com algum ganho social, antes que assumisse um governo de direita, com suas intenções mais conservadoras. Ao mesmo tempo em que o Estado buscava atender aos interesses da elite agrária brasileira ligada ao agronegócio, implementava-se, ainda que de forma tímida, parte das demandas suscitadas nas lutas sociais para o campo, sobretudo condições de permanência de sua população.

Palavras Chave: Questão agrária; Políticas públicas para o campo; Território.

ST 2.7 • 02

DA LAMA AO CAOS: NOTAS SOBRE O RECONHECIMENTO DE DIREITOS EM TERRAS DA UNIÃO

Fernanda Accioly Moreira
FAUUSP, fefaccioly@gmail.com

O processo de constituição da propriedade privada no Brasil, foi marcado pela passagem do domínio de bens públicos para mãos de particulares. O esforço de delimitação e separação do que seria constituído enquanto propriedade privada, em oposição do que era público, ocorre no contexto de reformulação produtiva e da inserção do país na lógica capitalista internacional, a partir de meados do século XIX. Na prática, a despeito da suposta absolutização da propriedade privada, a opacidade sobre a situação fundiária das terras no Brasil prevaleceu e beneficiou a apropriação ilegal e indevida de extensas frações de áreas públicas por particulares. Nascia aí o jogo da “legalização e falsa legalização” utilizado pelos grandes proprietários ao longo da história. A insegurança jurídica sobre o domínio das terras, regra nesse processo, gerou inúmeros conflitos fundiários urbanos e rurais. E, nesse contexto, mecanismos de reconhecimento de situações de fato, foram incorporados à gestão do patrimônio da União, se valendo da lógica histórica da legitimação de posse irregulares de terras públicas por particulares. O presente artigo, busca debater os efeitos desses processos de reconhecimento de direitos, por parte da administração pública federal, sobre o frágil e displicente tratamento dado às terras da União.

Palavras Chave: Terras da União; Regularização fundiária; Função social da propriedade.

ST 2.7 • 03

ACORDOS DE CESSÃO DE TERRAS AO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA COMO ESTRUTURA DE GOVERNANÇA POLICÊNTRICA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Clarissa Magalhães
GGPGT/UFABC, clarissa.magalhaes@ufabc.edu.br

Na primeira década e meia do século XXI os Territórios de Identidade Costa do Descobrimento e Extremo Sul da Bahia experimentaram ampliações inéditas no estoque de atributos sociais, que promoveram avanços no desenvolvimento com coesão social. Entre os ganhos do período, houve desempenho positivo variado em indicadores socioeconômicos nos 21 municípios que os compõem, como redução do analfabetismo e mortalidade infantil e aumento no acesso a fontes melhoradas de água. Houve também a formação de uma arena de ação que colocou em interação agentes que historicamente estiveram em conflito em torno da questão fundiária: movimentos de luta pela terra e empresas de celulose. Essa arena, expressão inédita de uma estrutura de governança policêntrica nos termos colocados por Ostrom (2010), estabeleceu novas conexões horizontais e verticais entre agentes com projetos territoriais concorrentes, para o debate e a negociação em torno do acesso e uso de recursos escassos, com participação pontuada do Estado e do mercado. Definiu, assim, a cessão de mais de 30 mil hectares de terras ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e pode contribuir para instituir novas coalizões sociais, mais abertas e inclusivas, adensar o tecido social nos territórios e fortalecer os avanços no sentido da coesão. Os acordos, entretanto, ainda não foram implantados em sua totalidade, se veem fragilizados e terão que enfrentar fatores limitantes endógenos, como o excedente de famílias a serem assentadas, e exógenos, como a crise política e econômica pela qual passa o país, que modifica o quadro de forças com interferência sobre eles.

Palavras Chave: Desenvolvimento com coesão; Governança policêntrica.

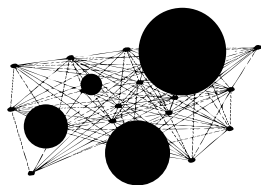
ST 2.7 • 04

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FEDERALISMO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

Renata Cristina do Nascimento Antão
IPPUR/UFRJ, renata.antao@gmail.com

A Lei 11.977 de 7 de julho de 2009 ao tratar do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, pode ser vista como um avanço normativo no que concerne a legislação de regularização fundiária. Em que pese a competência para a elaboração da política urbana seja concorrente aos três entes federativos, grande parte da responsabilidade executória da regularização fundiária é municipal. Buscaremos, assim, analisar quantitativa e qualitativamente as legislações municipais do Estado de São Paulo, realizando análise focada na política legislativa e no federalismo brasileiro dentro da perspectiva da Regularização Fundiária de assentamentos precários, de modo a descortinar o porquê em que pese a vasta legislação urbana, enfrentarmos diversos problemas de moradia e irregularidades urbanísticas, principalmente no que tange a garantia de moradia adequada para populações de baixa renda. As questões que direcionam nossa pesquisa é o porquê do déficit entre aparato normativo e as práticas das políticas públicas de regularização fundiária.

Palavras Chave: Regularização Fundiária; São Paulo; Federalismo; Política Legislativa; Direito Urbanístico.



ST 2.8

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (8)

25.maio
16h - 18h

ST 2.8 • 01

PROGRAMA DE METAS COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

Mauro Ferreira

FCHS/UNESP, mauroferreira52@yahoo.com.br

Murilo Gaspardo

FCHS/UNESP, murilogaspardo@franca.unesp.br

A partir de Emenda à Lei Orgânica da metrópole de São Paulo, dezenas de municípios brasileiros aprovaram Emendas similares que instituíram a obrigatoriedade de Prefeitos apresentarem programas de metas baseados nas propostas que defenderam durante as campanhas eleitorais, apresentando como objetivos expressos a qualificação do debate eleitoral, contribuir com a prática do planejamento na Administração Pública e fortalecer o controle social das políticas públicas, inclusive a política urbana. Desenvolvemos um estudo comparativo entre os dez Municípios do Estado de São Paulo cujos Prefeitos apresentaram seu Programa de Metas para a gestão 2013 – 2016, por meio do qual pretendemos verificar se as normas estavam sendo cumpridas e a viabilidade de transposição de propostas elaboradas para a realidade de grandes municípios para pequenos e médios. Os resultados obtidos apontam as dificuldades enfrentadas na implantação da lei pelos municípios paulistas e sua ineficácia como instrumento de planejamento no formato atual.

Palavras Chave: Programa de metas; Planejamento municipal; Municípios paulistas.

ST 2.8 • 02

PROGRAMA URBANO, PROJETO E FABRICAÇÃO: A OBRA DE JOÃO FILGUEIRAS LIMA (LELÉ) EM SALVADOR

Michel Hoog Chaui do Vale

FAUUSP/Metrô-SP, michelchaui@gmail.com

O presente trabalho trata da obra do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, em Salvador, durante o primeiro mandato do prefeito Mário Kertész (1979-81), especificamente seus projetos relacionados aos transportes. O objetivo principal é compreender algumas relações entre a unidade na concepção projetual, a produção dos sistemas de infraestrutura e algumas práticas de planejamento setorial. Enfatizou-se a transversalidade do projeto em escalas distintas e complementares (do design ao planejamento urbano), ressaltando a organização administrativa constituída por um escritório de projetos e uma fábrica de pré-moldados municipais, a Companhia de Renovação Urbana (RENURB) e suas efetivas realizações, através de linhas de financiamento atreladas a peças de planejamento preexistentes. Buscou-se identificar e analisar projetos, programas de governo e planos setoriais em função da ligação descortinada entre tais elementos e o conjunto de projetos. Ressalta-se a visão sistêmica, a unidade de linguagem, o controle da produção e o alcance social de tal conjunto, tanto em função da tecnologia da pré-fabricação quanto da variedade funcional das estruturas projetadas, que primam pela economia e polivalência, e são justificadas pela demanda e pelas condições socioeconômicas e físicas da cidade e por tentativas anteriores de modernização espacial e econômica

Palavras Chave: João Filgueiras Lima (Lelé); Salvador; Pré-fabricação; Planejamento urbano; Infraestrutura urbana.

ST 2.8 • 03

MARINGÁ: O CASO DA APLICAÇÃO DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (PEUC)

Dânia Brajato

UFABC, dania.brajato@gmail.com

Este trabalho trata da aplicação do 'Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios' (PEUC), e de seu sucedâneo, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, em Maringá, no Estado do Paraná. Entre os anos de 2009 e 2013, o Município notificou para PEUC cerca de 700 proprietários de imóveis ociosos, não parcelados, não edificados ou subutilizados, com o correspondente em área a 14,5 milhões de metros quadrados, pouco mais de 10% de toda sua área urbana. Desde 2011, Maringá aplica o IPTU progressivo no tempo, sendo um dos dois únicos municípios no país que até o início de 2015 havia utilizado o instrumento sucedâneo ao PEUC. Para compreender os resultados da experiência, foram identificados, por meio de pesquisa documental e entrevistas, a lógica territorial de aplicação do PEUC, a reação dos proprietários em termos da iniciativa de utilização das áreas notificadas e o comportamento dos agentes do setor imobiliário em relação ao instrumento. Conclui-se que, no caso de Maringá, a aplicação do PEUC favoreceu de forma limitada a ocupação dos vazios urbanos e não contribuiu para democratizar o acesso à terra. Os limitados resultados alcançados relacionam-se com a aplicação do PEUC dissociada de uma estratégia geral de planejamento urbano nos moldes do ideário da Reforma Urbana.

Palavras Chave: PEUC; Estatuto da Cidade, Função Social da Propriedade, Plano Diretor.

ST 2.8 • 04

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DIRETORES, PPA/LDO/LOA : OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE CAMETÁ E MOCAJUBA NO ESTADO DO PARÁ

Luis Carlos Freitas Rodrigues

UFRA, IPPUR/UFRRJ, luis.rodrigues@ufra.edu.br

A participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas ainda é um dos desafios para gestores e agentes sociais na atual sociedade brasileira. Essa participação é ainda menos latente quando se trata de políticas a nível municipal, onde as práticas clientelistas e de alienação ainda são comuns quando se trata de participação. A análise, aqui apresentada, trata da relação entre a elaboração dos Planos Diretores e os Planos Plurianuais, com suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, não conseguem interagir na direção de uma maior efetividade quanto a participação da população local nos níveis decisórios de políticas públicas, bem como a implementação das ações previstas no Plano Diretor. Para tanto fez-se uma análise dessa relação em dois municípios paraenses, Cametá e Mocajuba, todos situados a margem do Rio Tocantins, próximos a UHE de Tucuruí, levando em consideração seus Planos Diretores e seus PPA/LDO/LOA, aprovados em datas próximas.

Palavras Chave: Participação; Plano Diretor; Plano Plurianual; Municípios.

ST 2.8 • 05

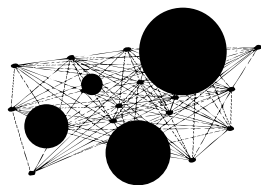
LIMITES E POSSIBILIDADES DO PLANEJAMENTO URBANO EM FLORIANÓPOLIS: DO TECNOCRATISMO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Marcio Marchi

CA-UFSC, marciomarchi@gmail.com

O presente artigo traça um paralelo entre a trajetória dos modelos hegemônicos de planejamento urbano no Brasil e seus reflexos em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Trata das raízes das intervenções urbanas e da implantação dos planos diretores em Florianópolis, enfocando a mudança nos paradigmas de planejamento que ocorreu através dos tempos, sobretudo, com o esgotamento do modelo de planejamento intervencionista e tecnocrático e da emergência de novos elementos característicos da participação popular. Discutem-se, em linhas gerais, os limites e os avanços que a forma de planejamento participativo tem encontrado no contexto brasileiro e especificamente florianopolitano, principalmente, após a instituição do Estatuto da Cidade.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Plano diretor; Tecnocratismo; Governança; Participação popular.



ST 2.9

Estado, Planejamento e Gestão do
Território em suas Múltiplas Escalas (9)

25.maio
14h - 16h

ST 2.9 • 01

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE INTRA-URBANA DO FENÔMENO EM CURITIBA

Mônica Máximo da Silva

IPPUC, monsilva@ippuc.org.br

Luiza Alberti Torrens

Universidade Federal do Paraná, luizatorrens@gmail.com

Maria Clara Iura Schafaschek

Universidade Federal do Paraná, iuramariaclara@gmail.com

Vinicius Luigi Miozzo

Universidade Federal do Paraná, miozzow@gmail.com

O presente artigo propõe-se a investigar a pertinência das teorias acerca da relação entre desenvolvimento social e segurança pública. Os dados aqui apresentados são resultado do trabalho conduzido em 2015 e 2016 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no que cabe ao monitoramento das políticas públicas urbanas. Partindo do atual panorama nacional dos sistemas de monitoramento de segurança, que em sua maioria se concentram exclusivamente sobre as taxas de criminalidade, defende-se a inclusão de novos elementos em tais análises, que permitam a investigação das possíveis causas que estejam motivando os delitos. Ainda, pretende-se colaborar com a evolução dos estudos sobre violência urbana, bem como com as instâncias administrativas responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas. A análise, quantitativa e distributiva, fundamenta-se no cruzamento de indicadores de desenvolvimento social com taxas de criminalidade, no âmbito intra-urbano da cidade de Curitiba, Paraná.

Palavras Chave: Segurança pública; Desenvolvimento Social; Políticas Públicas; Monitoramento; Curitiba.

ST 2.9 • 02

**FLUXOS MIGRATÓRIOS, TERRITÓRIO, INSTITUCIONALIDADES
– CONTORNOS DE UM DEBATE NA CIDADE DE SÃO PAULO****Kelly Ferracini**UFABC, kellyferracini@yahoo.com.br

A crescente na economia nos anos do governo Lula e Dilma entre 2006 e 2014, que diminuíram a taxa de desemprego, atingindo o menor índice da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 4,3%¹. Dentre os avanços podemos citar que o país se tornou atraente para imigrantes em busca de empregos e chances de uma nova vida refletindo internacionalmente. A cidade em expansão e prosperidade econômica constrói no imaginário dos imigrantes internacionais a relação de atração. Sustenta-se neste artigo que as políticas públicas voltadas ao imigrante representam uma construção social e política contestada e por isso cabe uma abordagem multiescalar². Argumenta-se que o processo de formulação de políticas, planos e programas na escala local apresentam aspectos técnicos e políticos transescalares ainda insuficientemente examinados e sugerem possibilidades para seu aprofundamento. Nesse sentido o cerne deste artigo é apresentar as vertentes teóricas que tratam o tema territorialidade, institucionalidades, fluxos migratórios dialogando com o serviço social e a abordagem interventiva da “questão social”. Na perspectiva de uma aproximação do estado da arte, além de uma análise das potencialidades e limites: Escala Local - Centro de Referência e Acolhida para Imigrante (CRAI). Por fim, concluímos o artigo com uma breve síntese dos principais resultados e insights trabalhados no artigo e uma proposta de agenda para futuras pesquisas sobre o tema.

Palavras Chave: Fluxos migratórios; Territorialidade; Institucionalidades; Serviço Social; “Questão Social”.

ST 2.9 • 03

**PROCESSO DE MONITORAMENTO DE INVESTIMENTOS
PÚBLICOS: UM ENSAIO NA SUBPREFEITURA DE CIDADE
ADEMAR****Sofia Arrias Bittencourt**FAUUSP, sofia.ab@gmail.com

Este estudo busca compreender o processo de realização de projetos públicos, considerando os diferentes processos da gestão pública que o levam do planejamento à materialidade. Com a utilização de referenciais teóricos que variam de avaliação de políticas públicas, monitoramento e gestão, e descentralização e transparência, buscou-se compreender como é feito o acompanhamento atual de projetos a partir de diferentes entes da administração e delinear uma maneira em que isso poderia ser feito buscando uma melhor gestão destes projetos. Para tanto foram realizados entrevistas e conversas com técnicos em diversas escalas, além de análises da bibliografia, para a criação de um fluxograma de monitoramento. Com a criação deste fluxograma espera-se criar dentro da escala local, uma instância de gestão horizontal a partir do território, facilitando o processo de planejamento a partir da subprefeitura e criando um ciclo de informação entre todos os entes envolvidos.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Gestão; Descentralização.

ST 2.9 • 04

RUPTURAS DA FORMULAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PAC-CH

Sarah Floresta Leal

Escola de Arquitetura/UFMG, sarahfloresta@gmail.com

Fernanda Borges de Moraes

Escola de Arquitetura/UFMG, fernanda.borges.moraes@gmail.com

No campo das políticas públicas, os estudos que se dedicam à análise das políticas voltadas para a preservação do patrimônio cultural avançaram bastante nas últimas décadas, voltando-se, não apenas para a sua avaliação, mas aprofundando em suas diferentes dimensões e complexidades. Nesse sentido, tratamos, neste artigo, da análise sobre as efetivas contribuições relativas a um modelo de gestão do patrimônio cultural mais abrangente e democrático, tendo como foco a proposta inicial dos “Planos de Ação para Cidades Históricas” e sua posterior conversão no Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH), cotejando seus princípios norteadores com os desdobramentos realizados. Baseado na proposta dos “Planos de Ação para Cidades Históricas”, a postura assumida pelo IPHAN apresentava indícios de mudanças substantivas, quiçá rupturas, há muito demandadas em termos de práticas mais abrangentes e democráticas de gestão do patrimônio cultural brasileiro. A proposta contemplava a elaboração de um desafiador instrumento de planejamento integrado do território, tendo como foco o patrimônio cultural, envolvendo conceitos de descentralização, integração e articulação entre os entes federados e estímulo ao desenvolvimento local, revelando uma sensibilidade social na ampliação do conceito de patrimônio. Sua implementação, entretanto, demonstra que o PAC-CH acabou reforçando o caráter centralizador das instituições de preservação, priorizando a execução de obras, sem preocupar-se, de fato, com os avanços em termos de gestão e desenvolvimento das localidades onde foi implementado.

Palavras Chave: PAC-Cidades Históricas; Desenvolvimento Local; Descentralização; Patrimônio Cultural; Democracia.

ST 2.9 • 05

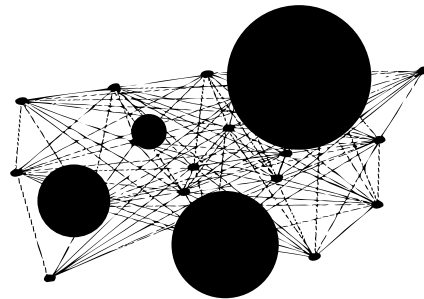
TRAVESSIA RODOVIÁRIA URBANA E REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA URBANA: O CASO DE TERRA DE AREIA-RS

Dionathas Alves

PROPUR-UFRGS, alves.dh@gmail.com

Este artigo apresenta brevemente os resultados obtidos com a pesquisa de mestrado, bem como o marco teórico empregado. A pesquisa tratou de fazer uma análise geohistórica sobre a formação da estrutura urbana do município de Terra de Areia-RS e sua alteração após a instalação de um viaduto na BR-101 no trecho urbano do município. A hipótese defendida foi a que empreendimentos rodoviários em escala regional não dão a devida atenção nos espaços urbanos em escala local. Foram trabalhados os conceitos de Estrutura Urbana, Escala e Organização Espacial. Também analisamos o principal documento de referência do DNIT para empreendimentos rodoviários. Para atingir os objetivos, empregamos o método qualitativo, aplicando-se pesquisa documental e entrevistas. Ainda, na intenção de averiguar os resultados obtidos, realizamos também uma simulação com o software MindWalk, com base em três cenários possíveis para a situação.

Palavras Chave: Estrutura urbana; escala; espaço urbano; rodovias regionais; BR-101.



ST 3

PRODUÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO,
METROPOLITANO E REGIONAL

Comitê Científico:

Beatriz Rufino (PPGAU/FAUUSP)

Benny Schvarsberg (PPGAU/UnB)

Fabricio Leal de Oliveira (PUR/IPPUR-UFRJ)

ST3 - PRODUÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL

TEMAS:

Transformações na produção e gestão do espaço urbano e seus impactos territoriais; novos arranjos, instrumentos urbanísticos, regulatórios e de financiamento na produção e gestão do espaço urbano; agentes e práticas de produção do espaço; dinâmicas de reestruturação territorial na escala urbana e metropolitana; dispersão, concentração e emergência de novas centralidades.

No contexto de forte avanço no neoliberalismo e da crescente financeirização da economia, as transformações na produção e gestão do espaço urbano e regional são marcantes. Tais mudanças vêm estimulando uma crescente produção acadêmica, que partindo de diferentes enfoques disciplinares, procura aprofundar a compreensão desses processos, seus desdobramentos e especificidades considerando os traços particulares de nossa urbanização. Esses esforços têm permitido a ampliação da compreensão teórica e empírica das dinâmicas imobiliárias e do desenvolvimento de grandes projetos urbanos e regionais.

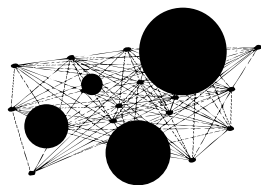
Ao mesmo tempo em que iluminam processos de centralização e concentração do capital, muitos trabalhos têm mostrado a significativa ampliação da escala dos artefatos imobiliários e das intervenções urbanas, as quais passam a ser crescentemente apoiadas em instrumentos como as Parcerias Público-Privadas. No bojo da compreensão desses processos toma força também a análise sobre os agentes envolvidos na produção (incorporadoras, empreiteiras) e dos novos arranjos e instrumentos urbanísticos, financeiros e de gestão do espaço.

ST 3.1 • 01

QUAL GOVERNANÇA METROPOLITANA? EMBATE ENTRE AS AGENDAS COMPETITIVA E COOPERATIVA NOS RUMOS DE DUAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS: BELO HORIZONTE E LILLE (FRANÇA)

Patrícia Silva Gomes

*Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas,
sgomespatricia@yahoo.com.br*



ST 3.1

Planejamento e Estruturação
Metropolitana e Regional (I)

22.maio

14h - 16h

O artigo tem por objetivo analisar as formas de governança competitiva e cooperativa em duas metrópoles contemporâneas: Belo Horizonte, Brasil, e Lille, na França; refletindo sobre os arranjos institucionais e as possibilidades de estruturação de uma governança metropolitana cooperativa mais efetiva, frente a uma trajetória de lacunas políticas e de falta de reconhecimento coletivo desses territórios como adequados para pactuação de vários problemas comuns. Enquanto as transformações econômico-urbanas, com reestruturação desses espaços na escala da “metrópole-região” e transferência de grandes projetos para as periferias, incitam oportunidades estratégicas para atuação de uma governança competitiva, resultando em uma maior complexidade de sua gestão.

Palavras Chave: Governança metropolitana; Regiões metropolitanas; Regulação do uso do solo metropolitano; Metrópole belo-horizontina; Área Metropolitana de Lille.

ST 3.1 • 02

A INFRAESTRUTURA URBANA NA BERLINDA: ENTRE TÍMIDOS AVANÇOS E RISCOS DE RETROCESSOS

Marco Aurélio Costa*lpea, marco.costa@ipea.gov.br***Bárbara Oliveira Marguti***lpea, barbara.marguti@ipea.gov.br***César Buno Favarão***lpea, cesar.favarao@ipea.gov.br***Thêmis Amorim Aragão***lpea, themisaragao@gmail.com*

Este artigo, resultante de duas linhas de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas desde 2010, propõe-se a olhar criticamente para os espaços metropolitanos do país, arguindo sobre as possibilidades de se superar um dos principais gargalos para o desenvolvimento urbano-metropolitano do Brasil: a deficiência na oferta de infraestrutura urbana. Para tanto, é apresentado um quadro geral, através da análise do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que atesta a melhoria dos indicadores sociais em diferentes escalas e territorialidades, mas que demonstra, em alguns pontos do território, avanços mais lentos, ou mesmo retrocessos, do subíndice que informa sobre a disponibilidade de infraestrutura urbana. Na sequência, o artigo apresenta um paradoxo: os avanços socioeconômicos refletem, em boa medida, o dinamismo do setor imobiliário e da produção de espaço urbano, sobretudo nos principais espaços metropolitanos do país; contudo, a retração da vulnerabilidade social na dimensão infraestrutura urbana mostra-se lenta e a política urbana não tem se beneficiado da valorização imobiliária. Por fim, a partir da sistematização do acompanhamento dos processos de adequação da governança e da gestão metropolitanas ao Estatuto da Metrópole nas principais RMs do país, são apresentados os principais problemas político-institucionais e questões associadas às frágeis soluções de financiamento do desenvolvimento urbano-metropolitano, que ainda se encontram longe de serem superados e enfrentam desafios ainda maiores no atual cenário.

Palavras Chave: Infraestrutura urbana; Governança metropolitana; Vulnerabilidade social; Desenvolvimento urbano; Financiamento.

ST 3.1 • 03

MOBILIDADE PENDULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE (RMR)

João Gomes Da Silva*Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC),
joaoeconomia@ymail.com.***Silvana Nunes de Queiroz***Universidade Regional do Cariri (URCA),
silvanaqueiroz.ce@yahoo.com.br*

Estudos sobre os deslocamentos cotidianos para trabalho e/ou estudo são incipientes na literatura brasileira, notadamente quando se refere a pendularidade na Região Metropolitana de Recife (RMR). A partir disso, este artigo tem como principal objetivo, analisar e comparar as características da mobilidade pendular entre os quatorze municípios da Região Metropolitana de Recife, no ano de 2010. Em termos metodológicos, os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 são a principal fonte de informações. Os principais resultados apontam que na RMR, os municípios de Recife, Olinda e Jaboatão são os responsáveis pelos maiores volumes de pessoas que circulam cotidianamente nessa área metropolitana. Sendo assim, Recife recebe os maiores volumes de deslocamentos pendulares condicionados pelo motivo de trabalho e estudo. Tal dinâmica está associada a concentração de investimentos na capital e mostra a dependência dos municípios que fazem parte da RMR. Em contrapartida, Jaboatão e Olinda apresentam as maiores saídas, notadamente para Recife, dado a aproximação geográfica e oportunidades de emprego e estudo. Olinda figura como cidade dormitório, devido a presença de conjuntos habitacionais, propiciando um volume acentuado de saídas para outros municípios. No tocante a Jaboatão, esse município é o principal emissor dos deslocamentos diários por questões de trabalho e estudo na RMR, dinâmica associada a presença de empreendimentos habitacionais nesse local.

Palavras Chave: Mobilidade; Pendularidade; RMR.

ST 3.1 • 04

O SISTEMA DE CIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Débora Ferreira da Cunha

Universidade Federal de Goiás, FCS/IESA, Brasil, debora@ufg.br

Celene Cunha Monteiro A. Barreira

Universidade Federal de Goiás, IESA, celenemonteiro05@gmail.com

Nuno Marques da Costa

Universidade de Lisboa, IGOT, nunocosta@campus.ul.pt

No contexto brasileiro região metropolitana é uma unidade territorial legalizada, instituída pelos Estados, composta por diferentes cidades que se aglutinam em torno de uma grande cidade formando uma estrutura territorial complexa, a princípio, pela concentração de população e de atividades econômicas, que geram oferta e demanda de bens e serviços, motivadas por decisões estratégicas que resultam nesse agrupamento de cidades. As cidades e suas interações organizam o espaço geográfico produzindo ou não bem-estar para sua população. A compreensão da organização territorial de regiões metropolitanas não se esgota pela interpretação da metrópole ou da grande cidade, mas de todas as cidades envolvidas e funcionalmente integradas. Este artigo busca identificar as alterações na organização da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), caracterizando as principais (dis)similaridades entre seus municípios, adotando o espaço de análise que esteja dentro dos limites administrativos da região. A análise está centrada nas alterações recentes de distribuição da população, do emprego e da estrutura dos movimentos casa-trabalho-estudo, os resultados apontaram uma complexificação do sistema metropolitano, evidenciando ainda que a região está em processo de consolidação, em estágio inicial de formação e desenvolvimento, pelo próprio tempo de sua existência.

Palavras Chave: Região metropolitana; Interação espacial; Movimentos pendulares.

ST 3.1 • 05

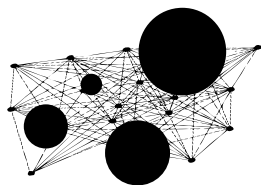
CAXIAS DO SUL: ENTRE O REGIONAL E O LOCAL

Terezinha de Oliveira Buchebuan

UFRGS e Universidade de Caxias do Sul. tobuchebuan@ucs.br

Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, se destaca pelo seu dinamismo econômico, é a segunda maior cidade do estado e configura-se como um importante nó de relações em sua região de inserção. No entanto, seu espaço urbano apresenta desigualdades socioespaciais, provocadas pelo desenvolvimento industrial associado à uma crescente e desregrada urbanização. O objetivo do presente estudo é entender os processos que geram essa dualidade e, para isso, os conceitos de 'região' e de 'cidade média' são utilizados. Busca-se assim, apresentar uma leitura do papel que Caxias desempenha no contexto regional e, internamente, interpretar as desigualdades presentes na realidade local. O trabalho de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, documental e legal na identificação das razões da expansão do perímetro urbano e na relação com as diferentes formas adotadas pelas ocupações irregulares. Antecipa-se que a elite empreendedora, por vezes, atua à margem da legislação e que, podem surgir leis para regularizar situações já consolidadas na malha urbana. As conclusões apontam que, embora a cidade ocupe posição de destaque no cenário regional e, mesmo nacional, ainda manifesta, na sua materialidade, os espaços da diferença, com muros de condomínios isolando a cidade dos ricos da cidade dos pobres, mantendo ao longo do tempo, a segregação socioespacial.

Palavras Chave: Região, Cidade média; Espaço intraurbano; Segregação socioespacial; Caxias do Sul.



ST 3.2

Planejamento e Estruturação Metropolitana e Regional (2)

22.maio

16h - 18h

ST 3.2 • 01

EXPANSÃO URBANA E AS LÓGICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ESTUDO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Caroline Krobath Luz Pera

*Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
carolinepera@gmail.com*

Laura Machado de Mello Bueno

*Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
laurab@puc-campinas.edu.br*

Este artigo analisa a produção do espaço urbano contemporâneo contrapondo a expansão das áreas de fato urbanizadas com o intenso processo de crescimento das áreas legalmente urbanas, com foco no estudo das lógicas de produção atuantes nesses processos. Ao analisar as lógicas de produção do espaço urbano, não se focou nos agentes individuais, mas nos agentes coletivos - entendidos como grupos ou organizações que agem em determinada arena política. Notou-se que a expansão urbana da área estudada, a Região Metropolitana Campinas (RMC), ocorreu a partir de vetores induzidos pelas lógicas detentoras de maior poder político, econômico e ideológico para interferir nos rumos da produção do espaço. A verificação de uma dominação econômica e política se deu por meio da identificação empírica das lógicas de produção que mais atuaram na alteração da legislação urbanística municipal que trata a questão da expansão urbana. A questão da dominação ideológica foi estudada a partir da identificação das justificativas utilizadas por esses agentes coletivos dominantes para legitimarem a constante necessidade de expansão da área legalmente urbana, permanecendo velados os reais interesses políticos e econômicos por trás desses processos.

Palavras Chave: Expansão Urbana Contemporânea; Região Metropolitana de Campinas; Produção do Espaço Urbano; Perímetro Urbano; Lógicas de produção do espaço urbano.

ST 3.2 • 02

EXPANSÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DA POLARIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB)

Sergio Magno Carvalho de Souza

Universidade de Brasília (UnB)/ Sudeco, smcsgeo@gmail.com

Nos dias atuais, os processos de expansão urbana e metropolitana vem apresentando tendência de expansão de forma mais dispersa, em oposição ao modelo da metrópole compacta de anteriormente. Neste processo, mudanças tem sido percebidas na estrutura econômica destes espaços, com o surgimento de subcentros e, com eles, novos vetores de polarização. Em Brasília, metrópole terciária, tem ocorrido uma expansão metropolitana dispersa acompanhada do surgimento destes subcentros, que aparentam também se reproduzir nos municípios atingidos pelo processo de metropolização. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar tendências recentes da polarização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), à luz do processo de expansão metropolitana da Capital Federal. Parte-se do argumento de que alguns municípios da AMB apresentam tendências iniciais de polarização de outros municípios desta região, o que pode ser um indicio da formação de subcentros. Os resultados apontam para a permanência de vetores de polarização dos municípios da AMB em relação ao Distrito Federal, chamados vetores principais, e que tem se mostrado em níveis diferentes, sendo maior nos municípios de economias menos dinâmicas. Por outro lado, foram identificados vetores de polarização secundários, dos municípios da AMB entre si (e para com municípios fora deste recorte espacial), o que aponta para a possível formação de subcentros, atrelados à dinamização do comércio ao sul do Distrito Federal.

Palavras Chave: Expansão metropolitana; Área Metropolitana de Brasília (AMB); Subcentros; Polarização.

ST 3.2 • 03

FRAGMENTAÇÃO E CONECTIVIDADE EM NOVAS ÁREAS DE CENTRALIDADE METROPOLITANA. O CASO DE BUENOS AIRES

Sonia Vidal-Koppmann

Universidad de Buenos Aires/CONICET, sonia.vidalk@gmail.com

A nova acepção de regiões dispersas urbanas (Monclús, 1998; De Matteis, 1998; Nel-Lo, 1998, entre outros) mostrou uma morfologia diferente: a de centralidades fragmentadas desenvolvidas ao longo dos corredores de circulação. Esta nova topologia nas periferias metropolitanas apresenta uma marca socioterritorial, ligadas às mudanças nas práticas cotidianas (Duhau e Giglia, 2008), gerando uma nova lógica espacial. A morfologia destas centralidades baseadas, por um lado, na localização de grandes projetos arquitetônicos destinados às atividades de comércio e serviços e, de outro lado, em sua relação com as malhas rodoviárias metropolitanas, evidencia esquemas de organização territorial na qual a fronteira entre o rural e o urbano é diluída. Na região metropolitana de Buenos Aires (RMBA), produto do planejamento exercido pelo mercado imobiliário, constata-se tal transformação. Para embasar, empiricamente, tais considerações, apresentaremos o progresso da pesquisa em dois corredores rodoviários: norte e sudoeste; destacando em ambos a fragmentação territorial e a segregação socioresidencial. Desta maneira, procuramos expor algumas reflexões teóricas e abrir ao debate quatro questões fundamentais: a) A relação entre as centralidades e a mobilidade urbana; b) As estratégias dos empreendedores em relação à “financeirização” da cidade e da produção de espaço urbano; c) A banalização dos espaços de centralidade como determinantes da dinâmica urbana; d) A desigualdade e a fragmentação de novas e velhas centralidades e seu impacto socioterritorial.

Palavras Chave: Expansão metropolitana; Novas centralidades; Conectividade.

ST 3.2 • 04

PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO E REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL: O QUE ACONTECEU NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS?

José Marcos Pinto da Cunha

NEPO - Unicamp e CEM/CEBRAP, zemarcos@nepo.unicamp.br

Késia Anastácio Alves da Silva

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, kesia.anastacio@hotmail.com

Luiz Antônio Chaves de Farias

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, fariasax@uol.com.br

Este estudo tem o intuito de realizar uma análise comparativa sobre a dinâmica de produção do espaço metropolitano de nove Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras, sob o ponto de vista de sua dimensão demográfica, com especial enfoque na mobilidade espacial da população. Em específico, busca-se identificar similaridades e diferenças entre as mesmas, particularmente no que se refere às suas mudanças socioespaciais e o papel da migração nas últimas décadas. Nesse sentido, trata-se de analisar o comportamento da migração interna nas dinâmicas demográficas das RMs e como estas impactaram (ou não) a mobilidade residencial no interior destas regiões metropolitanas; também interessa conhecer o papel destas RMs no processo migratório dos seus respectivos estados. Fruto de um projeto coletivo mais amplo, este trabalho faz uma síntese dos principais achados para este conjunto de RMs que, em 2010, representavam cerca de 40% do PIB nacional e pouco mais de 26% da população brasileira. Os dados analisados provêm dos Censos Demográficos Brasileiro de 1991, 2000 e 2010 e a estratégia de análise parte, primeiro de um olhar para as RMs em sua totalidade, e logo após para a heterogeneidade interna através de uma tipologia de municípios.

Palavras Chave: Metropolitização; Redistribuição espacial da população; Mobilidade residencial.

ST 3.2 • 05

A ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS EM UMA DÉCADA DE MUDANÇAS (2000-2010)

Alexandre Magno Alves Diniz

PUC Minas e Observatório das Metrôpoles, alexandremadiniz@gmail.com

Jupira Gomes de Mendonça

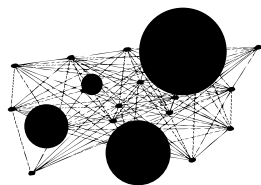
UFMG e Observatório das Metrôpoles, jupira@ufmg.br

Luciana Teixeira de Andrade

PUC Minas e Observatório das Metrôpoles, lucianatandrade1@gmail.com

Este artigo busca analisar as mudanças ocorridas na estrutura sócio-ocupacional das 15 principais regiões metropolitanas brasileiras nos últimos dez anos (2000-2010). A motivação principal foi compreender se as mudanças sociais e econômicas que ocorreram nessa década, captadas por vários indicadores, também puderam ser percebidas na estrutura da sociedade metropolitana. A ocupação foi utilizada como variável principal para a análise e a sua fonte empírica foram os Censos Demográficos do IBGE. A partir da ocupação se construiu uma proxy da estrutura social, combinando a variável ocupação com posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade e renda. Agrupadas inicialmente em vinte e cinco categorias sócio-ocupacionais, deram origem a oito grupos hierárquicos. A comparação mostrou um grau pequeno de mudanças, de maneira que não se pode concluir que tenha havido alterações significativas na estrutura da sociedade brasileira. No entanto, algumas mudanças são reveladoras dos movimentos e processos da década. As principais foram: o aumento dos profissionais de nível superior e o encolhimento dos grupos dirigentes e dos pequenos empregadores. Por outro lado, puderam ser detectados movimentos destoantes por parte de algumas RMs, o que demandará acompanhamento e novas investigações.

Palavras Chave: Hierarquia social; Metrôpoles brasileiras; Análise comparativa; Grupos sócio-ocupacionais.



ST 3.3

Planos, Legislações e Instrumentos (I)

23.maio
14h - 16h

ST 3.3 • 01

AS IDEIAS DE PAISAGEM NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Fernando Domingues Caetano

PARANACIDADE, fernando.d.caetano@gmail.com

Alessandro Filla Rosaneli

Universidade Federal do Paraná, alefilla@yahoo.com

Nos últimos anos, o Plano Diretor Municipal (PDM) tornou-se no Brasil, e no Paraná, o principal instrumento de planejamento urbano. Se por um lado o PDM passa a ser enxergado como condição básica para o cumprimento das funções sociais da cidade, por outro, a pretensão de inserir nele tudo o que for importante para o município apenas contribui para o seu descrédito. Leituras genéricas e repetitivas da paisagem nos PDMs pouco contribuem para viabilizar ações concretas para garantir aos cidadãos o direito à paisagem, entendida como um bem precioso para a qualidade de vida dos seres humanos. Os objetivos do presente artigo são: i) identificar os PDMs do Paraná que mais utilizaram o vocábulo paisagem em sua legislação urbanística: Lei do PDM e Lei de Uso e Ocupação do Solo; e ii) perceber quais as ideias predominantes de paisagem estão contidas nos PDMs que mais apresentaram ocorrências do radical “PAISAG”. Os resultados da pesquisa apontaram que as ideias predominantes de paisagem encontradas nos PDMs selecionados estão relacionadas a: embelezamento dos espaços (paisagismo); característica física do ambiente natural; bem cultural construído coletivamente ao longo da História (patrimônio); beleza cênica ou cenário. Apesar dos PDMs apresentarem certa preocupação com a paisagem, ressalta-se que, de maneira geral, essa preocupação corresponde mais a reprodução de um discurso adequado e repetitivo para atender a uma obrigatoriedade legal, do que o resultado de uma reflexão, pertinente e necessária, sobre as paisagens existentes e futuras no território municipal.

Palavras Chave: Paisagem; Plano Diretor; Paraná; Planejamento Urbano.

ST 3.3 • 02

O PLANO NORMATIVO E O PLANO ESTRATÉGICO: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS ENTRE A REVISÃO DAS LUOS E O FORTALEZA 2040 QUANTO AO PREDOMÍNIO DOS PROJETOS URBANOS NA CAPITAL CEARENSE

Rodolfo Anderson Damasceno Góis

Geografia - UFC, rodolfo.geoufc@gmail.com

Na última década, multiplicaram-se os projetos urbanos nas grandes cidades, os quais decorrem de uma política urbana inclinada para a promoção do desenvolvimento econômico. Essa política compreende a cidade como espaço de ações estratégicas, implicando em uma gestão de tendência empresarial, promovendo atração de investimentos, flexibilização das diretrizes do planejamento normativo, promoção de planos estratégico e predileção por projetos urbanos. Em Fortaleza, cada vez mais, constata-se que grandes intervenções urbanas são realizadas, as quais pouco consideram o plano diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Atualmente, há na capital cearense dois processos de planejamento em curso. O primeiro, ainda vinculado ao Plano Diretor Participativo de 2009, trata da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, em substituição à lei de 1996; o segundo, chamado Fortaleza 2040, busca orientar o desenvolvimento do município no longo prazo mediante a formulação de propostas de grandes intervenções urbanas. As análises presentes neste trabalho revelam que, apesar de ambos estarem sendo realizados por equipes de órgãos diferentes, e vinculados a consultorias distintas, ambos se mostram associados na medida em que viabilizam grandes intervenções urbanísticas em Fortaleza. Assim desta maneira favorecendo os interesses do setor privado em detrimento dos interesses da coletividade.

Palavras Chave: Lei de Uso e Ocupação do Solo; Fortaleza 2040; Planejamento Urbano.

ST 3.3 • 03

MACROZONEAMENTOS MUNICIPAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA A DISCUSSÃO SOBRE O USO DO SOLO DA RMVPLN

Daniel José de Andrade

Universidade do Vale do Paraíba, joseandrade26@yahoo.com.br

Adriane Aparecida Moreira de Souza

Universidade do Vale do Paraíba, adriane@univap.com

Cilene Gomes

Universidade do Vale do Paraíba, cilenegomes@terra.com.br

O debate sobre o planejamento na escala metropolitana tornou-se necessário depois da criação da lei nº 13.089 de 12 janeiro de 2015, que instituiu o Estatuto das Metrôpoles. Nesta recém-criada lei, o planejamento para as Regiões Metropolitanas (RMs) seguirá o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), cujo o prazo de adequação encerra-se no ano de 2018. O processo de institucionalização de RMs no País se inicia na década de 1970, por meio da ação centralizadora da União. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a criação de novas unidades político-administrativas passou a ser de competência dos governos estaduais. A década seguinte foi marcada por diversos debates sobre a dinâmica urbana brasileira, culminando com a elaboração em 2001, de uma nova ordem jurídico-urbanística, o “Estatuto das Cidades”. Tais marcos explicam em parte os desafios atuais do planejamento, da gestão e da execução de projetos em escala metropolitana. Para a melhor compreensão do planejamento metropolitano e suas futuras possibilidades, para este estudo foram selecionados os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba, Caçapava e Tremembé, pertencentes a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Neste recorte espacial, foram realizadas consultas aos respectivos planos diretores e macrozoneamentos municipais. Neste sentido, este estudo tem como objetivo contribuir com o debate metropolitano, apresentando os tipos de ordenamentos territoriais na escala municipal, e suas influências e desafios para a elaboração para o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) na escala da RMVPLN

Palavras Chave: Planejamento metropolitano; Plano diretor; Macrozoneamento; PDUI.

ST 3.3 • 04

A EXPANSÃO URBANA PRIVATIZADA: A LEI E O MERCADO IMOBILIÁRIO NO CASO DE INDAIATUBA – SP

Marla Jéssica Marinho

ATC/ FEC – UNICAMP, marla_marinho@hotmail.com

Gisela Cunha Viana Leonelli

ATC / FEC- UNICAMP, gisela@fec.unicamp.br

O presente artigo tem como objetivo fomentar a discussão sobre a expansão urbana atual das cidades brasileiras pautada na privatização de espaços, onde a principal forma de expansão do solo urbano é por meio dos loteamentos ou condomínios horizontais fechados. A partir do estudo da evolução da expansão urbana por empreendimentos fechados de Indaiatuba – SP é possível ilustrar o crescimento da cidade murada. Des taca-se o papel da legislação municipal como indutor e potencializador deste mercado imobiliário e da urbanização fechada.

Palavras Chave: Loteamentos Fechados; Expansão Urbana; Legislação Urbana; Espaço Público.

ST 3.3 • 05

EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES E LACUNAS

Amanda Paulista de Souza

FAUUSP, apaulista.souza@gmail.com

He Nem Kim Seo

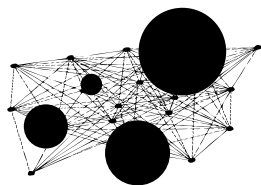
UPM, henem.kim@gmail.com

Rosana Yamaguti

UFABC, rosieyamaguti@gmail.com

O presente artigo se propõe a analisar os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETU) enquanto instrumento fundamental de efetivação da orientação do desenvolvimento urbano em função do sistema de transporte público e coletivo, conforme estabelecido pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Municipal n. 16.050/2014) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal n. 16.402/2016). A ideia é, a partir da análise do referido instrumento, avaliar se os possíveis impactos territoriais e sociais dos seus regramentos vão no sentido de efetivar os objetivos de inclusão social e qualificação urbana perseguidos pelo Plano Diretor Estratégico como um todo.

Palavras Chave: Plano Diretor Estratégico; Zoneamento; Eixo de Estruturação da Transformação Urbana; Inclusão Social; Qualificação Urbana.



ST 3.4

Planos, Legislações e Instrumentos (2)

23.maio

16h - 18h

ST 3.4 • 01

A MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA: INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS COMO MEIO DE PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EM DETRIMENTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Amíria Bezerra Brasil

UFRN, amiriabrasil@gmail.com

Emanuel Ramos Cavalcanti

Univ. Presbiteriana Mackenzie, emanuel.cavalcanti.au@gmail.com

Marcelo Mota Capasso

UNIFOR, mm.capasso@gmail.com

Apesar da existência de planos diretores que deveriam ter regulado a produção do espaço urbano em Fortaleza, durante o século XX e início do século XXI, ela foi protagonizada pela iniciativa privada, provocando uma grande desigualdade na apropriação do solo urbano. Os investimentos públicos aconteceram prioritariamente onde estavam os interesses de investimento privado, contribuindo para esse cenário. A partir da década de 1990 os primeiros instrumentos urbanísticos foram propostos com o intuito de equilibrar o acesso à terra e democratizar os investimentos públicos, o que não surtiu o efeito desejado. Na década de 2000, após a aprovação do Estatuto da Cidade, o plano diretor da cidade foi revisto de forma participativa e novos instrumentos foram propostos para reverter a lógica de produção do espaço excludente da cidade. Esses instrumentos também não foram capazes de modificar a estruturação espacial, e por vezes serviram às avessas do que se propunham. Dessa forma, este artigo se propõe a analisar como a produção do espaço em Fortaleza, se deu a partir da revisão do seu plano diretor segundo princípios da Lei do Estatuto da Cidade, apresentando como os instrumentos urbanísticos foram ressignificados para atender aos interesses privados, em detrimento da coletividade. O artigo é fruto de trabalhos desenvolvidos individualmente pelos autores, mas também de inquietações comuns que os acompanham diariamente.

Palavras Chave: Plano diretor; Instrumentos urbanísticos; OUCs; ZEIS; ZEDUS.

ST 3.4 • 02

A APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: O CASO DA CIDADE DE PALMAS-TO

Thaís Yane Kegler Paz

Universidade Federal do Tocantins, thaisyane@yahoo.com.br

A aplicação da 'Outorga Onerosa do Direito de Construir' (OODC) é objeto deste estudo por se considerar a hipótese de que este instrumento, previsto pela Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), apresenta limites significantes na sua utilização, sobretudo no que diz respeito à sua gestão pela esfera municipal. Pretende-se, desta forma, conhecer as implicações do mesmo na produção do espaço urbano de Palmas-TO, Brasil, bem como verificar a sua capacidade em atender aos objetivos traçados pelo Estatuto da Cidade, seja ao conter os mercados imobiliários ou ao controlar as densidades urbanas. Para tanto, fez-se necessário: o estudo das leis específicas que regulamentam o instrumento na cidade; a verificação de dados in loco e, por fim, a realização de entrevistas informais com agentes ligados diretamente à gestão urbana de Palmas. O que resultou em uma abordagem ampla do instrumento, desde o conceito que o fundamentou, o solo criado, até a sua utilização na prática. As inconformidades percebidas na aplicação de tal instrumento ferem os princípios do Estatuto da Cidade, quando não a própria lei específica que o regulamenta no nível municipal. As consequências desta apropriação indevida da OODC resultam em prejuízos consideráveis na qualidade de vida dos habitantes da cidade como um todo, seja por impactos diretos ou indiretos, caso daqueles que se beneficiariam com os recursos obtidos desta parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada.

Palavras Chave: Estatuto da Cidade; Instrumento Urbanístico; Outorga Onerosa do Direito de Construir.

ST 3.4 • 03

VARIAÇÕES NA PRÁTICA DOS INSTRUMENTOS DE SOLO CRIADO: COTA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DE CURITIBA

Ricardo Serraglio Polucha

*Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba,
ricardopolucha@gmail.com*

Os instrumentos de solo criado compõem um sistema que deve ser operado em conjunto. Esse princípio nem sempre foi observado, favorecendo o surgimento de diferentes tipos de conflitos em sua implantação no Brasil. O objetivo do artigo é discutir esses conflitos a partir de um caso concreto em Curitiba. Trata-se da Cota de Potencial Construtivo, um instrumento de solo criado que surgiu com uma característica híbrida de Transferência do Direito de Construir e Outorga Onerosa do Direito de Construir. Ao longo do tempo, porém, as características de Outorga Onerosa do Direito de Construir prevaleceram. Para alcançar o objetivo proposto será apresentado o sistema de instrumentos de solo criado de Curitiba e em seguida avaliada a quantidade de potencial construtivo adquirida, os respectivos recursos arrecadados, e o efeito disso na política urbana da cidade.

Palavras Chave: Transferência do direito de construir; Outorga onerosa do direito de construir; Curitiba; Planejamento urbano.

ST 3.4 • 04

A DEFESA DO “INTERESSE PÚBLICO” APESAR DA CONSTITUIÇÃO: REFLEXÕES URBANÍSTICAS, JURÍDICAS E POLÍTICAS SOBRE A VENDA DE IMÓVEIS PELO GOVERNO DO ESTADO NA REGIÃO DA ÁGUA ESPRAIADA E A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO PODER JUDICIÁRIO

Rafael Negreiros Dantas de Lima
 FAUUSP, rafaelndantas@gmail.com

O presente artigo faz um estudo de caso sobre a venda de imóveis na região da Água Espraiada, no município de São Paulo, pelo Governo do Estado de São Paulo, no ano de 2013. Na ocasião, a Defensoria Pública teve que intervir para a defesa de moradores de baixa renda, que seriam atingidos pelas vendas, por meio de ações judiciais. A partir das implicações do caso, tenta-se fazer uma reflexão sobre como o interesse público representado pelo Governo do Estado é definido, contrapondo-se à noção de interesse público da Defensoria Pública, a qual transmite a ótica dos mais necessitados. Observam-se as implicações políticas do caso, que demonstram, por parte do Estado, uma ausência de planejamento urbanístico, de gestão articulada e coerente visando intervenções inclusivas. Na esfera jurídica, analisa-se o papel do Poder Judiciário no caso, o desempenho como julgador e sua permissividade a interferências políticas, refletindo-se sobre seu papel legitimador na construção de um projeto de nação que desconsidera a constituição. Por fim, avaliam-se os resultados da intervenção da Defensoria Pública, conferindo voz a pessoas excluídas, em políticas que consideram apenas o interesse econômico na construção do espaço urbano.

Palavras Chave: Interesse público; Espaço urbano; Defensoria Pública, Poder Judiciário; Parceria público-privada.

ST 3.4 • 05

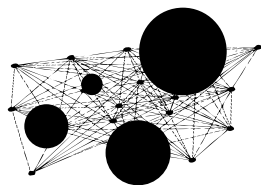
GESTÃO DO SOLO EM PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E MACROPROYECTO DE INTERÉS NACIONAL SOCIAL. EXPERIENCIAS BRASIL E COLÔMBIA

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha
 DARQ/PPGAU/UFRN. dubentes@gmail.com

Carlos Alberto Torres Tovar
 UNAL, Sede Bogotá, catorrest@unal.edu.co

Este trabalho consiste na análise da gestão do solo em programas habitacionais caracterizados como grandes projetos urbanos. Assim, destaca instrumentos desenvolvidos pelo Estado para habilitar o solo, além de efeitos territoriais gerados pelas estratégias de projeto adotadas pelas Empresas. Delimita como estudo de caso o empreendimento Residencial Vivendas do Planalto situado na Região Metropolitana de Natal, Brasil, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e o Macroproyecto de Interés Social Nacional Ciudad Verde-Soacha, na Área Metropolitana de Bogotá, Colômbia. Tais experiências se inserem em contextos de políticas urbana e habitacional que definem instrumentos de gestão do solo, com possibilidades de desenvolver níveis adequados de integração física e social, além de justa redistribuição dos benefícios gerados no processo de urbanização. Considerando as particularidades do planejamento territorial e urbano de cada país, são exemplos no Brasil o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, e na Colômbia a Lei Nº 388/1997. Contudo, com ênfase na produção de mercado e desenvolvidos em um contexto de avanço das políticas neoliberais, tais projetos têm evidenciado o aprofundamento da mercantilização do solo e das dificuldades de acesso a terra urbanizada, com graves limites à efetivação da agenda da Reforma Urbana, sob os princípios do Direito à Cidade. Os esquemas de excepcionalidades verificados para viabilizar os referidos projetos, a estratégia de configuração dos lotes na definição da área de intervenção do Macroproyecto em estudo, são questões principais discutidas neste artigo.

Palavras Chave: Programa Minha Casa, Minha Vida; Macroprojetos; Grandes Projetos Urbanos; Região Metropolitana de Natal; Área Metropolitana de Bogotá.



ST 3.5

Projetos Urbanos: Operações e Parcerias Público Privadas (I)

23.maio
14h - 16h

ST 3.5 • 01

16 ANOS DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM FORTALEZA: UM OLHAR A PARTIR DAS DIFERENTES GESTÕES MUNICIPAIS E DA ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO URBANA

Breno Holanda

UFC, brenosholanda@gmail.com.

Sara Vieira Rosa

FAUUSP, saravrosa@yahoo.com.br

A primeira Operação Urbana Consorciada (OUC) aprovada em Fortaleza data de 2000. De lá para cá, o município aprovou mais seis, chegando ao final deste ano com 7, mas apenas 3 implementadas. Com porte bem diferente das Operações realizadas em São Paulo e Rio, as OUC firmadas em Fortaleza são mais pontuais e em alguns casos destinadas à viabilização de um único empreendimento, porém têm apresentado uma evolução e uma diferenciação de seu conteúdo ao longo das diferentes gestões que as formularam, ganhando, na gestão atual, papel de destaque como instrumento capaz de contribuir para a solução de problemas urbanos, sendo anunciada em fóruns realizados da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza e na Federação de Indústrias do Ceará. Com o objetivo neste artigo de fazer uma aproximação do conteúdo, dos agentes, da normatização, bem como da localização desse tipo de Parceria Público Privada (PPP) realizada em Fortaleza, almeja-se contribuir com o objetivo maior de analisar e monitorar PPPs voltadas ao desenvolvimento urbano, buscando verificar o impacto de seu desenho, modelo, arranjo, gestão e implantação na produção do espaço e sobre as desigualdades sociais evidentes. Dentre os procedimentos metodológicos aplicados até o momento destacam-se: revisão da legislação urbanística específica; sistematização das leis das OUCs aprovadas; entrevistas a agentes do poder público, da iniciativa privada, e da população residente dentro do território das Operações; georreferenciamento dos limites das OUCs e cruzamento destes com o zoneamento urbano e dados socioeconômicos.

Palavras Chave: Operações Urbanas Consorciadas; Flexibilização Urbana; Gestão Urbana.

ST 3.5 • 02

HABITAÇÃO SOCIAL EM PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA: O NOVO E O VELHO NA OUC ÁGUA BRANCA EM SÃO PAULO

Pedro Henrique Barbosa Muniz Lima
FAUUSP, pedro.barbosa.lima@usp.br

As operações urbanas têm sido, desde os anos 90, instrumentos protagonistas para implementação de projetos de reestruturação urbana em São Paulo, num contexto de crise do financiamento público e emergência das parcerias público-privadas e do empresariamento da gestão urbana. Entretanto, suas primeiras experiências apresentaram uma dificuldade de promover interesses públicos, sobretudo políticas habitacionais consistentes, desenhadas a partir das necessidades habitacionais dos seus territórios. O artigo apresenta uma análise das mudanças de regulação e implementação recentes do instrumento e discute se realmente representam perspectivas positivas para habitação, como tem sido colocado pelos seus proponentes. A OUC Água Branca (2013) é o estudo de caso e a partir dele, mostra-se que, ainda que promova ações habitacionais, os avanços não têm sido suficientes para promover políticas habitacionais diversificadas, com enfoque em direitos e nas populações de menor renda. Isso porque a incapacidade de contemplá-las está relacionada a estrutura de funcionamento do instrumento urbanístico, que permanece, e subordina usos e ocupações possíveis da cidade somente ao que pode ser rentável. Uma novidade deste caso, neste mesmo sentido, é que permite refletir sobre os impactos dos avanços positivos no fracasso de arrecadação e na inércia do projeto. Continua posta a contradição das operações: ou a sobrevivência financeira e a rentabilidade, ou o interesse público, que também não se sustenta sem recursos. Assim, é questionável a ideia de neutralidade do instrumento e a aposta no desenvolvimento imobiliário e na transformação urbana concentrada como únicas estratégias possíveis de financiamento de políticas habitacionais em projetos urbanos.

Palavras Chave: Operação urbana consorciada; Habitação de interesse social; Projetos urbanos; Instrumentos urbanísticos; Política habitacional.

ST 3.5 • 03

OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS NO BRASIL E O CASO DE FORTALEZA

Marina Hissa
Universidade Federal de Pernambuco, marinahissa@gmail.com

Cristina Araujo
Universidade Federal de Pernambuco, crisaraujo.edu@gmail.com

O presente artigo aborda as Operações Urbanas Consorciadas, importante instrumento urbanístico de parceria público privada, regulamentado pelo Estatuto das Cidades em 2001. É exposto um panorama geral das intervenções, nas capitais brasileiras antes e depois do Estatuto, para se analisar sobre o avanço desse instrumento na cidade de Fortaleza. Visto que a capital cearense é a cidade com mais Operações Urbanas Consorciadas no Brasil, buscou-se refletir sobre a utilização desse instrumento, que, principalmente nas operações iniciais, esteve bastante associado a alterações de parâmetros urbanísticos em projetos pontuais, assemelhando-se, portanto, às operações anteriores ao Estatuto.

Palavras Chave: Intervenções urbanas; Parcerias público-privada, Operações Urbanas Consorciadas.

ST 3.5 • 04

A RECUPERAÇÃO DE MAIS VALIAS FUNDIÁRIAS E A OPERAÇÃO URBANA LINHA VERDE

Marcelle Borges Lemes da Silva
UFPR, marcelle.bls@gmail.com

Esta pesquisa é uma contribuição para o estudo da aplicação de instrumentos de captura de mais valias fundiárias, na medida em que analisa a adoção do instrumento da Operação Urbana Consorciada (OUC) para financiamento do grande projeto urbano da Linha Verde. Para garantir a distribuição de maneira equitativa dos ônus e benefícios dos processos de urbanização, o Estatuto da Cidade regulamenta alguns instrumentos urbanísticos que poderão ser adotados pelos municípios em suas políticas urbanas. Entre eles, a Operação Urbana Consorciada, que consiste numa parceria público privada que se dá para fins de implementação de grandes projetos urbanos. O instrumento foi adotado pelo município de Curitiba para a revitalização e requalificação da antiga BR 116 que corta a cidade e que passa a ser denominada como Linha Verde. Após análise do processo de implementação em relação as mudanças de uso e ocupação do solo, assim como a variação do preço da terra na região, constatou-se a não efetivação do instrumento em relação a captura das mais valias fundiárias até o presente o momento. Assim como a sua ineficácia para garantir as transformações urbanísticas propostas para o perímetro da OUC.

Palavras Chave: Operação Urbana; Linha Verde; recuperação de mais valias fundiárias; Estatuto da Cidade; gestão social da valorização da terra.

ST 3.5 • 05

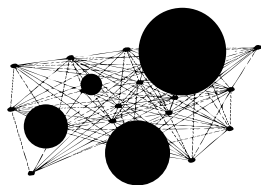
BAIRROS DO TAMANDUATEÍ, SÃO PAULO: INTERESSE PÚBLICO OU GARANTIAS PARA O PRIVADO?

Letícia Lindenberg Lemos
FAUUSP, leticialemos@usp.br

Paulo Somlanyi Romeiro
Faculdade de Direito USP, psromeiro@hotmail.com

Este artigo aborda a história institucional recente do saneamento e da governança metropolitana por meio dos conceitos de path dependence e critical juncture. Trata-se de um estudo de caso da história institucional do saneamento na RMSp que considera os processos de mudanças de regime político e institucionais que serviram de base para as relações intergovernamentais entre municípios e Estado de São Paulo, por ocasião da implantação das primeiras redes técnicas de saneamento que integraram os municípios do ABC numa territorialidade supramunicipal. Desta interação intergovernamental é formada a dependência de trajetória da prestação interdependente do serviço entre municípios e estado, que permanece até os dias atuais, entre os municípios de Santo André, Mauá, São Caetano do Sul, Guarulhos e Mogi das Cruzes e a Companhia Estadual de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, como fonte de solução e de conflito da governança metropolitana.

Palavras Chave: Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí; Fragmentação territorial; Rentabilidade territorial; Parcerias Público-Privadas.



ST 3.6

Projetos Urbanos: Operações e Parcerias Público Privadas (2)

23.maio

16h - 18h

ST 3.6 • 01

INTERESSES EM JOGO NA CIDADE OLÍMPICA: O PORTO MARAVILHA E SEU ARRANJO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO

Mariana da Gama e Silva Werneck

Observatório das Metrôpoles, marianagsw88@gmail.com

O presente trabalho busca trazer luz sobre o processo de produção social do Porto Maravilha, debruçando-se sobre seus agentes, as negociações que lhe deram corpo, e o arranjo financeiro e institucional sobre o qual a operação urbana está sustentada. Expressão institucional dos agentes envolvidos no Porto Maravilha, esse arranjo combina parcerias público-privadas e instrumentos do mercado de capitais de forma inédita.

Palavras Chave: Porto Maravilha; Arranjo institucional-financeiro.

ST 3.6 • 02

TRÊS CONTRADIÇÕES DAS PPPS PAULISTAS: DA PROVISÃO HABITACIONAL AOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIO-FINANCEIROS

Pedro Henrique Rezende Mendonça
FAUUSP, pedro.hrm@live.com

As parcerias público-privadas se disseminaram no Brasil nos anos 2000, derivando do regime de concessão. A partir do programa de parcerias do Governo do Estado de São Paulo e de sua primeira PPP Habitacional, é possível observar como a inclusão dos interesses da iniciativa privada nos processos de planejamento urbano desse período compete com as possibilidades de atendimento a necessidades sociais reais, colocando os projetos em função da sua possibilidade de exploração econômica. O modelo paulista de garantias aos parceiros privados – essencial para dar atratividade aos projetos de PPP – gera conflitos e ameaças de remoção em áreas alvo de reestruturação urbana. Isso se dá pela disponibilização de terras públicas como fontes de ativos, desvinculando-as de seu valor de uso urbano e associando-as a seu valor imobiliário-financeiro. No atual cenário de crise econômica e fiscal, a escolha política pelas PPPs como alternativa ao desenvolvimento se difunde entre as práticas de gestão neoliberal. O modelo é cada vez mais motivador de uma transformação institucional e contratual, que gera resultados socioterritoriais – abre frentes de expansão, determina morfologias e tipologias contraditórias quanto à sua capacidade de combate às disparidades sociais no espaço urbano.

Palavras Chave: Parcerias Público-Privadas; Projetos de reestruturação urbana; Política de terras; Habitação de interesse social; Neoliberalismo.

ST 3.6 • 03

AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PPP PARA COMPREENDER SEU PAPEL NO PROCESSO DE NEOLIBERALIZAÇÃO

Denise Morado Nascimento
EA-UFGM, dmorado@gmail.com

Daniel Medeiros de Freitas
EA-UFGM, danielmedeirosdefreitas@gmail.com

O uso das parcerias público-privadas (PPPs) como estratégia para viabilizar grandes projetos de intervenção urbana consolida um planejamento orientado por interesses privados e de alto impacto territorial sobre a inclusão/exclusão socioespacial nas cidades brasileiras. Orientadas como frentes de neoliberalização do Estado, as PPPs atuam na (a) alteração de condição de um governo provedor para um governo consumidor de serviços; (b) na imposição da racionalidade e disciplina do mercado ao Estado; (c) na criação de novas oportunidades de lucro alinhada ao compartilhamento de riscos; (d) na consolidação de um planejamento orientado por interesses privados; e (e) na viabilização de grandes projetos e respectivos ganhos indiretos relacionados. O artigo parte da contextualização da inserção das PPPs na política urbana para, em seguida, demonstrar o modo como o Estado facilita a ação do capital e utiliza o processo de neoliberalização como ordem vigente que abraça as PPPs como estratégia estruturada para o enfrentamento da permanente crise financeira. Neste horizonte, para além da discussão sobre as PPPs e do processo de neoliberalização, está o necessário desvelamento das condições de produção contemporânea do espaço urbano e a necessidade de movimentos de resistências constituintes na construção de uma nova agenda de políticas urbanas.

Palavras Chave: Parceria público-privada; Processo de neoliberalização; Política urbana; Planejamento urbano; Grandes projetos urbanos.

ST 3.6 • 04

O CARÁTER PRÁTICO-OPERACIONAL DOS PROJETOS URBANOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO: O CASO PORTO ALEGRE 4D

Clarice Misoczky de Oliveira

PROPUR-UFRGS, arq.clarice@gmail.com

Este artigo tem como objetivo abordar o aperfeiçoamento das práticas de empreendedorismo urbano (Harvey, 2006) na cidade de Porto Alegre a partir do projeto para o distrito de inovação denominado Porto Alegre 4D, destacando os novos instrumentos financeiros e arranjos institucionais em curso para a realização deste projeto urbano. Esta visão será dada a partir do caso de Porto Alegre em diálogo com projetos que utilizam arranjos semelhantes como as Operações Urbanas em São Paulo e no Rio de Janeiro. A pesquisa se baseou em entrevistas com os envolvidos na elaboração do projeto, análise de documentos e artigos de revistas e jornais, e observação participante em eventos de apresentação e discussão do projeto. Este artigo propõe uma reflexão no sentido de evidenciar o caráter prático operacional do Projeto Urbano no Brasil. O argumento deste artigo passa pela compreensão da transformação do papel do planejamento de corretor dos problemas da cidade para empreendedor, ou seja, de como as ferramentas de planejamento urbano deixaram de ser garantidoras do bem social comum, do valor de uso, para se tornar um instrumento que reforça o valor de troca e o conseqüente acesso desigual da população ao meio urbano.

Palavras Chave: Grandes Projetos Urbanos; Revitalização urbana; Distrito de inovação; Financeirização; Empreendedorismo urbano.

ST 3.6 • 05

À PROCURA DE EVIDÊNCIA EMPÍRICA ACERCA DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL EM GRANDES PROJETOS URBANOS: O CASO DO VETOR NORTE DE BELO HORIZONTE

Ana Luiza Nabuco

UFMG e SMF PMBH, alnabuco@ehess.fr

Diego Fonseca

PMBH, diegofonseca.geo@gmail.com

Jean Legroux

IPPUR/UFRJ, jeanlegroux@hotmail.fr

Os estudos urbanos que tentam compreender os efeitos dos processos neoliberais de construção de governança urbana, de segregação e apropriação privada de renda fundiária, raramente têm disponíveis dados que permitam quantificar tais processos. Este artigo é uma tentativa de propor uma alternativa metodológica, ao utilizar dados pouco usuais nesse contexto, embora coletados e atualizados corriqueiramente pelos Fiscos Municipais das principais metrópoles brasileiras. Neste sentido, este trabalho abre discussão sobre uso de bases de dados cadastrais imobiliários municipais e seus possíveis usos em pesquisas relacionadas a processos de gentrificação e segregação socioespacial. Uma das hipóteses do artigo é a de que tais bases são extremamente pertinentes para avaliar-se processos de gentrificação, na medida em que mostram transformações no ambiente construído da cidade. Na seqüência, a parte empírica do artigo concentra-se no vetor norte de Belo Horizonte, para verificar possíveis indícios de gentrificação nesta área, cujo entorno é objeto de investimentos públicos e privados, em Grandes Projetos Urbanos, a partir de 2003. Emprega-se análise temporal para evidenciar a dinâmica do processo de ocupação no Eixo Norte da RMBH, entre 2004 e 2015. Duas variáveis são utilizadas, ambas fornecidas pela Prefeitura de Belo Horizonte: (i) imagens derivadas de perfilamento com sensor laser aerotransportado para 2007 e 2015; (ii) dados cadastrais imobiliários, de 2004 e 2014. As análises destes dados revelam quais são as alterações no ambiente físico, especialmente quais são os vetores de expansão construtiva em Belo Horizonte e alterações no padrão construtivo residencial e não residencial na área de estudo.

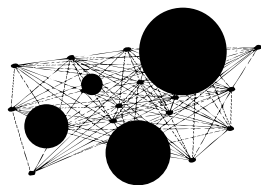
Palavras Chave: Grandes Projetos Urbanos; Gentrificação; Cadastro imobiliário.

ST 3.7 • 01

TRILHOS DE UMA NOVA IMAGEM URBANA – O PAPEL DO VLT NA RENOVAÇÃO URBANA DO CENTRO DO RIO

Flávio Tavares Brasileiro

MDU, flaviotavares.cidade@gmail.com



ST 3.7

Projetos Urbanos: significados e conflitos

24.maio

14h - 16h

Este artigo aborda o retorno do bonde moderno (VLT) à cidade contemporânea. À luz da experiência de reinserção destes veículos nos centros das cidades francesas, e com a proliferação de cidades pelo mundo com este sistema modal implantado, discutimos a hipótese de que este fenômeno está relacionado à condição de ícone ao qual o VLT foi alçado diante dos processos de renovação urbana. Para isso, usamos como tela a implantação do VLT Carioca dentro do processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. O caso é emblemático por tratar-se de uma transformação para atender a um mega evento mundial, os Jogos Olímpicos, onde a área que por um longo período vinha dominada por um padrão modernista submissa aos carros, sofreu adaptações para acomodar uma nova configuração de compartilhamento com os trilhos. Desenvolvemos o argumento a partir do entendimento de que esses Grandes Projetos Urbanos possuem um padrão de urbanização neoliberal que busca atender a um novo perfil de cidade. Assim, trazemos uma correlação entre o forte conceito de marketing urbano no qual o VLT está inserido com a espécie de sina da renovação urbana. Tal fato se deve a sua suposta capacidade de catalisar efeitos colaterais como o redesenho urbano e a valorização imobiliária, criando a ideia de que há uma relação direta entre a implantação do modal e a dita revitalização.

Palavras Chave: VLT; Porto Maravilha; Marketing Urbano; Área Central; Renovação Urbana.

ST 3.7 • 02

A REINVENÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL, RESSIGNIFICAÇÃO SIMBÓLICA E REPOVOAMENTO PLANEJADO NO PROJETO PORTO MARAVILHA

Anne-Marie Broudehous

Université du Québec à Montréal, broudehous.anne-marie@uqam.ca

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro

Université du Québec à Montréal, joaocarlosmonteiro@gmail.com

Desde 2009, a antiga zona portuária vem passando por um intenso processo de transformação que atende às expectativas de lucratividade de investidores do setor imobiliário. No entanto, para que essa revalorização fundiária se efetive, faz-se necessária uma revalorização simbólica da área. Acreditamos que um dos principais objetivos do projeto Porto Maravilha é inverter as percepções existentes sobre a zona portuária, afastando as representações existentes – um espaço abandonado, decadente, perigoso – para transformá-la numa nova vitrine e porta de entrada da cidade do Rio de Janeiro. Isso tem sido feito a partir da substituição da população negra e pobre, reconhecida por seu forte ativismo e ricas práticas culturais, por uma população branca, cosmopolita e elitista. Para desenvolver nosso argumento, mobilizamos três conceitos: estigmatização territorial, ressignificação simbólica e repovoamento planejado. Ao final do texto, concluímos com uma discussão sobre as maneiras pelas quais a população local está lançando mão para resistir à invisibilização, ao silenciamento e ao apagamento simbólico dos quais são vítimas. Demonstramos que no âmbito do projeto Porto Maravilha, a cultura é mobilizada como instrumento de gentrificação, mas também uma ferramenta de resistência.

Palavras Chave: Porto Maravilha; Rio de Janeiro; Estigmatização territorial; Ressignificação simbólica; Repovoamento planejado.

ST 3.7 • 03

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS COMO RESTRIÇÃO DO DIREITO À CIDADE: JOGOS OLÍMPICOS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Jonatas Mendonça dos Santos

USP, mendonca.jonatas@gmail.com

Raphael Brito Faustino

Faculdade Cásper Líbero, raphael.britof@gmail.com

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão sobre o direito à cidade por meio das contradições existentes no contexto da organização de megaeventos esportivos no Brasil, como Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de futebol de 2014. As candidaturas sugerem um conjunto de mudanças duradouras, que contemplam variadas dimensões, consideradas o legado dos megaeventos, que acabaram por se transformar em fator fundamental para garantir parte do apoio da opinião pública. Do ponto de vista urbano, as transformações pelas quais as cidades são submetidas no processo de preparação sugerem um conjunto de intervenções que projetam melhorias nas estruturas que condicionam a vida urbana. Nesse sentido, a organização de megaeventos entra em conflito com as propostas de uma gestão urbana amparada em dispositivos coletivos, pois o imperativo em garantir o amplo acesso de recursos públicos a determinados grupos privados é sua condição mais fundamental. Assim, um verdadeiro estado de exceção é organizado, com a ocupação militar de espaços comunitários, sobre os quais as maiores violações dos direitos humanos são executadas, como remoções coercitivas, prisões arbitrárias e a criminalização de movimentos sociais.

Palavras Chave: direito à cidade; megaeventos esportivos; direitos humanos.

ST 3.7 • 04

CAIS EM DISPUTA: ESTUDO COMPARADO DO ESTELITA E MAUÁ À LUZ DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E MUNICIPAL

Aretha de Azevedo Claudiano dos Santos

UFRGS, aretha.santos.tdl@gmail.com

Bernardo Marques Azevedo de Souza Pinto

Universidade Federal de Pernambuco, bernardomasp@gmail.com

Thiago Calsa Nunes

UFRGS, thiagocalsa@gmail.com

Com o advento da Constituição da República de 1988 e sua definição de direito à cidade, o fenômeno da autonomia dos municípios enquanto entes federados suscitou o debate acerca das estratégias da gestão pública para acompanhar a inserção da lógica capitalista no desenvolvimento urbano. Megaempreendimentos de cultura e de lazer, em expoente nas zonas portuárias, fazem parte de uma prática municipal que determina a passagem de ações de gerenciamento urbano para o empreendedorismo urbano. Em face desse contexto, o artigo realiza um estudo comparado dos Cais José Estelita e Mauá, analisando os projetos de revitalização propostos, questionando a aplicabilidade das Leis Específicas dos Cais, dos Planos Diretores e do Estatuto da Cidade. É analisado o histórico dos territórios em disputa, discutindo as noções de propriedade e uso, o exame das semelhanças entre os projetos de revitalização das áreas partindo do empreendedorismo urbano, o balanço da legislação supracitada em relação a sua anuência e aplicabilidade e as reivindicações sociais através do Movimento Ocupa Cais Mauá e Movimento Ocupe Estelita. É concluído expondo a privatização de parte das orlas, excluindo a administração do poder público, e a gentrificação, excluindo a população com menor poder aquisitivo do centro da cidade, de um espaço que deveria ser, e é vendido como, receptivo para todas as camadas sociais.

Palavras Chave: Cais; Revitalização; Legislação; Empreendedorismo Urbano.

ST 3.7 • 05

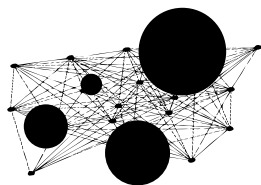
O PAPEL DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DA INFORMALIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE BELO HORIZONTE/BRASIL

Mara Nogueira

*London School of Economics and Political Science,
m.nogueira-teixeira@lse.ac.uk*

Neste artigo, discute-se o papel do Estado brasileiro na reprodução da informalidade a partir de debates pós-coloniais em estudos urbanos. Nesse contexto, informalidade é definida como uma ferramenta estratégica de governança implantada pelo Estado para regular o espaço urbano. Examinam-se diferentes grupos de cidadãos afetados por três projetos em Belo Horizonte/Brasil, todos associados à Copa do Mundo da FIFA de 2014. As diferentes habilidades desses grupos para ter suas reivindicações sobre o espaço validadas pelo Estado são exploradas. A discussão é estruturada em torno de três tópicos principais (1) como diferentes escalas do Estado interagem no processo através do qual a divisão entre formal/informal é produzida; (2) como cidadãos organizados podem acessar o Estado e afetar esse processo e (3) como agentes do Estado estão implicados nesta prática. O trabalho se baseia em dados qualitativos (entrevistas, notas de campo, e documentos de arquivo) coletados durante seis meses de trabalho de campo em Belo Horizonte/ MG, de julho de 2015 a dezembro de 2015, em relação aos três estudos de caso. Os resultados mostram que cidadãos organizados são capazes de influenciar o processo através do qual o Estado valida reivindicações sobre o espaço. De forma a terem suas reivindicações legitimadas, os cidadãos exploram a existência de diferentes escalas do Estado, a relação com os agentes do Estado e os canais formais construídos através de lutas sociais no passado. No entanto, esse processo parece limitado, sendo que grupos diferentes de cidadãos tem mais ou menos condições de terem suas demandas reconhecidas.

Palavras Chave: Informalidade urbana; Estado; Mega-eventos; Remoções.



ST 3.8

Políticas de Produção do Espaço:
Práticas e especificidade do contexto
brasileiro

24.maio
16h - 18h

ST 3.8 • 01

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DO FINANCIAMENTO DO BNDES PARA ODEBRECHT EM ANGOLA

Fernanda Goes

ipea, fernanda.goes@ipea.gov.br

Este artigo apresenta a geopolítica brasileira acerca do financiamento do BNDES para obras e serviços de grandes empresas brasileiras em África. A concretização deste desafio ocorre por meio da representação da dinâmica de poder do Brasil em escala internacional com uso de mapas temáticos. O problema de pesquisa se iniciou em bases empíricas, calcada na observação, tendo sido agregada ao debate teórico estabelecido no conceito geográfico de território usado. O estudo cartográfico da geopolítica brasileira neste período é imprescindível para a análise da política externa como instrumento emancipatório do país. No período de 2002 a 2016 o BNDES financiou um total aproximado de US\$ 14 bilhões para 14 empresas brasileiras da área de engenharia. A exportação de obras e serviços foi executada em 11 países localizados em América Central, em América do Sul e em África. Houve uma concentração do financiamento na construtora Odebrecht receptora de 64% do valor total. Com relação aos países, Angola concentrou aproximadamente US\$ 4 bilhões. Odebrecht recebeu 80% do valor total financiado para Angola. A concentração de dinheiro, que imprime poder a uma única empresa, com atuação direcionada a um determinado país sinaliza existência estrutural de uma geopolítica brasileira contemporânea. Recomenda-se, pois a diversidade na atuação brasileira em termos geográficos e nas mudanças operacionais do financiamento do BNDES.

Palavras Chave: Geopolítica Brasileira; Financiamento do BNDES; Odebrecht em Angola.

ST 3.8 • 02

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELO LULISMO: CONTRADIÇÕES ESPECÍFICAS DA DEPENDÊNCIA

Isadora de Andrade Guerreiro
FAUUSP, isaguerreiro@uol.com.br

Retomando o debate acerca da especificidade da economia brasileira em André Gunder Frank, que a definiu em termos de um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, procura-se entender o chamado Lulismo como a forma específica que adquiriu a dependência no último período no Brasil: uma necessária atualização da base produtiva nacional para dar resposta à atual predominância do capital financeiro mundialmente. Para tanto, percorre-se o pensamento de Francisco de Oliveira, Sérgio Ferro e Ruy Mauro Marini, para os quais a leitura do desenvolvimento capitalista no país articula elementos do subdesenvolvimento de maneira dialética, funcionalizando permanências na expansão e acumulação do capital. A produção do urbano é entendida aqui como chave privilegiada de análise desta dialética, em particular na sua forma lulista, na medida em que articula mercado e Estado de maneira específica. A finalidade desta articulação seria aquela de colocar em andamento toda uma nova estrutura produtiva do urbano, que relaciona renda da terra, mercado de crédito e a construção civil por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. Nele, o discurso desenvolvimentista mal esconde a permanência de elementos “arcaicos” (como a periferização horizontalizada articulada com a precarização e simplificação do trabalho no canteiro de obras) combinados com o aprofundamento das desigualdades e conflitos urbanos – expressos contundentemente em grandes ocupações de terra.

Palavras Chave: Produção do urbano; Lulismo; Dependência; PMCMV.

ST 3.8 • 03

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: INSERÇÃO SUBORDINADA NA ECONOMIA MUNDIAL E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Ivo Marcos Theis
PPGDR/Universidade Regional de Blumenau, ivotheis@gmail.com

Luciana Butzke
Universidade Regional de Blumenau, luemtese@gmail.com

O principal propósito neste artigo é analisar o desenvolvimento regional no Brasil, a partir da forma como o país tem se inserido na economia mundial, com vistas a captar o seu sentido histórico-político mais profundo. A hipótese é de que o sentido do complexo processo de mudança social que vem ocorrendo no território brasileiro é o de uma formação social semiperiférica que, submetida ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista, tem se inserido passivamente na economia mundial, ao longo de uma trajetória que tem origem no período colonial e se estende até a entrada do século XXI. A essa inserção subordinada tem correspondido uma fragmentação do território em regiões funcionais ao processo de acumulação de capital. Para lograr-se o objetivo proposto, recorre-se tanto à economia quanto à geografia, assim como ao passado colonial do Brasil e à sua formação. Em todos os casos, privilegia-se um diálogo com intérpretes selecionados do que tem sido designado por pensamento social brasileiro.

Palavras Chave: Brasil; Desenvolvimento desigual; Desenvolvimento regional; Formação social semiperiférica; Território.

ST 3.8 • 04

CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO E POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO: IDEIAS, INTERESSES E INSTITUIÇÕES NO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA 'PORTO MARAVILHA'

Gabriel Silvestre

UCL, gabriel.silvestre.11@ucl.ac.uk

After more than three decades of studies, committees and proposals, the ongoing regeneration of the port area of Rio de Janeiro could well be framed as 'an idea whose time has come'. Since the second half of the 20th century the area experienced a slow process of decline facilitated by changes in shipping technology, decreasing public investments and planning decisions that further isolated it from the surrounding region. The large-scale urban programme encompasses an area of five million square meters aimed to provide features familiar to waterfront projects found elsewhere: office towers, residential condos, modern transport networks and tourist attractions. However, framing the operation as a stance of 'serial reproduction' of iconic landscapes obscures more than reveals how circulating policy ideas are 'grounded' and institutionalized. To this effect, this paper suggests a complementary approach to the literatures of policy mobilities and the new institutionalism strand focusing on the role of ideas in the public policy process. An analytical framework is then applied to the case study in order to examine the ideas, interests and institutions shaping the emergence of the regenerated port area of Rio de Janeiro. The paper concludes with an assessment of the experience as a potential urban model to be rolled out in other localities and the recent implications from corruption scandals.

Palavras Chave: Policy model; Public policy process; Waterfront regeneration; Rio de Janeiro.

ST 3.8 • 05

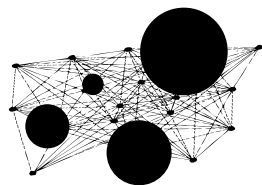
PALMAS, LABORATÓRIO NEOLIBERAL: UMA LEITURA EM CONSTRUÇÃO

Ana Carla de Lira Bottura

IAU/USP e ITPAC/Porto Nacional, acclira@gmail.com

O presente artigo propõe uma leitura da cidade de Palmas, capital do Tocantins, enquanto laboratório de experiências neoliberais, baseando-se na constatação da precocidade com que alguns fenômenos urbanos contemporâneos se estabelecem na cidade, aliada à ausência de forças expressivas de resistência atuantes no processo de produção do espaço urbano. Através de uma abordagem histórica, que pontua aspectos referentes à criação do novo estado e que influenciam diretamente na conformação da nova capital, passando pelos princípios norteadores do projeto urbanístico e da sua ocupação e pela incipiente inserção dos movimentos de luta pela moradia na produção do espaço urbano, busca-se identificar elementos subsidiem a discussão pretendida.

Palavras Chave: Cidade neoliberal; Palmas; Tocantins; Produção do espaço urbano; Segregação socioespacial.



ST 3.9

Produção Imobiliária e Financeirização (I)

24.maio

14h - 16h

ST 3.9 • 01

FINANCEIRIZAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA RECENTE

Rodrigo Cardoso Bonicenna

Universidade Federal do ABC, rodrigo.bonicenna@ufabc.edu.br

A financeirização é um conceito relativamente recente que aponta a predominância de agentes e lógicas financeiras no período capitalista atual. Se por um lado não há um consenso quanto à sua definição, por outro, os estudos que levam em conta a financeirização são crescentes e das mais diversas disciplinas. Neste artigo revisaremos parte da bibliografia acerca da financeirização buscando apreender os nexos entre o território e os circuitos financeiros de acumulação. Apresentaremos ainda o papel do crédito e de diferentes instrumentos financeiros que permitiram uma maior relação entre diferentes circuitos de valor, mais especificamente o secundário e o quaternário. Assim como possíveis efeitos oriundos da relação entre estes diferentes circuitos, mais especificamente relacionados à financeirização da casa e do território de modo mais amplo.

Palavras Chave: Financeirização; Território; Circuito financeiro; Produção do espaço.

ST 3.9 • 02

O LUGAR DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA NA ERA DA PROPRIEDADE MOBILIÁRIA

Raquel Dantas do Amaral

USP e UFC, rraqueldantas@yahoo.com

Esse trabalho propõe-se a debater as diversas oportunidades que o setor financeiro tem encontrado de capitalizar seu capital-dinheiro de modo muito mais acelerado do que no ciclo industrial (produtivo), a propriedade imobiliária tem se adequando à emergência por liquidez da atual conjuntura. O maior ganho da união entre a financeirização e produção imobiliária é verificado na capitalização dos rendimentos das finanças, que se realiza pela antecipação calculada de uma receita real, ou seja, uma especulação sobre um capital-dinheiro. Nesse contexto de transformação do regime de financeiro, outrora administrado, para um regime financeiro de mercado (regulamentação desregulamentada), é onde a propriedade da terra (imobiliária) e a propriedade do dinheiro (mobiliária) encontram-se, ambos capitais fictícios. As propriedades mobiliária e imobiliária constituem um patrimônio, por isso Chesnais denomina essa nova fase também de capitalismo patrimonial e o define como “mercado financeiro dotado de capacidade mágica de transformar dinheiro em valor que ‘produz’”, cuja finalidade “não é nem o consumo e nem a criação de riqueza que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’”. O trabalho salienta que, pautado na Teoria de Autonomia das Finanças proposta por Chesnais, no atual regime de acumulação capitalista, as finanças mostram-se bem mais independente da produção, numa condição de exterioridade, portanto colocando-se diferente do conceito de Hilferding de capital financeiro (união do capital bancário com o capital produtivo), o que acarreta muitas consequências negativas de ordem econômica, social e urbana.

Palavras Chave: Propriedade imobiliária; Propriedade mobiliária; Capital fictício; Financeirização; Capitalismo patrimonial.

ST 3.9 • 03

A PRODUÇÃO FINANCEIRIZADA DE HABITAÇÃO DE MERCADO EM BELÉM, PA

Raul Ventura Neto

FACI, netoventuraraul@gmail.com

José Júlio Lima

UFPA, jjlimaufpa@gmail.com

A inserção do Brasil na lógica da acumulação financeira se consolidou nos anos 90 com a política neoliberal do governo FHC (1995 – 2002). A homogeneização do território para essa produção imobiliária de relações mais estreitas com o capital financeiro é efetivada a partir de alterações na estrutura de funcionamento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e na criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), pelo governo federal e entre o segundo período do governo FHC (1999 – 2002) e o primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006). A estratégia adotada foi de fomentar a securitização de ativos imobiliários, inspirado no modelo norte-americano de hipotecas securitizadas, e apresentando para isso instrumentos jurídicos financeiros formatados para essa função que auxiliariam na formação de um mercado secundário de hipotecas no país. Em decorrência, a produção de habitação de interesse social e de mercado a partir de 2008, ano da crise imobiliária norte-americana, esteve associada de maneira conectada a financeirização de mercado e a criação de mecanismos estatais de subsídio para a construção de unidades habitacionais. A análise contida deste trabalho busca compreender os efeitos da chegada de empresas de outros locais do Brasil para formar landbanks na periferia da cidade de Belém. Parte-se do entendimento dos desdobramentos da financeirização da habitação de mercado, e sugere-se que estes vão ao encontro das mudanças espaciais ainda em curso na cidade. Dados quantitativos são apresentados para demonstrar que no cerne das modificações observadas na periferia belenense, está a operacionalização do capital financeiro imobiliário.

Palavras Chave: Produção imobiliária financeirizada; Habitação de mercado; Belém.

ST 3.9 • 04

REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO: A PRODUÇÃO DA ODEBRECHT NA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA ESPRAIADA

Cristina Wehba

FAUUSP, cristina.wehba@gmail.com

Este artigo busca compreender algumas relações entre os processos de reestruturação imobiliária - e suas consequências nos empreendimentos e na cidade – e a reconfiguração do espaço urbano, através da análise da produção da empresa empreiteira Odebrecht dentro da Operação Urbana Consorciada Água Espaiada (OUCAE). Primeiro, reflete sobre as condições que levaram à criação da Odebrecht Realizações Imobiliária (OR). A separação, crescimento e fortalecimento do braço autônomo de incorporação do grupo coincidem com o período mais recente de expansão e reorganização da produção imobiliária no Brasil. Depois, analisa as características da atuação da Odebrecht dentro da OUCAE, destacando a aposta imobiliária desta empresa no setor Chucru Zaidan e suas relações com a produção mais geral do espaço em obras civis realizadas pela Odebrecht na área. Quatro grandes empreendimentos imobiliários da OR estão em construção na região, e na parte de obras de infraestrutura a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) participa, através de um consórcio, do prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho, com obras viárias e Habitação Social, além da construção de uma ponte sobre o rio Pinheiros, como compensação viária pelos empreendimentos da empresa. Finalmente, observa a grande escala da produção imobiliária da OR na área e aprofunda na compreensão da viabilização de um bairro planejado com valor geral de vendas (VGV) estimado em quatro bilhões de Reais, que está sendo construído em um terreno de oitenta mil metros quadrados chamado de Parque da Cidade.

Palavras Chave: Produção Imobiliária; Reestruturação Imobiliária; Reconfiguração Urbana; Odebrecht; Operação Urbana Água Espaiada.

ST 3.9 • 05

OS FUNDOS DE PENSÃO E A CIDADE: O ESTUDO DE CASO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI)

Felipe Rabaioli Zanette

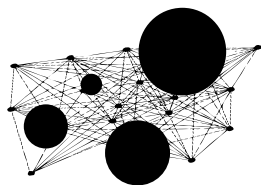
UFRGS, felipe_zanette@hotmail.com

Mario Leal Lahorgue

UFRGS, mario.lahorgue@ufrgs.br

O trabalho parte de uma discussão conceitual sobre a propagada “financeirização” das economias para se aproximar dos possíveis impactos na cidade contemporânea. Toma como objeto de estudo um fundo de pensão, a caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil (PREVI), maior da América Latina. A investigação é realizada em duas “frentes” complementares: a relação do fundo diretamente como proprietária de imóveis e a relação do fundo como geradora de recursos para o sistema imobiliário, através de títulos imobiliários e dos Fundos de Investimento Imobiliário. Como resultados parciais, ressalta-se a PREVI como um ator com papel relevante na promoção da cidade contemporânea. Os seus mais de 43 imóveis, que vão do resort aos edifícios corporativos de luxo, fornecem indícios de que também no Brasil os investidores institucionais são capazes de afetar a cidade, principalmente as grandes, como São Paulo e Rio de Janeiro, pela sua posição privilegiada no território nacional. O resultado possível é uma cidade dominada por lugares descolados do seu contexto urbano e conectados as redes financeiras e comerciais.

Palavras Chave: Financeirização; Fundos de pensão; PREVI; Cidade.



ST 3.10

Produção Imobiliária e Financeirização (2)

24.maio

16h - 18h

ST 3.10 • 01

NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO DO COMPLEXO IMOBILIÁRIO-FINANCEIRO EM SÃO PAULO

Isabel Martin Pereira

FAUUSP, isabelmartin95@gmail.com

Pedro Henrique Rezende Mendonça

FAUUSP, pedro.hrm@live.com

O presente artigo trata de um processo de pesquisa exploratório que vem se desenvolvendo no Labcidade FAU USP (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade) acerca da participação de agentes globais no complexo imobiliário-financeiro em São Paulo, como parte de um projeto de monitoramento dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e transformação no espaço urbano. A narrativa desse processo parte da definição do conceito de agentes globais como fundos de investimento e empresas transnacionais especializadas no setor imobiliário que adentram mercados financeiros como forma de diversificar ativos e mitigar riscos, e também como ferramenta para ampliar suas possibilidades de ação em localizações geográficas, criando frentes de expansão que dialogam com uma lógica financeirizada. Partindo dessas noções, as leituras se constroem através de três eixos norteadores: (1) os agentes globais e o capital internacional estão penetrando o complexo imobiliário-financeiro em São Paulo? Como se dá essa entrada? (2) como esse capital se espacializa? Ele cria novas frentes e produtos imobiliários, morfologias e tipologias? Sua ação resulta em processos de reestruturação do território? (3) como sua lógica espacial dialoga com os processos de remoção e relocação involuntária?

Palavras Chave: Complexo Imobiliário-Financeiro; Fundos de Investimento; Companhias Imobiliárias Globais; Capital Internacional; Frentes de expansão territorial.

ST 3.10 • 02

O NÚCLEO URBANO ALPHAVILLE BRASÍLIA E A AMPLIAÇÃO DA CIDADE MERCADORIA NA RIDE-DF

Carolina Pescatori

FAU-UnB, pescatori@unb.br

Este artigo se insere na problemática da mercantilização do espaço urbano e suas relações com o processo de dispersão urbana no Brasil por meio da análise da atuação da empresa urbanizadora Alphaville no DF. O período analisado inicia partir de 2008, e compõe a última fase de atuação da empresa, quando esta retorna a sua primeira atuação como urbanizadora. Consideramos o recorte temporal final deste trabalho o ano de 2012, quando houve o lançamento do Alphaville Brasília Residencial 2, que completou a primeira parte do plano do núcleo urbano Alphaville Brasília. Trataremos desta última fase de atuação da empresa por meio da análise do projeto e implantação do Alphaville Brasília, exercício que perpassa, necessariamente, dois movimentos analíticos: (1) uma contextualização de Brasília e o ideário urbanístico que influenciou seu plano dentro do debate sobre a dispersão urbana; (2) a construção de uma narrativa sobre o planejamento metropolitano, distrital e municipal e a construção paulatina de um novo vetor de urbanização, na direção centro-sul (em relação ao Plano Piloto), conectando territorialmente a capital e a porção centro-norte de Cidade Ocidental, onde se localiza o Alphaville Brasília.

Palavras Chave: Alphaville Urbanismo S.A.; Brasília; RIDE-DF; Dispersão urbana.

ST 3.10 • 03

CIDADES MÉDIAS E VERTICALIZAÇÃO URBANA NO RIO GRANDE DO SUL

Débora Gregoletto

UFRGS, debora.gregoletto@ufrgs.br

O objetivo deste artigo é identificar as principais cidades médias do Rio Grande do Sul e verificar como a verticalização urbana ocorre nessas cidades. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica sobre as temáticas de cidades médias, rede urbana, verticalização e produção do espaço urbano, além de consultas a pesquisas empíricas, legislações urbanísticas, dados de recenseamento e web. A importância das cidades médias se dá devido ao fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, atendendo as necessidades dos cidadãos, com equipamentos urbanos e prestação de serviços públicos de qualidade. Na conceituação de cidade média se faz a necessária uma combinação de características como tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida para definir esse patamar de cidade. No Rio Grande do Sul destacam-se como as principais cidades médias Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Também são classificadas como médias as cidades de Novo Hamburgo, Rio Grande, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul, Bagé e Bento Gonçalves. Embora se identifiquem diversos aspectos negativos à verticalização urbana, os edifícios altos estão cada vez mais presentes no espaço urbano das cidades médias gaúchas. Essa presença está efetivamente ligada ao poder público que, pressionado pelos promotores imobiliários, permite e incentiva a verticalização acentuada através das legislações urbanísticas.

Palavras Chave: Cidades médias; Verticalização; Rede urbana; Produção do espaço urbano.

ST 3.10 • 04

CONDICIONANTES TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICOS EVIDENCIADOS NA EXPANSÃO DO MERCADO RESIDENCIAL FORMAL NA RMSP DOS ANOS 2000

Carolina Maria Pozzi de Castro

Universidade Federal de São Carlos, ccastro@ufscar.br

Leticia Moreira Sígolo

Universidade São Judas Tadeu, lesigolo@yahoo.com.br

O artigo aborda a produção imobiliária residencial na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 2000. Inicialmente, são analisadas as dimensões institucionais e econômico-financeiras que suportaram o boom imobiliário no país devido à presença do Estado, imprescindível ao incremento da oferta do crédito. Em consonância com os agentes financeiros e do setor imobiliário, medidas determinantes para a expansão do crédito foram adotadas, como garantias de segurança jurídica e financeira e adequação da política do crédito com subsídio ou desconto, permitindo o acesso ao mercado a extratos da população de renda média e média-baixa. A RMSP é abordada segundo a oferta de novas unidades habitacionais utilizando-se a base de dados sobre os lançamentos residenciais da Embraesp. Segundo períodos distintos, precisou-se o desempenho do mercado, bem como a tipificação e fixação da oferta no território, com a presença das grandes empresas de capital aberto. Essa oferta foi marcadamente direcionada tanto à Capital como a outros municípios da RMSP, e em áreas mais periféricas e baratas voltou-se ao segmento econômico do mercado. Em seis zonas de estudo: as Subprefeituras de Itaquera, Pirituba e Mooca e os Municípios de Suzano, São Bernardo do Campo e Guarulhos, as dinâmicas do mercado e da oferta foram analisadas e comparadas, e permitiram o conhecimento de como, mesmo sob a dominância financeira presente no ciclo recente de expansão, inúmeros elementos locais repercutiram nas estratégias empresariais como entraves e benefícios, condicionando a acumulação e a valorização imobiliária.

Palavras Chave: Mercado imobiliário; Condicionantes sócio-territoriais; Valorização imobiliária; Financiamento Habitacional; Gestão urbana.

ST 3.10 • 05

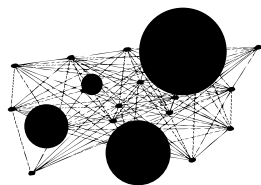
JARAMILLO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO: UMA BASE PARA A REDISSCUSSÃO DO MODELO CENTRO-PERIFERIA

Rafael Costa de Moura

FAUUSP, rafademoura@gmail.com

As transformações urbanas pelas quais vêm passando as metrópoles brasileiras desde os anos 1980, como a intensificação da produção imobiliária voltada para as camadas de média e alta renda da população em franjas urbanas, ou o aparecimento no centro e na periferia de equipamentos de serviço e comércio, como shopping centers, apontam para uma limitação do conhecido modelo centro-periferia como explicação das dinâmicas de produção do espaço urbano no Brasil. Para auxiliar na instrumentalização de análises contemporâneas sobre a estruturação espacial das metrópoles, este trabalho realiza o confronto entre duas visões contemporâneas sobre a produção do espaço urbano, a do livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (MARICATO, 1982), que acabou por servir de base teórica para o modelo hegemônico centro-periferia, e a proposta de metodologia para análise da produção do espaço construído desenvolvida por JARAMILLO (1982) no texto *Las formas de producción del espacio construido en Bogotá*.

Palavras Chave: Formas de produção do espaço construído; Produção capitalista da casa; Modelo centro-periferia.



ST 3.11

Espaços em Transformação: dinâmicas urbanas e conflitos

25.maio
14h - 16h

ST 3.11 • 01

DISTRITO FEDERAL E SUAS NOVAS ESPACIALIDADES: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Washington Candido de Oliveira

Geografia/ UnB, washington@washingtoncandido.com.br

Marília Luiza Peluso

Geografia/ UnB, peluso@unb.br

No Distrito Federal, para a manutenção do Patrimônio histórico, instituiu-se a Área de Tutela do Bem Tombado do Plano Piloto de Brasília, na qual se pretendiam usos de baixa densidade e concepção de parques para controlar o crescimento demográfico e evitar a especulação imobiliária. Entretanto, não foi assim que ocorreu a ocupação da Área de Tutela. Os usos de baixa densidade foram substituídos por usos residenciais verticalizados, numa convergência de interesses entre as classes de média e alta renda, a esfera pública e a esfera privada do capital imobiliário e da construção civil. Desse modo, fez-se um estudo de questões que envolvem a transformação da área-objeto deste trabalho e de processos imbricados que se materializam na Área de Tutela do Bem Tombado. Dentre os processos, destacam-se os conteúdos ideológicos que estão envolvidos na reprodução de “espaços de morar perto e de morar bem” e como as esferas pública e privada utilizam a ideologia para sua reprodução. Propõe-se, no estudo, entender qual é o papel dos agentes que elaboram as várias formas de apropriação do espaço urbano e compreender melhor a função do Governo do Distrito Federal (GDF) quanto à ingerência nos interesses envolvidos nas modificações na Área de Tutela. Dessa maneira, procura-se analisar os novos contextos da realidade em Brasília-DF: o envolvimento da habitação pelo mercado imobiliário e pela ação, omissão ou planejamento do GDF – esse é o argumento principal deste trabalho a ser discutido partindo de duas grandes questões.

Palavras Chave: Patrimônio; Tutela; Ideologia; Apropriação; Ingerência.

ST 3.11 • 02

ANÁLISE DAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO: NOTAS SOBRE AS CENTRALIDADES URBANAS LOCAIS

Natália Held

Universidade Federal do ABC, natalia.held@ufabc.edu.br

João Vitor Macarini

Universidade Federal do ABC, jv_macarini@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo abordar as centralidades urbanas existentes na região da zona leste de São Paulo, a partir da perspectiva de se analisar os diversos processos econômicos, sociais e urbanos em andamento nessa área. Pretende-se, com isso, compreender suas diferenciações internas por meio do levantamento de áreas de centralidades. A zona leste de São Paulo é caracterizada, historicamente, por carências de infraestrutura urbana, alta densidade populacional e construtiva, sendo ocupada por uma população majoritariamente de baixa renda e com poucas ofertas de trabalho, conformando um conjunto de bairros dormitórios com altos índices de precariedade urbana em sua região mais periférica. Contudo, sabe-se que esse território, de grande extensão, não é homogêneo, sendo que sua porção mais próxima da região central da cidade apresenta um acesso maior a equipamentos públicos e uma estrutura urbana menos precarizada. O que se pretende, com a pesquisa, é justamente detalhar as diferentes lógicas presentes na estruturação desse território. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, da análise comparativa dos microdados dos Censos IBGE 2000 e 2010, do estudo dos lançamentos imobiliários na região nos últimos anos, da exploração dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da determinação das áreas de centralidades existentes, buscou-se compreender os processos em curso e determinar tendências de desenvolvimento socioeconômico e urbano na região.

Palavras Chave: Zona leste de São Paulo; Centralidades urbanas; Planejamento urbano; Segregação urbana.

ST 3.11 • 03

EMERGÊNCIA DE CENTRALIDADES URBANAS: ESPAÇOS PRODUZIDOS A PARTIR DE SISTEMAS DE MOBILIDADE NO EIXO ESTRUTURAL SUL DE CURITIBA

Cristina de Araújo Lima

Universidade Federal do Paraná, cristinadearaujolima@gmail.com

Letícia Nerone Gadens

Universidade Federal do Paraná, leticiagadens@yahoo.com.br

Esta pesquisa desenvolve-se em um contexto de análise da estruturação territorial de espaços urbanos gerados a partir de sistemas de mobilidade, e que podem configurar-se como centralidades, à medida em que agregam densidades e diversidades de uso. Nesse contexto, este trabalho volta-se ao estudo da cidade de Curitiba, que é reconhecida por suas práticas de planejamento, sobretudo pela proposição de um modelo de desenvolvimento urbano pautado na relação entre uso do solo, sistema viário e transporte coletivo. O objetivo central consiste em analisar a conformação de espaços gerados no entorno dos terminais do sistema BRT, de modo a identificar como orientações e diretrizes de um mesmo grande projeto urbano promoveram a definição de novas centralidades. Esta verificação está orientada pela avaliação de critérios como a densidade de ocupação e diversidade de usos, considerando que tais variáveis são relevantes, a medida em que, associadas à oferta de transporte coletivo, contribuiriam com a eficiência do sistema, como um todo. A partir da aplicação de múltiplos procedimentos metodológicos o cruzamento das variáveis resulta em análises integradas que sintetizam o processo de conformação de centralidades no Eixo Estrutural Sul, na cidade de Curitiba. Os resultados obtidos demonstram que a conformação de centralidades pode não se vincular apenas a um aspecto físico territorial, mas também ao arranjo de fluxos, que se configuram a partir de deslocamentos reproduzidos em uma base territorial. Assim, evidenciam que há outros fatores, além do zoneamento e oferta e demanda por transporte coletivo que caracterizam áreas de centralidade urbana.

Palavras Chave: Centralidade urbana; Mobilidade urbana; Espaço urbano.

ST 3.11 • 04

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIOTERRITORIAL NA SUBPREFEITURA DE ITAQUERA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ENTRE O LOCAL E O METROPOLITANO

Isadora Fernandes Borges de Oliveira
FAUUSP, isadoraborges.o@gmail.com

O processo mundial de globalização e reestruturação produtiva iniciados em 1970 vêm pautando transformações na lógica de estruturação da metrópole e da macrometrópole paulista. A Região Metropolitana de São Paulo, antes conduzida principalmente pelo setor industrial, passa a reestruturar sua produção e o espaço incorporando novos agentes, com destaque para o setor imobiliário e de serviços na era da financeirização. O planejamento econômico, valendo-se das escalas metropolitana e macrometropolitana na qual as relações se estabelecem, começa a pautar a política urbana municipal sob a égide do pacto federativo nacional. Em São Paulo, este movimento é constatado em subprefeituras da zona leste no século XXI, sendo a Subprefeitura de Itaquera nosso objeto empírico a fim de discutir as articulações entre o desenvolvimento econômico municipal e metropolitano e o desenvolvimento socioterritorial local. O discurso do grande projeto urbano estratégico e os incentivos à ação do mercado surgem então, como âncora de um processo de desenvolvimento econômico e socioterritorial possível para o local, ganhando legitimidade em um território historicamente marcado pela precariedade urbana. A partir deste quadro, por meio da análise do planejamento urbano e das transformações territoriais vistas na Subprefeitura, o texto procura expor as contradições e (des)articulações entre o planejamento econômico e o desenvolvimento local, refletindo como estas propostas relacionam-se com as condições concretas de desenvolvimento socioterritorial da área em tela.

Palavras Chave: Planejamento econômico e territorial;
Desenvolvimento socioterritorial; Itaquera.

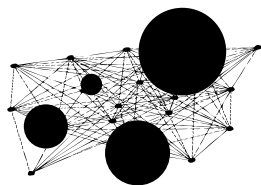
ST 3.11 • 05

OS INFORTÚNIOS DA PERIMETRAL E AS ASPIRAÇÕES DAS VIAS URBANAS NAS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO RIO DE JANEIRO PÓS GRANDES EVENTOS

Fabiana Izaga
PROURB/UFRJ, fabizaga@gmail.com

Propomos analisar algumas intervenções urbanas ligadas a investimentos em mobilidade urbana, mais especificamente as intervenções que vieram a substituir o viaduto da perimetral, tais como túneis, passeios e “boulevards”, ao que se soma o VLT carioca, localizados no Centro do Rio de Janeiro, e realizados no bojo da preparação da cidade para sediar grandes eventos. Buscaremos analisar a ampliação da escala destes artefatos como instrumentos de alavancagem de dinâmicas imobiliárias que parecem afirmar lógicas de financeirização dos processos urbanos, em detrimento ao estabelecimento de um arcabouço de planejamento integrado local e metropolitano por parte do Estado. Em um primeiro momento vamos apresentar, em perspectiva histórica, o processo de construção do viaduto elevado da Perimetral, implodido para dar lugar às novas intervenções de infraestrutura viária. Pretendemos também discutir as ideias subjacentes às propostas dessas novas infraestruturas de transporte, onde o papel das infraestruturas rodoviárias, embora amplamente criticado como modelo esgotado para a rede de deslocamentos troncais, continua predominando como resultado. Neste sentido, buscaremos coteja-las com algumas intervenções de tônica rodoviária empreendidas durante o século XX na cidade, que embora de cunho funcionalista, talvez possuísem um maior compromisso de planejamento global. Por último, buscaremos fazer um balanço do teor das intervenções de infraestrutura de transportes realizadas na área central buscando verificar sua atualidade e coerência com as demandas de um desenvolvimento mais equitativo para a cidade metropolitana, que possa contribuir com as políticas públicas de um desenvolvimento integrado entre planejamento urbano e infraestrutura de transportes.

Palavras Chave: Mobilidade urbana; Perimetral; Vias urbanas; Área central; Rio de Janeiro.



ST 3.12

Produção do Espaço, Cultura e Consumo

25.maio

16h - 18h

ST 3.12 • 01

OIKOCIDADE – O GOVERNO DA CIDADE NA SOCIEDADE DE CONTROLE

Lutero Pöscholdt Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo, luteropro@gmail.com

A hipótese defendida é que cada vez mais a cidade se apropria dessa forma de governo puramente econômico, como um simulacro invisível aos olhos dos cidadãos. E a cultura, assume esse papel de essencialidade vital na cidade, visto que sem a promoção da identidade cultural, as cidades poderiam submergir frente ao cenário global.

Palavras Chave: Cidade; Economia; Sociedade do controle.

ST 3.12 • 02

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CRIATIVIDADE ECONÔMICA DO CAPITAL, O CASO DO IV DISTRITO DE PORTO ALEGRE/RS

Renata Carrero Cardoso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, recarrero@gmail.com

A revitalização de áreas urbanas desindustrializadas através de sua apropriação por atividades da economia criativa destacam-se contemporaneamente nas discussões sobre planejamento urbano e políticas públicas, sobretudo nas grandes cidades. As distinções geográficas resultantes das dinâmicas da produção capitalista do espaço são exploradas a partir da atribuição de novas formas e conteúdos ao território. Nestes casos, a ambiência social e os padrões culturais emergentes têm papel fundamental para a instituição de um clima favorável aos reinvestimentos. As recorrentes parcerias entre os setores de capital privado e o poder público nas propostas de reenvolvimento do território colocam em debate a valorização econômica que resulta na acumulação do capital e na segregação socioespacial. Este trabalho terá como objetivo problematizar a forma como os setores culturais e criativos, em Porto Alegre/RS, estão sendo utilizados como justificativa para a prática de territorialização do capital econômico. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica relacionada à problemática elencada, a análise de dados primários e secundários e também análise de instrumentos legislativos.

Palavras Chave: Financeirização; Economia Criativa; Cidades Criativas; Produção do Espaço; Revitalização.

ST 3.12 • 03

A NOVA GEOGRAFIA DO COMÉRCIO E DO CONSUMO EM CIDADES MÉDIAS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE

Cláudio Smalley Soares Pereira

FCT/UNESP, clasmalley@hotmail.com

O presente artigo busca problematizar o papel das cidades médias brasileiras no período contemporâneo a partir das dinâmicas econômicas que caracterizam o processo de reestruturação econômica e espacial. O foco recai nas formas comerciais e no papel do consumo como elementos que são capazes de reposicionar as cidades no contexto de uma urbanização planetária bem como redefinir as lógicas de produção e consumo do espaço urbano. Assim, as cidades de Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto, analisadas neste texto, expressam, cada qual da sua maneira, a combinação de processos de ordem global, como a internacionalização das empresas da chamada grande distribuição, com as determinações locais, dos agentes sociais que atuam a nível local/regional. Observa-se, portanto, uma produção do espaço urbano voltada para atender as lógicas do mercado, que transformam estas cidades em novas plataformas para a acumulação do capital pelo fato delas apresentarem condições para que as empresas possam se instalar e participar da vida de relações urbanas. Uma nova geografia comercial é produzida e indicadora de um processo de reestruturação da cidade em que o consumo assume um papel determinante no processo de urbanização e na produção do espaço urbano.

Palavras Chave: Produção do espaço urbano; Reestruturação da cidade; Comércio; Consumo.

ST 3.12 • 04

SHOPPING CENTER E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SALVADOR - BA

Silvia Catarina Araújo das Virgens

Universidade Federal da Bahia, silviavirgens@yahoo.com.br

Jorge Ney Valois Rios Filho

Universidade Federal da Bahia e Instituto Federal da Bahia, jorgevalois@ifba.edu.br

Neste artigo discutimos a produção do espaço urbano a partir da perspectiva da urbanização corporativa que representa a aliança entre o Estado e as grandes empresas, que conjuntamente atuam na produção do espaço urbano desigual e fragmentado para atender a uma demanda de consumo de parte de uma população. O ponto de partida desta investigação foi a análise de áreas da cidade constituídas a partir da implantação de Shopping Centers, por entender que estes empreendimentos são um dos elementos indutores da produção corporativa do espaço urbano. Com o objetivo de analisar a relação entre shopping center e produção do espaço urbano, nos propomos a investigar o processo de implantação de três shopping center de Salvador: Iguatemi (1975), Barra (1987) e Horto Bela Vista (2012). Pudemos constatar que, mesmo se tratando de processos diferenciados e em contextos distintos, existe um monopólio na produção do espaço urbano que por isso recebe a nomenclatura de corporativo. O monopólio constitui-se pela atuação de poucos, mas dinâmicos agentes (agentes privados responsáveis diretos pelos empreendimentos, cujas ações se perpetuam no tempo e no espaço) que se relacionam entre si e com o Estado (instâncias federal, estadual e municipal) para a promoção de áreas de alto valor comercial, indutoras da produção de um espaço urbano desigual e fragmentado.

Palavras Chave: Shopping Centers; Espaço Urbano; Urbanização Corporativa; Estado. Agentes Privados

ST 3.12 • 05

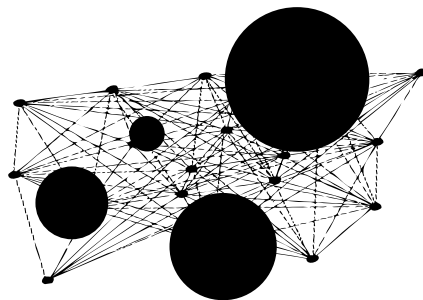
FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: REFLEXÕES A PARTIR DE CONDOMÍNIOS FECHADOS E SHOPPING CENTERS EM BELO HORIZONTE

Eduardo Marchetti Pereira Leão da Motta

NPGAU/UFMG, emottam@hotmail.com.

O capitalismo, por consequência de crises inerentes ao sistema, cria novas formas de produção e reprodução do espaço para a constante acumulação do capital. Transformações socioeconômicas recentes como a ascensão do pós-fordismo, neoliberalismo e globalização impactam e reestruturam o espaço urbano principalmente das grandes cidades. A fragmentação socioespacial é identificada como um processo resultante dessas mudanças, acumulando novos elementos e práticas à urbanização latino-americana baseada no modelo segregador Centro-Periferia. A proliferação de condomínios fechados e de shoppings centers é analisada particularmente em Belo Horizonte conformando as relações sociais de seus cidadãos nesses enclaves fortificados contemporâneos.

Palavras Chave: Fragmentação socioespacial; Segregação socioespacial; Condomínios fechados; Shoppings centers; Belo Horizonte.



ST 4

MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Comitê Científico:

Juliano Pamplona Ximenes Pontes (PPGAU/UFPA)

Luciana Nicolau Ferrara (BPT/UFABC)

Simone Polli (PGP/UTFPR)

ST4 - MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEMAS:

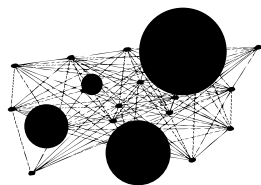
Recursos naturais e bens comuns; padrões de consumo e capacidade de suporte; saneamento ambiental; mudanças climáticas e impactos socioterritoriais; direitos ambientais e direitos sociais; regulação e políticas públicas ambientais; metodologias de avaliação ambiental; conflitos e justiça socioambiental; análise de risco e vulnerabilidade; movimentos sociais e politização do debate ambiental; modernização ecológica, economia verde, pagamento por serviços ambientais; ecologia política da urbanização.

A simultaneidade entre a crise ambiental e a crise social coloca em debate a pertinência e a manutenção de concepções antagônicas como o conservacionismo e o produtivismo. Se, por um lado, tem se observado o aumento da incorporação da pauta ambiental nas políticas públicas, por outro lado, a integração de conhecimentos sobre o meio físico e a solução de problemas sociais, seja no campo ou na cidade, ainda encontra diversas barreiras – econômicas, políticas e ideológicas – a serem superadas, ainda mais se considerada a perspectiva de apropriação social da natureza como bem comum. Ao mesmo tempo, as formas de exploração de recursos naturais enquanto ativos, no estágio atual do capitalismo, tem demonstrado o acirramento das desigualdades sociais.

Esse contexto tem provocado o surgimento de movimentos sociais que se contrapõem a esse processo. Tecnologias sociais e de engenharias, planificação urbana e regional e infraestrutura vêm, há 30 anos, se aproximando de estratégias de baixo impacto concomitantes a um esforço de publicidade e mistificação dessas mesmas soluções; adotadas para reconfigurar a ocupação territorial de áreas periurbanas ou assentamentos precários, criam uma cidade/região “saudável” porém substituindo as populações em uso. Apesar das notáveis incorporações do planejamento e do desenho ambiental na urbanização de favelas, como um exemplo possível, nota-se uso socialmente concentrado e segregador até mesmo nas medidas de suposta democratização no acesso e recuperação ambiental. A tecnologia, por sua vez, tomada como solução

em si, parece representar um discurso que a subsume; legítima em si, reificada, redime os efeitos da produção e da territorialização capitalista de modo pretensamente automático – o que não ocorre na realidade social. Todas essas questões implicam a prática do planejamento territorial em diferentes níveis e dimensões.

Considerando a diversidade de abordagens sobre a questão ambiental, a sessão temática privilegiará artigos que busquem trabalhar a integração entre os conhecimentos das ciências sociais aplicadas e das ciências ambientais no território, bem como a articulação dessas práticas com o debate teórico contemporâneo sobre as relações entre sociedade e natureza. Assim, serão consideradas as reflexões sobre as experiências de avaliação e planejamento territorial, das práticas de movimentos sociais, bem como os trabalhos que avancem no debate teórico e crítico sobre essas relações.



ST 4.1

Políticas Públicas Ambientais, Regulação e Instrumentos (I)

22.maio

14h - 16h

ST 4.1 • 01

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: QUESTÕES E DESAFIOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO. REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

Urbanismo/UFMG, rogeriopalharesaraujo@gmail.com

Ana Lúcia Goyatá Campante

Práxis Projetos e Consultoria Ltda., ana@praxisbh.com.br

O Estudo de Impacto de Vizinhança, criado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), é considerado importante ferramenta para prevenção e gestão de conflitos socioambientais no espaço urbano bem como instrumento de apoio à tomada de decisão em processos de licenciamento urbanístico, complementando o regramento de parcelamento, uso e ocupação do solo já tradicionalmente utilizado em grande parte dos municípios brasileiros. Contudo, sua regulamentação em nível local tem gerado muitas dúvidas por parte dos gestores públicos e técnicos responsáveis pela sua aplicação e elaboração, além de incertezas quanto à sua efetividade na promoção do equilíbrio das funções urbanas em benefício da coletividade. Analogamente a críticas feitas a processos de licenciamento ambiental baseados em Estudos de Impacto Ambiental, questiona-se o poder desse instrumento para impedir que atividades incompatíveis venham se instalar ou para alterar as características e a localização dos projetos, contribuindo apenas para a legitimação de decisões já tomadas ou até mesmo para reforçar processos de injustiça ambiental, expulsando atividades incômodas para áreas politicamente menos articuladas, econômica e socialmente mais frágeis e muitas vezes menos reguladas. Este artigo propõe discutir os principais conceitos que sustentam sua utilização como ferramenta de gestão democrática das cidades e contribuir para o debate acerca de seus limites e possibilidades, a partir da experiência de Belo Horizonte, que há seis anos pratica o licenciamento urbanístico prévio de empreendimentos e atividades considerados potencialmente causadores de impactos na vizinhança a partir da exigência de elaboração e análise do EIV.

Palavras Chave: Estudo de Impacto de Vizinhança; Licenciamento urbanístico; Conflitos urbano-ambientais; Área Metropolitana de Lille.

ST 4.1 • 02

INTER-RELAÇÕES ENTRE O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA): PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS URBANAS

Renata Bovo Peres*DCAm/UFSCar, renataperes@ufscar.br***Andréia Márcia Cassiano***DCAm/UFSCar, andreiacassiano@yahoo.com.br*

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento de gestão ambiental urbana, cunhado pelo Estatuto da Cidade, que ainda possui lacunas relacionadas aos aspectos normativos, administrativos e de participação social. Procedimentos e metodologias de avaliações de impacto ambiental de projetos podem contribuir para dar visibilidade e melhor definição de seu escopo, abrangência e adequabilidade. A partir desta problemática, tomando como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho tem como objetivo identificar as inter-relações entre o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), por meio do levantamento do contexto histórico-normativo destes instrumentos, da identificação de suas inserções nas legislações e da análise de possíveis aproximações. As convergências ocorrem em termos de objetivos, princípios de gestão democrática e de prevenção, elaboração de diagnóstico, avaliação de impactos e estabelecimento de medidas de gestão e garantia de publicidade aos interessados. Em contrapartida, as divergências referem-se à ausência de disponibilidade de diretrizes para o EIV no que diz respeito às atividades sujeitas à elaboração do estudo, competências e responsabilidades pela análise, conteúdo mínimo e audiências públicas. Considera-se que estas lacunas poderiam vir a ser sanadas pela existência de Resoluções do Conselho das Cidades ou ainda por resoluções conjuntas com conselhos de meio ambiente, já na busca pela integração destes instrumentos. Conclui-se também que componentes de avaliação de impactos ambientais podem ser utilizados para a regulamentação e o fornecimento destas diretrizes e normas para a aplicação do EIV pelos municípios, permitindo, assim, contribuições às políticas públicas ambientais integradas.

Palavras Chave: Avaliação de impacto ambiental; Gestão ambiental urbana; Estatuto da Cidade; Regulação; Políticas públicas ambientais.

ST 4.1 • 03

INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS: REFLEXÕES SOBRE A AEIS DO GRAMOREZINHO EM NATAL/RN

Camila Bezerra Nobre de Medeiros*PPGAU/UFRN, cabnob@gmail.com***Ruth Maria da Costa Ataíde***PPGAU/UFRN, rataide_58@hotmail.com*

As desigualdades sociais e a ineficácia das políticas públicas voltadas para a moradia no Brasil têm contribuído para a ocupação de áreas ambientalmente frágeis por assentamentos precários, gerando conflitos socioambientais. O presente artigo tem por objetivo compreender de que maneira o Estado tem enfrentado e conduzido a gestão desses conflitos, tomando como estudo de caso o assentamento agrícola do Gramorezinho, localizado em Natal/RN/Brasil, também definido, pelo atual Plano Diretor do município, como Área Especial de Interesse Social (AEIS), e inserido na Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9). Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema dos conflitos socioambientais, buscando compreender as relações implicadas na sua gestão e no planejamento para os tecidos urbanos e sociais implicados, no contexto nacional e, mais especificamente, na realidade natalense. Como resultados, verificou-se que o planejamento e a gestão urbana em Natal tendem a privilegiar a questão ambiental em detrimento do interesse social, mas que a participação de instituições públicas, como o Ministério Público e a Universidade Federal, tem contribuído para destacar a importância do social no processo. Nesse sentido, se reconhece que houve um avanço na proposta de regulamentação da ZPA 9 com a inclusão de um perímetro para a AEIS do Gramorezinho em seus limites. Contudo, questiona-se o fato de a proposta não incluir todas as áreas agrícolas nos limites da ZPA, apontando para sua imediata revisão.

Palavras Chave: Conflitos socioambientais; AEIS Gramorezinho; ZPA 9; Natal.

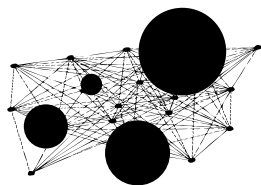
ST 4.1 • 04

O LUGAR DO SOCIAL NA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL: REGULAÇÃO PÚBLICA DE GRANDES PROJETOS E DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL

Ariella Kreitlon Carolino
FAUUSP, ariellakc@usp.br

O artigo apresenta alguns dos principais resultados alcançados pela pesquisa de mestrado da autora, que teve por objeto de estudo central a dimensão social (mais conhecida como 'componente antrópico') consubstanciada na prática e no discurso de avaliação de impacto ambiental. Nela, buscou-se analisar as distorções, as omissões ativas e as formas de presença de lacunas e de insuficiências no trato dessa dimensão social. Corroborando com críticas históricas ao instrumento de planejamento de AIA, argumenta-se que ao componente social tem sido atribuído um papel marginal, frágil e bastante delimitado espacial e temporalmente. Diagnósticos empobrecidos, avaliações que escamoteiam a complexidade de impactos sociais cumulativos, indiretos e de segunda ordem e medidas mitigadoras e compensatórias insuficientes são ilustrados empiricamente pelo artigo, tomando o estudo de impacto ambiental de um projeto de anel rodoviário, situado no Litoral Norte do estado de São Paulo, como matéria-prima principal de análise. Valendo-se ainda de uma metodologia investigativa, baseada no levantamento de documentos oficiais do processo licenciatório, a pesquisa pôde identificar os meandros, os mecanismos, as operações e os filtros que recolocam o 'social' como parte subordinada da AIA, dando pouquíssimo relevo a questões fundamentais, como: fluxos migratórios, crescimento demográfico, demanda adicional sobre infraestrutura e serviços urbanos, transformações da paisagem, novas configurações urbanas, mudança de perfil sociocultural e econômico em nível regional. Ao final, o artigo tece reflexões sobre as potencialidades e limitações inerentes à AIA como instrumento de planejamento regional, integrado, democrático, fundado em princípios de equidade ambiental e no reconhecimento das demandas de grupos sociais atingidos.

Palavras Chave: Avaliação de Impacto Ambiental; Avaliação de Impacto Social; Licenciamento Ambiental; Planejamento Territorial Regional; Justiça Ambiental.



ST 4.2

Políticas Públicas Ambientais, Regulação e Instrumentos (2)

22.maio

16h - 18h

ST 4.2 • 01

O RESSURGIMENTO DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Renan Telles Cardoso

Universidade Federal do ABC, renan.tcardoso@gmail.com

Vanessa Lucena Empinotti

Universidade Federal do ABC, v.empinotti@ufabc.edu.br

Luciana Travassos

Universidade Federal do ABC, luciana.travassos@ufabc.edu.br

Este artigo se propõe a analisar e discutir os processos que levaram a reconstrução da zona rural no município de São Paulo. Para isso serão analisados os dois planos diretores do município, o de 2002, que a retirou, e o de 2014, que a criou. Para entender como o processo ocorreu foram entrevistados técnicos e atores sociais que formularam as demandas pela reconstrução da zona rural e participaram da elaboração dos documentos oficiais. A análise dos dados indicou como o espaço rural se tornou parte da estratégia dos gestores em controlar a expansão do processo de urbanização quando este foi reconhecido não apenas como o local de produção de alimentos, mas como também de preservação da natureza e de outras atividades econômicas de baixo impacto ambiental. Tal mudança foi requerida inicialmente por agricultores paulistanos que, com a inexistência da zona rural no município, não conseguiam ser reconhecidos pelas políticas públicas de incentivo à produção promovidas pelo governo federal uma vez que eles estavam localizados fora das zonas rurais. Tal dinâmica indica a importância de criar estratégias de uso do solo no município que reconheçam tanto o repertório legal do rural, quanto do urbano e ambiental. A relação entre o rural e o urbano também se constitui pelo diálogo de políticas pensadas para o município. Por fim, é necessário aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas entre o rural e o urbano que ocorrem em municípios de regiões metropolitanas a fim de embasar propostas que respondam aos desafios contemporâneos.

Palavras Chave: Zona rural; Uso do solo; São Paulo; Instrumentos de gestão ambiental; Áreas periurbanas.

ST 4.2 • 02

PAISAGEM E MORADIA A CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS EM MEIO À CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE MUNICIPAL

Beatriz Mendes de Oliveira

FAUUSP, mendesbeatriz.7@gmail.com

Hudynne Helena Guimarães Lima

FAUUSP, hudynne.lima@usp.br

Luisa de Moura Chaves

FAUUSP, luisa.chaves@usp.br

Eugenio Fernandes Queiroga

FAUUSP, queiroga@usp.br

O distrito da Brasilândia, localizado na zona norte de São Paulo, enfrenta hoje um processo urbano que é fortemente marcado pelo conflito de lutas pelo direito à moradia e à paisagem. A aparente contradição colocada nos embates pelos movimentos sociais, se mostra na verdade uma falha na gestão da terra urbana, resultando na incapacidade de provisão dos direitos à população que habita a periferia. A Universidade, em uma tentativa de aproximar a academia da comunidade, associou--se com o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia, num processo que visa ampliar o debate sobre a gestão de recursos ambientais e de sustentabilidade urbana. A aproximação com os movimentos sociais busca um novo olhar, mais apurado, sobre a relevância da atuação da sociedade civil na gestão e planejamento das nossas políticas territoriais.

Palavras Chave: Direito; Paisagem; Moradia; Conflito; Brasilândia.

ST 4.2 • 03

PLANOS MUNICIPAIS DA MATA ATLÂNTICA: PROPOSTA DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS EM ALGUMAS CIDADES

Alexandre de Oliveira e Aguiar

UNINOVE, aaguiar@uni9.pro.br

O objetivo deste trabalho é estudar as estratégias e ações propostas nos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) em seis municípios brasileiros, buscando identificar as principais linhas de ação e discutir a consistência quanto aos aspectos de planejamento e os desafios para a implantação dos PMMAs. Foram identificadas como principais categorias de estratégias: unidades de conservação; arborização urbana; atuação em áreas de preservação permanente; legislação; captação de recursos; educação ambiental; ação política e institucional; ação sobre vetores de pressão; obtenção de novas informações; e economia verde. As ações propostas são em geral consistentes com recomendações técnicas e de gestão, no entanto em alguns casos e em alguns temas parecem mais um brainstorming de ideias, sem uma priorização clara. Há uma distribuição variável entre temas técnicos e gerenciais que não permite o estabelecimento de um padrão. De maneira geral, todos os planos buscaram instrumentos que permitam a interação da questão da Mata Atlântica com as várias questões urbanas. No entanto, embora haja a presença de atividades de fiscalização e ações voltadas a ajustes no zoneamento e uso e ocupação do solo, talvez fosse interessante intensificar as ações voltadas ao controle dos vetores de pressão, que tem origem geralmente em projetos de outras áreas que não a ambiental. Na maioria das ações não há prazos claramente estabelecidos, metas nem responsabilidades. A falta dessa definição pode trazer, por um lado, dificuldades na implantação e no acompanhamento da execução do plano; por outro manter flexibilidade para que o plano se acomode às eventuais variações de diretrizes políticas.

Palavras Chave: Mata Atlântica; Planejamento estratégico; Gestão ambiental municipal.

ST 4.2 • 04

VEGETAÇÃO URBANA E INSTRUMENTOS LEGAIS

Cristiane Cassol Schwarstzhaupt

PROPUR/UFRGS, cris.cassol@gmail.com

Antônio Tarcísio Reis

PROPUR/UFRGS, tarcisio@orion.ufrgs.br

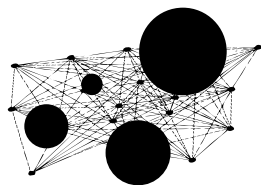
O artigo tem o objetivo de discutir e enfatizar a importância da vegetação urbana para a qualidade de vida dos habitantes e analisar a relevância dada à implantação da vegetação pelos instrumentos legais que regulamentam o planejamento das cidades, em especial, Caxias do Sul, RS. São contemplados os seguintes instrumentos em nível federal: Constituição Federal, Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Estatuto da Cidade e Código Florestal Brasileiro. Em nível estadual é considerado o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul. Em nível municipal são contemplados: Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, Normas de Arborização Urbana e Plano Municipal da Mata Atlântica. A reflexão realizada revela uma falta de reconhecimento da vegetação como um elemento de grande potencial para a saúde e o bem-estar da população. A legislação federal não orienta de forma precisa sobre a vegetação urbana de maneira a garantir sua implantação e a nortear a elaboração de leis em nível municipal.

Palavras Chave: Vegetação urbana; Efeitos da vegetação; Instrumentos legais.

ST 4.3 • 01

DA DISTÂNCIA ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO OU DE COMO SE REPRODUZ UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL. REFLEXÕES DO CASO DE UMA RESERVA FLORESTAL EM BOGOTÁ

Giselle Andrea Osorio Ardila
IPPUR/UFRJ, gisean@gmail.com



ST 4.3

Conflitos e disputas entre direitos
ambientais e sociais

23.maio
14h - 16h

No começo do ano 2016, o prefeito recentemente eleito de Bogotá anunciou um grande projeto de urbanização e grandes estradas no norte da cidade, mais exatamente nos terrenos da Reserva Florestal Regional Thomas van der Hammen. Com o anúncio, reviveu um debate que iniciou há dezesseis anos e sua análise permite questionar como se concebem a cidade, o meio ambiente e o planejamento, em um contexto de mercantilização dos bens comuns, especulação de terras e organização de redes ambientalistas. No artigo, a partir de fontes secundárias e de dois meses de trabalho de campo, percorre-se o processo do conflito socioambiental, desde a indagação pelas origens dos discursos e argumentos envolvidos, passando pela pergunta pelo papel do planejamento na dilatação do conflito e propondo possíveis caminhos de análise das estratégias e ações às que os atores recorrem para implementar a suas agendas.

Palavras Chave: Conflito socioambiental; Reserva florestal; Bogotá; Discursos; Estratégias.

ST 4.3 • 02

DE QUEM É ESSA TERRA? OS IMPACTOS SÓCIO ESPACIAIS DA MINERAÇÃO PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG

Monique Sanches Marques

Universidade Federal de Ouro Preto, sanches.monique@gmail.com

Sandra M. A. Nogueira

Universidade Federal de Ouro Preto, sandramnog@gmail.com

No dia 5 de novembro de 2015 a Barragem de Fundão em Mariana/MG, da mineradora Samarco, uma empresa joint venture da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton se rompeu liberando aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração. Este desastre afetou e afeta biomas e comunidades da Bacia do Rio Doce. Nesse contexto, populações foram des-reterritorializadas dos seus modos de vida, o que vem provocando danos sócio espaciais e ambientais muitas vezes irreversíveis, envolvendo questões relacionadas à perda de moradia, comprometimento da fauna, flora e dos recursos hídricos, alterações em suas atividades econômicas e sociais, em seus estados de saúde mental e física e em seus cotidianos. Esse evento insere essas populações atingidas em situações de sofrimento social e nos faz questionar nosso modelo de sociedade e de desenvolvimento. Após um ano desse desastre o que se vê é o protagonismo da empresa e a inação do Estado com relação à execução dos ressarcimentos, indenizações e dos reassentamentos. O que se percebe é um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. Este desastre sócio- tecnológico mostra a emergência em enxergar as pessoas colocadas sob o julgo da manutenção e da expansão da exploração mineral no Brasil. O entendimento do impacto causado pelo desastre passa pelo enraizamento territorial desta atividade no Brasil, em Minas Gerais chegando a Gesteira, no município de Barra Longa. Pretende-se mostrar que a terra minerada é recorte potente e vulnerável, diante do motor econômico que move este setor.

Palavras Chave: Exploração Mineral; Terras mineradas; Desastre tecnológico; Barragem de rejeitos; Barragem de Fundão.

ST 4.3 • 03

DIREITO À ÁGUA: CONFLITOS E DISPUTAS NA REGIÃO DO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Eloísa Helena Freire

PPGAU/UFF, eloisafreire.uff@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os conflitos socioambientais na região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com destaque para aqueles relacionados ao acesso, ao uso e à conservação da água. Pretende-se analisar os “fluxos da água” nesta região e as relações de poder envolvidas nesse campo. A origem do conflito na gestão dos recursos hídricos se deve ao fato dos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá não possuírem bacias hidrográficas dentro de limites capazes de suprir suas demandas de água, dependendo, principalmente, dos mananciais dos municípios de Cachoeiras de Macacu. Por esta razão, a gestão das águas nesses municípios sempre foi um ‘campo’ de disputas de caráter regional. Neste contexto, a cidade de Niterói sempre foi privilegiada, devido ao seu status de antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. Estes municípios são abastecidos pelo Sistema Imunana que é responsável pelo o abastecimento de aproximadamente 2 milhões de pessoas. Contudo, a demanda hídrica do sistema é maior que sua oferta, representando hoje, aproximadamente, 340 mil pessoas sem atendimento. Além disso, neste contexto de precariedade, de desigualdade socioambiental e de falta de gestão regional é instalado no município de Itaboraí, um grande projeto de desenvolvimento, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que colocou a região no centro das atenções desde da época de seu lançamento em 2006. Toda essa conjuntura trouxe fortes reflexos nas demandas, nos usos e no direcionamento dos fluxos das águas na região.

Palavras Chave: Água; Conflitos Sócio-ambientais; Desigualdade Sócio-espacial; Urbanização.

ST 4.3 • 04

DISPUTAS EM TORNO DA MORADIA E DO MEIO AMBIENTE NA REGIÃO DA BARRA DA TIJUCA: OS CASOS DA VILA AUTÓDROMO E DO CAMPO DE GOLFE OLÍMPICO

Clarissa Pires de Almeida Naback
PUC-Rio, claires.naback@gmail.com

Virgínia Totti Guimarães
PUC-Rio, virginia@puc-rio.br

O presente trabalho analisa as disputas em torno da moradia e proteção do meio ambiente, a partir das reflexões sobre dois casos ocorridos na Barra da Tijuca: a remoção de grande parte da Vila Autódromo e o Campo de Golfe Olímpico. A Vila Autódromo é uma comunidade habitada por pessoas de baixa renda, localizada ao lado do Parque Olímpico, que sofre há mais de 20 anos com ameaças de remoção. O Campo de Golfe Olímpico foi viabilizado por uma operação urbanística, que alterou a legislação ambiental e urbanística do local e ainda permitiu a construção de um condomínio de alto luxo a ele associado. Ambos são projetos executados através de parcerias público-privadas, que são características da atual forma de governar as cidades neoliberais. Além disso, nos dois casos, há como contrapartida o repasse de grandes áreas para a construção de condomínios residenciais de alto padrão. Analisa-se o uso diferenciado da proteção do meio ambiente, resultando em critérios diversos de aplicação das normas em vigor, por vezes recorrendo-se ao seu rigor, mas, em outros casos, até mesmo alterando-se formalmente seu conteúdo. Além disso, o presente trabalho trata do direito de moradia, conquistado a partir de demandas sociais, que igualmente vem sendo manejado, especialmente no sentido de ser completamente esquecido no papel, para permitir o desenvolvimento deste determinado projeto de cidade neoliberal.

Palavras Chave: Vila Autódromo; Campo de Golfe Olímpico; Justiça socioambiental; Direito à moradia; Conflitos ambientais

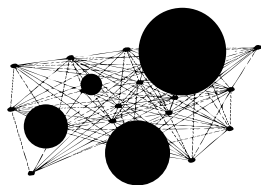
ST 4.3 • 05

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E MEMÓRIA DE SÃO FRANCISCO XAVIER: UM OLHAR SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DE JOVENS ATORES DO CENÁRIO ECOTURÍSTICO

Raquel Henrique
Universidade do Vale do Paraíba/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, kellhenrique@gmail.com

A estância turística de São Francisco Xavier– SJC é uma região de grandes atributos naturais, seja pelos remanescentes de Mata Atlântica, pela riqueza em recursos hídricos ou por ser o berço de preservação natural para o macaco Muriqui. Esses fatores tornaram a região Área de Proteção Ambiental e, para tanto, suas atividades e desenvolvimento devem obedecer a manejos específicos visando menor impacto ambiental. O presente artigo procura investigar as transformações sobre o uso e ocupação do solo de SFX a partir da percepção ambiental de um grupo de jovens envolvidos diretamente com o meio ambiente como atores do ecoturismo local. Para tanto, realiza-se uma discussão conceitual sobre percepção e memória alinhado a pesquisa exploratória, por meio de entrevista ao grupo sob a ótica da análise do discurso. Deste modo, foi possível verificar cinco principais eixos temáticos relacionados a percepção ambiental, sendo estes: identidade ao lugar; o local e o novo morador; expectativas – cenários futuros; contexto ambiental e, por fim, atividade ecoturística. Neste, foi apontado a relação “o morador local e o novo morador” como principal formação imaginária influente na percepção das principais transformações do meio. Desse modo, a pesquisa permitiu observar que a influência do morador emigrado está para além da mudança no perfil de uso e ocupação do solo de SFX, mas também se relaciona a própria identidade de seus habitantes ao lugar, uma vez que áreas de interesse natural antes de acesso livre como trilhas, rios e cachoeiras hoje tem seu acesso restrito, por parte do novo proprietário.

Palavras Chave: Percepção Ambiental; Percepção; Memória; São Francisco Xavier; Ecoturismo.



ST 4.4

Conflitos Socioambientais e Bens Comuns

23.maio

16h - 18h

ST 4.4 • 01

A “NOVA RURALIDADE” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nathália Figueiredo de Azevedo

PGDT/UFRRJ, Mestranda, fda.nathalia@gmail.com

O presente trabalho analisa aspectos teóricos do rural e do urbano em uma breve leitura desses conceitos no Brasil, as mudanças na ordem conceitual da ruralidade na análise do processo de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil Contemporâneo. Nesse sentido, buscou-se inserir a trajetória do desenvolvimento rural no ordenamento constitucional, direcionada ao desenvolvimento, que por si, desenrola-se diferentemente nos espaços urbanos e rurais, por meio da industrialização, urbanização e modernização da agricultura fomentada nos governos militares e institucionalizada através dos arranjos desenhados pelos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) e a posterior emergência de uma “nova ruralidade” ao longo das últimas quatro décadas.

Palavras Chave: Ruralidade; Nova ruralidade; Urbanização do rural; Políticas públicas.

ST 4.4 • 02

A TERRA É NOVO OURO: GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS, CONFLITOS POR TERRAS E PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NA AMÉRICA DO SUL

Claudete de Castro Silva Vitte

Unicamp, clavitte@ige.unicamp.br

Este artigo objetivou ressaltar e caracterizar os principais agentes hegemônicos e não hegemônicos envolvidos com o uso e ocupação da terra para agropecuária e com a segurança alimentar na América do Sul, considerando-os em seus conflitos e alianças de interesses. Ele enfoca prioritariamente o período de 2003-2016. Nos objetivos específicos procuramos: observar as principais influências e pressões exercidas por outros países e por empresas nacionais e transnacionais sobre países da América do Sul na questão de uso e ocupação de terras e na produção agropecuária; observar se tem havido modificações nas relações geopolíticas da América do Sul no que se refere à produção de alimentos; analisar os discursos e ações dos principais agentes hegemônicos (empresários, produtores e governos) sobre a produção agropecuária e as estratégias de resistências de grupos não hegemônicos envolvidos em conflitos e, por fim, caracterizar os principais conflitos territoriais e ambientais no subcontinente, em especial no uso e na apropriação do território que se originaram do atual modelo agrícola de agronegócio, de forma a contribuir no entendimento das dinâmicas dos territórios. Esta pesquisa teve caráter qualitativo. Foram feitas consultas livros, teses, periódicos acadêmicos e na imprensa, consultas eletrônicas de diversos websites, especialmente de ONGs, jornais de grande circulação, de institutos de pesquisas, órgãos governamentais e instituições relativas ao tema, por meio de análise de conteúdo

Palavras Chave: América do Sul; Geopolítica dos alimentos; Questão agrária; Impactos socioambientais; Agentes geoeconômicos.

ST 4.4 • 03

ANTECIPAÇÃO, “GESTÃO” E “RESOLUÇÃO” DE CONFLITOS: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DE CONTENÇÃO DA CONTESTAÇÃO SOCIAL

Luis Régis Coli

IPPUR /UFRJ, regiscoli@hotmail.com

O trabalho se propõe a analisar as práticas e discursos que orientam a ação empresarial na “antecipação” dos processos de contestação social de suas atividades, assim como os mecanismos alternativos de “solução de conflitos” que visam garantir a “legitimidade pública” de empresas que, mesmo provocando grandes impactos socioambientais, se apresentam como praticantes da “responsabilidade social corporativa” e adeptas do chamado “ambientalismo empresarial”. O artigo se inicia discutindo os métodos empresariais de “antecipação da contestabilidade social” e de prevenção da conflituosidade sob o escopo de adoção das práticas de “responsabilidade social corporativa”, dos chamados “códigos de conduta” e das atividades de empresas que se afirmam “ambientalmente responsáveis”. As contradições que envolvem os discursos e práticas do Banco Mundial quanto ao “tratamento” de conflitos ambientais são avaliadas posteriormente e seguidas pelas considerações finais.

Palavras Chave: Estratégias empresarias de contenção da conflituosidade; “Responsabilidade Social Corporativa”; “Ambientalismo Empresarial”.

ST 4.4 • 04

DECRESCIMENTO, MEIO AMBIENTE E O COMUM: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS E POTÊNCIAS LIGADAS A POLÍTICAS AMBIENTAIS E AO USO DA TERRA NO BRASIL E NA ÍNDIA

Luiz Felype Gomes de Almeida

NPGAU-UFMG, luizfelype.almeida@gmail.com

As teorias e práticas ligadas às correntes do Decrescimento, do Pós Desenvolvimento e do Comum aparecem como propostas radicais de reformulação do modo de produção capitalista. Em todas elas, o meio ambiente físico passa por um processo de ressignificação. O presente artigo visa refletir a respeito dessas questões. Nesse sentido, é realizado um resgate bibliográfico/analítico ligado às teorias acima apontadas com ênfase nas questões voltadas à valorização ambiental e suas possíveis implicações no que concerne ao uso da terra. Em seguida, apresenta-se uma (re) leitura de algumas legislações fundiárias brasileiras e indianas com destaque às medidas nelas presentes que fomentam ou bloqueiam a gestão da terra com reforço ao seu valor de uso em detrimento do valor de troca. Por fim, a terceira parte do trabalho expõe práticas que demonstram a existência de movimentos e ações alternativas à convenção privatista e produtivista do uso da terra, as quais incorporam prerrogativas das teorias ora discutidas. Para o Brasil, aponta-se como exemplo uma política pública presente no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI que incorpora uma postura “alternativamente ambiental” e cultural ao uso do solo enquanto para a Índia discute-se aqui o uso das denominadas “common lands”. A análise permite conhecer e pensar sobre potências para a promoção de um desenvolvimento emancipatório focado na preservação e coletivização dos meios de vida e produção.

Palavras Chave: Decrescimento; Comum; Meio Ambiente; Uso da Terra; Políticas Públicas.

ST 4.4 • 05

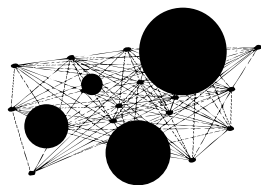
MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E BNDES

Juliana Romeiro

IPPUR/UFRJ, jfromeiro@gmail.com

A política de desenvolvimento brasileiro tem nos anos 2000 o Estado como agente central. Se durante a década de 1980 tem-se a hegemonia da política de livre mercado, o período atual é marcado pela inserção do país em escala internacional frente a novos arranjos políticos-institucionais internos. Neste contexto, emergem instituições públicas responsáveis por promover setores considerados estratégicos para o país, mas que trazem grandes consequências socioambientais, tais como: o agronegócio, mineração, extração do petróleo e infraestrutura. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se consolida como um dos instrumentos mais importantes desse período. Entretanto, os financiamentos a partir do BNDES promovem novas lógicas de acumulação que não estão destinadas do seu caráter espacial e conflitivo. Ao mesmo tempo em que o BNDES aumenta consideravelmente os seus desembolsos, crescem as denúncias de violação de direitos humanos e impactos ambientais irreversíveis em projetos financiados pelo Banco. Considerado um importante centro de execução de políticas públicas, refletir sobre a problemática que envolve a temática ambiental no BNDES, assim como sua política de entorno, nos ajuda a compreender o lugar desta questão nas políticas de promoção de desenvolvimento brasileiro. Este trabalho, tem o objetivo de propor algumas considerações sobre o papel do Banco na inserção da economia brasileira e de que forma esse processo tem-se mostrado contraditório nos aspectos relacionados à questão ambiental.

Palavras Chave: Desenvolvimento; Meio ambiente; BNDES; Grandes projetos.



ST 4.5

Mudanças Climáticas, Riscos e Impactos
Socioambientais

24.maio
14h - 16h

ST 4.5 • 01

ANÁLISES COMPARATIVAS EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Sandra Momm

UFABC, sandra.momm@ufabc.edu.br

Luciana Travassos

UFABC, luciana.travassos@ufabc.edu.br

Gabriela Fernanda Grisa

UFABC, g.grisa@ufabc.edu.br

Kamila Falcão

UFABC, kamila.sfalcao@gmail.com

Organizando a discussão teórico-contextual sobre estudos comparativos em cenário de mudanças climáticas, o artigo é resultante das atividades do projeto de pesquisa “Inovação e Conflitos na Governança da Água e do Território: os Casos Notáveis das Regiões Metropolitanas de São Paulo (SP) e Blumenau (SC). Com base em estudos de caso, em um diálogo indutivo- dedutivo, as análises alimentam construções teóricas que contribuem para novos olhares sobre os estudos empíricos. A seleção dos casos se deu pelos impactos que o sistema de clima e água representam nas dinâmicas de ordenamento territorial. Com base na revisão bibliográfica e nos casos estudados, é possível perceber que as mudanças climáticas, com seus impactos e incertezas, poderiam representar uma oportunidade para alterar as formas de desenvolvimento, no entanto, a resposta às crises tem mantido o modelo de produção e reprodução espacial, de uma forma geral, e do planejamento e da governança das políticas territoriais, em particular, configurado como o predomínio das ações estruturais ao invés de ações efetivas de prevenção e proteção frente à vulnerabilidade socioambiental.

Palavras Chave: Planejamento territorial; Governança; Mudanças climáticas; Região Metropolitana de São Paulo; Região Metropolitana do Vale do Itajaí.

ST 4.5 • 02

**BALANÇO CRÍTICO DAS TEORIAS DA SOCIEDADE DE RISCO:
RUMO A ABORDAGENS CONCRETAS DE FALHAS URBANAS****Renata Maria Pinto Moreira**
FAUUSP, renatamoreira@usp.br

A ampliação da percepção e das ocorrências de riscos urbanos e ambientais permite discutir as relações entre sociedade e natureza. Riscos de desastres, tanto urbano como ambiental, são resultados de ações humanas, e o desenvolvimento de atividades e instituições voltadas à sua redução carece de revisão de conceitos, como, por exemplo, o de resiliência ou da própria dicotomia entre meio ambiente e ambiente urbano. O artigo tem como objetivo apresentar um repertório teórico que embasa a discussão sobre risco nesses termos, e que problematize processos de comodificação dos riscos. Apresenta os principais aspectos das teorias da Sociedade de Risco de Ulrich Beck e Anthony Guiddens, e aponta seus limites. Apresenta as conexões entre essas teorias e a teoria urbana crítica, fundamentada na obra de Henri Lefebvre, sobretudo a partir da noção de “catástrofe”. Por fim, busca por um direcionamento conceitual rumo a formulações mais concretas, baseadas no conceito de falhas urbanas e falhas em cascata nos sistemas de infraestrutura, que exige compreensão mais complexa tanto dos aspectos técnicos e metabólicos do urbano, como de suas implicações econômicas. Pois, pela compreensão das falhas urbanas, exige-se abrir as caixas pretas dos diversos sistemas que configuram a produção do espaço.

Palavras Chave: Risco de desastres; Sociedade de risco; Catástrofe; Falhas urbanas; Infraestrutura urbana.

ST 4.5 • 03

**A MODELAGEM ECOLÓGICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS ÁREAS
URBANAS DA MATA ATLÂNTICA****Tatiana Maria Cecy Gadda**
*UTFPR, tatianagadda@utfpr.edu.br***Elina Sorri**
*UTFPR, elina.m.sorri@student.jyu.fi***Leticia Costa de Oliveira Santos**
*UTFPR, lcos.leticia@gmail.com***Niklas Werner Weins**
UTFPR, weinsniklas@gmail.com

Neste trabalho são investigadas as possíveis aplicações da modelagem ecológica no nível municipal e além dele. O uso de modelos e cenários pode ajudar na valoração de serviços ecossistêmicos, ou seja, dos benefícios provenientes da natureza para o bem-estar humano. A base destes cenários políticas públicas podem tomar decisões melhor informadas sobre como aprimorar a provisão destes serviços por exemplo por meio de áreas de conservação. Para este fim são explorados os conceitos de serviço ecossistêmico, modelagem e cenário que depois são contextualizados no âmbito urbano do bioma Mata Atlântica no Brasil. Esta pesquisa discorre sobre o risco que a falta de modelagem ecológica aplicada no bioma Mata Atlântica implica na provisão de serviços ecossistêmicos para a população nas áreas urbanas mais povoadas do Brasil que são inseridos nesse bioma.

Palavras Chave: Ecological modelling; Public policies; Ecosystem services; Plano diretor; Cenários.

ST 4.5 • 04

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES NATURAIS EM SANTA CATARINA: IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Claudia Siebert

Universidade Regional de Blumenau, csiebert.arq@gmail.com

Buscando contribuir para o debate sobre as relações entre sociedade e natureza, este artigo analisa os impactos socioterritoriais das mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina, e avalia as políticas públicas associadas à temática: adaptação às mudanças climáticas, gestão de desastres, planejamento urbano e habitação de interesse social. Iniciamos o artigo pela análise das relações entre sociedade e natureza no contexto mundial, com as teorias e os eventos referência que conduziram ao atual marco regulatório; e, na sequência, analisamos o panorama nacional. Tratamos a seguir do estado de Santa Catarina, com sua experiência de desastres naturais e as políticas públicas pertinentes. Concluímos o artigo com uma avaliação dos avanços e desafios das políticas públicas de Santa Catarina em um cenário de mudanças climáticas. Percebe-se que as políticas públicas são reativas, surgindo e aperfeiçoando-se como resposta aos maiores desastres. A descontinuidade das políticas públicas, com a extinção e remanejamento de órgãos públicos, prejudica o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas. A falta de integração interinstitucional, tanto horizontal quanto vertical, também compromete a eficácia das políticas públicas. Os dados analisados neste artigo permitem concluir que muito se avançou no Brasil e em Santa Catarina no mapeamento e monitoramento de áreas de risco, mas também que o grande desafio na adaptação às mudanças climáticas e gestão de desastres ainda consiste na desocupação das áreas de risco.

Palavras Chave: Santa Catarina; Desastres Naturais; Mudanças Climáticas.

ST 4.5 • 05

SIMULAÇÃO DE ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO MAR NA CIDADE DE JOINVILLE (SC)

Samara Braun

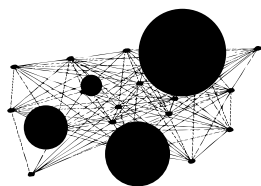
FURB, samii.braun@gmail.com

Juarês José Aumond

FURB, juares.aumond@gmail.com

Os prognósticos indicam que ao longo deste século as mudanças climáticas ocasionarão o aumento médio global do nível do mar. Tal alteração ocasionará impactos sobre diversas cidades costeiras. O objetivo deste artigo é de mapear as áreas impactadas pela elevação do nível do mar na cidade de Joinville (SC), uma cidade que surge e se expande sobre uma planície costeira e ecossistemas de mangue. Os mapeamentos foram realizados através de softwares de geoprocessamento e indicam a elevação do nível do mar impactará ecossistemas naturais e urbanos. Os cenários de prognósticos das mudanças climáticas possibilitam uma análise de possíveis situações futuras, configurando uma ferramenta relevante para o planejamento das cidades. A relevância deste mapeamento inicial consiste em inspirar os planejadores e urbanistas a refletirem sobre as mudanças climáticas e consequentes alterações que irão ser ocasionadas nas dinâmicas locais, para fins de planejamento e construção de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Palavras Chave: Mudanças Climáticas; Adaptação; Resiliência; Planejamento Urbano.



ST 4.6

Recursos Hídricos e Gestão da Água

24.maio

16h - 18h

ST 4.6 • 01

A CRISE HÍDRICA E A GESTÃO DAS ÁGUAS URBANAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Universidade Federal de Campina Grande, liviaibmiranda@gmail.com

O artigo discute o papel do município nas crises hídricas que afetam ciclicamente a região semiárida brasileira, com base caso dos municípios situados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. A investigação pressupõe que as frágeis capacidades institucionais da maior parte dos municípios situados nessa bacia dificultam uma integração efetiva das estruturas de gestão municipal e dos recursos hídricos. As análises foram estruturadas em duas escalas: a regional - a partir do território da Bacia hidrográfica e das estruturas de gestão que nele incidem; e na municipal – por meio da observação dos conflitos pelo uso da água e das estruturas institucionais dos municípios para o planejamento e gestão urbana e ambiental do seu território. Foram utilizadas como fontes: as informações disponibilizadas pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs) e pela Companhia de água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA); a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (IBGE, 2008, 2011, 2013, 2015); as páginas da web de Prefeituras Municipais; e informações sobre a participação pública no Comitê de Bacia Hidrográfica. Os resultados mostraram que, com poucas exceções, as estruturas administrativas municipais ainda são pouco efetivas no planejamento e gestão das políticas territoriais e mais especificamente, das políticas urbanas e ambientais. Isso reforça a necessidade de amparar os processos de tomada de decisão a partir de um planejamento municipal mais sensível aos recursos hídricos.

Palavras Chave: Escassez hídrica; Planejamento urbano; Bacia hidrográfica do Rio Paraíba; Gestão dos recursos hídricos.

ST 4.6 • 02

EVIDÊNCIAS ENTRE A QUALIDADE DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E AS CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Suzana Quinet de Andrade Bastos

PPGE/UFJF, quinet.bastos@ufff.edu.br

Admir Antônio Betarelli Filho

PPGE/UFJF, quinet.bastos@gmail.com.br

Bruno Silva de Moraes Gomes

PPGE/UFJF, suquinet@powerline.com.br

A qualidade, a escassez e a alocação dos recursos hídricos brasileiro são preocupações recorrentes no debate político. Uma forma de contribuir para esse debate é analisar a qualidade dos recursos hídricos e as características socioeconômicas de alguns municípios do Estado de Minas Gerais para o ano de 2010. Para atingir esse objetivo se desenvolve um Indicador de Qualidade da Água que permite classificar os municípios mediante a articulação de duas técnicas: Análise de Componentes Principais e Cluster. Os resultados apontam que a qualidade da água é influenciada pela vulnerabilidade a pobreza, taxa de analfabetismo, mortalidade, urbanização, tratamento inadequado de água e esgoto e expectativa de vida.

Palavras Chave: Qualidade da água; Análise multivariada; Municípios e bacias de Minas Gerais.

ST 4.6 • 03

O NORDESTE E A ESCASSEZ DE ÁGUA: UMA ABORDAGEM DA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS/RN

Lucas Valente Souto

PLANDITES/UERN, lucasvsouto@gmail.com.

Daniela de Freitas Lima

PLANDITES/UERN, danielafreitas12@hotmail.com

Boanerges de Freitas Barreto Filho

PLANDITES/UERN, sertoapotiguar@gmail.com

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas

PLANDITES/UERN, joseneyqueiroz.uern@gmail.com

A região Nordeste sempre foi vista como a região da seca, do subdesenvolvimento, do homem desamparado e de diversos outros estereótipos que consagraram a caracterização de sua configuração humana, econômica e espacial pelas outras regiões do país. A ausência de água é um aspecto marcante, que além de flagelar o nordestino, é utilizada como o aporte político para muitos representantes governamentais adotarem discursos de “solução à seca” com o objetivo de adquirirem apoio popular. Atualmente, medidas de convivência, como cisternas de placas vêm sendo implantadas no semiárido, tendo como mediadora a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). O objetivo deste trabalho é apresentar a perda de importância das atividades rurais na microrregião de Pau dos Ferros/RN, bem como, discutir as medidas emergenciais adotadas para amenizar a escassez de água com ênfase no município de Pau dos Ferros/RN. Foi realizado o levantamento de dados com foco nas variáveis População e Produto Interno Bruto Agropecuário, extraídos das bases de dados do IBGE, dos censos de 1990, 2000 e 2010, entrevistas na Secretaria de Desenvolvimento Rural de Pau dos Ferros/RN e na Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN). Diante disso, o que se observou foi a relativa perda de participação do PIB agropecuário na composição do PIB Municipal, redução da população rural nessa microrregião e a continuidade das ações paliativas de combate à seca.

Palavras Chave: Escassez de água; Combate à seca; Convivência com à seca; Medidas emergenciais; Rio Grande do Norte.

ST 4.6 • 04

OS BENS DE USO COMUM NA ATUALIDADE: A QUESTÃO “ÁGUA”

Maria Angélica Maciel Costa
UFRRJ, mangelicamc@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar as racionalidades de gestão que envolvem o manejo comunitário da água, de um lado, versus a gestão estatal que impõem uma gestão tecnicista e burocratizada, de outro. De forma mais específica, este artigo pretende analisar questões éticas e políticas de acesso e usos da água. O fato de a água poder ser gerida tanto como se fosse um ‘bem de uso comum’, quanto como se fosse uma mercadoria, será o fio condutor das nossas reflexões. Com base em um extenso trabalho de revisão teórica, e de campo, foi possível refletir sobre questões que envolvem a “propriedade”, legitimidade para gerir, o valor e os usos atribuídos à água. Apesar de grande parte da população brasileira possuir uma mentalidade urbana, baseada nos valores culturais ocidentais, é necessário um olhar crítico frente às consequências de políticas públicas de gestão de águas que desconsideram as formas de manejo comunitário das águas em suas formulações. Isto porque, acreditamos que é esta indiferença com relação aos usos tradicionais e simbólicos da água - para dar preferência aos usos da água para fins “desenvolvimentistas” (sob uma visão antropocentrista), regidos sob a lógica tecnicista e do mercado - que está no cerne dos conflitos pelo uso da água.

Palavras Chave: Água; Gestão; Valor; Dominialidade; Bens de uso comum; Conflitos.

ST 4.6 • 05

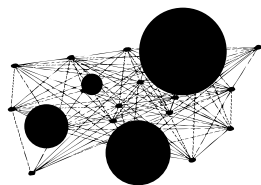
RESILIÊNCIA URBANA: O PLANO DE RECONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL DE CONSTITUCIÓN E A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ

Giane Roberta Jansen
FURB, giane.jansen@gmail.com

Rafaela Vieira
FURB, arquitetura.rafaela@gmail.com

O aumento mundial no número de registro de desastres naturais tem despontado a complexidade das relações sociedade e natureza, e sua dificuldade de incorporação da questão ambiental nas políticas públicas urbanas. Discussões internacionais acerca de Gestão de Risco de Desastres (GRD) na década de 1990, culminam no Marco de Sendai (2015), que institui metas e indicadores, além da integração relação interescolar e a governança. No Brasil, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei Nº 12.608/2012, prevê a integração às políticas urbanas. O objetivo desse estudo é analisar o Plano de Reconstrução Sustentável de Constitución (PRES), no Chile, buscando tecer sua articulação para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (BHRI), Brasil, como estratégia de GRD. A metodologia é de estudo de caso explanatório, sistêmica, com pesquisa exploratória e descritiva, e técnicas bibliográfica e documental. Foram realizadas as etapas de levantamento de dados. Como resultados verifica-se grande aderência das propostas contidas no PRES de Constitución, Chile ao Plano de Prevenção e Mitigação e Riscos de Desastres (PPRD) da BHRI.

Palavras chave: Desastres; Gestão de risco de desastre; Mudanças climáticas; Políticas públicas; Governança.



ST 4.7

Saneamento Ambiental: análise das políticas e intervenções

25.maio
14h - 18h

ST 4.7 • 01

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, RJ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO

Ana Lucia Britto

PROURB-UFRJ, anabrittoster@gmail.com

Andreza Garcia de Gouveia

PEAMB-UERJ, andrezagarciadegouveia@gmail.com

Thiago Giliberti Bersot Gonçalves

IPPUR-UFRJ, gilibertigeo_ufrj@hotmail.com

Rosa Maria Formiga- Johnsson

PEAMB-DESMA-UERJ, formiga.uerj@gmail.com

Este trabalho trata da relação entre segregação e acesso ao saneamento básico, considerando o abastecimento de água e esgotamento sanitário, no lado leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no município de São Gonçalo, o segundo em termos populacionais no contexto metropolitano. Ele toma por base diferentes estudos elaborados e em elaboração sobre esse território da MetrÓpole. Busca-se caracterizar a segregação no acesso ao saneamento em São Gonçalo, os encaminhamentos dados pelo governo municipal na definição do modo de prestação dos serviços e no Plano Municipal de Saneamento Básico do Município - PMSB, discutindo a capacidade desse instrumento de planejamento de enfrentar a segregação sócio espacial e a degradação ambiental.

Palavras Chave: Saneamento básico; Segregação sócio-espacial; São Gonçalo - RJ.

ST 4.7 • 02

CRISE HÍDRICA E DEBATE PÚBLICO SOBRE SANEAMENTO

Suyá Quintslr

IPPUR/UF RJ, suya_q@yahoo.com.br

O presente artigo tem como objetivo compreender o debate público sobre o acesso à água no Rio de Janeiro a partir da abordagem da contentious politics (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009; Tarrow; 2009; Tilly, 1999) e da frame perspective (Snow, 2001). A situação atual, marcada, por um lado, por amplo debate sobre a “crise hídrica” e, por outro, pelo “silenciamento” dos movimentos sociais, é confrontada com a intensa mobilização da década de 1980 – quando se formou o Comitê de Saneamento da Baixada Fluminense – com o objetivo de compreender como ocorrem os processos de mobilização e desmobilização em torno do tema. A pesquisa é baseada em entrevistas com lideranças, observação de debates públicos sobre a crise hídrica no RJ e um levantamento de notícias veiculadas sobre a crise na mídia regional. Como resultado é possível apontar diversas mudanças na estrutura política e na dinâmica dos movimentos sociais que influenciaram os processos de mobilização/desmobilização. Além disso, questiona-se o papel da “crise hídrica” na construção do consenso em torno da visão de que o problema de acesso à água seria principalmente quantitativo, em detrimento da desigualdade espacial no acesso. Por fim, a persistência de formas de resistência cotidiana (Scott, 2002) em uma situação de grande desigualdade estrutural é ilustrada a partir do exemplo de Campos Elíseos (Duque de Caxias, RJ), onde os moradores encontraram formas não convencionais de garantir seu acesso à água.

Palavras Chave: Crise hídrica; Acesso à água; Saneamento; Ação coletiva.

ST 4.7 • 03

MUDANÇAS DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS CAPITALS BRASILEIRAS APÓS A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DE INDICADORES MULTIDIMENSIONAIS DE 2008 A 2014

Christian Luiz da Silva

UTFPR, christiansilva@utfpr.edu.br

Gabriel Massao Fugii

UTFPR, gmfugii@gmail.com

Alain Hernandez Santoyo

UniOeste, santoyocu@upr.edu.cu

Izabel Biernaski

UTFPR, izabiernaski@live.com

O trabalho apresenta os indicadores multidimensionais para compreensão da evolução das políticas municipais da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos das capitais brasileiras antes da PNRS e após a sua instituição. Estes indicadores se constituem em 4 categorias de análise: geração, custo e financiamento, produtividade e reciclagem. É apresentado uma avaliação comparativa entre as capitais pela evolução dos indicadores no período (2008 a 2014) e referente ao período mais recente (2014). Com isso, o propósito é indicar as diferentes realidades das capitais brasileiras e mapear as principais diversidades e desigualdades existentes.

Palavras Chave: Indicadores; Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos; Capitais Brasileiras.

ST 4.7 • 04

O SANEAMENTO BÁSICO NO NORDESTE E NO RIO GRANDE NO NORTE: AVANÇOS E CONSTRANGIMENTOS

Fábio Fonseca Figueiredo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ffbiof@yahoo.com

José Gomes Ferreira

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
jose.ferreira@outlook.com*

Como reflexo das políticas públicas nacionais, entrou recentemente na agenda política o estado do Rio Grande do Norte a necessidade de se priorizar o saneamento básico, de modo a suprir as carências em abastecimento de água, coleta, tratamento e destino final adequados de esgoto e resíduos sólidos. Os centros urbanos têm sido privilegiados, designadamente a capital potiguar Natal, mas também procurando levar a universalização desses serviços essenciais a todas as comunidades, havendo ainda um longo esforço a ser desenvolvido. Este artigo faz uma retrospectiva da evolução do setor de saneamento no Rio Grande do Norte, traçando o panorama atual nos municípios que compõem este estado, cruzando esses dados com o seu perfil sociodemográfico, identificando possíveis bloqueios e alguns bons exemplos. É dada ênfase ao momento atual e ao impacto da crise que o Brasil atravessa na concretização das metas para o setor. Analisa-se, igualmente, possíveis impactos nas comunidades mais vulneráveis e as ações de serem proteladas. Para efeito, fez-se o levantamento dos dados atuais e uma análise do setor e dos dados sociodemográficos que se possam considerar pertinentes, assim como uma revisão da literatura e a análise e discussão de documentos técnicos orientadores das políticas públicas.

Palavras Chave: Desigualdades socioambientais; Políticas públicas; Rio Grande do Norte; Saneamento básico.

ST 4.7 • 05

PAC SANEAMENTO NAS CIDADES MÉDIAS PAULISTAS – UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Renata de Faria Rocha Furigo

POSURB-PUC Campinas, renatafurigo@gmail.com

Este artigo apresenta a atuação do PAC Saneamento no período 2007-2015 nas cidades médias do Estado de São Paulo. Foram consideradas as obras de “abastecimento de água” e “esgotamento sanitário” e, a partir deste universo, buscou-se reconhecer quais são os principais aspectos que impedem ou venham a promover a universalização destes serviços. O estudo pretendia analisar se o PAC atuou com alguma especificidade para enfrentar as necessidades dos municípios de porte médio que, segundo o IBGE, crescem em população mais do que as regiões metropolitanas, contudo, sem planejamento, e rapidamente acumulam os problemas das grandes cidades brasileiras, sobretudo relacionados ao saneamento, habitação e mobilidade urbana. Com exceção do PAC-Mobilidade Cidades Médias, não houve no período estudado tratamento diferenciado para esse tipo de município no que diz respeito às suas necessidades de infraestrutura, e os casos ora apresentados são exemplos de que estas foram tratadas como as demais cidades beneficiadas pelo PAC, sem atuação mais específica. O estudo mostrou também que a universalização do saneamento, apesar de ser um princípio fundamental da Lei 11.445/2007, não significa necessariamente o atendimento a totalidade dos cidadãos, pelo contrário, sugere um comportamento complacente com a “viabilidade econômica”, permitindo metas pouco arrojadas para o setor. Neste sentido, o PAC Saneamento não priorizou a variável “déficit” ao distribuir os recursos financeiros entre os municípios beneficiados, influenciando muito pouco no aumento do atendimento direto à população.

Palavras Chave: Saneamento básico; Cidades médias; PAC Saneamento.

ST 4.7 • 06

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E UM CASO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL COMO SEU EFEITO SOCIOESPACIAL: A CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM SEROPÉDICA

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
tatianacotta75@gmail.com*

O lixo e o que fazer com ele é um dos principais problemas colocados pela crise ambiental no estágio atual da sociedade de consumo. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), ao estabelecer um prazo para o fim dos lixões no país e incentivar a construção de aterros sanitários fez com que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, ocorresse a inserção do município de Seropédica na dinâmica metropolitana ao ser escolhido para alocar um aterro que receberia todo o lixo do Rio. Assim, a construção do aterro sanitário nesse município, impulsionado pela lei e alavancado pela conjugação dos interesses do setor privado – que escolheu a área – com os do município do Rio de Janeiro, reconfigura a função da pequena cidade no tecido metropolitano, inserindo-a definitivamente no mapa da metrópole, ainda que pela “porta dos fundos”. Essa reconfiguração, contudo, não se dá de maneira pacífica, ensejando diversos conflitos, institucionais, intermunicipais e mesmo dentro do município, fazendo com que o processo político servisse de espelho para as questões territoriais e ambientais em jogo. O que o presente artigo visa demonstrar é que a forma como ocorre essa inserção subalterna reflete um modelo de gestão empreendedora que reforça o papel de Seropédica como zona de sacrifício e o caso como mais um caso de injustiça ambiental.

Palavras Chave: Política de Resíduos; Conflitos socioambientais; Justiça Ambiental.

ST 4.7 • 07

DESAFIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM GOIÂNIA-GO

Otniel Alencar Bandeira

PUC Goiás, otnielalencar@gmail.com

Obede Rodrigues Alves

CRHEA/EESC/USP. alves.obede@gmail.com

Antônio Pasqualetto

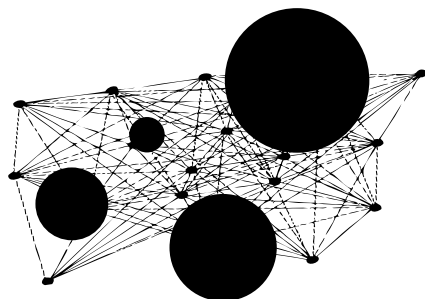
PUC Goiás, profpasqualetto@gmail.com

Lúcia Maria Moraes

PUC Goiás, lucia.dhescmoradia@gmail.com

Um dos objetivos do planejamento urbano é planejar a expansão da cidade levando em consideração o bem-estar dos habitantes, estruturar e organizar o espaço urbano tornando-o adequado para o desenvolvimento das atividades humanas, visando sempre à melhoria da qualidade de vida da população. Um dos requisitos para o desenvolvimento territorial é a existência de serviços de saneamento básico. Com a criação do Ministério das Cidades e a promulgação da Lei nº 11.445 de 2007 as questões relacionadas ao saneamento ganharam destaque e passaram a ser tratadas com mais compromisso pelos governantes, tornando uma missão do Estado a universalização do acesso ao saneamento. No entanto, o que se observa na realidade é que os municípios brasileiros caminham a passos lentos à universalização e muitos desafios ainda precisam ser superados. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução dos principais indicadores de cobertura dos serviços de saneamento básico, assim como a condição destes serviços nos domicílios de Goiânia-GO. Para isso, realizou-se levantamento de dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Relatórios do Instituto Trata Brasil e Saneamento de Goiás (SANEAGO). Os resultados apresentados mostram que a condição dos serviços de saneamento em Goiânia encontra-se com indicadores acima da média dos municípios brasileiros, mas ainda apresenta déficits quanto à coleta e tratamento de esgotos, principalmente na área rural, sendo que na área urbana um dos principais desafios se refere ao manejo de águas pluviais.

Palavras Chave: Cidades; Esgotamento sanitário; Planejamento urbano; Resíduos sólidos.



ST 5

HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO E REGIONAL

Comitê Científico:

Everaldo Melazzo (PPGG/UNESP-Prudente)

Luciana da Silva Andrade (PROURB-UFRJ)

Patrícia Rodrigues Samora (POSURB/PUC-Campinas)

Renato Pequeno (PPGAU+D/UFC)

ST5 - HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

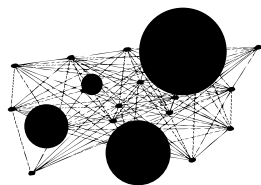
TEMAS:

Dinâmica imobiliária e fundiária; habitação e reprodução social; políticas habitacionais e impactos na estruturação do território; assentamentos informais, urbanização e regularização fundiária; experiências, metodologias e instrumentos de regulação urbana e metropolitana; políticas urbanas, planos diretores e modelos de planejamento.

A tradição crítica dos estudos sobre habitação procurou se debruçar sobre a questão dos agentes produtores e sua relação com o ambiente construído. O enfoque na produção auxiliou a compreender como estava sendo produzida a chamada habitação de interesse social, sua infraestrutura, bem como a habitação produzida pelo mercado com e sem políticas públicas associadas. Ainda que as finanças tenham guiado períodos de longa duração no capitalismo, a atual dominância do capitalismo financeiro tem produzido impactos diferenciados na produção de habitação influenciando de maneira decisiva as decisões sobre o que, como e para quem produzir.

A sessão temática pretende congrega trabalhos que tratem dessas relações entre a produção de habitação, com enfoque na de interesse social, e a produção do espaço urbano no atual contexto de dominância do capitalismo financeiro. A relação entre o processo produtivo, o canteiro de obras e os agentes de produção dessa habitação nesse contexto

parece trazer características distintas de períodos anteriores de produção habitacional no Brasil ainda que velhas formas e processos tenham mostrado resiliência. O enfoque na produção e nos agentes promotores da habitação também pode compreender análises sobre o processo de produção de habitação e sua infraestrutura em favelas e assentamentos irregulares, com possíveis enfoques interdisciplinares na sua produção.



ST 5.1

Financeirização da Política Habitacional

22.maio

14h - 16h

ST 5.1 • 01

A COORDENAÇÃO DE INTERESSES EM TORNO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA E SUA IMPLICAÇÃO PARA O DIREITO À MORADIA

Danielle Cavalcanti Klintowitz

Fundação Getulio Vargas / Instituto Pólis, daniklin@gmail.com

No período da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, configurou-se uma dupla agenda para a política habitacional brasileira: a primeira ligada à plataforma de reforma urbana, com previsão de descentralização entre os entes federativos e gestão participativa, e a segunda consubstanciada a partir das premissas de reestruturação do setor imobiliário e da construção civil, estruturada em uma política exclusiva de provisão habitacional com promoção privada e financiamento a partir de fundings públicos. Este modelo de governança garantiu a distribuição de benefícios a ambas coalizões que representavam estas agendas, além de ter legitimado a política habitacional na agenda pública. No presente trabalho analisou-se a trajetória desta política nos anos 2000, culminando na análise do principal programa habitacional desenvolvido na época – o Minha Casa Minha Vida (MCMV) –, discutindo suas implicações para o direito à moradia e o papel dos atores do setor habitacional neste contexto. A principal hipótese aqui tratada se estrutura na existência de uma coordenação de interesses desenvolvida como marca característica do governo Lula e que sustentou a combinação destas duas agendas. Este modelo lulista de governança explicou e garantiu, em boa medida, a distribuição de benefícios a ambas as coalizões, além de ter legitimado a política habitacional dentro da agenda pública.

Palavras Chave: Política Habitacional; Reforma Urbana; Mercado Imobiliário; Programa Minha Casa Minha Vida; Coordenação de interesses.

ST 5.1 • 02

AS ARENAS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO: NOTAS SOBRE LIMITES, DIÁLOGOS E (DES) ARTICULAÇÕES

Elisamara de Oliveira Emiliano

UFBA, *elisamara.emiliano@gmail.com*

A atual Política Nacional de Habitação - PNH, elaborada em 2003, com a Criação do Ministério das Cidades, foi fruto de um processo de luta pelo direito à moradia, que durou quase 40 anos. A aprovação, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como a instalação dos Conselhos ConCidades e CGFNHIS prediziam um novo momento na construção dessa política com ampla participação de segmentos sociais e possível articulação com o CCFGTS para aplicação de recursos. O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, revelou que os rumos previstos para a política habitacional, esperados com a implementação do SNHIS/FNHIS e do Plano Nacional de Habitação (PlanHab, 2008), não se concretizariam como almejado. Outros fatores econômicos e políticos modularam a produção habitacional a partir de então, privilegiando interesses de mercado e preterindo a implementação da PNH. No presente trabalho analisou-se as três principais arenas da política habitacional, tendo sido os movimentos sociais atores-agentes centrais nas conquistas em torno dessa política, buscou-se examinar sua atuação e as limitações de seu papel, dentro das arenas de disputa de interesses. Para isso, buscou-se analisar as dimensões de atuação, diálogos (des)articulações e desdobramentos na efetivação da política habitacional, apontando-se que a produção habitacional pautada na agenda da moradia digna defendida pelos movimentos sociais foi postergada, na conjuntura em que a política nacional de habitação foi reduzida a um programa: o MCMV.

Palavras Chave: Habitação; Política; Arenas; Diálogos; Movimentos Sociais.

ST 5.1 • 03

MERCADO IMOBILIÁRIO E POLÍTICA HABITACIONAL NOS GOVERNOS DE LULA E DILMA: ENTRE O MERCADO FINANCEIRO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL SUBSIDIADA

Adauto Lucio Cardoso

Observatório das Metrópoles -IPPUR/UFRJ,
adcard.cardoso@gmail.com

Samuel Thomas Jaenisch

Observatório das Metrópoles -IPPUR/UFRJ,
samuelpjaenisch@hotmail.com

O setor imobiliário brasileiro vem passando por transformações importantes ao longo das últimas décadas, decorrentes da consolidação do processo de financeirização e de medidas adotadas pelo Governo Federal para aquecer e criar novas possibilidades para o setor. O objetivo deste artigo é refletir criticamente sobre esse processo, discutindo como as mudanças institucionais implementadas nos períodos de governo dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff afetaram a produção imobiliária, com destaque para: 1) o papel desempenhado pelos instrumentos financeiros associados ao Sistema Financeiro Imobiliário; 2) as consequências da Oferta Pública de Ações das empresas do setor na bolsa de Valores de São Paulo; 3) a importância do Programa Minha Casa Minha Vida. Ao fim, é feita uma avaliação geral do desempenho econômico do setor nos últimos anos e também dos desafios frente ao contexto de crise política e institucional deflagrado em 2014.

Palavras Chave: Mercado imobiliário; Políticas de habitação; Financeirização.

ST 5.1 • 04

LIMITES DA CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NO IMOBILIÁRIO: UM OLHAR A PARTIR DE QUATRO EMPRESAS INCORPORADORAS

Carlos Alberto Penha Filho

IE/Unicamp, carlos.penha@yahoo.com.br

Beatriz Tamaso Mioto

IE/Unicamp, bea.mioto@gmail.com

Durante a segunda metade dos anos 2000 o Brasil assistiu a retomada em larga escala da produção imobiliária pelo território. Uma série de fatores institucionais, macroeconômicos e sociais possibilitaram esta alavancagem. No bojo dessas mudanças, as empresas atuantes do setor também alteraram suas estratégias após agigantarem com a entrada massiva de capital financeiro em suas estruturas via emissão de ações. Expansão geográfica, diversificação de produtos e oferta para famílias de baixa renda deram a tônica desses movimentos. Na literatura discutiu-se a questão da concentração e centralização de capital nesse segmento anteriormente marcado por empresas de origem familiar. Entretanto, a partir de 2012, o que estava posto para o segmento começou a dar sinais de esgotamento e várias transformações ocorrem desde então. O objetivo do artigo é discutir a possibilidade de manutenção dos padrões de produção imobiliária após essas mudanças, debatendo os limites da concentração e centralização de capital nesse setor a partir de quatro empresas de capital aberto atentando as suas estratégias e alguns de seus resultados operacionais.

Palavras Chave: Estratégias Empresariais; Mercado Imobiliário; Concentração; Centralização.

ST 5.1 • 05

FINANCEIRIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL: A SECURITIZAÇÃO E O ACESSO À CASA PRÓPRIA

Adriana Jesus Guilhen

UFSCar, ajguilhen@uol.com.br

Eduardo Meireles

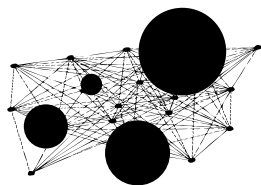
UFSCar, eduardome@terra.com.br

Carolina Maria Pozzi de Castro

UFSCar, carolmcastro@gmail.com

A política habitacional tem se apresentado pouco eficaz na redução do déficit habitacional. Apesar dos esforços enredados através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os recursos públicos não têm se apresentado suficientes, levando à financeirização da política habitacional. São necessárias fontes alternativas para implementação da política habitacional. Nessa perspectiva a securitização, como meio de realização da cessão fiduciária de direitos creditórios, apresenta-se como importante instrumento. As pesquisas aqui reunidas compõem um contexto que têm como **objetivo:** refletir teoricamente sobre a política habitacional, sua financeirização e a difusão da securitização na busca de recursos que viabilizem o acesso à casa própria. **Método:** revisão bibliográfica, forma descritiva e explanatória, estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos; as análises foram realizadas através de documentação, maior fonte de evidência. **Resultados:** o estudo apresenta a relação entre a questão habitacional e o sistema financeiro responsável pelo acúmulo de capital em contraste com as mazelas sociais. Verifica-se num contexto teórico que o PMCMV tem como objetivo maior o desenvolvimento econômico com investimentos no setor da construção civil, sob os moldes do capitalismo. **Conclusão:** a partir desses estudos, percebe-se um indubitável liame entre a política habitacional e os setores imobiliário e financeiro, sob a perspectiva de captação de recursos para o financiamento habitacional.

Palavras Chave: Região; Cidade média; Espaço intraurbano; Segregação socioespacial; Caxias do Sul.



ST 5.2

Mercado Imobiliário e Estruturação Urbana

22.maio

16h - 18h

ST 5.2 • 01

CIDADE CATIVA: ESTRATÉGIAS DE UMA URBANIZAÇÃO OLIGOPOLISTA EM UMA CIDADE MATO-GROSSENSE

Lívia Maschio Fioravanti

USP/IFMT, liviageousp@gmail.com

A economia de Primavera do Leste é hoje dinamizada principalmente pelas atividades vinculadas ao chamado “agronegócio”. Localizada no sudeste mato-grossense e no entroncamento das rodovias BR- 070 e MT- 130, o município se destaca pela produção de soja, seguindo aqueles situados ao longo da BR-163, como Lucas do Rio Verde e Sorriso. O objetivo deste trabalho é investigar de que modo o início da ocupação de Primavera, relacionado com a expansão da fronteira econômica em Mato Grosso a partir da década de 1970, influencia em seus atuais conflitos espaciais. Defendemos a hipótese de que o modo pelo qual a propriedade rural foi dominada e fracionada por grandes empresários do centro-sul brasileiro nas últimas duas décadas do século XX teve como consequência uma dominação também da propriedade urbana, culminando em uma “urbanização oligopolista”. O maior domínio sobre a propriedade privada, ainda hoje predominantemente nas mãos das famílias que chegaram no início da expansão da fronteira, gera um maior controle na abertura de loteamentos, no tamanho e no preço dos lotes e imóveis. Essas famílias pioneiras empregam diversas estratégias para controlar a renda da terra e a valorização do solo urbano, como a doação de terrenos e a abertura gradual de novos loteamentos. Por meio de levantamento bibliográfico, realização de trabalhos de campo e de entrevistas, demonstraremos que esse processo tem agravado a segregação espacial em Primavera do Leste.

Palavras Chave: Fronteira; Urbanização oligopolista; Segregação espacial; Primavera do Leste.

ST 5.2 • 02

EXPANSÃO URBANA NO INTERIOR PAULISTA: ATIVIDADE IMOBILIÁRIA E POLÍTICA URBANA NO SÉCULO XXI

Estevam Vanale Otero

Unimep, estevamotero@yahoo.com

A partir de meados dos anos 2000 a atividade imobiliária acelerou-se em todo o Brasil, alcançando níveis só verificados no auge do Milagre Econômico da década de 1970. Nas três cidades médias paulistas aqui tomadas como recorte empírico de análise – Bauru, Piracicaba e São José do Rio Preto –, a produção vem sendo bastante expressiva, alcançando os mais distintos grupos sociais e faixas de renda, e impactando profundamente suas estruturas urbanas. Essa produção vem se dando num contexto de profundas transformações dos quadros socioeconômico, demográfico, urbanístico e político, em que a oferta vem apresentando tênue relação com a demanda por espaço urbano. A atividade imobiliária tem adquirido crescente centralidade nas economias locais, implicando em elevação dos níveis de emprego e investimento, levando à formação de uma ampla coalizão dos interesses envolvidos na produção do espaço urbano. O apoio tácito das administrações municipais ao setor imobiliário, subordinando a política urbana aos interesses dos empreendedores, converteu a cidade em uma máquina de crescimento (*growth machine*), em que os valores de troca dos espaços urbanos foram elevados a preocupação primaz na condução das políticas urbanas locais. O próprio espaço urbano tornou-se uma das principais mercadorias “vendidas” por diversas dessas municipalidades, interpondo grandes limitações à construção de cidades mais justas e democráticas.

Palavras Chave: Mercado imobiliário; Cidades médias; Loteamentos fechados; Programa Minha Casa Minha Vida.

ST 5.2 • 03

INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS E SEU LUCRO PRESUMIDO: ESTUDO SOBRE A LUCRATIVIDADE DOS INCORPORADORES ATUANTES EM NATAL/ BRASIL

Huda Andrade Silva de Lima

PPGAU- UFRN, hudaandrade@gmail.com

As atuações das incorporações imobiliárias em Natal/Brasil potencializam e repercutem na ocupação do tecido urbano por novos empreendimentos residenciais. Até então, áreas afastadas da intensa dinâmica imobiliária - Zonas Norte e Oeste - consolidam padrões de expansão e da ampliação do estoque de imóveis residenciais através de condomínios fechados verticais; e, regiões com intensa saturação do solo – Zonas Leste e Sul – destacam-se pelo processo de verticalização. Essa possibilidade de verticalizar em diversas áreas influencia na obtenção de variados lucros da promoção, mas sua determinação depende do preço de oferta (PO) que é definido pelo poder de compra do público-alvo; das conjunturas econômicas, políticas e sociais; da localização do empreendimento; da qualidade da construção. Por outro lado, o custo da construção (CC) independe fundamentalmente do nível dos preços finais de oferta e/ou de comercialização, podendo ocorrer a venda de moradias a preços que variam em proporções muito superiores ao CC. Então, de que maneira a tipologia do empreendimento e sua localização influenciam nas diferenciações entre CC e PO, isto é, do lucro bruto presumido (LBP)? Determinadas Zonas de Natal possuem variações bruscas do LBP? De que variáveis resultam ou dependem? Dessa forma, o artigo visa compreender os condicionantes que corroboram para LBP dos incorporadores em cada Zona da cidade. Parte-se da análise de dados empíricos coletados em Registros de Incorporações (anos de 2011 a 2014), como os referentes à caracterização do empreendimento; do incorporador; da estrutura jurídica da incorporação imobiliária; dos agentes financeiros.

Palavras Chave: Dinâmica imobiliária residencial; Incorporações imobiliárias; Lucratividade.

ST 5.2 • 04

TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE A RETOMADA DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL NO BRASIL

Melissa Ronconi de Oliveira

IE/Unicamp, meronconi@gmail.com

Mariana Fix

IE/Unicamp, marianafix@unicamp.br

O estímulo à construção civil e ao mercado imobiliário para a geração de postos de trabalho tem sido evocado, em diferentes momentos históricos, como resposta a crises econômicas. Ao mesmo tempo, estudos apontam impactos negativos exercidos por medidas de fomento à produção habitacional nas cidades brasileiras, que agravam algumas das mazelas da nossa urbanização como a segregação espacial, a expansão horizontal (aumento custo e tempo de deslocamento) e a criação de novos vazios urbanos. Este texto procura contribuir para o debate por meio de uma análise do mercado de trabalho na construção de edifícios durante a retomada do financiamento habitacional, nos anos 2000. Para isso, retoma brevemente alguns dos antecedentes históricos do trabalho na construção da moradia, a partir das contribuições pioneiras de Sergio Ferro e de outros autores. Em seguida, busca caracterizar as mudanças recentes por meio da sistematização e análise de dados secundários, de modo a agregar à reflexão crítica sobre a política habitacional brasileira aspectos menos discutidos referentes ao perfil do emprego no setor. Os resultados da pesquisa indicam que o trabalhador da construção permanece com baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, sujeito à elevada incidência de acidentes de trabalho. Na ponta extrema, o trabalho análogo ao escravo aparece como cruel realidade em diversos canteiros de obras brasileiros.

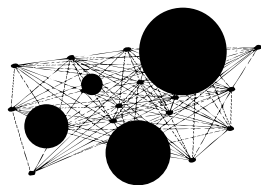
Palavras Chave: Trabalho; Canteiro de obras; Construção civil; Emprego; Política habitacional.

ST 5.3 • 01

HABITAÇÃO POPULAR EM CURITIBA/PR: DA CRIAÇÃO DA COHAB A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Fabiana Alves Monteiro

Universidade Federal do Paraná, fabianamot@hotmail.com



ST 5.3

PMCMV: Políticas

23.maio

14h - 16h

O presente artigo traz algumas considerações a respeito da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Curitiba, capital do Estado do Paraná e cidade polo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Inicialmente é analisada esta recente articulação entre Estado e mercado imobiliário para produzir habitação popular e em seguida retoma-se a discussão sobre as principais transformações ocorridas no espaço urbano de Curitiba nas últimas décadas, a partir do crescimento da informalidade da moradia e da implantação do afamado Planejamento Urbano. Diante desse contexto, é analisado o papel do poder público local na produção de habitação popular, através da COHAB e atualmente por meio da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. Busca-se dessa forma, averiguar se houve mudanças significativas na forma do poder público local lidar com a população de menor renda e carente de moradia, ou se permanece a tendência de relegar estas camadas sociais às áreas periféricas da cidade e da RMC

Palavras Chave: Habitação de interesse social; Segregação espacial; COHAB; Programa Minha Casa Minha Vida.

ST 5.3 • 02

POR FORA DO AQUÁRIO: O NÃO-LUGAR DA HABITAÇÃO POPULAR EM RECIFE

Aline Marcondes Miglioli
UNESP, alinemiglioli@gmail.com

Este artigo pretende avaliar a produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Recife contrastando seus resultados com os recentes projetos de investimento na região. A perspectiva sobre a qual abordamos o assunto pretende dar conta das contradições, tanto no discurso como na prática, que influenciam a produção do espaço metropolitano de Recife. Constatamos que é possível identificar um determinado ordenamento do espaço urbano na região que segmenta a cidade em dois setores: no primeiro, que abrange o litoral de Recife e desce no sentido do porto de Suape, o capital se reproduz incessantemente através da reconstrução do espaço. Cotidianamente novos prédios são construídos, favelas pegam fogo, novos complexos de lazer são instalados, tudo para garantir a valorização dos imóveis da região, criando-se uma bolha onde se concentram os investimentos públicos em infraestrutura. A população que não pode ocupar essa região, seja pelo preço da moradia ou pelo estilo de vida que neles se pres-supõe, estão espalhados para fora do aquário, cada vez mais afastado dele, nos empreendimentos periféricos. Desta forma, pretendem-do-se resolver o problema habitacional, o intensifica.

Palavras Chave: Política Habitacional; Recife; Programa Minha Casa Minha Vida; Segregação; Economia urbana.

ST 5.3 • 03

MOBILIDADE RESIDENCIAL DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E ESTRUTURAÇÃO INTERNA DA CIDADE

Márcia Cardim de Carvalho
UNESP, marcia_cardim@hotmail.com

Este artigo discute aspectos da relação entre mobilidade residencial e estruturação interna da cidade através da análise da abordagem de autores que se dedicam a essa temática. Também aproveita, para chamar à atenção sobre a necessidade de estudos sistemáticos e abrangentes que contemplem a população de baixa renda, ainda pouco explorado no contexto nacional. Partimos da consideração que, reproduzindo o processo de expulsão dos pobres para áreas periféricas, consolidadas ou não, estamos fomentando uma estrutura em bairros, e setores da cidade, com um alto grau de homogeneidade socioeconômica. Essa mobilidade está sendo incentivada pela ação do mercado imobiliário e pelas políticas públicas, a diferentes níveis administrativos. Também está presente no artigo alguns dados referentes à pesquisa em andamento da doutoranda, sobre mobilidade residencial de beneficiários Faixa 1 na cidade de Presidente Prudente, e sua relação com a estruturação da cidade.

Palavras Chave: Mobilidade residencial; Espaço urbano; PMCMV; Famílias de baixa renda.

ST 5.3 • 04

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO JABUTIANA - ARACAJU/SE: ESTADO E PROGRAMAS HABITACIONAIS

Nathaly Cardoso Santos

PPGG/UFPB, nathygeo1@yahoo.com.br

Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada, “A Produção do Espaço Urbano e as Transformações Socioespaciais no Bairro Jabutiana ocorridas na Cidade de Aracaju (2001 A 2014)”. O artigo dedica-se à análise da atuação do Estado na produção do espaço urbano no Bairro Jabutiana, por meio da implementação dos programas habitacionais Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A análise dos dados permite inferir que nesse contexto, o Estado tem se apresentado como promotor imobiliário e fomentador da segregação socioespacial, sendo considerado devido as suas estratégias e práticas espaciais um dos principais responsáveis pela atual configuração do Bairro Jabutiana.

Palavras Chave: Produção do Espaço Urbano; Estado; Programas Habitacionais; Segregação Socioespacial; Bairro Jabutiana - Aracaju/SE.

ST 5.3 • 05

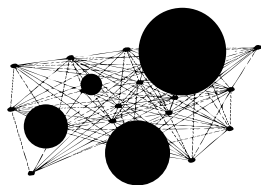
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA CIDADE DE CRUZEIRO-SP: UMA REPRODUÇÃO DO PADRÃO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Tamyse Campos Bueno Norberto

Universidade do Vale do Paraíba, tamysecampos@gmail.com

A cidade é um produto histórico e social resultado da transformação do homem na natureza. Assim, a cidade é o espaço no qual a sociedade estabelece relações e que se modifica na medida em que o território se transforma. O artigo trata da produção do espaço balizada pela acumulação do capital que resulta em consequências para a realização da vida humana debruçada na desigualdade social e acesso à cidade para parte da população apenas. O Movimento pela Reforma Urbana (MPRF) ao longo de anos vem pleiteando a regularização fundiária e diante de suas conquistas vislumbramos pouco progresso. Observa-se um padrão nacional de produção desigual do espaço onde Cruzeiro apresenta características semelhantes a esse padrão, baseada na periferização da cidade e segregação sócioespacial.

Palavras Chave: Periferização; Segregação Sócioespacial; Acumulação do Capital; Produção do Espaço.



ST 5.4

PMCMV:Agentes da Produção

23.maio

16h - 18h

ST 5.4 • 01

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Lucas Piaia Petrocino

FAUUSP, piaia.light@gmail.com

O artigo tem como tema os programas habitacionais desenvolvidos pelo Estado de São Paulo. O enfoque da pesquisa será dado na alocação dos recursos destinados ao desenvolvimento da política habitacional e seus programas, por meio de sua execução orçamentária, a origem e captação desses recursos e resultados dessa aplicação. A pesquisa foi guiada por trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, e visou aprofundar o assunto sob a ótica das políticas públicas estaduais e gestão de seus recursos orçamentários. Foi proposta a pesquisa de dados nos meios disponíveis, análises dos programas de aplicação dos recursos e pesquisa de dados primários, secundários e entrevistas qualificadas. Em seguida, a pesquisa buscou analisar a quantidade de empreendimentos, as famílias que são beneficiadas pelo serviço, e atingiu uma avaliação sobre o desempenho, tanto positiva quanto negativa, das políticas públicas e outra sobre a eficiência da gestão dos recursos. A conclusão foi estruturada ao analisar a sequência histórica de investimentos em políticas públicas habitacionais, ao longo do recorte histórico de 2000- 2014, ao analisar exclusivamente o orçamento do Governo do Estado e dos municípios escolhidos da Região Metropolitana de São Paulo, sendo eles Guarulhos, São Bernardo e São Paulo.

Palavras Chave: Execução Orçamentária; Governo; São Paulo; Metropolitana.

ST 5.4 • 02

O PAPEL DA MUNICIPALIDADE NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOB A PERCEPÇÃO DOS AGENTES TÉCNICOS

Adriana Flach Tolotti

PROPUR/UFRGS, flach.adriana@gmail.com

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por sua escala de intervenção e pelo volume de recursos empregados, tem sido apresentado pelo governo federal como o maior programa habitacional da história do Brasil. Contudo, poucos anos após seu lançamento, o PMCMV já suscita intenso debate sobre seus resultados urbanísticos, construtivos, políticos, sociais e econômicos. Para alguns pesquisadores, o Programa é muito frágil como solução para o complexo problema habitacional, apresentando-se como resposta pouco integrada aos desafios das cidades brasileiras. Ainda, segundo críticos, o PMCMV demonstra preocupações mais compatíveis a um programa de dinamização econômica do que propriamente a um programa habitacional voltado à superação do déficit habitacional. Haveria, assim, a hegemonia do setor privado, tornando as administrações locais meros coadjuvantes nesse processo, atuando mais no sentido de relaxamento dos controles do que de uma regulação efetiva, evidenciando a descontinuidade imposta pelo Programa à política habitacional na forma como vinha sendo delineada através do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação. A partir da análise de empreendimentos do PMCMV implementados em Porto Alegre e da percepção de agentes técnicos envolvidos no processo, este trabalho tem por objetivo conhecer, definir e caracterizar o real papel desempenhado pela municipalidade no planejamento e na gestão desse Programa.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Municipalidade; Política habitacional.

ST 5.4 • 03

A PRODUÇÃO HABITACIONAL NA DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO: ATUAÇÃO DO PMCMV NA RMNATAL (2009-2014)

Glenda Dantas Ferreira

DARQ/PPGAU/UFRN, glenda.dpp@gmail.com

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

DARQ/PPGAU/UFRN. dubentes@gmail.com

O capitalismo contemporâneo marcado pela reestruturação produtiva e pela financeirização da economia tem engendrado importantes transformações no processo de urbanização das cidades, com expressiva influência sobre a dinâmica de transformação socioespacial do território. Nesse contexto, o processo de produção do espaço a partir da produção habitacional tem se relacionado fortemente com as estratégias de reprodução e acumulação de capital. Diante disso, o presente estudo aborda a produção habitacional de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) na Região Metropolitana de Natal (RMNatal), no período de 2009-2014. Esse se configura como uma estratégia do Governo Federal para superar os desdobramentos da crise econômica internacional de 2008, de um lado. De outro, para enfrentar o déficit habitacional brasileiro. Tem-se como hipótese que a periferação/metropolização da produção habitacional de interesse social significa, contraditoriamente, um processo específico de valorização do espaço periférico. Para a realização do presente estudo adotou-se como procedimento a identificação, a análise e a espacialização da produção de interesse social, relacionando-a com o déficit habitacional. Em seguida, analisou-se a inserção urbana dos empreendimentos. Para a realização do presente estudo, utilizou-se como referência dados produzidos pela Fundação João Pinheiro (2013) e Caixa Econômica Federal (2015). Para a elaboração dos mapas, utilizou-se a ferramenta ArcGis. Concluiu-se que o PMCMV promoveu um processo de interiorização periférica da produção habitacional de interesse social na escala metropolitana, ao passo em que desconcentrou a produção de interesse social em relação à Natal (cidade Polo), tendo como comparativo a produção habitacional do período do BNH.

Palavras Chave: Habitação de Interesse Social; Produção espacial; Regiões metropolitanas.

ST 5.4 • 04

HABITAR É MAIS QUE MORAR: O CASO DO JARDIM AÇUCENA NA CIDADE DE MACAPÁ.

Simone Dias Ferreira

Universidade Federal do Amapá, simonedias.ferreira@hotmail.com

Antônio da Justa Feijão

Universidade Federal do Amapá, feijaoamazonia@gmail.com

José Francisco de Carvalho Ferreira

Universidade Federal do Amapá, zfcfer@gmail.com

José Alberto Tostes

Universidade Federal do Amapá, tostes.j@hotmail.com

Esse estudo foca a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena, Macapá-AP, sob as perspectivas do planejamento urbano, do plano diretor e dos programas de habitação do Ministério das Cidades, evidenciando os impactos socioambientais e a pressão urbana gerada sobre a Ressaca Chico Dias. O objetivo é mostrar quais são os impactos socioambientais gerados pela ocupação do conjunto habitacional Jardim Açucena sobre a área da Ressaca Chico Dias e quais os desdobramentos em termos de pressão sobre os equipamentos urbanos da área de entorno. Como suporte conceitual considerou-se a discussão sobre a política habitacional, os impactos socioambientais e a proteção das áreas de relevante interesse ambiental e o planejamento urbano democrático e sustentável. Os resultados assinalam que a ressaca Chico Dias é uma área que vem sofrendo forte antropização. No período de 1985 a 2002, houve modificação drástica do ambiente natural com a construção de moradias irregulares, processo que continuou de 2002 a 2014, quando a ressaca ficou reduzida a uma parcela mínima. A construção de 1500 apartamentos a ser habitados pelo mesmo número de famílias (4,28 pessoas por família) terá reflexos sobre as demandas por equipamentos e serviços públicos para o bairro Novo Buritizal, em especial a área de entorno do conjunto. Os equipamentos urbanos identificados em um raio de 1.700 metros irão sofrer forte impacto pelo aumento da demanda e representar dificuldades para os moradores, como é o caso do transporte coletivo.

Palavras Chave: Urbanização; Planejamento urbano; Conjunto habitacional; Ressaca.

ST 5.4 • 05

POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO DE CASO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS EM MURIAÉ/MG

Livia Maria de Souza Almeida Coura

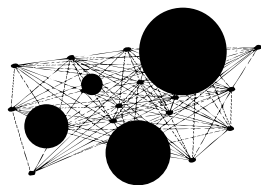
Universidade Cândido Mendes, livialmeidacoura.lc@gmail.com

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

Programa em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, serpanogueira@gmail.com

Partindo do princípio que política pública é toda ação que parte do diagnóstico de um problema público visando transformar uma situação real em uma situação ideal, este artigo objetiva realizar uma abordagem sobre o papel do Estado e das Organizações não Governamentais (ONG) na elaboração e implementação destas políticas. Diante deste objetivo, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, este trabalho irá abordar as políticas habitacionais realizadas em Muriaé, analisando dois casos específicos: o caso do Bairro Padre Thiago, cujo agente implementador é a ONG e o do Condomínio Residencial Nova Muriaé, de caráter estadocêntrico. Esta abordagem é feita tendo como foco a garantia do direito não só a moradia, unidade habitacional, mas também o direito à cidade e a todas as oportunidades que a vida urbana oferece. Através deste estudo, conclui-se que o município está longe de promover uma participação real e de apresentar um planejamento conciso de sua política habitacional, que acaba se apoiando na filantropia, revelando a inexistência local de movimentos que reivindiquem por melhorias reais e sustentáveis no setor.

Palavras Chave: Política Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; Terceiro Setor; Direito à Cidade.



ST 5.5

PMCMV: Estudos de Inserção Urbana

23.maio

14h - 16h

ST 5.5 • 01

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM GOIÂNIA: O MCMV E SUAS ESTRATÉGIAS

Edinardo Rodrigues Lucas

UFG/Cidade de Goiás, edinardolucas@gmail.com

Eline Maria de Moura Caixeta

UFG/Goiânia, emmpcaixeta@gmail.com

O presente artigo visa refletir sobre a produção do espaço urbano em Goiânia fruto de empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). É notório que as estratégias de concepção desses espaços aliam interesses imediatos tanto do poder público quanto do setor empresarial, interessado apenas no lucro. Os modelos de produção do território são: o pequeno condomínio fechado, as casas isoladas em quadras de novos loteamentos privados e os grandes empreendimentos, todos eles nas franjas da cidade. É necessário, ainda mais em tempo de frágil democracia, que a pesquisa, a análise e a crítica desses modelos ajude a construir propostas que propiciem a construção de espaços urbanos qualificados que garantam, além do direito à habitação, o direito à cidade.

Palavras Chave: Produção do espaço urbano; Goiânia; MCMV.

ST 5.5 • 02

ANÁLISE DA INSERÇÃO URBANA DE EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS

Jeferson Domingues Diniz*Universidade Federal do ABC, diniz.jd@gmail.com***Maria de Lourdes Pereira Fonseca***Universidade Federal do ABC, lourdes.fonseca@ufabc.edu.br*

No presente trabalho, objetiva-se avaliar a inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na região do Grande ABC paulista por meio da análise do entorno dos empreendimentos contratados durante o período de 2009 a 2014. Com base em indicadores urbanísticos propostos por diversos autores, apresentamos uma metodologia para a avaliação da inserção urbana dos empreendimentos residenciais que incorporam quatro eixos temáticos: o primeiro avalia os equipamentos públicos de educação e saúde; o segundo relaciona-se aos equipamentos de lazer e cultura e também aos indicadores do meio ambiente; o terceiro está relacionado à mobilidade, e o quarto, aos serviços, comércios e polos de emprego. Busca-se, dessa forma, contribuir, também, para a discussão de parâmetros para definição de uma boa inserção urbana de empreendimentos residenciais nas cidades brasileiras.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Região do ABC; Inserção urbana; Habitação; Metodologia.

ST 5.5 • 03

PADRÕES ESPACIAIS DE LOCALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Márcia Azevedo de Lima*PROPUR/ UFRGS, malima.mgo@gmail.com***Maria Cristina Dias Lay***PROPUR/ UFRGS, cristina.lay@ufrgs.br*

O trabalho trata da avaliação da qualidade da produção do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Porto Alegre, na busca de subsídios para a produção da habitação social. Primeiramente, foi investigado se existem padrões espaciais de localização diferenciados para as Faixas de renda 1, 2 e 3, que poderiam gerar diferentes níveis de integração. A partir da identificação dos padrões espaciais de localização, foi verificada a existência de relação desses padrões com as diretrizes da política urbana em nível local, resultando em localizações mais adequadas. Também foi verificado se o modelo de cidade que está sendo produzido pelo Programa MCMV na RMPA apresentou avanços em relação à produção habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH), no tocante aos padrões espaciais de localização dos empreendimentos. Os procedimentos metodológicos adotados incluem múltiplos métodos de coleta de dados e análises que possibilitaram complementariedade entre os dados obtidos. Os resultados obtidos confirmam que a produção do Programa MCMV apresenta um padrão espacial de localização, especialmente para a Faixa 1, com empreendimentos de médio e grande porte, distantes do centro urbano consolidado e segregados do entorno. As localizações dos empreendimentos das Faixas 2 e 3 são similares, porém um pouco melhores do que as localizações dos empreendimentos da Faixa 1. Finalmente, é possível concluir que o padrão de localização dos empreendimentos do Programa MCMV na RMPA não apresenta avanços em relação à produção habitacional do BNH, no tocante aos padrões espaciais de localização.

Palavras Chave: Habitação social; Padrões espaciais de localização.

ST 5.5 • 04

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS E DOS CENTROS REGIONAIS: ESTUDO DE CASO EM SOBRAL, CEARÁ

Gabriela Marques

Universidade Federal do Ceará, gabrieladamarques@gmail.com

Esta pesquisa foi parte de uma investigação maior sobre as cidades médias do Ceará, que estuda a reestruturação econômica e política pela qual vem passando o Estado nos últimos trinta anos. Teve como objetivo analisar a produção de habitação, em especial do programa MCMV, nas cidades médias do Estado, buscando compreender o seu rebatimento no território, dentro deste quadro de reestruturação econômica. Além de um embasamento teórico que refletisse a realidade da produção de habitação dentro do Estado e suas especificidades nos diferentes tipos de municípios, a pesquisa busca ainda fazer um estudo mais detido da inserção de um empreendimento habitacional em Sobral, uma das principais cidades médias do Ceará. Dentre os procedimentos metodológicos, destacaram-se: pesquisa bibliográfica; levantamentos através de bases de dados existentes e imagens de satélites; e elaboração de mapas. Destacam-se como resultados, algumas dinâmicas que serão aprofundadas neste artigo: 1) a capacidade reduzida dos municípios no estado, e especialmente as cidades médias e centros regionais, com relação aos seus arranjos institucionais para receber o PMCMV; 2) a baixa efetividade da legislação urbanística municipal na definição das áreas para os empreendimentos MCMV e no controle da expansão das cidades; 3) a produção de planos locais de habitação de interesse social não dialoga com a implantação do programa e dos empreendimentos, revelando a dissociação entre as políticas urbana e habitacional; 4) a implantação de conjuntos em áreas afastadas dos centros urbanos e com carência de infraestrutura.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Cidades médias; Centros regionais; Habitação de interesse social.

ST 5.5 • 05

OS IMPACTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MACEIÓ/AL: O CASO DA VILA DOS PESCADORES

Rodrigo Procópio Cunha

Centro Universitário Cesmac, rodrigoprocopiocunha@hotmail.com

Caroline Gonçalves dos Santos

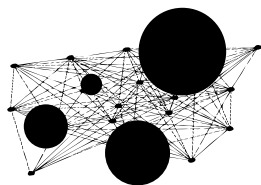
Centro Universitário Cesmac, santoscarolineg@yahoo.com.br

Flávia de Sousa Araújo

Universidade Federal de Alagoas, flavia.araujo@fau.ufal.br

Iniciado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) modificou a aplicação da política habitacional do Brasil. Porém, as questões habitacionais já traziam problemas desde o final do século XIX devido à rapidez em que se formavam e cresciam os espaços urbanos. Nos últimos anos, percebe-se, no Brasil, um boom do mercado imobiliário aquecido, sobretudo pelo PMCMV, que passa a existir através da parceria do governo com os mercados imobiliários e da construção civil. Passados 7 anos, o PMCMV apresenta inconsistências e contradições que distanciam a sua teoria da prática. Para refletir sobre os impactos do programa, é proposto um estudo de caso no Residencial Vila dos Pescadores – destinado às famílias de baixa renda e fruto da desapropriação por parte do Poder Público, foi criado para abrigar os moradores da antiga Comunidade Vila dos Pescadores, no bairro do Jaraguá, e, embora exista há apenas 4 anos, já apresenta sérios problemas arquitetônicos, urbanísticos, sociais e culturais, comparando a situação atual com as constatações dos moradores em relação ao novo espaço urbano imposto, bem como os dispositivos legais, direito à moradia digna, direito à cidade e seu acesso democratizado, da dignidade da pessoa humana. Busca-se, portanto, explanar os impactos de toda esta problemática na vida dos moradores e na nova cidade que vai se redesenhando.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Habitação de Interesse Social; Direito à moradia; Direito à cidade; Residencial Vila dos Pescadores.



ST 5.6

Auto-gestão e Assessoria Técnica

23.maio

16h - 18h

ST 5.6 • 01

MCMV ENTIDADES: OUTRAS INTERAÇÕES REGULADAS PELO MERCADO

Camila Moreno de Camargo

IAU USP, cmcamargo.urb@gmail.com

Algumas análises recentes sobre a modalidade Entidades do programa Minha Casa Minha Vida apontam para questões importantes inscritas em um contexto de contradições onde se combinam um conjunto de programas e políticas sociais com a presença de formas de identificação e assinação da pobreza bastante específicas. Também sugerem que as práticas de mercado e os circuitos financeiros que o programa ativa e aos quais também se submete, aproximam-no do processo de financeirização da moradia e da cidade em curso no país de modo bastante perverso, uma vez que implica na reconfiguração da atuação dos movimentos de moradia e na redução de uma agenda política ampla relacionada à reforma urbana, à operação do programa, apontando para novos padrões de governança presentes no território. Destacam-se aspectos relacionados a empreendimentos produzidos no âmbito do programa em tela, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, onde se articulam movimentos sociais, entidades, assessoria técnica, empresas construtoras, poder público e famílias beneficiárias, em disputa por uma “marca” expressa física e simbolicamente no território. Assim, este artigo discorre sobre a hipótese de que apesar de atravessarem a dimensão urbana, ou seja, serem modulados a partir dos territórios em que se inscrevem e, por outro lado, aprofundarem as linhas de segregação no território, as questões localizadas na articulação entre os níveis de concepção do programa, dos agenciamentos em torno de sua operacionalização, e de sua implementação no território, apontam para formulações mais amplas com fortes nexos com o contexto globalizado de operacionalização e financeirização de políticas públicas.

Palavras Chave: Minha Casa Minha Vida Entidades; Movimentos de moradia; Autogestão habitacional; Financeirização; Política habitacional.

ST 5.6 • 02

A FORMAÇÃO DO CONSENSO SOBRE A AUTOGESTÃO HABITACIONAL

João Paulo Oliveira Huguenin

Universidade Federal de Goiás, joao_huguenin@ufg.br

Desde a década de 1980, movimentos sociais urbanos buscavam formas de enfrentar a questão habitacional por meio de sua participação em processos auto gestionários. Embora tenha ocorrido experiências exitosas em alguns municípios brasileiros, somente em 2004, no governo Lula (PT), os movimentos lograram a estruturação de um programa em âmbito nacional voltado para a produção habitacional autogerida. Em meio a avanços e retrocessos na construção de políticas voltadas para a autogestão habitacional, a principal vitória dos movimentos de luta pela moradia foi construir um campo de disputa, nesse momento representado pela existência da modalidade “Entidades” dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. Embora os recursos investidos no PMCMV-Entidades não representem 2% dos investimentos dos governos petistas para a casa própria, a existência do programa é apontada como uma forma do governo beneficiar movimentos que historicamente faziam parte de sua base aliada. Após o golpe de estado que afastou a presidenta eleita, a ofensiva contra o PMCMV-Entidades se intensificou e este passou a ser propagado como ineficiente e ideológico. Após analisar matérias dos jornais Estadão e Folha de São Paulo, pretendemos demonstrar como a mídia tem distorcido as informações sobre o programa para desqualificar uma forma de produção habitacional que possui uma dinâmica própria e difere muito da produção empresarial. Apontamos que o ataque ao PMCMV-Entidades faz parte de um conjunto de outras “notícias” utilizadas pela grande mídia para “construir o consenso” sobre a necessidade de acabar com os poucos espaços conquistados pela sociedade organizada e legitimar o atual governo.

Palavras Chave: Autogestão habitacional; Minha Casa, Minha Vida – Entidades; Meios de comunicação; Consenso.

ST 5.6 • 03

REFLEXÕES DA PRÁTICA DA ASSESSORIA TÉCNICA - UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA VILA ACABA MUNDO

Geruza Lustosa de Andrade Tibo

UFMG, Centro Universitário UNA e SMPU PMBH, geruzalustosa@gmail.com e geruza.andrade@prof.una.br

A reflexão proposta para este artigo parte do princípio que é necessário potencializar as práticas da assessoria técnica e procura aproximar este debate da práxis do autoconstrutor. Enfatiza o papel de dois importantes atores envolvidos na experiência da produção do espaço urbano: o autoconstrutor e o construtor técnico. O construtor técnico, neste artigo, é entendido como aquele que possui o conhecimento técnico formal adquirido academicamente. As reflexões propostas pretendem apontar investigações a serem percorridas para que a prática da assessoria técnica aproxime do seu objetivo final: qualificar as edificações autoconstruídas por meio de compartilhamento de saberes. Com isso, trata-se de um artigo que pretende suscitar reflexões acerca de um debate que deve ser abrangente e conseguir conciliar pontos de encontro em atuações até hoje em conflito. Para a reflexão proposta, são enfatizados conceitos que contribuem para a investigação acerca da potencialização da assessoria técnica, como: autonomia, cultura construtiva, mediação e linguagem. Dentre os pontos enfatizados, o conceito de autonomia é detalhado para a compreensão de seu significado dentro da prática da assessoria técnica nos processos de autoprodução. A investigação parte de uma pesquisa realizada na Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte, acerca da percepção da população sobre o interesse em participar da experiência da assessoria técnica para ilustrar as reflexões propostas. A Vila Acaba Mundo foi consolidada a partir da práxis da autoconstrução e as reflexões a partir desta experiência contribuem para o entendimento dos pontos de contato da prática da assessoria com os conceitos investigados neste artigo.

Palavras Chave: Assessoria técnica; Autonomia; Autoconstrução; Mediação.

ST 5.6 • 04

MORADIA E ORGANIZAÇÃO POPULAR: AUTOGESTÃO HABITACIONAL NO CASO QUILOMBO DA GAMBOA

Paula Menezes Salles de Miranda

PROURB - UFRJ, paulamsmiranda@gmail.com

O artigo irá trabalhar com o tema da autogestão habitacional organizada por movimentos sociais no Rio de Janeiro. Pretende-se articular um estudo interdisciplinar do tema da autogestão fora do tema da habitação com o estudo de um caso-referência de moradia popular organizada por autogestão. Esse artigo tem por objetivo chamar atenção para a importância de se pensar espacialmente a autogestão, apontando alguns caminhos para compreender como esse tipo de gestão está atuando na produção do espaço e principalmente como ela está aparecendo na produção habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Para isso será trabalhado um caso-referência, o projeto de moradia popular Quilombo da Gamboa.

Palavras Chave: Autogestão; Habitação; Produção do Espaço; Movimentos Sociais; Quilombo da Gamboa.

ST 5.6 • 05

ARQUITETOS MILITANTES NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Lara Ferreira

FAUUSP, lara.icf@gmail.com

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a influência da militância na atuação de arquitetos em Urbanização de Favelas. Trata-se de um reconhecimento, mas também a apresentação de uma retrospectiva das técnicas e metodologias desenvolvidas por técnicos, muitas vezes pioneiros no seu campo de atuação e o impacto que os mesmos causaram com a sua ação. Este trabalho parte da seleção de alguns casos de estudo, que são poucas vezes reconhecidos e documentados, mas que aqui nos propomos ilustrar através da enumeração de ações comuns entre sujeitos que designamos como arquitetos militantes.

Palavras Chave: Urbanização de Favelas; Arquitetos Militantes; Pioneiros.

ST 5.7 • 01

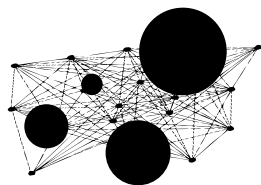
HABITAÇÃO E DINÂMICAS URBANAS EM ÁREAS CENTRAIS: O CASO DE CAMPINAS/SP

Viviana Pereira Gonçalves

UNICAMP, vivianapgoncalves@yahoo.com.br

Sílvia A. Mikami G. Pina

UNICAMP, silviaunicamp@gmail.com



ST 5.7

Moradia em áreas centrais

24.maio

14h - 16h

A busca por novas áreas e centralidades e a conseqüente valorização fundiária do solo urbano em regiões periféricas tem impactado diretamente na ocupação dos bairros centrais, nos quais é comum ocorrer despovoamento e degradação. Dentre as dinâmicas ocorridas nas áreas centrais nas últimas décadas, destacam-se tanto o processo de popularização quanto o de enobrecimento social ou gentrificação, ambos relativos às mudanças socioeconômicas provocadas pelos movimentos migratórios no território urbano e por políticas urbanas adotadas pelas administrações municipais. O objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização da ocupação habitacional no centro de Campinas a partir de uma análise da produção recente de habitações coletivas e da população residente nestes locais, por meio de uma pesquisa documental. Para tanto, apresenta um estudo dos empreendimentos habitacionais aprovados entre 2005 e 2015 na área central de Campinas formada pelo centro histórico e pelos bairros Guanabara, Cambuí e Bosque. Também se desenvolve um levantamento sobre o perfil da população residente nestes bairros no mesmo período. A análise combinada com as informações populacionais dos censos demográficos do período indica que, apesar do saldo migratório, o centro campineiro tem passado nos últimos anos por importantes transformações com incremento do crescimento da habitação verticalizada de alto padrão e respectiva substituição da população moradora por outra de maior poder aquisitivo, apontando para um cenário de enobrecimento social orquestrado pelas políticas urbanas adotadas.

Palavras Chave: Habitação; Gentrificação; Políticas públicas; Área Central; Campinas.

ST 5.7 • 02

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO POPULAR NO CENTRO DE PORTO ALEGRE/RS: ENTRE O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nanashara D'Ávila Sanches

UFRGS, nana_sanches@hotmail.com

Paulo Roberto Rodrigues Soares

UFRGS, paulo.soares@ufrgs.br

O problema habitacional no Brasil atinge principalmente as famílias pobres. Atualmente, um dos processos que podemos analisar nesta perspectiva, são as ocupações de prédios abandonados nas áreas centrais das metrópoles. O fenômeno está relacionado ao custo de vida e às políticas remocionistas que deslocam populações para as periferias distantes em diversas capitais brasileiras. Em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, isto não é diferente. Para mudar tal cenário, muitos se organizam através de movimentos sociais de luta por moradia para garantir acesso à habitação digna. O Centro Histórico de Porto Alegre já contempla diversas ocupações, as quais questionam as políticas habitacionais vigentes nas diferentes esferas governamentais. O objetivo principal deste trabalho é compreender estes movimentos. Para isto pretendemos comparar as políticas públicas propostas pelas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) àquelas propostas pela sociedade civil organizada, a fim de analisar os benefícios da ampla participação popular e das ações diretas para a conquista e consolidação de direitos sociais. Nossa análise principal será do caso da Ocupação Lanceiros Negros. Localizada no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, a Ocupação Lanceiros Negros tornou-se um marco de políticas públicas propostas pela sociedade civil organizada. Nela residem em torno de setenta famílias provenientes de diversas áreas da cidade, dentre elas famílias da Vila Nova Chocolate, removidas do centro da cidade em 2011. O retorno de famílias das periferias para o centro demarca disputas pelos espaços com urbanização consolidada, pelo acesso a equipamentos públicos e pelo direito à cidade.

Palavras Chave: Política habitacional; Moradia popular movimentos sociais; Áreas centrais; Porto Alegre/RS.

ST 5.7 • 03

REABILITAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS COM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: BENEFÍCIOS PARA A CIDADE E PARA SEUS USUÁRIOS

Josana Gabriele Bolzan Wesz

Universidade Feevale, josana@feevale.br

Diante da problemática da falta de moradia e das péssimas condições de habitabilidade nas grandes cidades brasileiras, a ocupação de edificações vagas ou subutilizadas em áreas centrais é uma oportunidade, mas também um desafio quanto à gestão e impactos desse processo. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo a realização de uma pesquisa exploratória sobre as abordagens de reabilitação de áreas centrais com habitação de interesse social, visando identificar os benefícios para a cidade e a geração de valor aos usuários. Para tanto, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema. Depois, foi elaborada uma síntese apresentando os principais resultados a partir da identificação de constructos relacionados aos possíveis benefícios gerados para a cidade e à geração de valor aos usuários. A principal contribuição do artigo é a apresentação de constructos que podem orientar a avaliação de áreas centrais reabilitadas com habitação de interesse social. Ainda, sugestões para pesquisas futuras são apresentadas.

Palavras Chave: Centros urbanos; Habitação de interesse social; Reabilitação; Estoque imobiliário.

ST 5.7 • 04

LOCAÇÃO SOCIAL EM BELO HORIZONTE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Marina Sanders Paolinelli

NPGAU/UFMG, marinasanderspaolinelli@gmail.com

Esse artigo tem como objetivo analisar as possibilidades de implantação de uma política de locação social em Belo Horizonte, como alternativa às políticas baseadas na propriedade privada. A locação social foi presente principalmente no contexto da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, e mostrou em cada país uma forma organizacional distinta. Com desmanche do Estado de bem-estar social e o avanço do neoliberalismo depois da década de 1970, as políticas de incentivo à casa própria ganharam força. Nesse sentido, serão analisadas as transformações que ocorreram na França, Inglaterra, Países Baixos e EUA dentro de um contexto internacional de financeirização da moradia. No Brasil, onde não houve Estado de bem-estar social, mas uma urbanização pautada na favelização, periferização e precariedade da habitação da classe trabalhadora, será analisado o papel da ideologia da casa própria na construção das políticas habitacionais. Serão também tratadas as propostas recentes de implantação da locação social e o caso de São Paulo, único município brasileiro a tentar introduzir a política. Essas análises darão subsídio para entender o contexto de Belo Horizonte, onde busca-se investigar as formas de mobilização social em torno da locação social, que passam por tentativas de implantação da política nos ambientes de participação institucionais e em mobilizações independentes.

Palavras Chave: Política habitacional; Financeirização da moradia; Aluguel social.

ST 5.7 • 05

INVISIBILIDADE, HETEROGENEIDADE E VULNERABILIDADE: OS CORTIÇOS NA ÁREA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Orlando Alves dos Santos Junior

IPPUR/UFRJ, orlando.santosjr@gmail.com

Larissa Lacerda

IPPUR/UFRJ, larissa.gdynia@gmail.com

Mariana Werneck

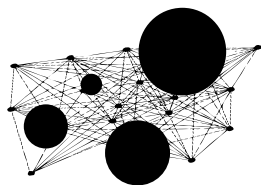
IPPUR/UFRJ, marianagsw88@gmail.com

Bruna Ribeiro

IPPUR/UFRJ, cribeirobruna@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo discutir os primeiros resultados da pesquisa desenvolvida na área portuária do Rio de Janeiro em torno dos cortiços existentes na região, suas condições de moradia e o perfil de sua população. Diante da ausência de informações acerca dessa forma de moradia no diagnóstico apresentado pela prefeitura no âmbito da elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social, no segundo semestre de 2015, buscou-se suprir essa lacuna em um trabalho realizado rua a rua, identificando os imóveis que funcionam como cortiços em meio a área da Operação Urbana do Porto Maravilha. Pelo levantamento de campo foi possível identificar 54 cortiços na área portuária, e estimar a população residente nestes imóveis em 1120 pessoas, morando em 712 cômodos, distribuídos nos bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde, e também em ruas do Centro, dentro dos limites da Operação. Com isso, buscou-se desconstruir a percepção corrente, que estigmatiza estes espaços – e seus habitantes – como precários e marginais, mostrando que os cortiços são marcados por uma grande heterogeneidade de condições de moradia e de grupos sociais, unificados em sua demanda de viver na área central.

Palavras Chave: Cortiços; Áreas centrais; Moradia.



ST 5.8

Questões da Produção Periférica do Espaço Habitacional

24.maio

16h - 18h

ST 5.8 • 01

A DIMENSÃO FÍSICA DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS: PERSPECTIVA DOMINANTE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE

Maria Lucia Cavendish Cavalcanti Lima

Universidade Federal do ABC, lucavendish@gmail.com

A pesquisa de Estado da Arte, reportada neste artigo, é a representação do entendimento e da ênfase atribuída à dimensão física dos assentamentos no debate e narrativas sobre o tema na literatura internacional especializada. O tema central da pesquisa é abordado em três níveis de perspectivas empíricas: a de macro-espectrum, a de médio-espectrum e de micro-espectrum, com o intuito de observar as limitações ou potencial de contribuição dos modelos teóricos e morfológicos de assentamento informal que subjazem às investigações. A finalidade da pesquisa é contribuir para ampliar o debate sobre o tema.

Palavras Chave: Favelas; Características físicas; Atributos físicos; Condições de vida; Padrões urbanos.

ST 5.8 • 02

ABORDAGEM POSSÍVEL DAS FAVELAS CARIOCAS: DICOTOMIAS EM QUESTÃO

Ricarda Lucilia Domingues Tavares

Universidade Federal Fluminense, ricardalucilia@yahoo.com.br

O artigo põe em questão as dicotomias produzidas no processo histórico de regulação da ocupação urbana, bem como o uso de categorias que têm promovido uma leitura da cidade como partes em oposição, com a legitimação de setores que se tornaram legais, regulares e formais; e outros que, por serem tratados como contrários aos primeiros, se tornaram ilegais, irregulares e informais. É apresentada uma discussão introdutória que estabelece correlações entre os pares opostos formalidade x informalidade e legitimidade x ilegitimidade, na tentativa de explicar a aparente “ineficiência”, e/ou “insuficiência”, de políticas públicas incidentes nas favelas cariocas.

Palavras Chave: Favelas cariocas; Informalidade; Legitimidade.

ST 5.8 • 03

MEDINDO A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM BELO HORIZONTE

Eduardo Marchetti Pereira Leão da Motta

NPGAU/UFMG, emottam@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é discutir a evolução de indicadores socioeconômicos e urbanísticos dos aglomerados subnormais em Belo Horizonte por meio de dados do Censo IBGE dos anos de 2000 e 2010. As desigualdades socioespaciais manifestadas através do dualismo favela/não-favela ainda são a expressão de grande parte da pobreza e exclusão urbanas, embora os indicadores apontem para uma redução dessa “distância” entre cidade informal e cidade formal. A desigualdade e a universalização de direitos sociais também são questões debatidas, bem como o contexto da crise atual e os desafios para a inclusão social das populações em aglomerados subnormais.

Palavras Chave: Indicadores socioeconômicos; Desigualdades; Aglomerados subnormais; Belo Horizonte.

ST 5.8 • 04

HELÍÓPOLIS E A PRODUÇÃO MUNICIPAL DE MORADIAS POPULARES EM FAVELAS

Felipe de Freitas Moreira
FAUUSP, felipemoreira@usp.br

A favela de Heliópolis é uma das maiores da cidade e está localizada em uma gleba de aproximadamente 3 milhões de m² no bairro do Ipiranga, na zona sul de São Paulo. Trata-se de uma área privilegiada, próxima ao centro da cidade e com grande oferta de equipamentos públicos, empregos, de serviços diversificados e com uma boa rede de transporte público. Ela surgiu na década de 1970 e tem, desde sua origem, uma relação intrínseca com o poder público local. Em 1971, a prefeitura de São Paulo promoveu o desadensamento da favela de Vila Prudente e transferiu 150 famílias para alojamentos provisórios construídos na gleba de Heliópolis que, naquela época, pertencia ao Instituto de Administração da Providência e Assistência Social (IAPAS). Estes alojamentos provisórios permaneceram por mais de 20 anos e foram, dentre outros fatores, um importante indutor da ocupação da gleba. Desde então, a prefeitura vem operando uma série de intervenções no local. Apenas no âmbito da provisão de moradias, a prefeitura construiu, até o momento, mais de 6.500 unidades habitacionais e prevê a construção de aproximadamente mais 5 mil moradias. Assim, este artigo traça uma perspectiva histórica da ocupação de Heliópolis com foco na produção de moradias pelo Estado e na luta dos moradores pelo direito de permanecer no local.

Palavras Chave: Habitação de Interesse Social; Favela; Heliópolis; São Paulo.

ST 5.8 • 05

FAVELAS E VILLAS: RESILIÊNCIAS E INOVAÇÕES NA (RE) PRODUÇÃO DAS METRÓPOLES DE CURITIBA, TUCUMÁN E CÓRDOBA

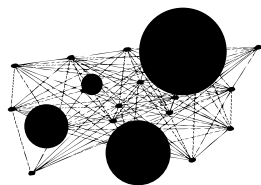
Madianita Nunes da Silva
PPGPU - DAU - LAHURB - UFPR, madianita@gmail.com

Natalia Paola Czytajlo
CONICET - OFUT - FAU - UNT, Argentina, nczytajlo@conicet.gov.ar

Virginia Monayar
CONICET- INVIHAB - FAUD- NC, Argentina, virmonayar@gmail.com

O trabalho analisa de modo comparado a produção das favelas e villas nas metrópoles de Curitiba (Brasil), Tucumán e Córdoba (Argentina) entre os anos de 1990 e 2010, período em que a informalidade cresce e torna-se a principal alternativa para a moradia da população de baixa renda. Estas décadas caracterizaram-se também por uma nova fase de gestão urbana na América Latina, marcada por contradições na atuação do Estado, com avanços e retrocessos. A partir dos espaços de moradia, o objetivo é refletir acerca dos processos e formas responsáveis pela produção dessas metrópoles na atualidade, onde se apresentam inovações e permanências em relação ao período precedente. Parte-se do pressuposto que as novas tipologias de habitat residencial de mercado para a alta renda e a produção massiva de habitação popular financiada pelo Estado, pertencem ao mesmo fenômeno responsável pelo crescimento da moradia informal. Tal processo é resultado da nova racionalidade presente na formação do preço da terra e do papel que a cidade e o solo urbano passam a desempenhar na atual fase do capitalismo mundial, responsáveis por ampliar as desigualdades e a polarização social.

Palavras Chave: Habitat; Informalidade; Metrópoles; Estudos Comparados.



ST 5.9

Urbanização de favelas

24.maio

14h - 16h

ST 5.9 • 01

O TRATAMENTO URBANÍSTICO DO COMPONENTE FÍSICO AMBIENTAL NAS URBANIZAÇÕES DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA BACIA ALTÍSSIMO IGUAÇU – RMC

Márcia Ferreira Prestes

UTFPR, marciaprestes@utfpr.edu.br

Maria Fernanda Lagana

*Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR,
mflagana@cohapar.pr.gov.br*

Os mananciais da Bacia Altíssimo Iguaçu têm importância estratégica à metrópole de Curitiba pois respondem por aproximadamente 70% do seu abastecimento. Nas décadas de 1980 e 1990, o poder público declara suas terras como áreas de proteção ambiental acarretando desvalorização imobiliária, fatores que aliados a crise econômica e ausência de políticas habitacionais fomentam a ocupação irregular das glebas melhor localizadas. Na primeira década dos anos 2000, agendas urbana e ambiental se aproximam em uma política de intervenção em assentamentos precários que almeja melhorar a qualidade de vida dos moradores e requalificar áreas de preservação. O artigo apresenta as experiências de urbanização de assentamentos precários integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC na Bacia Altíssimo Iguaçu, no sentido de analisar o tratamento urbanístico dispensado ao componente físico ambiental nos projetos. Constatou-se que a implantação de parques nas áreas de remoção das urbanizações de assentamentos precários visa a função de controle urbano, lazer e drenagem despontando como solução urbanística mais comum para as áreas de risco. Após aproximadamente uma década da contratação do PAC-Favelas, verificou-se que as urbanizações nos municípios de Colombo, Pinhais e Piraquara configuram experiências distintas quanto ao grau de execução das obras, apesar de compartilharem da mesma linha de recursos, órgão proponente e diretrizes urbanísticas e ambientais.

Palavras Chave: Urbanização de Assentamentos Precários; Mananciais; Componente físico ambiental; Bacia Altíssimo Iguaçu.

ST 5.9 • 02

CIDADE E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS EM NATAL/RN**Luis Renato Nogueira da Rocha**
UFRN, luisrenatogpp@gmail.com

Este artigo traz uma abordagem acerca da atuação do poder público municipal da cidade do Natal/RN, entre os anos de 2002 e 2016, na implementação de projetos urbanos de urbanização e remoção de assentamentos precários. Os projetos, financiados pelo Governo Federal (em alguns casos com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) impactaram sobre a realidade de 15 assentamentos distribuídos no território da cidade. Buscou-se, com esse trabalho, identificar quais os impactos efetivos que os projetos tiveram na configuração da cidade e dos espaços das áreas que foram alvos de intervenções; mapear as características dos territórios; a natureza das intervenções; a operacionalização dos programas; e identificar os limites e possibilidades institucionais do poder público na execução dos projetos. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa e documental. Os projetos resultaram em transformações e permanências nos espaços de pobreza da cidade, com resultados pouco efetivos e em alguns casos ainda incipientes. Os desafios postos ao município de Natal são enormes do ponto de vista da gestão dos projetos urbanos.

Palavras Chave: Assentamentos Precários; Favelas; Habitação Social; Remoções; Urbanização.

ST 5.9 • 03

DO MORRO DA MISERICÓRDIA AO COMPLEXO DO ALEMÃO: NOTAS SOBRE O PAPEL DO GOVERNO NA CONSTRUÇÃO DAS FAVELAS**Rute Imanishi Rodrigues**
Ipea, rute.imanishi@ipea.gov.br

Este texto apresenta um histórico da expansão territorial e populacional das favelas que fazem parte do Complexo do Alemão, de 1950 até o momento da delimitação desta área como região administrativa e bairro da cidade do Rio de Janeiro, na década 1990. O objetivo do trabalho é identificar os traços principais da atuação do governo nestas favelas, no que diz respeito às ações de urbanização, e compreender como tal atuação pode ter influenciado a conformação deste território assim como o seu padrão de urbanização. Como será tratado no texto, o arranjo institucional constituído na década de 1960 através de órgãos governamentais delegou às associações de moradores a função de controlar o processo de ocupação do território, porém, na ausência de regras e direitos garantidos sobre o uso da terra, desenvolveu-se nas favelas um padrão de urbanização fundado nas necessidades básicas de abrigo e acesso a recursos fundamentais, como água e energia elétrica.

Palavras Chave: Favelas; Urbanização de favelas; Rio de Janeiro.

ST 5.9 • 04

LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PAC URBANIZAÇÃO: O CASO DO PROJETO PAC TABOQUINHA, BELÉM, PA

José Júlio Ferreira Lima

UFPA, jjlimaufpa@gmail.com

Monique Bentes M. S. Leão

UFPA, monique.bentes@gmail.com

Alberto Patrick Lima

UFPA, albertopclima@gmail.com

A comunidade Taboquinha, situada no Distrito Administrativo de Icoaraci, norte do município de Belém/PA, passou por um adensamento desordenado e ambientalmente prejudicial ao Igarapé Tabocal, que entrecorta três das cinco quadras da comunidade, sujeitando-a sazonalmente a alagamentos. A falta de alternativas habitacionais no mercado formal e de políticas habitacionais na época da ocupação (1970/1980) provocaram o aumento de moradias precárias, edificadas por autoconstrução irregular e, em parte por palafitas. Tais problemas levaram a sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal em 2007, localmente gerenciado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA). Neste trabalho, examina-se o Projeto Taboquinha visando contribuir para uma análise mais ampla das condições de execução de um projeto do PAC que, apesar de não se depreender que se trate de situação recorrente, seu exame pode revelar aspectos ligados a baixa execução e completude dos projetos. Para isso, relaciona-se a capacidade de gerenciamento na COHAB/PA, a um exame de condicionantes locais, soluções propostas e o que foi efetivamente implementado até 2015. Os resultados mostram que as dificuldades de consecução do PAC, no caso do Projeto Taboquinha estão, por um lado, associadas a falta de capacidade de gestão da COHAB/PA e por outro, pelas modificações nos projetos, resultante em parte da necessidade de redução de custos, bem como do crescimento da população durante a longa execução do projeto, que ao privilegiar a provisão de soluções habitacionais ameaça a efetividade do projeto.

Palavras Chave: PAC - Urbanização de Assentamentos Precários; Comunidade Taboquinha; Remanejamento; Belém.

ST 5.9 • 05

POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EM BELO HORIZONTE: PROJETOS VIÁRIOS, INVESTIMENTOS NOS CAPITAIS E REMOÇÕES X MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOESPACIAIS

Ana Paula Baltazar

NPGAU/UFMG e Grupo MOM e Lagear, baltazar.ana@gmail.com

Márcia H. B. C. Costa

UEMG e UFMG, academicomarcia@hotmail.com

Cintia de Freitas Melo

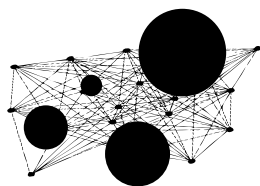
Grupo MOM UFMG, cmelo2009@gmail.com

Eric Crevels

NPGAU UFMG e Grupo MOM UFMG, ericcrevels@gmail.com

A partir de três pesquisas distintas nos três maiores aglomerados de Belo Horizonte (Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia), esse artigo aprofunda uma análise crítica da política habitacional de Belo Horizonte, especificamente a praticada pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), que tem priorizado intervenções urbanísticas, tais como abertura de vias mais relevantes para o resto da cidade do que para o aglomerado, em detrimento da melhoria da qualidade de vida dos moradores. Ou seja, argumentamos que a política atual tem direcionado o investimento para os capitais e não para a qualidade de vida das pessoas, negligenciando assim o que chamamos de condição socioespacial. Apontamos então diretrizes para um procedimento a ser adotado para manutenção ou melhoria das condições socioespaciais.

Palavras Chave: Política habitacional; Belo Horizonte; Remoções; Teoria derivacionista do Estado; Condição socioespacial.



ST 5.10

Regularização Fundiária e Instrumentos Urbanísticos

25.maio

14h - 16h

ST 5.10 - 01

A POLÍTICA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL PAPEL PASSADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Guadalupe M. J. Abib de Almeida

Universidade Federal do ABC, almeida.guadalupe@ufabc.edu.br

Raphael Bischof dos Santos

Universidade Federal do ABC, raphael.bischof@ufabc.edu.br

Julia Azevedo Moretti

Universidade Federal do ABC, jamoretti@pucsp.br

Irene M. S. dos Santos Guimarães

Universidade Federal do ABC, irenemaestro@gmail.com

A implementação da política de regularização fundiária de forma descentralizada pelos municípios brasileiros encontra condicionantes decorrentes da estrutura organizacional, normativa e operativa da agenda urbana em âmbito local, conforme evidenciado por dados de pesquisa de identificação da demanda do Programa Federal Papel Passado. Enquanto a operacionalização dessa política parece exacerbar os instrumentos exigidos para adesão do município à política nacional de habitação, a análise da capacidade institucional dos municípios abrangidos pelo Programa também demonstra a dificuldade para mitigação e resolução da irregularidade fundiária desses municípios e o quanto a ocupação desordenada do território urbano se coloca como regra para alguns deles.

Palavras Chave: Regularização fundiária; Assentamentos irregulares; Capacidade institucional; Políticas públicas; Descentralização.

ST 5.10 • 02

ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A CRIAÇÃO DAS ZONAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

IESP/UERJ, anapaulavasconcelos@gmail.com

Priscilla Caldellas

ENCE/IBGE, priscillacaldellas@gmail.com

No Brasil as políticas urbanas e habitacionais não favoreciam as camadas populares, acarretando a segregação habitacional das pessoas mais pobres. Somente a partir da década de 80 que a discussão sobre regulação urbanística, políticas habitacionais inclusivas e gestão democráticas das cidades começou a ter mais repercussão. Esta nova mobilização culminou no Estatuto das Cidades que prevê a obrigatoriedade do Plano Diretor e também instrumentos legais para a gestão democrática das cidades, como as Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS. No Estado do Rio de Janeiro a partir de 2008 ocorreu um aumento de municípios com Plano Diretor e com áreas definidas como ZEIS, entretanto há cidades que não possuem este instrumento de gestão. Por isso, este trabalho tem como objetivo compreender quais fatores influenciam os municípios do Estado do Rio a incluir em seu Plano Diretor as ZEIS. Tendo em vista que estas zonas estão relacionadas diretamente a habitação, optou-se neste trabalho por verificar quais características dos domicílios e de infraestrutura urbana podem afetar a decisão em questão. Para alcançar tal objetivo foi empregada a regressão logística e os dados utilizados são oriundos do Censo Demográfico de 2010 e da pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros, ambas realizadas pelo IBGE.

Palavras Chave: Plano Diretor; ZEIS; Regressão logística; Segregação.

ST 5.10 • 03

REVISITANDO AS ZEIS E O PREZEIS NO RECIFE: ENTRE O “REFORMISMO” E O DIREITO À CIDADE

Demóstenes Moraes

Universidade Federal de Campina Grande, damoraes6@gmail.com

Os processos de financeirização e mercantilização das cidades vêm agravando as condições de vida das populações mais vulneráveis e em situação de pobreza no mundo. O quadro é mais grave para as realidades marcadas por históricas desigualdades como as encontradas nas cidades brasileiras. Parte dos esforços pela defesa do Direito à Cidade vem privilegiando o campo da regulação urbanística. Entre estas iniciativas, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Brasil destacam-se como instrumento urbanístico-regulatório com potencial de maior alcance para o enfrentamento de problemas de exclusão territorial por poder incidir em assentamentos precários ou áreas para a produção de novas moradias, com parâmetros urbanísticos específicos que inviabilizam os empreendimentos de grande porte voltados para outros segmentos de média e alta renda, diminuindo, assim, a vulnerabilidade da população de baixa renda moradora destes assentamentos. Contudo, tal passo é insuficiente quando se trata de Direito à Cidade, já que a força da mercantilização ameaça, continuamente, as leis, os assentamentos e seus moradores. Para o Recife, cidade onde parte expressiva de sua população vive em condições precárias de habitabilidade, explicitar os limites do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), relacionando-os aos interesses e práticas que estão em jogo na produção do espaço pode fornecer subsídios para propostas para uma nova urbanização, justa, inclusiva e plural, tendo o Direito à Cidade como horizonte de concepção e ação.

Palavras Chave: Direito à Cidade; Assentamentos Precários; ZEIS; PREZEIS.

ST 5.10 • 04

POLÍTICAS HABITACIONAIS INCLUSIVAS: UM ESTUDO A PARTIR DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS PREVISTOS PARA A SUBPREFEITURA VILA MARIANA, SÃO PAULO

Larissa Werneck Capasso

FAU-USP/SMDU, w_cissa@hotmail.com

A Subprefeitura Vila Mariana é contígua à região central do Município de São Paulo e é provida de boa infraestrutura e serviços urbanos e boa oferta de empregos. Idealmente, territórios com estas características deveriam promover soluções habitacionais que dialogassem com as necessidades habitacionais da metrópole e com os desafios de mobilidade urbana. Este artigo procurou estudar métodos, a partir da tentativa de concepção de um “Plano de Habitação de Interesse Social” para esta Subprefeitura, apresentando dados como subsídios para o enfrentamento do quadro de precariedade habitacional paulistano. O artigo apresenta estudos da dinâmica do mercado imobiliário e simulações com a Cota de Solidariedade neste território, procurando pensar em uma regulação urbana que consiga produzir unidades habitacionais para população de baixa renda. As pesquisas e levantamentos efetuados apontaram a existência de terrenos e imóveis não construídos, subutilizados ou vazios que poderiam ser aproveitados para promoção de Habitação de Interesse Social - HIS. Além disso, verificou-se que é preciso melhorar a informação pública sobre dados imobiliários, permitindo a utilização de outros instrumentos para que se possa propor o adensamento dessas áreas com HIS. Apesar dos grandes desafios observados para a elaboração de planos habitacionais na escala de uma Subprefeitura, também foram identificadas possibilidades de promoção de HIS neste território.

Palavras Chave: Segregação socioespacial; Instrumentos urbanísticos; Subprefeitura Vila Mariana; HIS; Cota de Solidariedade.

ST 5.10 • 05

ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS, A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DA LEI 11.977/2009: ESTUDO DE CASO EM LONDRINA-PR

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub

IAU-USP, UEL e UNOPAR, thamine.ayoub@gmail.com

Alexia Kaori Matubara

UEL, alexiakaoiri@live.com

A política habitacional implantada recentemente no Brasil, regulamentada pela Lei nº 11.977/2009, trata do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” e da regularização fundiária de assentamentos urbanos. Apesar da matéria habitacional, pesquisas revelam que a realização da política se deu de maneira divergente das reivindicações do Movimento pela Reforma Urbana, que pautou a elaboração do Estatuto da Cidade. Esse descompasso é claramente observado na implantação do Programa na cidade de Londrina, onde a política habitacional em desenvolvimento é interrompida para dar lugar à produção de grandes conjuntos habitacionais periféricos. Nesse sentido, este trabalho visa discutir a sobreposição da política instituída pela Lei nº 11.977/2009 na política habitacional em desenvolvimento na cidade de Londrina, procurando evidenciar as rupturas provocadas e as permanências garantidas pelo modelo proposto. Tendo em vista que a realização da política se dá no âmbito local – no município – adotou-se o método do estudo de caso. Para a análise, foram utilizadas sobreposições de mapas e argumentação com base no referencial teórico que considera a desarticulação da política habitacional com a política urbana. Na análise, destaca-se o conflito entre as premissas da produção de mercado e os princípios antiespeculativos e inclusivos dos instrumentos do Estatuto da Cidade. As conclusões apontam um retrocesso na luta pela garantia do direito à moradia e dissensões quanto ao conteúdo da própria lei.

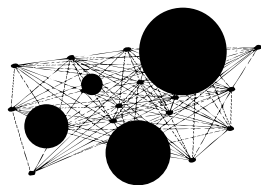
Palavras Chave: Lei 11.977/2009; Política habitacional; Reforma urbana; Londrina.

ST 5.11 • 01

POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA DE HABITAÇÃO EM SÃO PAULO: OS PROJETOS DOS IAPS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Camila Ferrari

IAU USP, camila.ferrari@usp.br



ST 5.11

Complexidades do Problema
Habitacional

25.maio
16h - 18h

Este trabalho se propõe a desenvolver o debate em torno da inversão dos fundos previdenciários dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no setor imobiliário a partir da sua produção habitacional, constituindo o que denominaremos “política previdenciária de habitação”. Compreendemos que características como a padronização de unidades e elementos construtivos, a utilização de novas tecnologias e de tipologias verticais estavam presentes em projetos habitacionais construídos em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950 pelos IAPs em função das características da política previdenciária de habitação. A relação entre esta produção habitacional e o processo de urbanização paulistano, conforme analisamos neste trabalho, era também marcada pela política previdenciária de habitação. Através da leitura de obras referenciais sobre a política previdenciária no Brasil e da análise de projetos selecionados procuraremos compreender esta política de promoção habitacional que foi a principal responsável pela provisão da moradia no período. Nossa proposição é que a partir da construção dos projetos de habitações promovidos pelos IAPs a política previdenciária de habitação correspondeu a uma forma previdenciária de produção do espaço construído, distinguindo-se do que seria uma política estatal de habitação.

Palavras Chave: Política previdenciária; Institutos de Aposentadoria e Pensões; IAPs; Política de promoção de habitação; São Paulo.

ST 5.11 • 02

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E O PLANEJAMENTO HABITACIONAL - UMA NOVA PERSPECTIVA OU UM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL?

Consuelo A. Gonçalves Gallego

PosUrb da PUC-Campinas - CEATEC, consuelo.gallego@yahoo.com.br

Jonathas Magalhães Pereira Silva

*PosUrb, PUC-Campinas - CEATEC,
jonathas.silva@puc-campinas.edu.br*

O presente texto é parte das reflexões da pesquisa de doutorado em andamento, que desenvolve uma análise crítica das contradições existentes na forma de planejamento urbano adotada na última década referente à política habitacional e sua espacialização. Entende-se que a questão habitacional vai além da moradia e que tanto os acessos a equipamentos públicos como a relação com os espaços não construídos podem ser um termômetro das condições de inserção na cidade. Problematiza-se como a política de habitação de interesse social pode potencializar ou cercear o acesso a moradia e a cidade. Toma-se como recorte territorial as cidades do Alto Tietê Cabeceiras, aprofundando-se neste artigo nas dinâmicas do município de Suzano/ SP. Abordam-se os caminhos seguidos pela política habitacional local e, a forma como as áreas destinadas para produção habitacional se tornam espaços segregados nas cidades ao ponto de cercear os direitos constitucionais da população que ali reside.

Palavras Chave: Direito à cidade; Moradia digna; Planejamento urbano; Planejamento urbano regional; Ocupação do solo.

ST 5.11 • 03

A GENTRIFICAÇÃO NOS CONJUNTOS DO BNH

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

UFRN, saramedeiros@ufrnet.br

Neste artigo a abordagem da gentrificação trilha o caminho de uma abertura conceitual que contempla as transformações urbanas e a valorização dos conjuntos habitacionais em Natal, que passaram a ser ocupados – de imediato ou posteriormente a entrega – por uma população de maior poder aquisitivo. Neil Smith, um dos autores consagrados nas pesquisas sobre gentrificação, reconhece que esse processo não ocorre da mesma forma em todos os lugares; acontece de forma diferenciada e apresenta particularidades a depender da constituição do espaço urbano. Em termos de escala, os processos vivenciados pelas grandes cidades europeias, com ciclos de ocupação dos subúrbios e abandono dos centros históricos mais consolidados, são totalmente diferentes dos vivenciados pelos países da América Latina (trazendo a exemplificação para mais próximo do presente estudo de caso). A atuação do BNH na cidade de Natal destaca-se como um dos laboratórios da política nacional de habitação, e é verificada na intensidade de ações e no pioneirismo de alguns projetos, como, por exemplo, o Promorar. Os dados dessa pesquisa são fruto um estudo empírico nos conjuntos habitacionais: Cidade da Esperança, Cidade Satélite, Ponta Negra e Soledade, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Estabeleceu-se como critérios para examinar o processo de gentrificação as alterações espaciais e sociais advindas de investimentos públicos e privados, as inserções do mercado imobiliário; as mudanças de uso e ocupação do solo; e por último o perfil socioeconômico dos moradores.

Palavras Chave: Gentrificação; Banco Nacional da Habitação; Conjuntos Habitacionais; Natal/RN.

ST 5.11 • 04

A DIMENSÃO ESPACIAL DA POBREZA – A GRANDE INCÓGNITA?

Stephan Treuke*Universidade Federal da Bahia, stephanTreuke@hotmail.des*

Explora-se o impacto de neighborhood effects na mobilidade econômica de habitantes de três favelas segregadas em Salvador; em outras palavras, as desvantagens socioeconômicas afetando o bem-estar do indivíduo em função da sua inserção em específicos contextos sócio-residenciais. Pesquisas examinando o modus operandi da reprodução da pobreza urbana têm atendido pela estratificação das desigualdades sociais no espaço e aderido ao argumento que a concentração da pobreza interfere negativamente no desempenho socioeconômico do indivíduo e na organização social do bairro. Contudo, considerando a crescentemente fragmentada organização socioespacial das metrópoles brasileiras, vários autores têm assinalado pelas estruturas de oportunidades proporcionadas em contextos de vizinhança geográfica entre grupos socialmente distantes. A partir da realização de sessenta entrevistas indagando sobre a morfologia das redes egocentradas, corrobora-se que a proximidade do Nordeste de Amaralina aos condomínios da classe média-alta favorece a integração econômica. Contudo, a estigmatização territorial e os mecanismos de segmentação social enfraquecem os potenciais de troca de sociabilidade. As estruturas de segregação e a escassez de oportunidades empregatícias em Plataforma produzem o encapsulamento das redes enquanto a heterogeneidade social de Fazenda Grande II e o efeito socializador das instituições públicas mitigam o impacto da segregação. As redes comportam um maior grau de diversidade e de dispersão territorial. A pesquisa destaca a pertinência do conceito social isolation na análise de contextos de segregação aonde existe uma maior congruência entre o espaço social e o espaço geográfico e urge a refletir sobre a implementação de estratégias de intervenção in situ para promover a integração socioeconômica.

Palavras Chave: Segregação Residencial; Neighborhood Effects; Mobilidade Econômica; Redes Sociais.

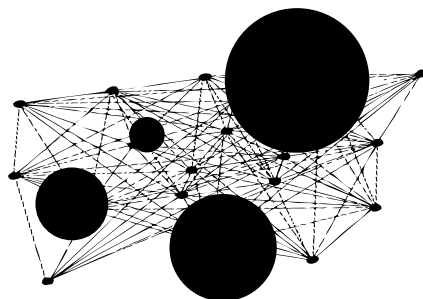
ST 5.11 • 05

AS MULHERES NA DISPUTA PELO TERRITÓRIO: SOBRE AUTONOMIA E DIREITO À MORADIA

Ana Flávia Costa da Silva*EAD/UFMG, anaflavia.ufmg@gmail.com*

Esse artigo investiga a inclusão e participação das mulheres nos processos de acesso à habitação no Brasil. Para isso, propõe-se uma análise em dois vieses: o das políticas públicas e o da resistência cotidiana dos assentamentos informais. Nos últimos anos, as questões relativas à igualdade de gênero têm ocupado cada vez mais espaço na agenda pública nacional. Todavia, compreende-se aqui que leis ou programas que dão prioridade às mulheres não necessariamente se configuram como promotores de uma perspectiva de gênero. A partir dessa abordagem será problematizado o discurso da posse segura da terra como forma de emancipação, de acordo com as causas e estatísticas nas quais se alicerçam tais políticas, assim como as possíveis consequências dessa aplicação legislativa. Em contraponto às ações do poder público, realiza-se o estudo empírico na Ocupação Urbana Eliana Silva, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Através da aproximação com a realidade cotidiana das moradoras, buscou-se vislumbrar as associações e dissociações entre o movimento de luta pela moradia e a causa de gênero. Este artigo foi elaborado, portanto, de acordo com reflexões sobre as tentativas de abordagem de gênero na vida urbana, sobre a estruturação legal e prática da regulação de terras na América Latina e como a sua aplicação afeta a realidade das pessoas para quem é urgente o escape dos altos preços dos alugueis e de programas públicos de acesso à moradia que se mostram insuficientes.

Palavras Chave: Gênero; Habitação; Regulação de terras; Assentamentos informais.



ST 6

ESPAÇO, IDENTIDADE E PRÁTICAS
SÓCIO-CULTURAIS

Comitê Científico:

Fabiana Dultra Britto (PPGAU/UFBA)

Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC/UFMG)

Jorge Bassani (PPGAU/FAUUSP)

ST6 - ESPAÇO, IDENTIDADE E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS

TEMAS:

Práticas sócio-culturais e territórios urbanos; narrativas sociais e periferias; figurações culturais e formas de apropriação espacial; Espaço urbano e mobilização política; assimetrias sociais e produção cultural; crítica estética e análise social; experiência coletiva e imaginário político; espaço público, ativismo e dissenso; ação cultural, visibilidade e legitimação social; práticas espaciais e resistência.

A condição da cultura contemporânea tem sido pautada, historicamente, por um horizonte de expectativas despotencializado frente à derrocada das experiências revolucionárias e utopias político-sociais modernas. O que se viu, no último meio século, foi a vitória do capital e o reinado do mercado, articulando-se novas estratégias de acumulação, com crescente formação de oligopólios e concentração de riquezas, assim como o aumento da pobreza.

O neoliberalismo, mais do que uma política econômica, tem sido teorizado como uma racionalidade efetuada por meio de lógicas normativas, discursos e práticas entrecruzadas – e internalizadas – em torno do princípio da competição, da concorrência. Nessa matriz, a relação com o futuro mudou significativamente, em meio a uma dinâmica em que o presente tende a substituir o porvir, e em que predomina uma experiência do tempo modulada, por um lado, por fluxos de aceleração, novidade/obsolescência e mobilidade, e, por outro, pela estagnação social de amplas populações. Essa chamada era da emergência, que corresponde a um estado de crise permanente, orienta-se pelo binômio urgência/risco, no qual a distância entre o que se aspira e o que se faz é agudamente encurtada.

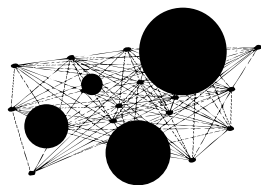
Nesse contexto, as reconfigurações econômicas, sociais, culturais e urbanas em curso no país constituem-se como desafios analíticos e epistemológicos em aberto. Estamos diante de formas políticas e estéticas inéditas, num campo de disputas simbólicas em que novas práticas sócio-culturais, identitárias e espaciais, entrelaçadas às novas redes e dispositivos informacionais, estão sendo efetivadas nas grandes cidades, em circuitos que têm ultrapassado divisas e limites até então consolidados. Nessas movimentações, as fronteiras entre centro e periferia estão sendo ressignificadas, ao mesmo tempo em que as tensões sociais manifestas no espaço público têm reposto os termos da questão sobre o exercício de identidades coletivas em suas potências e projeções acerca do mundo em comum.

ST 6.1 • 01

ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS: A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO MATERIAL NAS LUTAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS

Camila Matos

NPGAU/UFMG, camilamatosf@gmail.com



ST 6.1

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (I)

22.maio

14h - 16h

Este trabalho busca aprofundar o olhar acerca do uso de tecnologias digitais no amparo à organização política de um conjunto específico de grupos ativistas e movimentos sociais. Em um cenário de crescente popularização dessas ferramentas, cabe questionar de que maneira o espaço, em sua dimensão material, permanece relevante enquanto meio para o encontro e a aparição pública dessas coletividades. A pesquisa aqui apresentada envolveu quatorze estudos de caso observados a partir de conteúdos compartilhados em plataformas online. Os dados coletados foram analisados a partir de um espectro conceitual desenvolvido por Nancy Fraser que trata daquelas lutas por justiça social que reivindicam a distribuição igualitária de recursos e daquelas que reivindicam o reconhecimento de aspectos relacionados à diversidade simbólica e cultural dos grupos envolvidos. Nesse sentido, ficou evidente que os grupos sobre os quais as injustiças de natureza simbólica e cultural incidem mais fortemente apresentam maior dificuldade de acessar o espaço enquanto meio para suas lutas. Isto se dá principalmente pelo fato de que essas injustiças se orientam sobretudo à materialidade de seus corpos. Observou-se ainda a importância da reunião coletiva particularmente para aqueles grupos que enfrentam restrições à presença nos espaços das cidades. Reunir-se no espaço físico seria, portanto, o gesto político de afirmação de uma identidade coletiva e a potência mesma de transformação da estrutura socioespacial que originalmente ameaça a integridade de seus corpos.

Palavras Chave: Ativismos urbanos; Tecnologias digitais; Redistribuição; Reconhecimento.

ST 6.1 • 02

CIDADE CONSENSUAL, CIDADE INSURGENTE: NOTAS SOBRE O ATIVISMO URBANO NO CENTRO DE SÃO PAULO

Carlos Henrique Magalhães de Lima

Universidade de Brasília-UnB, carlos.lima@ufrj.br

O presente artigo apresenta uma perspectiva particular sobre o ativismo na cidade tomando como universo de investigação manifestações críticas no espaço público que confrontam as atuais “práticas urbanísticas” (Farias Filho, 2010) incidentes na região central de São Paulo. Para conduzir essa leitura, propõe-se duas denominações na tentativa de identificar aspectos centrais dessa disputa: a “cidade consensual”, vinculada predominantemente aos governos, empresas e instituições, que se refere à lógica de projeto e planejamento restritivas, centralizadoras e associadas sobretudo ao capital financeiro e imobiliário; e a “cidade insurgente” para tentar dar conta de parte das reações críticas a esses processos. Numa perspectiva teórica, duas figuras conceituais são destacadas aqui: o “consenso”, compreendida a partir de diversos teóricos, remete à supressão de características desejáveis da dimensão urbana, como a pluralidade e alteridade; o “dissenso”, remete ao ativismo, como alternativa agosnística encampada por diversos coletivos engajados nessa questão. O que se procura levantar aqui são subsídios potenciais para ampliar a compreensão do atual campo de tensões que se desenha nesse trecho urbano enfrentando o desafio metodológico de identificar nas ações e discursos dos ativistas sua principal fonte de investigação.

Palavras Chave: Ativismo; Ativismo urbano; Práticas urbanísticas; Consenso; Dissenso.

ST 6.1 • 03

CULTURA, RESISTÊNCIA E TRANSGRESSÃO NO RIO DE JANEIRO: DOS MOVIMENTOS DAS FAVELAS AOS PROTESTOS DE 2013

Lucia Capanema Alvares

Universidade Federal Fluminense, luciacapanema@gmail.com

Jorge Luiz Barbosa

Universidade Federal Fluminense, jorgebarbosa@vm.uff.br

André Luiz Cavalcante

Secretaria Municipal de Administração de Niterói, cavalcante_andre@yahoo.com.br

O processo de apagar as características que não se encaixam em uma imagem comercializável do Rio de Janeiro - como favelas, desabrigados e prostitutas - junto com desinvestimentos territoriais e infraestruturais -, tem gerado uma onda transgressiva e criativa na cidade, resultando em diferentes manifestações políticas e culturais dos cidadãos, construída sobretudo por movimentos sociais que transformam a cultura em atitude estética política e a política em uma atitude de resistência cultural, criando diversas manifestações na esfera pública. Elas variam desde as propostas de grupos de artistas nas favelas, mostrando sua diversidade e sua capacidade de proliferação, até os movimentos de 2013, reunindo redes altamente virais e transgressivas com manifestações criativas dos cidadãos. Ambos os tipos de resistência - provenientes das favelas e dos movimentos - foram estudados recentemente: o Observatório das Favelas mapeou movimentos culturais através de um estudo qualitativo sobre as manifestações de 400 organizações de cinco favelas. Estudantes do Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense realizaram uma pesquisa probabilística com 385 participantes dos movimentos de junho de 2013 e mapearam qualitativamente suas abordagens imagéticas, permitindo especular sobre a organização e as formas culturais das manifestações. As lições para o planejamento de uma cidade mais cidadã e justa parecem incluir o que não deve ser feito por parte do governo e o que não deve ser negligenciado ou deve ser mais incentivado por parte dos movimentos sociais.

Palavras Chave: Resistência; Transgressão; Movimentos culturais; Favelas; Manifestações 2013.

ST 6.1 • 04

URBANISMO INSURGENTE: AÇÕES RECENTES DE COLETIVOS URBANOS RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Maria Carolina Maziviero

Universidade São Judas Tadeu, mcarolmazi@hotmail.com

Eneida de Almeida

Universidade São Judas Tadeu, eneida.almeida@uol.com.br

Discute-se as ações recentes de coletivos urbanos na cidade de São Paulo que, através de proposições alternativas de usar, olhar, planejar, discutir, construir e habitar, vem lançando luz sobre sociabilidade e construção coletiva da cidade. Tomando como ponto de partida o esvaziamento do espaço público a partir da conjuntura histórico-política brasileira dos anos 60 aos 80, em concomitância com a supressão dos direitos constitucionais e a repressão às manifestações políticas e culturais, o trabalho reúne elementos para construção de uma narrativa que explique a dinâmica urbana brasileira, desde a luta pela reforma urbana até a apropriação da cidade, a partir das manifestações de 2013. A recuperação de espaços públicos pelos cidadãos representa a relevância dos principais movimentos de insurgência, especialmente em uma cidade de grandes proporções como São Paulo. Contudo, os grupos atuantes na periferia ainda são pouco conhecidos porque esse tipo de ação é mais difundida no vetor centro-sudoeste. Os coletivos mais conhecidos são compostos por profissionais ligados à produção artística, arquitetônica e urbana, atuando no território que os circundam. Assim, o trabalho, ainda em desenvolvimento, procura entender como o “urbanismo insurgente” acontece nas franjas da cidade, onde as dinâmicas são muito diferentes. Busca-se entender sua dinâmica organizacional, lógica de gestão, comunicação e viabilização das atividades e o modo como atuam nas zonas norte e leste. Através do estudo sobre novas formas de se fazer política, busca-se colaborar para o debate sobre a resignificação da fronteira centro x periferia, mediada pela experiência coletiva de apropriação espacial do espaço público.

Palavras Chave: Espaço público; Ativismo; Experiência coletiva; Formas de apropriação espacial; Mobilização política; Centro x Periferia.

ST 6.1 • 05

CO-DESIGN NO RIO DE JANEIRO: EXPERIMENTANDO O ESPAÇO PÚBLICO COMO ESPAÇO COMUM

Liana Ventura

Esdi/UERJ, liloaventura@gmail.com

Barbara Szaniecki

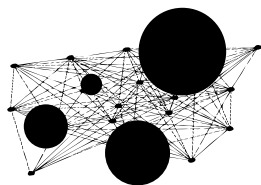
Esdi/UERJ, dolar.rj@terra.com.br

Talita Tibola

Esdi/UERJ, talita.tt@gmail.com

Durante a última década o Rio de Janeiro tem sofrido duros impactos sociais, econômicos e políticos em decorrência da realização dos megaeventos que agridem a cidade de diferentes maneiras: por um lado truculentas remoções sobre as populações menos favorecidas intensificam a reprodução sistemática da violência; por outro, uma espetacularização da cidade que, ao privilegiar a paisagem pronta a ser consumida pelo turista em detrimento das necessidades cotidianas, reduz experiências de partilha e de constituição do comum urbano. Em 2013, manifestações preencheram ruas e praças reivindicando melhores serviços para os cidadãos – transporte, saúde e educação – e, sobretudo, mais participação nas decisões do poder público. Além das reivindicações, as ocupações dos espaços públicos transformaram-se em verdadeiros laboratórios de experimentações estético-políticas. O ciclo multitudinário, apesar de aparentemente encerrado, deixa um legado: inúmeros coletivos seguem em processos de commoning por diferentes meios, desde hortas comunitárias até feiras de trocas, passando pelas mais variadas práticas colaborativas como forma de resistência. O commoning urbano – o fazer junto com objetivos comuns – é efetivamente um terreno fértil para experimentos onde afetividade e política se articulam na co-criação de novas práticas sócio-culturais. Por meio dessa proposta, pretendemos pensar e explorar metodologias do campo do design para a construção coletiva de imagens e imaginários democráticos a partir de formas alternativas de cidadania no espaço público, assumindo a praça como um lugar de encontro com o risco e com a alteridade.

Palavras Chave: Commoning; Experimentações estético-políticas; Espaço público; Codesign; Imagens; Imaginários coletivos.



ST 6.2

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (2)

22.maio

16h - 18h

ST 6.2 • 01

A RESISTÊNCIA DO LUGAR E O GRAFITE: IDENTIDADE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE NO DISTRITO DO GRAJAÚ EM SÃO PAULO – SP

Anderson Akio Shishito

Unesp-Rio Claro, akiounesp@gmail.com

Fabrizio Gallo

Unesp-Rio Claro, fgallo@rc.unesp.br

O presente artigo propõe discutir o grafite na periferia da cidade de São Paulo (SP) como uma manifestação territorial. O grafite é um fenômeno urbano que compõe e propõe uma relação viva, direta e de fácil assimilação com a cidade. Sendo o grafite uma forma de expressão genuína do indivíduo que o produz em consonâncias com suas experiências cotidianas, a dialética socioespacial que se apresenta nele o torna importante instrumento de representação da cidade. Nesse contexto, a interação entre o grafite, as pessoas e a cidade ganha destaque nessa análise, que tem como objeto de estudo o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Imagem no distrito do Grajaú. Através de uma ação multidisciplinar, o coletivo utiliza a linguagem do grafite como principal ferramenta para fomentar a comunicação e discussão de questões relevantes à comunidade a qual atuam. Temas como a ampliação da noção de pertencimento da população ao espaço vivido e a visibilidade das demandas locais são comuns entre suas práticas. Desse modo, consideramos a força dos lugares, entendendo que o lugar não é um pano de fundo impassível e neutro, mas um condicionante condicionado, dotado de um dinamismo próprio e revestido de autonomia. Trata-se, então, de analisar a ação do grafite como arte acessível e politizada, focada na democratização da cultura e do direito à cidade, ressignificando o espaço em suas múltiplas dimensões, ou melhor, uma atuação contra-hegemônica com foco na difusão da possibilidade de uma experiência urbana mais solidária e justa.

Palavras Chave: Uso do território; Lugar; Grafite; Grajaú – SP.

ST 6.2 • 02

O RAP DA CEILÂNDIA

Elane Ribeiro Peixoto

UnB, elanerib@hotmail.com

Janaina Lopes Pereira Peres

PPGDSCI/UnB e CEAM/UnB, janainaperes@gmail.com

Marina Oliveira Vaz Batista

UnB, marinavbatista@gmail.com

Alana Silva Waldvogel

UnB, alana_waldvogel@hotmail.com

O presente artigo resulta da pesquisa em curso que visa a compreender a história da Capital Federal a partir de suas expressões culturais. Nosso ponto de partida é a cidade satélite Ceilândia (Região Administrativa IX), situada a 30 Km do Plano Piloto e construída na década de 1970 pela Companhia de Erradicação de Invasões (CEI), cujas iniciais deram origem ao seu nome. Para Ceilândia, foram deslocadas cerca de oitenta mil pessoas, constringidas a enfrentar situações de precariedade, tais como a falta de água e esgoto, de comércio e mesmo de transporte para vencer as grandes distâncias que a separavam de Taguatinga e do Plano Piloto. Passados 45 anos de sua criação, a “cidade” se consolidou, é um centro urbano dinâmico que conta com uma população superior em quase duas vezes a do Plano Piloto, representando aproximadamente 15% da população do Distrito Federal. Em processo de conurbação com Samambaia e Taguatinga, Ceilândia afirma-se como centro de novas expressões e movimentos culturais, que denunciam as tensões sociais da metrópole Brasília, atualmente constituída pelo Plano Piloto e mais 30 Regiões Administrativas. A primeira geração de crianças da Ceilândia, hoje na faixa etária dos 40-45 anos, é a porta-voz da segregação e das lutas que construíram esse lugar. O rap da Ceilândia canta essa trajetória, por meio de suas cruas palavras, nos deixa à mostra os mundos paralelos que constituem Brasília. Os poetas do rap nos falam dos reveses de uma utopia.

Palavras Chave: Brasília; Ceilândia; Rap; Movimento cultural; Luta.

ST 6.2 • 03

NARRAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS URBANAS POR MEIO DE SLAMS DE POESIA DE SÃO PAULO

Gabriel Teixeira Ramos

Max Planck, gabrieltramos@gmail.com

Este artigo abarca conceitos, apontamentos e possibilidades de nossa recém-iniciada pesquisa de tese de doutorado, em que objetivamos investigar narrações de experiências urbanas contemporâneas, com estudo de caso os *slams* de poesia da cidade de São Paulo. Partimos da hipótese que tais narrações de experiências poderiam enfrentar à produção neoliberal urbana pois romperiam com as individualizações, violências e pulverização de diferenças. Com isso, pretende-se analisar relações imbricadas entre práticas e espaços, por meio da observação de espacialidades, territorialidades e temporalidades produzidas por essas manifestações, que modificariam tanto elas próprias e aqueles que as trocam, quanto, por conseguinte, a própria cidade, compreendida a partir de conceitos de agenciamento, experiência e narração, e as noções de cotidiano e coletivo presentes nas narrações e articulações entre os narradores e a cidade.

Palavras Chave: Experiências urbanas; Narração; Agenciamento; Cidade neoliberal; Slams de poesia.

ST 6.2 • 04

CAMPO DOS ALEMÃES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / SP COMO CAMPO DE DISPUTA SIMBÓLICA: O QUE DIZEM OS MUROS

Frederico Papali*Univap, papali@uol.com.br***Valéria Zanetti***Univap, vzanetti@univap.br***Paula Vilhena Carnevale Vianna***Univap, paulavianna@univap.br*

Este trabalho, de caráter exploratório, investiga se o *graffiti* encontrado nos muros das casas do bairro Campo dos Alemães, periferia de São José dos Campos/SP, apresenta-se como expressão de construção/afirmação de identidades de grupos ou de apropriação/ressignificação de território e da paisagem urbana. Para responder a essa questão, o método utilizado foi a análise de narrativas sobre três Mutirões de *Graffiti* realizados neste bairro da cidade em 2007, 2010 e 2013. Três tipos de fonte foram consultadas: impressa, formada por panfletos de divulgação e jornais; oral, constituída por depoimento de um dos grafiteiros do bairro e imagética, a partir do recurso do Google Maps, que registrou os trabalhos produzidos nos três Mutirões. Os achados apontam para o *graffiti* como prática que possibilita a afirmação e mesmo construção de novas identidades em bairros estigmatizados pela exclusão social.

Palavras Chave: *Graffiti*; Identidades; Território; Arte Urbana; Cidade; Planejamento Urbano.

ST 6.2 • 05

CIDADE FALADA - PERCEPÇÕES DA VIDA URBANA NO COMPLEXO DO ALEMÃO/RJ

Flávia Garofalo Cavalcanti*IPPUR / UFRJ, flavia.garofalocavalcanti@gmail.com*

A partir de um estudo de caso emblemático, o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, investiga-se as relações entre estruturas do espaço físico e estruturas do espaço social. Pretende-se compreender como processos de intensa renovação urbana podem gerar mudanças sociais, nos modos de percorrer e apreciar a cidade. Para isso utiliza-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, que se combina com observação técnica direta de campo tendo enfoque numa abordagem etnográfica. Entende-se que “Todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua.” (PARK, 1916). Assim, a favela possui espaços identitários que diferenciam as diversas comunidades que ali residem, traços que personalizam aquela porção da cidade para seus moradores e que evocam discursos próprios. Da mesma forma que o espaço social imprime suas marcas no espaço construído de nossas cidades, acreditamos que o espaço físico, a cidade, suas construções, ruas, calçadas, mercados, também imprimem marcas no espaço social. A pesquisa pretende contribuir para o avanço do conhecimento do espaço social popular, e para os processos de avaliação das transformações urbanas a partir de um corte analítico da infraestrutura que transpasse seu entendimento corrente como objeto apenas técnico, considerando-o na sua dimensão social. Em outras palavras, os efeitos que a estruturas físicas podem causar nas estruturas sociais de uma determinada comunidade.

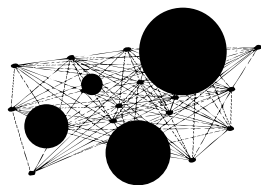
Palavras Chave: Rio de Janeiro; Complexo do Alemão; Identidade; Pertencimento.

ST 6.3 • 01

ENTRE O URBANISMO PAULISTANO E O PARANOIA DE ROBERTO PIVA E WESLEY DUKE LEE

Cícero Menezes

PPG-AU/UFBA, cmenezess@gmail.com



ST 6.3

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (3)

23.maio

14h - 16h

Este artigo tematiza e apresenta a cidade de São Paulo, em especial, pela via de uma poiésis efêmera em relação ao espaço urbano, tanto por meio do campo literário quanto por meio do campo fotográfico. Sob tal asserção a proposta aqui consistirá em analisar, mais detidamente, o conteúdo textual concebido por Roberto Piva e o conteúdo imagético levado a cabo por Wesley Duke Lee; ambos, reunidos no livro *Paranoia*. A partir daí, sob três capítulos, tal análise buscará, sobretudo, verificar como se dá a tensão entre ambos os empreendimentos engendrados e as então coetâneas injunções homogeneizatórias da cidade de São Paulo. Assim, o primeiro capítulo apresentará uma “Homogeneização urbana paulistana”, sobremaneira, desenvolvida entre as décadas de 1920 e 1960. Nesta seção serão elencados nomes como Prestes Maia, Anhaia Mello e Robert Moses; os três como os principais articuladores urbanísticos com propostas que tiveram um forte impacto na morfologia e na vida urbana paulistana. Já no segundo capítulo, “A díptica *Paranoia paulistana* entre Piva e Duke Lee”, nos deteremos às questões mais específicas do livro *Paranoia* e da cidade de São Paulo nele incrustada, buscando assim expor o seu modo conceptivo, tanto na elaboração quanto na montagem. Por fim, no terceiro capítulo, “*Heterologia urbana paulistana*”, através da crítica utilitária batailliana, então nos deteremos a uma análise do conteúdo narrativo de ambos os empreendimentos do livro para anunciar uma paisagem urbana absolutamente escatológica, a qual, de tal modo, vilipendiou e ainda vilipendia tudo que se pretendeu homogêneo na capital paulista.

Palavras Chave: Urbanismo. Literatura; Fotografia; Homogeneização urbana; Heterologia urbana; Escatologia cidadina.

ST 6.3 • 02

LUGAR, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO DA CIDADE: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO FILME AQUARIUS**Ives da Silva Duque Pereira***PPGDAP UFF Campos, ivesduque@gmail.com***Gabriela Scotto***PPGDAP-UFF, mgscotto@id.uff.br*

O presente trabalho se propõe a discursar sobre a representação da cidade no cinema e como a imagem produzida influencia e é influenciada pelas realidades vividas. Tem como objeto de análise o filme brasileiro *Aquarius* (2016), que conta a história de Clara, uma moradora de um edifício que leva o nome do filme em questão, que resiste à insistente tentativa de compra do seu apartamento para construção de um grande empreendimento imobiliário. Os sentidos produzidos pela representação de Recife e da resistência da personagem em sua luta por direitos, permitem uma análise de diversos aspectos da vida urbana. Percebe-se a construção de sentidos de um lugar quando há uma memória afetiva estabelecida, em um contexto específico, em que sujeitos se relacionam com o espaço de maneira que este se torna parte essencial de sua própria vida.

Palavras Chave: Memória; Lugar; Representação; Cinema; Cidade.

ST 6.3 • 03

SONHAR COLETIVAMENTE, VIVER COLETIVAMENTE: A CONSTITUIÇÃO DE SOCIABILIDADE ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE CINEMA E CIDADE**Eliana Kuster***IFES, elianakuster@gmail.com*

Através da análise de diversos aspectos que relacionam a experiência cinematográfica às várias acepções do ato de sonhar e de vivenciar a rotina em uma metrópole, o artigo busca traçar um paralelo entre assistir a um filme e experimentar a vida em uma cidade, mostrando as formas através das quais o cinema pode funcionar como um agente criador de sociabilidade urbana.

Palavras Chave: Cidade; Cinema; Sonho; Sociabilidade urbana.

ST 6.3 • 04

CIDADE BAIXA E A PRODUÇÃO DE UM LUGAR DE MÚSICA EM PORTO ALEGRE

Thaís Amorim Aragão

UNISINOS, thaisaaragao@gmail.com

O bairro porto-alegrense Cidade Baixa é hoje considerado o principal lugar de música na capital gaúcha. Investigaremos o encontro de duas dinâmicas de territorialização, destacando o papel de práticas ligadas ao som e à música na constituição desse espaço.

Palavras Chave: Música; Som; Espaço urbano.

ST 6.3 • 05

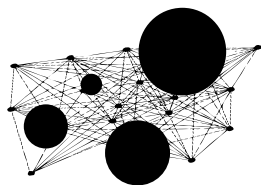
LUTA DE CLASSES EM NOME DO SAMBA: ARTICULAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS SAMBISTAS PAULISTANOS NOS ANOS 1960

Marcos Virgílio da Silva

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo / FIAMFAAM, marcos.silva@belasartes.br e marcos.v.silva@fiamfaam.br

O artigo examina a organização dos sambistas de São Paulo na década de 1960, que levou à oficialização dos desfiles das “escolas de samba”, a partir de uma perspectiva política. A formulação de E. P. Thompson sobre a “formação de classe” ajuda a entender a dimensão política desse processo de articulação. Entende-se que as articulações e a mobilização dos sambistas podem ser analisadas como resposta a certas pressões e antagonismos encontrados na sociedade e que poderiam ameaçar, aos olhos deles, a continuidade das práticas do samba na cidade. Por outro lado, a articulação dependeu da constituição de uma rede de contatos e de interações que possibilitou a essas pessoas reconhecerem e articularem interesses comuns.

Palavras Chave: São Paulo; Urbanização; Cultura popular; Movimentos sociais.



ST 6.4

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (6)

23.maio
16h - 18h

ST 6.4 • 01

HAITIANOS NA AMAZÔNIA – PESSOAS EM TRÂNSITO PARA UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO DE CASO EM PORTO VELHO

Marília Pimentel Cotinguiba

UFRO, mpimentel9@gmail.com

Geraldo Castro Cotinguiba

UFRO, gcotinguiba@gmail.com

Rosana Baeninger

Unicamp, baeninger@nepo.unicamp.br

Este trabalho intenta descrever como a chegada e circulação de haitianos, a partir do começo de 2011, contribuíram para alterar e reconfigurar a paisagem e, de certa forma, o tecido urbano de alguns bairros da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. Para tanto, nossa reflexão objetiva mostrar como a migração pode interferir no espaço intra-urbano (Villaça, 2001) das cidades, a partir do caso dos haitianos em Porto Velho. Os resultados apresentados têm como base a pesquisa de campo na cidade e por meio de observações e diálogos com haitianos em Porto Velho, por meio de uma vivência etnográfica, desde julho de 2011.

Palavras Chave: Amazônia; Imigração Haitiana; Mudança Urbana.

ST 6.4 • 02

A BOEMIA ALÉM DO CONSUMO

Késsio Guerreiro Furquim
PROPUR-UFRGS, kessio@gmail.com

O trabalho a seguir reflete sobre o acirramento da lógica de consumo na cidade neoliberal contemporânea a partir das atividades de diversão noturna. Defende-se, em um primeiro momento, o uso do termo boemia nos estudos acadêmicos sobre essa dinâmica noturna como forma de ampliar os interesses que, no quadro atual, centram-se em grande parte sobre as potencialidades econômicas associadas com essa diversão noturna. Além disso, defende-se um conceito de boemia como uma prática sócio-cultural associada com um imaginário que evocado ao se fazer uso do termo. Em um segundo momento, opera-se com uma narrativa a fim de demonstrar estratégias e táticas presentes nas práticas boêmias contemporâneas. Com tudo isso, espera-se responder a pergunta desse congresso e apresentar o um caminho possível para o Planejamento Urbano e Regional em todo este contexto.

Palavras Chave: Consumo; Diversão noturna; Boemia.

ST 6.4 • 03

CONFLITOS IDENTITÁRIOS NO TERRITÓRIO: DESDOBRAMENTOS NO TEMPO

Marjorie Prado Junqueira de Faria
UFABC, marjorie.prado@ufabc.edu.br

Sílvia Helena Passarelli
UFABC, silvia.passarelli@ufabc.edu.br

O presente artigo tem por intenção interpretar os fenômenos identitários e seus conflitos no território, da abolição da escravatura no interior Paulista até as grandes cidades contemporâneas, de modo problematizar o insistente impasse acerca da ocupação do espaço proveniente das diferenças das identidades e as relações de poder oriundas dos embates entre grupos sociais.

Palavras Chave: Território; Conflitos; Identidades; Racismo; População Negra.

ST6.4 • 04

LENDO AS APROPRIAÇÕES SUBCULTURAIS NA LAPA, RIO DE JANEIRO: UM MAPEAMENTO CRÍTICO

Phillipe Cunha da Costa

UFRJ, phillipe.arquitetura@gmail.com

Bruno Ragi Eis de Mendonça

UFRJ, brunoragiarq@gmail.com

Thaysa Malaquias de Mello

UFRJ, thaysamalaquias@ufrj.br

O Rio de Janeiro, historicamente, sempre foi palco de manifestações de diversidade cultural e luta de classes. As apropriações urbanas que acontecem em seu contexto se tornaram símbolos de representatividade e empoderamento de diversas comunidades componentes na cidade e no Brasil. Pretendemos neste artigo estabelecer uma linha de diálogo com as estratégias de manifestação do território na complexa região da Lapa. Palco de diversas manifestações políticas e culturais, a Lapa tem em seu contexto relevâncias críticas e estratégicas para o planejamento urbano da cidade, que podem ser amplificadas em outras escalas. Para tal, iremos mapear historiograficamente e atualmente as culturais urbanas que se apropriam dali, especificamente aquelas cujo teor artístico, cultural e político é mais presente, com reverberações espaciais e nos sistemas que compõem a região. Estes entendimentos das subculturas, hoje, são relacionados as construções de imagens e na dinâmica entre essas culturas. São frequentes as novas velocidades de apropriação e as demandas dessas culturas assim como os potenciais políticos dos meios socio-técnicos de hoje onde nela desenvolvem. Enxergamos, portanto, um potencial transformador na região da Lapa através dessas subculturas, recentemente potencializado pelo ciberespaço através de seu poder de ativismo, que já se estabeleceram historicamente como movimentos rebeldes contra a institucionalização cultural e do espaço público enquanto capital nas regiões culturais da cidade.

Palavras Chave: Subcultura; Cibercultura; Cultura Urbana; Apropriação; Arte Urbana.

ST 6.4 • 05

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CULINÁRIA: A TRADIÇÃO DE COMER CUCA (KUCHEN) NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Daniela Matthes

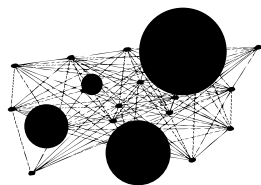
PPGDR/FURB, daniela.mts@gmail.com

Marilda Checcucci Gonçalves da Silva

PPGDR/FURB, marildacheccucci@hotmail.com

Neste artigo pretende-se discutir o Médio Vale do Itajaí como um território em que se atualizou a tradição de comer Cuca (Kuchen) por meio da presença de imigrantes de origem alemã. Eles se instituíram como comedores de Cuca (Kuchen). O alimento em questão é emblemático nesta região e está presente no dia a dia de seus moradores. Inicialmente atrelado aos imigrantes alemães e seus descendentes, hoje a iguaria está intimamente ligada à culinária e à gastronomia local. A partir de uma abordagem etnográfica, pode-se constatar a presença da Cuca (Kuchen) desde a colonização da região por imigrantes teutos em 1850. A Cuca (Kuchen), bem como o sistema alimentar oriundo dos saberes trazidos pelos imigrantes ressignificado à luz dos saberes dos habitantes locais, é emblemática para a identidade dos descendentes de imigrantes alemães até hoje. Na atualidade a Cuca (Kuchen) é utilizada como marcador identitário e atrativo turístico gastronômico regional se apresentando como um elemento importante para se pensar o desenvolvimento regional.

Palavras Chave: Cuca; Identidade; Médio Vale do Itajaí; Território; Desenvolvimento Regional.



ST 6.5

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (5)

24.maio
14h - 16h

ST 6.5 • 01

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E IDENTIDADE TERRITORIAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Fabiana Pimentel Santos

CIAGS/EA/UFBA, fabianapimentel8@gmail.com

Eduardo Paes Barreto Davel

NPGA e CIAGS/EA/UFBA, davel.eduardo@gmail.com

Uma vez que exercem um importante papel artístico-cultural, social e econômico, os equipamentos culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, etc.) são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam. Todavia, a gestão dessas organizações apresenta muitos desafios territoriais e identitários que, por vezes, os desviam desta vocação. O objetivo deste artigo é discutir o papel da identidade territorial na gestão dos equipamentos culturais como estratégia de fortalecimento de vínculos entre estas organizações e seus territórios de atuação, capaz de gerar benefícios organizacionais, interorganizacionais e territoriais. Trata-se de uma contribuição mais preocupada com a qualificação prático-profissional de gestores de equipamentos culturais e agentes do poder público. A metodologia de pesquisa se baseia em uma pesquisa-ação, realizada com um grupo de gestores de onze equipamentos culturais da cidade de Salvador, Bahia, durante a qual também foram visitadas e analisadas iniciativas culturais nas cidades colombianas de Bogotá e Medellín.

Palavras Chave: Equipamento cultural; Gestão cultural; Identidade; Território criativo; Desenvolvimento territorial.

ST 6.5 • 02

ECONOMIA CRIATIVA E ESPAÇOS PÚBLICOS: SOCIEDADE CIVIL RESSIGNIFICANDO AS CIDADES A PARTIR DE PROJETOS CULTURAIS

Lucas Guimarães Pinto*IPA, lukas18.guimaraes@gmail.com***Fernanda Costa da Silva***IPA e EMATER/RS, fernandacds@hotmail.com***John Max Santos Sales***UNITINS e CEULP/ULBRA, johnmaxsales@gmail.com*

Este trabalho trata da relevância de práticas socioculturais ambientadas na Economia Criativa para o planejamento urbano. Mais especificamente versa sobre às práticas verificadas nos espaços públicos, os quais sejam ressignificados mediante atuação da sociedade civil. O problema do trabalho volta-se para compreender em que medidas ações oriundas de uma classe criativa podem contribuir para o planejamento e a gestão de espaços públicos nas cidades. Como objetivo geral, visa-se elucidar a relevância da participação da sociedade civil enquanto tendência no âmbito do planejamento e da gestão urbanos. Como objetivos específicos, o estudo propõe-se a: (a) identificar aspectos de Economia Criativa em projetos da sociedade civil, realizados em espaços públicos urbanos; b) evidenciar a contribuição de projetos culturais de Economia Criativa para o desenvolvimento da economia local em espaços públicos urbanos. Para tanto, empregou-se um recorte de estudo de caso englobando projetos culturais ocorridos em espaços públicos nas cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro através de uma abordagem qualitativa, mediante entrevistas. Foi possível analisar que os usuários perceberam características de Economia Criativa nos projetos analisados, evidenciar a contribuição dos projetos para o desenvolvimento da economia local, além da compreensão que a partir de projeto realizados em espaços públicos a classe criativa pode contribuir para o planejamento e a gestão dos espaços públicos nas cidades.

Palavras Chave: Espaços Públicos; Sociedade Civil; Planejamento; Gestão de cidades; Projetos Culturais.

ST 6.5 • 03

DA IMAGEM À MEMÓRIA DA PAISAGEM

Eber Pires Marzulo*UFRGS, eber.marzulo@ufrgs.br***Marcelo Arioli Heck***UNIVATES, arquivos.do.marcelo@gmail.com*

Trata-se de uma discussão sobre a aplicação dos termos paisagem, memória e imagem aplicados ao planejamento urbano regional e áreas afins, conceitos e noções que na maior parte das vezes são utilizados academicamente sem a precisão necessária. O artigo propõe uma relação entre os termos, sendo a imagem um elemento constituidor de discursos, sobressaindo-se em relação à paisagem, que aqui é observada como elemento constituído. A discussão apresenta-se na busca de um campo analítico de temas até então tratadas de forma abstrata ou até mesmo periférica, em que pese fundamentais tanto aos estudos urbanos como aos estudos sociais. Operacionalizando a discussão em torno da imagem e da paisagem e trazendo a temática para realidades brasileiras, por particular importância da questão, formula-se a constituição da unidade identitária nacional, partindo de fatores culturais que interferem no processo construtivo ao longo do tempo que constitui uma paisagem identificadora de nação. A paisagem passa a ser contextualizada não mais como origem geomorfológica e histórica, e sim como aspecto imediatamente cultural, em virtude de processos de construção desde imagens e memórias que a legitimam, fortalecendo o vínculo entre imagem, memória e paisagem, provocando necessariamente o debate sobre as interpenetrações destas categorias. A discussão teórica é associada ao espaço a partir de experiências contemporâneas de alterações de paisagem em metrópoles urbanas, sendo analisados seus reflexos na imagem da cidade e na memória coletiva urbana.

Palavras Chave: Imagem; Memória; Paisagem.

ST 6.5 • 04

ESPAÇO PÚBLICO OU ALEGORIA? O EXEMPLO DA ILHA DE SANT'ANA COMO RESULTADO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO

Caroline Medeiros Rodrigues e Silva

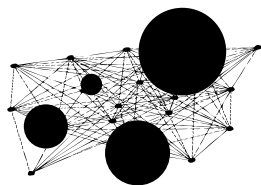
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
carolmedeiros.arq@gmail.com*

Mauro Normando Macêdo Barros Filho

Universidade Federal de Campina Grande, mbarrosfilho@gmail.com

O presente artigo avalia como a mercantilização da Ilha de Sant'Ana em Caicó, Rio Grande do Norte, produzida sob a lógica capitalista, interfere diretamente na sua essência. A partir de uma análise das ações empreendidas pela Igreja e pelo Estado, ao longo do tempo, com o intuito de criar um espaço para abrigar as atividades realizadas na festa da padroeira da cidade, é possível verificar que este espaço, ao invés de ser o palco de expressão da urbanidade que garante uma interação irrestrita entre os membros da sociedade urbana, torna-se um exemplo de formalidade, uma alegoria para a demonstração de domínio do Poder Público e da Igreja, o que faz questioná-lo se é, de fato, um espaço livre público.

Palavras Chave: Espaço Livre Público (ELP); Mercantilização; Urbanidade; Ilha de Sant'Ana.



ST 6.6

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (6)

24.maio
16h - 18h

ST 6.6 • 01

A CIDADE EM CRISE: ANÁLISE DISCURSIVA DE UM PROJETO DE REVITALIZAÇÃO

Fernando Augusto Souza Pinho

PUC Campinas, fernadopinhossa@yahoo.com.br

Há décadas sendo significado como um lugar em acelerado processo de degradação, o centro histórico de Belém tornou-se um lugar de disputas e debates, em especial no fim dos anos 90 e início dos anos 2000 através de intervenções urbanísticas que acionavam a cultura e a memória regionais. Em 2002, com base em um estudo encomendado, a Prefeitura de Belém apresentou um projeto de revitalização para uma área específica do centro histórico, que incluía uma proposta de desenho urbano, recuperação de prédios, nova iluminação pública, incentivo ao uso residencial e uma linha de bonde elétrico. Este artigo examina especificamente a proposta de desenho urbano “Via dos Mercadores”, analisando os sentidos vinculados ao seu *modus operandi*: ou seja, como o discurso urbanístico tece suas estratégias e seus modos de formulação. Deste modo, duas estratégias discursivas foram observadas na constituição da proposta: a ideia de crise e o manejo de diferentes temporalidades.

Palavras Chave: Discurso; Memória; Cidade; Revitalização.

ST 6.6 • 02

TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS NO RIO OLÍMPICO

Tamara Egler

IPPUR-UFRJ, tamaraegler@gmail.com

A questão proposta para análise no presente artigo considera as relações de dominação política, econômica e cultural, no contexto dos Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário identificar os atores que participam da Rede Olímpica, a enunciação do seu discurso, para analisar a marca de sua política sobre o território. Para realizar essa investigação, o método adotado foca no objeto que existe, para reintroduzir na realidade categorias e conceitos que iluminem a produção de conhecimento novo. O objetivo do presente artigo é descobrir como a Rede Olímpica produz uma rede de territórios de alto valor simbólico, destinados ao consumo ostentatório e à valorização de diferentes capitais associados em rede, para o alcance de sentidos de distinção (BOURDIEU, 1998, 2007) dos membros que participam do sistema de consumo globalizado. Estamos diante de um processo inédito de destruição/construção/desapropriação da cidade em benefício da mobilidade global e valorização do capital dos atores que participam dessa rede.

Palavras Chave: Jogos olímpicos; Rede de territórios; Simbólico; Rio de Janeiro.

ST 6.6 • 03

UM ENSAIO SOBRE AS VELHAS DINÂMICAS ESPACIAIS NOS NOVOS ESPAÇOS DO TRANSCARIOCA EM MADUREIRA

Josielle Cíntia de Souza Rocha

PPGAU-EAU-UFF e Unifaminas, josiellecintia@yahoo.com.br

Maria de Lourdes P. M. Costa

PPGAU-EAU-UFF, mariadelourdespmcosta@gmail.com

Este ensaio apresenta um quadro de transformações vividas na cidade do Rio de Janeiro, na qual em uma década tornou-se sede de megaeventos, principalmente esportivos, creditando-os como propulsores de grandes projetos urbanos, em resposta a uma economia globalizada e flexível, viabilizada através de estratégias baseadas no marketing. Com efeito, a cidade passa por um processo de reestruturação urbana, acarretando profundos impactos. Eixos viários projetados para este fim cortam bairros de ocupação consolidada e de intensa vida urbana, como a exemplo, o corredor expresso Transcarioca, no trecho correspondente ao bairro de Madureira. Com base em tese de doutoramento em andamento, destacam-se as mudanças estruturantes na paisagem e a atual forma de (re) apropriação dos espaços, por parte dos habitantes e usuários do bairro de Madureira, localizado na Zona Suburbana da cidade. A metodologia empregada na investigação condiz com uma abordagem conceitual, realizada através de bibliográfica temática e aquela concernente ao histórico sobre a evolução urbana dos espaços considerados, seguida de observação e coleta de dados para efetuar o cruzamento com o referencial teórico selecionado. Ao fim do texto, reflete-se sobre a hipótese da construção de novas identidades ou reafirmação daquelas existentes, ainda que estas transformações primam pela desconsideração da identidade local, bem como do consequente desdobramento dessas mudanças na vida cotidiana e nos novos hábitos da população envolvida.

Palavras Chave: Centralidade; Apropriação social do espaço; Identidade.

ST 6.6 • 04

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E (FALTA DE) RESPONSABILIDADE CORPORATIVA NO TERRITÓRIO: O CASO DE CHAPECÓ

Ivany Coeli Leal Coragem

FURB, IvanyFades@yahoo.com.br

Larissa Holler

FURB, larissa.holler@gmail.com

Luciano França

FURB, lmf.univ@gmail.com

Partindo da hipótese de que os sistemas de aproveitamento da natureza estão submetidos à lógica do capital (maior lucro em menor tempo possível), gerando problemas a ponto da sociedade precisar refletir e reinventar o termo desenvolvimento, o presente artigo, mediante os pressupostos da pesquisa bibliográfica e exploratória, e alguns elementos do estudo de caso, propôs-se a resgatar um trabalho denominado Espaço, Técnica e Tempo em Chapecó-SC. (Pertile, 2007), que buscou compreender como ocorreu o processo de urbanização em Chapecó, para explicar o porquê de sua atual configuração espacial para refletir sobre a responsabilidade das ações dos empreendimentos locais, em relação aos impactos socio-ambientais no território, tendo como suporte os conceitos de desenvolvimento humano e do espaço urbano contemporâneo. A principal reflexão realizada evidencia a necessidade de se delinear organizações efetivamente compromissadas com as necessidades das pessoas.

Palavras Chave: Espaço urbano; Desenvolvimento humano; Impacto no território.

ST 6.6 • 05

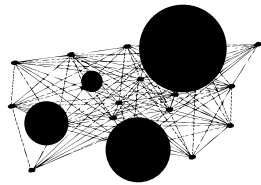
FRONTEIRAS INTANGÍVEIS: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE GERMÂNIA EM PORTO ALEGRE/RS

William Mog

PROPUR/UFRGS, williammog@hotmail.com

O presente artigo objetiva problematizar a relação entre grupos marcados pela distinção social, mas que se encontram próximos espacialmente, em função de fronteiras intangíveis construídas no espaço. Para tal, pretende-se abordar três teóricos do campo das ciências sociais. São eles: o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012), o acadêmico britânico Richard Hoggart (1973) e o historiador francês Michel de Certeau (2014). Estes autores fundamentam teoricamente a problemática materializada através da análise do objeto empírico que corresponde ao Parque Germânia em Porto Alegre/RS. Este parque da capital dos gaúchos surge juntamente com o Bairro Jardim Europa ao longo dos anos 2000 produzindo um espaço público repleto de contradições oriundas do seu entorno imediato caracterizado por um grupo distinto socialmente dos demais. Este grupo se encontra com os outros no parque principalmente nos finais de semana evidenciando tensões sociais que são projetadas para o espaço originando fronteiras intangíveis entre os diferentes públicos do Parque Germânia.

Palavras Chave: Distinção; Espaço público; Fronteiras intangíveis.



ST 6.7

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (7)

25.maio

14h - 16h

ST 6.7 • 01

A DIMENSÃO AFETIVA NA EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO URBANO: INVESTIGAÇÕES METODOLÓGICAS

Natan Franciel Arend

UFRGS, natan.arend@hotmail.com

Andrea da Costa Braga

UFRGS, andrea.braga@ufrgs.br

Este artigo faz parte da construção do saber metodológico sobre as formas de capturar a dimensão afetiva do espaço urbano através da experiência, tema de minha dissertação, que se justifica pela urgência posta ao campo do Planejamento Urbano em atualizar suas práticas a fim de melhor articular a cidade construída (pausada no ritmo das construções) e as pessoas (avançando em velocidade vertiginosa), desenvolvendo estratégias que venham a englobar a questão da experiência como instrumento na ampliação da potência do espaço, promovendo elos afetivos entre as pessoas e o lugar, bem como promover uma “consciência urbana” como ação política embutida na própria experiência. O objetivo do artigo é fazer uma revisão bibliográfica sobre a descrição do fenômeno do movimento de corpos no espaço urbano. A meta é relacionar alguns conceitos depreendidos de autores que trabalhem dentro do escopo teórico metodológico de Sintaxe Espacial com os escritos sobre a teoria da deriva como método desenvolvida pelo grupo Internacional Situacionista (1958). A hipótese formulada é de que as estruturas topológicas que emergem das representações das derivas detêm uma lógica espacial que pode ser comparada à estrutura de integração / segregação espacial ou de acessibilidade relativa da configuração espacial que podem ser capturadas através da metodologia da sintaxe espacial. Desta forma, seria possível identificar alguns padrões que informam relações afetivas desenvolvidas entre as pessoas e o lugar, através de processos exploratórios e subjetivos no movimento dos corpos na cidade, a fim de clarificar a questão da experiência no espaço urbano.

Palavras Chave: Deriva; Sintaxe Espacial; Experiência.

ST6.7 • 02

DO ANTIESPAÇO MODERNO, PELO HIPERESPAÇO PÓS-MODERNO, AO ENCONTRO DO ESPAÇO NA CONTEMPORANEIDADE

Luca Fischer

Universidade Federal do Paraná, luca2509@gmail.com

Os espaços assumiram diversas formas em constante retroalimentação com as sociedades que os constituíram. Se o espaço da tradição clássica era conformado a partir da subtração de sólidos, o modernismo tratou de decompor radicalmente essa concepção. A vanguarda passou a reduzir a complexidade da cidade a problemas funcionais, de modo que a contradição era suprimida na construção de um antiespaço, que se relacionaria muito mais com capacidade técnicas do que com as subjetividades dos indivíduos. Essa concepção começou a ser criticada por diversas correntes pós-modernas a partir dos anos 1960, que propunham uma compreensão do espaço enquanto colagem e fragmentação, que se referenciasse a uma sociedade diversa, frente ao reducionismo modernista. A reinserção da simbologia no espaço foi facilmente apropriada de modo a configurar uma arquitetura voltada à imagem mercadológica, resultando no hiperespaço pós-moderno, no qual o simulacro dissociado de seu contexto adquire hegemonia na produção espacial. Na contemporaneidade, toda essa produção culminaria no espaço-lixo, quando o design progressivamente passa a se colocar em mais âmbitos da vida, eliminando as possibilidades da eventualidade e indeterminação. Em contraponto, as instalações artísticas oferecem pontos de apoio para uma nova abordagem do espaço enquanto terreno para a experimentação e o acaso, como por exemplo nos “Penetráveis”, de Hélio Oiticica. A apreensão do espaço enquanto “terreiro eletrônico” também se coloca como modo de compreender a impermanência e mutabilidade como características cruciais da contemporaneidade, entendendo que se o espaço é aberto à mudança, do mesmo modo é o futuro dos sujeitos.

Palavras Chave: Espaço; Modernismo; Pós-modernismo; Acaso; Labirinto.

ST 6.7 • 03

CULTURA E CIDADE: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA ERA PÓS-INDUSTRIAL

Carolina Gallo Garcia

UFRGS, carolinagarcia3@gmail.com

O fenômeno da ocupação de espaços urbanos esvaziados e degradados para atividades vinculadas à cultura e empreendimentos criativos tem tomado a frente em diversos discursos da discussão sobre a cidade contemporânea no Brasil e no mundo. As novas relações sociais impressas nestes territórios ditos criativos trazem ao centro do debate questões de valorização do tecido urbano a partir de ressignificações simbólicas performadas pelo acúmulo de capital cultural amplamente permutável por capital econômico. O presente estudo se propõe analisar tal processo a partir da perspectiva das particularidades apresentadas por tais cidades, especialmente a partir da análise de condutas orientadas à criação, e/ou assimilação de valores simbólicos que motivam o deslocamento de atividades econômicas pautadas pela expressividade artística no tecido urbano. Nesta abordagem, será produzida uma problematização sobre a aplicação de um modelo de desenvolvimento urbano reconhecidamente frutífero em países desenvolvidos a cidades latino-americanas a partir aportes teóricos da literatura decolonial.

Palavras Chave: Economia Criativa; Classe Criativa; Capital Cultural; Estetização Urbana; América Latina.

ST 6.7 • 04

JUVENTUDE CAMPONESA: UNIDADE DIALÉTICA CAMPO - CIDADE, PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS

Luciano Benini de Oliveira

UNESP, oliveirabenini@gmail.com

Rejiane de Souza Lima

Universidade Federal de São Carlos, souzalima@gmail.com

A presente discussão visa problematizar as diversas dimensões que estão relacionadas à saída ou a permanência da juventude camponesa em suas comunidades rurais. Busca relacionar elementos contraditórios que estão relacionados ao campo e a cidade, para construir a unidade dos contrários, rompendo com a crença que a juventude está deixando o campo para ir viver na cidade, sem deixar de desconsiderar os elementos que atinge frontalmente o cotidiano de todos os sujeitos que vivem no campo, pelo estigma do movimento contraditório que estabelece tensões segregatórias que cumprem papel de desqualificação simbólica, associada ao rural.

Palavras Chave: Juventude camponesa; Assentamentos; Dialética dos contrários; Invisibilidade social.

ST 6.7 • 05

MÁXIMO ESFORÇO, MÍNIMO RESULTADO: A OCUPAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NA POÉTICA URBANA DE FRANCIS ALÿS

Germana Konrath

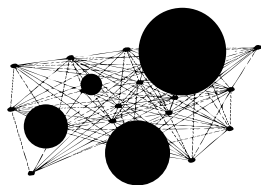
PROPUR – UFRGS, germana.konrath@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes

PROPUR – UFRGS, paulo.reyes@ufrgs.br

O presente artigo trata do potencial de transformação que trabalhos desenvolvidos pelo artista belga-mexicano, Francis Alÿs, apresentam em relação à nossa forma de pensar e de ocupar a cidade, tanto de um ponto de vista espacial quanto temporal. O estudo aborda a vivência nas cidades atuais modulada por tempos acelerados ou determinados por padrões de produtividade e por espaços públicos programáticos. Partimos de quatro ações poéticas de Alÿs realizadas no México e em Cuba, entre 1994 e 2006, para discutir a “burocratização do amanhã” presente nos discursos e práticas neoliberais que tomam lugar na urbe contemporânea. O artigo fundamenta-se na noção de “direto à cidade” desenvolvida por Lefebvre, que é atualizada através de autores contemporâneos a Francis Alÿs: Deleuze e Guattari, Rancière e Canclini. Destes autores, interessam alguns conceitos que serão operacionalizados para a análise dos projetos artísticos, como: alisamento/estriamento, de Deleuze e Guattari; estética e política, de Rancière; e encapsulação/transgressão, de Canclini. Muitas das ações realizadas por Alÿs têm o espaço público como território de atuação, questionando seus limites físicos e conceituais. A intenção deste artigo é identificar possíveis plataformas de pensamento crítico que proponham novos modos de pensabilidade e de articulação de nossa vida urbana, fugindo à linearidade e ao pragmatismo dos discursos dominantes.

Palavras Chave: Francis Alÿs; Espaço público; Arte contemporânea; Política.



ST 6.8

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (8)

25.maio
16h - 18h

ST 6.8 • 01

PAISAGEM RIBEIRINHA NAS BAIXADAS DE BELÉM/PA: USOS E APROPRIAÇÕES NA BACIA DA ESTRADA NOVA

Monique Bentes M. S. Leão
UFPA, monique.bentes@gmail.com

Este artigo tem por objetivo reconhecer a paisagem cultural da bacia da Estrada Nova, localizada sobre as margens do Rio Guamá em Belém/PA. Busca-se identificar um padrão tradicional de assentamento às margens de cursos d'águas, influenciado pelo modo de viver dos ribeirinhos da Amazônia, no contexto de periferia de Belém. Por fim, questiona-se o projeto Portal da Amazônia e a sua proposta de revitalização das margens do rio Guamá, pela mudança na dinâmica econômica e social que insere na área

Palavras Chave: Paisagem urbana; Ribeirinho; Baixadas; Urbanização de favelas; Portal da Amazônia.

ST 6.8 • 02

SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL: REFLEXÕES E DISCUSSÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO E DE MACAPÁ – AP

Jacks de Mello Andrade Junior

Universidade Federal do Amapá, jacksandrade@gmail.com

Juliana Barros da Mota

Universidade Federal do Amapá, engdepescaap@gmail.com

Este artigo pretende trazer uma abordagem da situação socioeconômica do negro no Brasil e iniciar uma discussão sobre o espaço do negro na configuração do espaço urbano no País e, especificamente, no município de Macapá, capital do estado do Amapá. Para tanto, realiza uma análise de natureza bibliográfica, trazendo contribuições de diversos autores que abordam a temática, apresenta estudo de caso onde pesquisadores verificam essa questão, e propõe uma análise no município de Macapá – AP a partir de dados raciais do IBGE incorporados a um sistema que possibilita sua visualização em mapas.

Palavras Chave: Segregação racial; Relações étnico-raciais; Habitação; Espaço urbano; Gentrificação.

ST 6.8 • 03

DESLOCAMENTO FORÇADO DE POPULAÇÃO NA COLÔMBIA. RELAÇÕES ENTRE MINERAÇÃO, GRUPOS ARMADOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Alejandro Sebastian Mejia Baldion

Universidad Nacional de Colombia, asmejiab@unal.edu.co

Eloisa Vargas Moreno

Universidad Nacional de Colombia, jevargasm@unal.edu.co

En el presente artículo se analizan las relaciones causales entre el desplazamiento forzado de la población en Colombia, la actuación de grupos armados ilegales, la explotación minera y la debilidad institucional. A partir de revisión documental se propone una ruta de análisis causal entre estas variables. Con esta revisión se propone que el desplazamiento forzado de población tiene raíces en los conflictos por el territorio y, además, responde a las lógicas de acumulación, sobrepasando el plano explicativo de la violencia y la ausencia del Estado. Por último, se proponen algunas reflexiones desde las políticas de ordenamiento territorial y su papel en la prevención de este fenómeno en los territorios expulsores de población.

Palavras Chave: Desplazamiento forzado; Grupos armados ilegales; Explotación minera; Debilidad institucional.

ST 6.8 • 04

NARRATIVAS DE UMA SOCIEDADE INDÍGENA NA FRONTEIRA ECONÔMICA: O CASO DOS MEBÊNGÔKRE KAYAPÓ DO SUDESTE PARAENSE

Marcos Felipe Sudré Saidler
UFMG, sudre@ufmg.br

O artigo discute a trajetória do povo indígena Mebêngôkre Kayapó durante o processo de demarcação de suas terras, localizadas na Amazônia brasileira. A partir de pesquisa de base documental, propõe-se compreender as narrativas que são construídas sobre os índios e pelos índios diante do avanço da fronteira econômica e a extensão do tecido urbano. São analisados textos extraídos da imprensa nacional e local datados dos anos 1980 e 90, período marcado pela ampliação das trocas entre os Kayapó e a sociedade não-índia e pelo acirramento da resistência indígena para efetivação de seus direitos territoriais. A discussão levanta a necessidade de reconsiderar criticamente o rebaixamento das populações tradicionais amazônicas a determinações exógenas impostas pelas políticas de incorporação daquele território, mas também evidencia o papel emancipatório da urbanização extensiva vivida pela Amazônia e sua capacidade de gestação de uma práxis política renovadora.

Palavras Chave: Terras indígenas; Fronteira econômica; Urbanização extensiva; Amazônia.

ST 6.8 • 05

OS PERIGOS DE UMA TRAJETÓRIA ÚNICA PARA AS CIDADES AMAZÔNICAS

Luna Bibas
PPGAU-UFPA, lbbibas@gmail.com

Ana Cláudia Cardoso
FAU/PPGAU-UFPA, aclaudiacardoso@gmail.com

Este texto aborda o caso da cidade ribeirinha de Afuá-PA (Veneza Marajoara). A partir do qual compreende-se que métricas e sistemas de avaliação (como IDH e IBEU) são pautados por uma agenda de pesquisa vinculada aos setores produtivos e sob o viés hegemônico. A cidade exemplifica uma trajetória diferente da visão de desenvolvimento estabelecida no Brasil. Tal desenvolvimento é definidor de políticas públicas que induzem a conversão dos espaços tradicionais em espaços pautados pela lógica moderno-industrial. Em Afuá uma série de ações desenham uma trajetória única e incompleta que inviabiliza os seus potenciais. Essa típica cidade periférica estimula a dimensão coletiva, garante uma experiência cotidiana aprazível, apesar dos problemas urbanos que enfrenta e demonstra a necessidade de formulação de novas métricas e novos conceitos para não precisar abrir mão de sua história e de sua identidade.

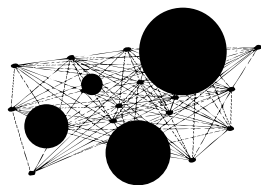
Palavras Chave: Cidade ribeirinha; Desenvolvimento; Trajetória única; Urbano na Amazônia.

ST 6.9 • 01

PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO PRÁTICAS URBANAS: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO ESPACIAL DAS AÇÕES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Gustavo Resgala Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, gustavo.resgala@gmail.com



ST 6.9

Espaço, Identidade e Práticas Sócio-Culturais (9)

25.maio

14h - 16h

Este artigo compõe um caminho teórico-reflexivo das possibilidades de se ter em experiências de economia solidária uma proposta de construção de novas relações urbanas. Mais especificamente, propõe-se aqui destacar a dimensão espacial das práticas de finanças solidárias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, presentes em mais de 100 comunidades pobres do Brasil. Para tanto, é apresentada a relação entre o processo de instalação do modo de produção fordista com a produção do espaço urbano no país, compondo as raízes para a compreensão da cidade que aqui é produzida. Soma-se a esta relação a visão de Karl Polanyi dos efeitos desastrosos da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos de mercado sobre as demais esferas da vida cotidiana, dando luz a uma nova categoria de economia para além de sua esfera de mercado e lançando as bases para estudos da economia em suas dimensões plurais. São, por fim, destacados os possíveis efeitos das ações dos bancos comunitários que evidenciem um potencial processo de reconfiguração urbana em curso nas periferias. Tem-se na proposta das novas atividades econômicas de redesenhar relações de reciprocidade e domesticidade o contraponto à lógica hegemônica de acumulação do capital e o fundamento para a criação endógena de respostas técnicas, econômicas e institucionais. Vislumbram-se, assim, possibilidades da demarcação de uma área urbana onde ganha força a diferença e a criatividade.

Palavras Chave: Produção do espaço; Economia solidária; Banco comunitário de desenvolvimento; Periferias urbanas.

ST 6.9 • 02

O LUGAR DOS CATADORES NO PLANEJAMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE

Annelise Monteiro Steigleder*Univesidade Federal do Rio Grande do Sul, annelise@mp.rs.gov.br*

O artigo aborda, a partir do conceito de lugar, a desconexão entre a política de coleta seletiva de materiais recicláveis no Município de Porto Alegre e o planejamento urbano, demonstrando que a não consideração dos lugares efetivamente ocupados por comunidades de catadores quando da elaboração do Plano Diretor ou de normas instituidoras de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS agrava o quadro de exclusão e de segregação destas comunidades, colidindo diretamente com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aborda-se o lugar dos catadores em sua dimensão espacial, examinando-se a importância da Unidade de Triagem para a construção da identidade destes trabalhadores, o que confere ao espaço uma dimensão simbólica de lugar de trabalho e de lugar de fala.

Palavras Chave: Catadores; Coleta seletiva; Planejamento urbano.

ST 6.9 • 03

ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA: DO PRECÁRIO AO PLURAL

Sibelle Diniz*Cedeplar/UFMG, sibelled@cedeplar.ufmg.br*

No fim do século XX, o debate latino-americano sobre a economia popular e solidária se baseava em um diagnóstico da heterogeneidade de formas de produção e trabalho nesses países. No presente século, este se articula mais diretamente às ideias de economia social e economia plural, o que permite uma aproximação direta à discussão nos países centrais. O presente artigo apresenta essa trajetória, partindo da leitura de Milton Santos sobre os circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos e sua relação com a categoria economia popular. É discutida ainda a economia solidária, originada no marco do associativismo europeu, e que no Brasil assume contornos peculiares ao se centrar na produção coletiva autogestionária. Por fim, discute-se como o debate latino-americano atual se articula ao questionamento da sociedade de mercado e à proposição de uma “outra economia” centrada no trabalho e na pluralidade de princípios econômicos. Nesse sentido, a economia social e solidária seria, tanto nos países periféricos quanto nos centrais, um conjunto de iniciativas orientadas a um sistema econômico ideal, a substituir a “economia do capital”.

Palavras Chave: Economia popular e solidária; Economia social; Economia plural; Economia solidária

ST 6.9 • 04

CARTOGRAFIA DAS CIDADES PEQUENAS: O CASO DE ACEGUÁ/BR E ACEGUA/UY

Luana Pavan Detoni

Universidade Federal de Pelotas, luanadetoni@gmail.com

Eduardo Rocha

Universidade Federal de Pelotas, amigodudu@yahoo.com.br

As cidades pequenas têm a potência do devir urbano. Esse ensaio cartográfico, traçado por ações rizomáticas, acompanhou os processos de subjetivação no território das pequenas cidades Aceguá - Acegua, localizadas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, a partir da pedagogia da viagem, quando um grupo multidisciplinar de viajantes-nômades-pesquisadores percorreu as cidades gêmeas da fronteira Brasil-Uruguai durante seis dias consecutivos. Foram agenciados à essa experiência os conceitos de fronteira e “literatura menor”, na inquietação dos modos de vida cotidianos, considerando a atualidade e os desejos de intervenção, em um fluxo instável de acontecimentos. O conceito de fronteira, enquanto sentido mais denso, como coexistência e correspondência, estados-de-vida-em-aberto-e-em-potência. E o conceito “literatura menor” sobre as características de desterritorialização, da ligação do indivíduo no imediato-político e do agenciamento coletivo de enunciação.

Palavras Chave: Cartografia; Fronteira; Cidade pequena.

ST 6.9 • 05

MORADIA ESTUDANTIL: TERRITÓRIO DA COLETIVIDADE

Ricardo Socas Wiese

UFFS, ricardo.wiese@uffs.edu.br

Joana Pinotti Zin

UFFS, joanapinottizin@gmail.com

Eduarda Beatriz Valandro da Silva

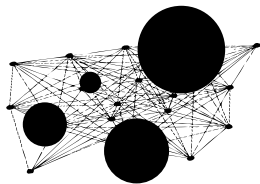
UFFS, eduardavs_@hotmail.com

Karine Grasel Zimmermann

UFFS, karinezimmermann@hotmail.com

A moradia estudantil é abordada neste trabalho como um território urbano que têm em sua formação práticas sócio-culturais e mobilização política, envolvendo a experiência coletiva como principal eixo estruturante. Diante disso, é considerada como um equipamento público, protagonista da vida universitária e do campus. No atual contexto, caracterizado pela expansão das instituições de ensino superior e a ampliação do acesso à universidade, se faz necessário intensificar a discussão acerca dos espaços universitários e dos instrumentos e políticas de permanência dos estudantes. Para isso, o artigo retoma a moradia estudantil como espaço fundamental para a consolidação da universidade. Após décadas de repressão ao espaço de mobilização estudantil, a moradia universitária ressurgiu, alimentando a discussão para além de uma política assistencialista que busca garantir o acesso e a permanência dos estudantes, demonstrando o seu potencial de integração com a cidade contemporânea, de fortalecimento da autonomia do estudante, da construção de identidades sociais e espaciais e de novas redes de sociabilidade. Nesse sentido, o presente artigo aborda reflexões e resultados de uma pesquisa que buscou contribuir com esta discussão, a partir da abordagem da arquitetura e do urbanismo, tendo como objetivo a elaboração de diretrizes projetuais que evidenciam o potencial da moradia estudantil como um equipamento público socializador, formador e integrador no espaço urbano.

Palavras Chave: Moradia estudantil; Espaço público; Integração urbana; Prática sócio-cultural; Identidade.



ST 6.10

Espaço, Identidade e Práticas
Sócio-Culturais (10)

25.maio
16h - 18h

ST 6.10 • 01

DESLOCAMENTOS ENTRE O DIREITO À CIDADE E A URBANIDADE CONTEMPORÂNEA: CRIANÇAS E SUAS CORPORALIDADES

Carolina Mesquita Clasen

PROGRAU/UFPEl, carolina.mescla@gmail.com

Eduardo Rocha

PROGRAU/UFPEL, amigodudu@yahoo.com.br

Partindo das produções teóricas de 1960 e 1970, a escrita percorre bases conceituais críticas ao modernismo. No contexto urbano da modernização retardatária em que estamos inseridos no Brasil, observa-se a repetição dos mesmos processos ainda em matrizes tecnocentristas. A apropriação urbana e sua transformação saltam dos urbanistas e buscam outras alturas para os olhos, outras perspectivas para serem ditadas. A ditadura antropocêntrica do cotidiano em seu positivismo vetor delimita o espaço público, e esta regra é aplicável para quase todos os espaços que a criança habita. Propondo a inversão do enunciado de uma experiência urbana que participa da formação da criança e transformá-lo, para que a criança faça parte da formação do que é público. Em um paradoxo niilista heterotópico, a pesquisa busca corpografar as corporalidades do urbanismo contemporâneo. Não é só sobre movimento, é sobre *mouvance*. Os processos experienciados por crianças demonstram descaminhos possíveis para emancipação, apropriação e invenção: aqui e agora, temporalidades contemporâneas.

Palavras Chave: Urbanismo contemporâneo; Contemporaneidade; Direito à cidade; Crianças; Cartografias urbanas.

ST 6.10 • 02

TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS ATRAVÉS DE USOS TEMPORÁRIOS E CULTURAIS NO RIO DE JANEIRO: UM PRIMEIRO ENSAIO

Claudia Seldin

PROURB/FAU-UFRJ e FAPERJ/CAPES, claudia-prourb@ufrj.br

Lilian Fessler Vaz

PROURB/FAU-UFRJ e CNPq, lilianfv@gmail.com

Neste artigo, desenvolvemos uma primeira abordagem sobre o tema dos usos temporários de caráter cultural no Rio de Janeiro, focando em áreas historicamente marginalizadas e carentes de equipamentos culturais tradicionais. Iniciamos nosso ensaio refletindo sobre os vazios urbanos, espaços residuais e intersticiais existentes na cidade e sobre a tendência atual de realização de operações urbanas no âmbito de megaeventos, como é o caso do Porto Maravilha. Apresentamos, então, um contraponto a esta forma de intervenção, mencionando novos tipos de apropriações espaciais que vêm sendo observadas em locais anteriormente projetados para outras funções, como é o caso de espaços livres e de lazer implantados sobre a infraestrutura viária. Apoiamo-nos no conceito de “espaços soltos” para defender a importância de locais que permitem este tipo de ocupação - que difere do propósito original, traz vida ao espaço urbano e, geralmente, surge como uma iniciativa de habitantes locais em resposta as suas reais necessidades. Para ilustrarmos nosso argumento sobre a importância de apropriações improvisadas e usos temporários, apresentamos dois estudos de caso distintos: o baile charme sob o Viaduto Negrão de Lima no bairro suburbano de Madureira e o Sitiê – um antigo lixão transformado em parque urbano na favela do Vidigal.

Palavras Chave: Cultura; Espaços Soltos; Favela; Usos Temporários; Rio de Janeiro.

ST 6.10 • 03

MAPA DOS SONS DO SERTÃO ALAGOANO: PERSPECTIVAS PRELIMINARES

Walcler de Lima Mendes Junior

UNIT, walclerjunior@hotmail.com

Juliana Michaello Macedo Dias

UFAL, jumichaello@yahoo.com.br

Apresentamos neste trabalho questões preliminares do projeto em finalização, “Mapa dos sons do sertão”, que mapeou a paisagem sonora do sertão alagoano dividido preliminarmente em (1) territórios naturais, como o bioma da caatinga, lajedos, serras, resquícios de mata nativa e (2) territórios transformados por ação, ocupação e presença humana, como fazendas, sítios, povoados e sedes dos municípios. O projeto operou na interseção de campos de saber distintos, propondo um diálogo interdisciplinar entre ecologia, antropologia, sociologia, etnomusicologia e acústica.

Palavras Chave: Mapa sonoro; Paisagem sonora; Territórios; Acusmática.

ST 6.10 • 04

A NECESSIDADE DE PASSAPORTES PARA A (RE)OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE, SEGURANÇA E GENTRIFICAÇÃO

Priscila Gonçalves Santos

Universidade Federal Fluminense, gs.priscila@gmail.com

A supremacia do consumo na sociedade contemporânea, a atual crise de representatividade política no Brasil, assim como a superação da população urbana frente à rural trazem a tona a discussão sobre o direito à cidade e estimulam um fetiche em torno do espaço público. É possível perceber que recentemente surgiram muitos movimentos de (re)ocupação do espaço público articulados sobre a forma de coletivos urbanos, isto é, grupos de pessoas que se mobilizam para realizar modestas intervenções nesse espaço à partir da cooperação e ajuda mútua. No entanto, o fato de serem muitas vezes organizados por um sujeito cujas habilidades sociais foram atrofiadas por um contexto histórico perverso, faz com que muitos desses coletivos reproduzam uma lógica que ratifica o preconceito, o medo, a segregação socioespacial e a cidade enquanto mercadoria. Estas ocupações pressupõem, em sua maioria, a apropriação de um conjunto de elementos identitários capaz de oferecer segurança a um determinado grupo social, estimulando a gentrificação do local. Este trabalho se propõe a analisar essas recentes ocupações como um retorno da classe média e alta ao espaço público e resgatar tanto o processo que culminou com a necessidade de passaporte para ocupação desses espaços quanto os desdobramentos das ações destes coletivos. Busca-se também ressaltar a pluralidade e complexidade de intenções e ações desses coletivos urbanos, como também a cidade e o espaço público como um espaço em disputa.

Palavras Chave: Espaço público; Ativismo urbano; Coletivos urbanos; Gentrificação.

ST 6.10 • 05

PRAÇA PRESIDENTE VARGAS: RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E ATORES SOCIAIS

Jozieli Camila Cardenal

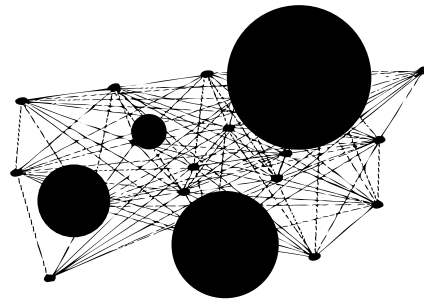
PPGDR/UTFPR, jozeliw@gmail.com

Hieda Maria Pagliosa Corona

PPGDR/UTFPR, hiedacorona@hotmail.com

A Praça Presidente Vargas, situada em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, é um espaço público constituído historicamente por relações sociais vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, a partir de experiências desencadeadas por atores sociais, entre elas a mobilização pela construção da Igreja Matriz e o movimento social de 1957 pela regularização da posse de terra na região. Diante disto, o presente estudo abordará o protagonismo de atores e grupos em acontecimentos de relevância histórica e social ocorridos no local, evidenciando a relação entre o sujeito e o espaço urbano.

Palavras Chave: Atores Sociais; Espaço Urbano; Praça Presidente Vargas; Pato Branco; Desenvolvimento.



ST 7

CIDADE E HISTÓRIA

Comitê Científico:

Flávia Brito do Nascimento (PPGAU/FAUUSP)

George Dantas (PPGAU/UFRN)

Renata Campello Cabral (MDU/UFPE)

ST7 - CIDADE E HISTÓRIA

TEMAS:

Relação entre cidade e história (produzida por campos diversos de conhecimento); produção de conhecimento historiográfico sobre história da urbanização e do urbanismo nas suas múltiplas temporalidades e espacialidades; o lugar do passado na cidade contemporânea (como resistência, identidade ou política pública).

O campo disciplinar da história urbana no Brasil tem longa tradição, fundada nos programas de pós-graduação e nos sucessivos encontros nacionais desde a década de 1980. Grupos e redes de pesquisas sistematizaram projetos e ações promovendo revisões bibliográficas e avanços epistemológicos. A importância das pesquisas sobre a história da urbanização e do urbanismo nas suas múltiplas possibilidades criou fóruns próprios, sem, contudo, distanciar-se do planejamento urbano. A partir desta tradição, a sessão temática ora proposta pretende congrega trabalhos que tratam das relações entre história e cidade, na autonomia do campo de pesquisas, mas também nos possíveis enfoques interdisciplinares. Pretende-se problematizar as fronteiras metodológicas das pesquisas na área, discutindo-se novas abordagens, novos problemas e novos objetos.

Nos debates sobre o espaço urbano na contemporaneidade, o direito à memória aparece com força no campo resistências e insurgências no cenário nacional. A experiência temporal na cidade é agente importante, congregador de identidades, articulações políticas e direitos.

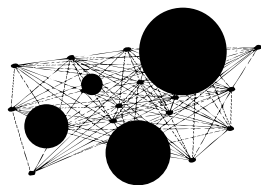
Vê-se o direito à cidade, longamente na agenda do planejamento urbano em face de situações de crise e de resistência, aproximar-se, uma vez mais, do direito à memória. A história no tecido urbano, bem como os usos do passado na atualidade vem sendo demandados como resistência cultural, articulando propostas de enraizamento, fruição e ambiente urbano na sua dimensão cultural. As preexistências históricas nas cidades brasileiras, seja como memória, seja como campo de conhecimento da história, seja como existência física para o presente e o futuro, estão na agenda de encontros possíveis com a produção de conhecimento e com as práticas do planejamento urbano.

ST 7.1 • 01

“O TURISMO SOBRE O PONTO DE VISTA URBANÍSTICO”: A PASSAGEM DE ALFRED AGACHE EM PETRÓPOLIS NO INÍCIO DOS ANOS 1940¹

André Barcelos Damasceno Daibert

Universidade Federal de Juiz de Fora, abddaibert@yahoo.com.br



ST 7.1

Agentes práticas e do Urbanismo e do Planejamento Urbano

22.maio

14h - 16h

O presente artigo pretende elucidar a pouco estudada passagem do urbanista Alfred Agache pelo interior fluminense no início da década de 1940. Além disso, este trabalho espera compreender como os temas Turismo e Planejamento Urbano se aproximam nesse período. Para tal, foram examinados os discursos proferidos pelo urbanista francês sobre o tema, através das proposições que ele e sua equipe elaboraram para a urbanização da cidade de Petrópolis (RJ). Tal levantamento foi realizado através de pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945). Independentemente de ter existido ou não um “Plano Agache” ou um “Plano Coimbra Bueno” para Petrópolis é notório que um conjunto de ideias debatidas para a sua elaboração através de projetos, croquis e de conferências, tomou corpo e, pelo menos em parte, foram implementadas através dos anos. Percebi que este conjunto de propostas e concepções alinhadas com outras ações empreendidas no período, ressaltaram a atividade turística da cidade que se tornou vigorosa com o passar dos anos. Por fim, acredito que o impasse ocorrido entre Agache e o CREA pode ser a resposta sobre os imprecisos dados sobre a atuação do urbanista francês no Brasil a partir de então, pois aparentemente ele esteve proibido, pelo menos por algum período, de assinar projetos no país. É possível que tal evento tenha silenciado a verdadeira atuação do urbanista no Brasil nas décadas posteriores.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; Turismo; Petrópolis; Estado Novo; Alfred Agache.

¹ Este trabalho é uma compilação de parte da tese de doutorado intitulada “Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ)” defendida em setembro de 2016 junto ao Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Fania Fridman (DAIBERT, 2016).

ST 7.1 • 02

O ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO DE CONTAGEM – EPUC

Floriana de Fátima Gaspar

*Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG
floriana.gaspa@gmail.com*

Luciane Mitraud Carvalho

Prefeitura Municipal de Contagem, lucianemcarvalho@gmail.com

O presente trabalho apresenta um resgate histórico de uma das ações de planejamento urbano promovida pelo Estado, no âmbito do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado - SNPLI, por meio do SERFHAU no final da década de 1960. Tal iniciativa foi apresentada com o objetivo de incentivar a cultura do planejamento nas administrações municipais e garantir que os recursos disponibilizados pelo governo federal, para o financiamento dos projetos, fossem aplicados a partir de critérios racionais. Foi neste contexto que foi criado em Contagem-MG o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem – EPUC em 1967. Apesar de sua curta existência, o EPUC produziu em Contagem uma ampla gama de diagnósticos, estudos, projetos estruturantes e legislação urbanística que resultou na mudança de cultura de planejamento do município e definiu os rumos da estruturação urbana do município, deixando um legado que foi aplicado por muitas décadas após a sua extinção. O resgate desse curto período da história do planejamento de Contagem busca contribuir para a reflexão sobre o papel do planejamento urbano, o alcance de suas ações e o seu caráter técnico e político no contexto social em que se insere.

Palavras Chave: Planejamento urbano; SERFHAU; EPUC; Contagem.

ST 7.1 • 03

ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR (EPUCS): UMA BUSCA PELO CONFORTO URBANO

Sanane Santos Sampaio

*Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,
sanane_sampaio@yahoo.com.br*

A partir de reflexões feitas por François Beguin no artigo “As maquinarias inglesas do conforto”, trazemos considerações a respeito do plano de desenvolvimento urbano elaborado pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) entre os anos 1942 e 1947. Beguin trata de pesquisas elaboradas no séc. XIX sobre o meio urbano industrial e como tais investigações teriam contribuído na formulação de ideias de cunho técnico- sanitarista que transformaram a maneira com que a cidade e o habitat foram sendo transformados e remodelados. Verificam-se aproximações entre as ponderações postas por Beguin sobre a cidade e o urbanismo do séc. XIX e ideias e propostas desenvolvidas pelo EPUCS para problemas de conforto urbano, saneamento e habitação, as quais foram feitas a partir de ampla pesquisa social, econômica, geográfica e ambiental sobre o meio urbano soteropolitano. Com isso, buscamos contribuir na compreensão da principal e mais rica experiência de planejamento urbano do séc. XX proposta para a capital baiana.

Palavras Chave: EPUCS; Salvador; Conforto; Sanitarismo; Habitat.

ST 7.1 • 04

PLANEJAMENTO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: POLOS, EIXOS E A REGIÃO DOS VETORES PRODUTIVOS

Jeferson Tavares*FIAM-FAAM Centro Universitário, Escola da Cidade, jctavares@gmail.com*

Esse texto filia-se ao campo do conhecimento da história do urbanismo ao buscar compreender as relações e as estruturas do processo de urbanização pela abordagem regional, ao longo do século XX. Dessa forma, o objetivo é apresentar como o planejamento regional praticado no Estado de São Paulo, ao longo dos anos 1910-1980, estruturou seu território pelos polos urbanos e pelos eixos rodoviários e contribuiu na formação de uma região privilegiada para o desenvolvimento, aqui denominada Região dos Vetores Produtivos. A partir desse caso, demonstraremos como, ao longo do século XX, a escala regional ganha força como disciplina de planejamento e como essa área de conhecimento verte-se (no pragmatismo das ações administrativas) em importante instrumento para garantir a continuidade de privilégios territoriais por meio das práticas planejadoras. Nossos objetos de estudo são as ações planejadoras estatais sobre o território paulista: os planos e projetos (urbanísticos e rodoviários) na escala urbana e regional; os programas e as políticas públicas de desenvolvimento que proporcionaram a recente interiorização da indústria; as reformas administrativas estaduais; as leis e os decretos nacionais e estaduais referentes à regionalização; e as obras de infraestrutura e de equipamentos sociais e coletivos de interesse público. A partir da análise dessas ações é possível identificar os principais diálogos com as matrizes nacionais e estrangeiras do planejamento e suas principais ressonâncias na organização territorial paulista. Pela identificação dos movimentos de concentração e dispersão da urbanização, o que se constata é a escolha pela qualificação de uma região privilegiada e a orientação do processo de urbanização pelas decisões locais setoriais (da atividade industrial). Para nossas análises, partimos da ideia de “rugosidade” de Milton Santos e construímos uma cartografia inédita apoiada nos preceitos kantianos para sobrepor, no tempo e no espaço, as ações planejadoras empreendidas no estado de São Paulo. A partir desse método foi possível comprovar as permanências de um modelo de planejamento regional que é, ao mesmo tempo, tributário, influenciador e representativo do padrão de desenvolvimento vigente no país, ao longo do século XX.

Palavras Chave: Planejamento Regional; Estado de São Paulo; Polos; Eixos; Região dos Vetores Produtivos.

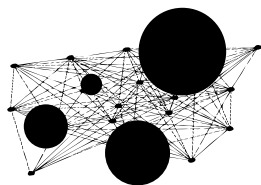
ST 7.1 • 05

A IMPORTÂNCIA DO CPEU PARA O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL: DA TEORIA À PRÁTICA

Felipe Rainho*IAU-USP, felipe_rainho@hotmail.com***Renato Anelli***IAU-USP, renato.anelli@usp.br*

A rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi certamente uma das principais questões sociais do país no século XX. Nesse período, em São Paulo, não apenas a capital, mas as cidades do interior começaram a se expandir rapidamente, dando início a formação de uma rede de cidades. O problema urbano torna-se uma questão a ser tratada, enquanto a ideia de planejamento é incorporada nas políticas públicas e por órgãos que se tornaram responsáveis pela elaboração de planos e propostas para as cidades, na qual destacam-se os Planos Diretores elaborados pelo CPEU (Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos), a partir dos anos 1950. Os profissionais ligados a essa instituição atuaram na assistência técnica às cidades do interior paulista, orientando a elaboração de planos e organizando o setor de planejamento no interior da estrutura administrativa. Com propostas influenciadas pelos ideais de Cidade-Jardim e o urbanismo norte-americano, os planos foram elaborados em oposição ao que estava sendo implementado na capital e revelam que, a despeito do que foi implantado, os planos tinham uma abordagem alternativa ao determinismo técnico da época.

Palavras Chave: CPEU; Planejamento Urbano; Plano Diretor.



ST 7.2

Cidades ex novo, cidades ex nihilo?

22.maio

16h - 18h

ST 7.2 • 01

ALPHAVILLE E O PLANEJAMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE SÃO PAULO

Carolina Pescatori

FAU-UnB, pescatori@unb.br

Qual é o papel das empresas urbanizadoras na produção histórica da cidade? Como elas operaram, quais foram suas práticas, estratégias e articulações para desenvolver e materializar projetos urbanísticos hoje consolidados? Qual foi o papel do Estado em relação à urbanização privada? Este artigo procura debater estas questões a partir da narrativa historiográfica da atuação da Construtora Albuquerque e Takaoka S.A., atual Alphaville Urbanismo S.A., no planejamento e construção do Centro Industrial e Empresarial Alphaville, localizado em Barueri, Região Metropolitana de São Paulo, um dos precursores do movimento de descentralização industrial da capital paulista. O Centro Industrial e Empresarial Alphaville foi apenas o início de uma longa e profícua trajetória de atuação da Construtora Albuquerque, Takaoka como empresa urbanizadora que perdura até os dias de hoje. Parte desta trajetória é objeto deste artigo, onde abordaremos os seguintes temas: 1) a questão fundiária das terras onde o Alphaville foi construído; 2) como foi definido o escopo do projeto do bairro, inicialmente pensado como um bairro residencial satélite e posteriormente como um centro industrial e empresarial; e 3) análise das relações do Alphaville com as diretrizes de descentralização colocadas pelo planejamento metropolitano de São Paulo desde a década de 1930.

Palavras Chave: Alphaville; Descentralização; História do planejamento; São Paulo.

ST 7.2 • 02

BRASIL: UM SÉCULO, CINCO CIDADES NOVAS ADMINISTRATIVAS

Ricardo Trevisan

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), prof.trevisan@gmail.com

Sylvia Ficher

FAU-UnB, sficher@unb.br

Frederico Maranhão de Mattos

FAU-UnB, maranhão.frederico@gmail.com

Descoberto em 1500, um vasto território que veio a ser conhecido por Brasil tornou-se um laboratório de urbanização. Da costa à hinterlândia, assentamentos foram um dos instrumentos adotados pelos portugueses para garantir sua posse. Os tempos coloniais viram o surgimento de alguns núcleos administrativos segundo planos regulares, como em João Pessoa (1585), São Luís (1612), Recife (1637) e Macapá (1738). No período imperial, de 1822 a 1889, Teresina (1852) e Aracaju (1855) foram implantadas sob as mesmas bases. Com a República em 1889, uma nova divisão do território foi adotada e tais vilas tornaram-se as capitais de estados. Desde então, quatro outras capitais de estado e uma federal foram construídas. De utopias a realidades, tais cidades exemplificam com perfeição os ideários urbanísticos em voga no ocidente. Belo Horizonte (1893-97), capital de Minas Gerais, recebeu do engenheiro Aarão Reis um plano compreendido por duas malhas ortogonais sobrepostas. Em Goiânia (1933-37), capital do estado de Goiás, o arquiteto Attilio Corrêa Lima adotou um desenho barroco, ordenado segundo um zoneamento Modernista, complementado com um setor traçado à maneira howardiana pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy. O centro cívico de Boa Vista (1944-46), projetado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, imprimiu um plano radio concêntrico para a capital do estado de Roraima.

Desenhada pelo arquiteto Lucio Costa, Brasília (1957-60) substituiu o Rio de Janeiro como capital federal, trazendo o urbanismo funcionalista e a arquitetura moderna para o ermo Planalto Central. Por fim, Palmas (1988-90), planejada pelo escritório GrupoQuatro, foi construída para sediar a capital do recém-criado estado do Tocantins, refletindo algumas características de Brasília. Tradição perpetuada ao longo de um século a serem interpretadas como rupturas a um passado a ser suplantado ou como direcionamentos de ocupação de novas fronteiras.

Palavras Chave: Cidades capitais brasileiras; Cidades Novas; Urbanismo; Século vinte.

ST 7.2 • 03

PALMAS, A ÚLTIMA CAPITAL PLANEJADA DO SÉCULO XX: RESGATE DE UMA PARTE DA HISTÓRIA DO URBANISMO BRASILEIRO POUCO CONHECIDA

Ana Beatriz Araujo Velasques

Universidade Federal do Tocantins, biavelasques@uft.edu.br

Vera Lucia Ferreira Motta Rezende

Universidade Federal Fluminense, vrezende1234@gmail.com

Antonio Avelardo Filgueira dos Santos Junior

Universidade Federal do Tocantins, antonio.filgueira@outlook.com

Como resultado do estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, este artigo traz os percursos teórico-metodológicos que subsidiaram o resgate e a divulgação da documentação relativa ao acervo da construção de Palmas, capital do estado do Tocantins, no final da década de 1980. Para além da recuperação de diferentes tipos de registros, o objetivo principal da pesquisa reside na tentativa de evocar a memória da cidade como um conceito fundamental, não apenas no sentido de entender a dinâmica de processos passados, mas principalmente, de buscar a sua individualidade, isto é, de que maneira Palmas sintetiza a relação entre o geral e o particular e constitui-se em uma das mais relevantes experiências do urbanismo brasileiro no século XX. Entretanto, esta condição é majoritariamente desconhecida do grande público, uma vez que tem se mantido à sombra de projetos de novas cidades capitais histórica e amplamente difundidos, como Goiânia e, sobretudo, Brasília. Pouco mais de duas décadas após a concepção do projeto de Palmas, é possível afirmar que seu acervo documental representa preciosa fonte primária, e sua difusão contribuirá para a produção do conhecimento e a (re)construção de parte importante da história do urbanismo.

Palavras Chave: Cidade; Memória; Urbanismo; Palmas.

ST 7.2 • 04

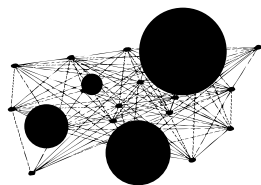
TRANSCENDÊNCIAS DA FORMA: O PROJETADO, O ESPONTÂNEO E O INDUZIDO EM BELO HORIZONTE

Patrícia Capanema Álvares Fernandes

KULEUVEN / UFMG, pcapanema@gmail.com

Há muito se fala sobre a nova capital de Minas Gerais, mesmo desde um século antes de sua inauguração. Desde que ainda era um sonho setecentista, até começar a tomar forma e ser vivida e descrita histórica e cotidianamente. Mais recentemente a cidade, e sua história, tem sido abordada por arquitetos, urbanistas, geógrafos, além dos historiadores, sob diversos ângulos. Em todas as reconstruções históricas, é impossível deixar de lado o plano de Aarão Reis, aquele que deu origem à cidade, sendo muitas vezes apontado como o culpado por todas as mazelas da cidade. O pouco que tem se falado sobre a forma da cidade projetada, ou seja, tanto o desenho que a precede quanto a materialidade resultante, se limita a breves descrições superficiais do plano para logo qualificar-lhe como falho, irreal, elitista. Diante disso, o presente artigo propõe uma reconstrução da história espacial de Belo Horizonte, que inclui seus precedentes, ou seja o Arraial do qual só restou o nome, seu projeto urbanístico e sua implementação. Ao contrapor o projetado, o induzido e o construído a pesquisa busca identificar momentos de transcendência da forma imaginada para a cidade e sob quais lógicas ela ocorre. O objeto será abordado através da combinação da documentação histórica com cartografia descritiva e interpretativa abordado como um palimpsesto, não somente de diferentes temporalidades materiais mas também da justaposição de subjetividades.

Palavras Chave: Forma urbana; História urbana; Espacialidade; Transcendência; Belo Horizonte.



ST 7.3

Patrimônio em gestão: memória,
planejamento e usos do passado

23.maio
14h - 16h

ST 7.3 • 01

O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA “CIDADE-MODELO” DE CURITIBA

Taís Silva Rocha D’Angelis

Universidade Federal do Rio de Janeiro, taisdangelis@hotmail.com

Maria Cristina Cabral Nascentes

*Universidade Federal do Rio de Janeiro,
mariacristinacabral3@gmail.com*

O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação que analisa a estratégia de preservação dos bens arquitetônicos de Curitiba e o vínculo desta ao projeto de “cidade-modelo”, desenvolvido a partir da década de 1970 e persistido por cerca de quatro décadas. O objetivo é compreender a construção da noção de patrimônio em Curitiba, através da identificação dos conceitos e valores que guiaram este processo para que se possa contribuir socialmente para reflexão dos futuros processos de reconhecimento do patrimônio e para a resistência às iniciativas com fins unicamente econômicos. A hipótese levantada é que as estratégias patrimoniais desenvolvidas, entre os anos de 1970 e 2010, caracterizaram-se como instrumento fundamental na construção da imagem da “cidade-modelo” de Curitiba. A verificação dessa hipótese consiste na análise dos referenciais internacionais e nacionais que construíram as noções de patrimônio que incidem sobre as escalas locais, influenciando a prática da preservação das cidades. O estudo da implementação destes padrões globais em Curitiba é desenvolvido através da análise das legislações e práticas que compuseram a estratégia patrimonial com enfoque nas décadas de 1970 e 1990, que concentram as principais intervenções patrimoniais e do projeto de cidade desenvolvido. Assim, este artigo aborda a criação do Setor Histórico de Curitiba como importante instrumento do projeto de “cidade-modelo”.

Palavras Chave: Curitiba; “Cidade-modelo”; Imagem da cidade; Política patrimonial.

ST 7.3 • 02

OS PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (PCH, MONUMENTA E PAC-CH) E A ESFERA MUNICIPAL: APROXIMAÇÕES EM OURO PRETO

Bárbara Helena Almeida Carmo

*Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP – São Carlos,
barbarahac@usp.br*

Este estudo busca fazer aproximações de três programas federais de preservação do patrimônio cultural: o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), que se iniciou em 1973, durante a Ditadura civil-militar (1964-1985) e permaneceu até 1983; o Programa Monumenta, que se oficializou em 1999 e perdurou por cerca de dez anos; e o PAC - Cidades Históricas (PAC-CH), lançado oficialmente em 2013, que persiste até os dias de hoje, com as repercussões dos mesmos na estrutura da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Apesar das discontinuidades temporais e dos diferentes contextos políticos em que os três programas são efetivados, além do entendimento dos objetos de intervenção para além do monumento, se mantém dentre as concepções desses três programas a abrangência ao território nacional e o diálogo entre as diferentes instâncias de governo, tendo o IPHAN como eixo estruturante. As repercussões das ideias e práticas estabelecidas pelos três programas federais na esfera municipal são estudadas através da análise da legislação disponibilizada pela Câmara Municipal. O artigo visa entender o momento histórico de criação da estrutura institucional no município para preservar o patrimônio de Ouro Preto e relacionar o contexto nacional com o contexto de criação e consolidação da Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano na cidade. Esta pode ser considerada uma iniciativa pioneira no sentido de viabilizar conexões entre a preservação do patrimônio e planejamento urbano.

Palavras Chave: PHC; Programa Monumenta; PAC-CH; Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Patrimônio cultural.

ST 7.3 • 03

PATRIMÔNIO CULTURAL E PLANEJAMENTO URBANO: REFLEXÕES SOBRE INTERVENÇÕES INTEGRADAS NO CENTRO DE SÃO PAULO 1989-1992

Thales Marreti

Mestrando FAU-USP, thales.marreti@gmail.com

Ao longo da década de 1980 pode ser observada a incorporação de novos conceitos e práticas de atuação em relação ao patrimônio cultural no Brasil. Com o alargamento do antigo conceito de monumento histórico, restrito a grandes obras edificadas e consideradas de excepcional valor histórico e artístico, nos últimos anos se opera com uma significação mais abrangente: patrimônio cultural urbano. Esta concepção de patrimônio possibilitou uma aproximação entre os campos da preservação, junto com seus órgãos responsáveis, e o do planejamento urbano. O presente artigo tem como objetivo uma reflexão sucinta de alguns processos e projetos que buscaram aliar intervenções urbana às questões patrimoniais na cidade de São Paulo. Foram identificadas propostas de projetos de intervenção no centro da cidade durante a gestão de Luiza Erundina na prefeitura, que buscavam justamente conciliar a questão patrimonial com o planejamento urbano. O projeto de restauro do Palácio das Indústrias; o Projeto Eixo Sé-Arouche; a Operação Urbana do Vale do Anhangabaú e o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, foram sobretudo planos e obras que compartilharam uma visão política de cidade porém operalizaram-na a partir de diferentes processos e instrumentos.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Patrimônio cultural; Direito à memória; Cidadania cultural; São Paulo.

ST 7.3 • 04

SÃO LUIZ DO PARAITINGA: SOBRE O IMAGINÁRIO FUNDACIONAL E SUAS PROJEÇÕES

Renata Rendelucci Allucci

Posurb-PUC Campinas, renata.ra@puccampinas.edu.br

Maria Cristina da Silva Schicchi

Posurb-PUC Campinas, cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

A partir da compreensão das histórias da fundação, da urbanização e dos patrimônios culturais da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, percebemos como o encadeamento de certos acontecimentos vão formando um arcabouço que, posteriormente, será apropriado com propósitos diversos pelos estudos acadêmicos, pelas políticas públicas e por alguns grupos sociais constituídos por moradores.

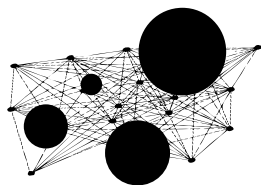
Alicerçados pela tradição, o patrimônio arquitetônico e o traçado urbano dessa cidade encontram na história – no tempo e no espaço – delimitadores que asseguram sua permanência e validam sua continuidade, legitimados não apenas pelo instrumento do tombamento como também pelos discursos de seus governantes e por parte de seus 10.000 habitantes.

Um fato incomum, a enchente ocorrida em 2010, trouxe à tona reflexões sobre a utilização da memória para reconstruir física e moralmente a cidade e sobre como essa reconstrução pretendeu manter a identidade conquistada, muitas vezes como forma de resistência.

A intenção revelada de deter o tempo no lugar suscita questionamentos sobre os usos do passado; para isso, novamente, são invocadas a tradição e a memória, em um circuito que, em processo, auxilia e serve como estratégia para afirmação da associação entre tempo, tradição e história.

Para compreender o que aqui se propõe, foi adotado o método histórico-analítico, com coleta de informações em fontes primárias (processos de tombamento, documentos do município) e levantamento de campo fotográfico. Outras informações foram pesquisadas na bibliografia sobre a cidade e em estudos técnicos anteriores, além da leitura de autores que tratam dos temas aqui propostos.

Palavras Chave: São Luiz do Paraitinga; História urbana; Gestão urbana.



ST 7.4

Produção residencial urbana: memória, segregação e controle

23.maio

16h - 18h

ST 7.4 • 01

DESAFIOS DA VILA ITORORÓ: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA METRÓPOLE PAULISTANA

Ana Castro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, anacvcastro@usp.br

Sarah Feldman

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, sarahfel@sc.usp.br

A Vila Itororó – um conjunto composto por um palacete eclético de quatro andares adornado por 18 colunas, renques de casas assobradadas, uma área de lazer com piscina, foi construído no início do século 20 em São Paulo, a meio caminho entre a colina histórica e o espigão da Avenida Paulista. Obra concebida e realizada por Francisco de Castro, filho de imigrantes portugueses, ex-caixeiro viajante e comerciante de relativo sucesso que se insere nos negócios imobiliários num momento crucial da modernização da capital, o conjunto combina sua capacidade criativa, visionária e o desejo de expor seu status social compatível com sua ascensão financeira à possibilidade de auferir renda através do aluguel de moradias. A Vila foi tombada em 2005, após um longo processo que se iniciou nos anos 1970 com o projeto de sua transformação em um centro cultural de uso público e culminou com a sua desapropriação pelo Governo do Estado em 2006 e a retirada de seus últimos moradores em 2013. Este texto recupera as motivações e os agentes envolvidos neste largo processo, de modo a iluminar os movimentos que fizeram da Vila Itororó uma área de interesse para o patrimônio em São Paulo e os embates e as contradições de seu tombamento que levaram à negação de sua história como espaço emblemático de práticas de moradia de aluguel. Busca-se aqui contribuir para a discussão sobre os sentidos da história e da memória nas estratégias de preservação na metrópole paulistana.

Palavras Chave: Vila Itororó; Patrimônio; Memória; Metrópole; São Paulo.

ST 7.4 • 02

O CONTROLE DA CIDADE? NOTAS SOBRE A GÊNESE DA GESTÃO URBANA DAS CONSTRUÇÕES PARTICULARES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1828-1930

Luciana Alem Gennari

FEN/UERJ, lagennari@gmail.com

A orientação das obras públicas e particulares é por lei de responsabilidade do município desde pelo menos 1828. Em meados do século XIX ocorre uma transição na maneira de se produzir o espaço urbano carioca, que coincide com novos arranjos sociais e o desejo de se moldar a cidade aos interesses do grande circuito internacional do capital. O empoderamento municipal no período da Primeira República pode ser entendido como fruto de um liberalismo excessivo e o atual aparato burocrático de controle das cidades tem sua gênese nesse período de disputa pela autonomia dos governos locais como instância decisória das políticas urbanas.

Palavras Chave: Rio de Janeiro (cidade); História Urbana; Gestão Pública; Obras Particulares.

ST 7.4 • 03

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DELIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE ÁREAS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA EM PORTO ALEGRE

Cleandro Krause

IPPUR/UFRJ, cleandrokrause@uol.com.br

Fania Fridman

IPPUR/UFRJ, fania.fridman@gmail.com

O artigo dedica-se ao tema da segregação residencial em Porto Alegre no período de continuidade administrativa do final do século XIX a meados do século XX, quando a responsabilidade pela provisão de serviços recaía majoritariamente sobre a municipalidade. Entre as ações da municipalidade com potencial de gerar segregação, enfatizamos as delimitações administrativas (distritos e limites urbanos, suburbanos e rurais) e de áreas de intervenção urbanística (projetos de melhoramentos, planos gerais e parciais, e zoneamento, lato sensu). Às delimitações espaciais articulamos ações concorrentes promovidas por meio de instrumentos tributários, normas edilícias e de parcelamento, e condições de acesso aos serviços domiciliares. Verificamos que as delimitações espaciais foram eficazes em dispor desigualmente os meios que viabilizaram a produção e a reprodução das classes sociais, seja separando distritos em que se manifestava uma crescente diferenciação da estrutura socioespacial, seja tratando de maneira distinta as áreas incluídas ou excluídas dos limites do zoneamento e das intervenções físicas. Concluímos pela necessidade de contrapor a noções consagradas e neutras como as de um zoneamento “natural” ou “espontâneo”, a explicação de configurações setoriais características como resultante da ação de forças econômicas, políticas e ideológicas que as determinaram.

Palavras Chave: Segregação residencial; Melhoramentos urbanos; Zoneamento; Plano diretor; Porto Alegre.

ST 7.4 • 04

UMA VILA DE HISTÓRIAS

Gabriela Carolina Dreyer Rambo

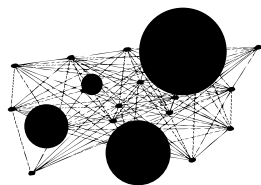
Universidade do Estado de Santa Catarina, gabiirambo@gmail.com

Renata Rogowski Pozzo

Universidade do Estado de Santa Catarina, sul.renate@gmail.com

O artigo investiga a produção habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) na cidade de Laguna-SC, ocorrida nos primeiros anos da década de 1950. A cidade apresenta um dos 19 conjuntos construídos pelo Instituto entre os anos 1930 e 1960, conhecido como Vila Operária do IAPETC, ou Vila Operária do Magalhães. O objetivo central é identificar os traços originais da arquitetura do conjunto, composto por 34 casas, em contraponto com as modificações realizadas pelos moradores ao longo do tempo. Interpretamos estas modificações como uma reação às deficiências do projeto e, sobretudo, como expressão da cultura, da identidade e do ciclo de vida (econômico e parental) da família. Como pano de fundo, analisamos os aspectos históricos do investimento do Instituto em habitação e a linguagem arquitetônica da moradia operária brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Palavras Chave: Vila Operária; IAPETC; Laguna-SC.



ST 7.5

Cidade em narrativa: vida urbana e práticas culturais

24.maio

14h - 16h

ST 7.5 • 01

A CIDADE DO NATAL/RN (BRASIL) NA II GUERRA MUNDIAL

Giovana Paiva de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Arquitetura, giovanaufrn@gmail.com

Durante a II Guerra Mundial em Natal/RN (Brasil), as crônicas publicadas na imprensa local manifestavam expectativas de progresso e modernidade, festejando as novidades e a prosperidade (abrigos antiaéreos, treinamentos de defesa e exercícios de blackout). Sua intensidade foi sentida ao revelarem um sentimento de incerteza pelo que se estava construindo. Os discursos continuaram balizando-se pelo progresso e modernidade, ao mesmo tempo em que os escritos sobre a cidade parecem esconder as dificuldades vividas, as mudanças no quadro social, o aumento populacional e o descontrole do crescimento urbano. O foco teórico privilegiará a questão do esquecimento, que marcou a historiografia e a memorialística de Natal, tendo em vista a recorrente ideia de que a cidade viveu um momento glorioso e sem precedente na sua história, ao qual foi associado um sentimento de perda de alguma coisa que, provavelmente, nunca teve.

Palavras Chave: Memória das cidades; Segunda Guerra Mundial; Cidade do Natal.

ST 7.5 • 02

HISTÓRIAS DO PROGRESSO DE SÃO PAULO: CULTURA URBANA ATRAVÉS DA OBRA DE ADONIRAN BARBOSA

Yara Boscolo Bragatto

mestranda IAU-USP, yarabragatto@gmail.com

Dentro de uma metrópole dos anos 1950 como São Paulo coexistem diversas situações urbanas e manifestações culturais e habitá-la implica ao ser humano diversos comportamentos específicos e a adesão a significados que são exclusivos das grandes cidades. Ao analisar o desenvolvimento de São Paulo e quais caminhos foram trilhados para que a “locomotiva do país” adquirisse tal fama é possível constatar que tal fenômeno urbano paulistano e nacional não se deu de maneira homogênea. Dentro dessa diversidade e contrariando o discurso ufanista de sua época surge a figura de Adoniran Barbosa, um boêmio convicto, que em suas caminhadas pela cidade encontrava inspiração para fazer suas canções que viriam a se tornar símbolo de São Paulo e alcançariam grande apelo popular. A cidade que Adoniran narrava nas suas canções enfrentava problemas, e que nem sempre eram vivenciados pelo artista diretamente, mas a sua relação com os habitantes da capital paulista era tão sensível que ele era capaz de enxergar com outros olhares uma cidade largamente estudada e analisada, tendo como sonoridade um estilo de narrativa afinada com as vozes daqueles que faziam parte do cenário exaustivamente estudado, mas que dificilmente eram enxergados ou ouvidos.

Palavras Chave: São Paulo; Adoniran Barbosa; História Cultural; Metrópole.

ST 7.5 • 03

ÓCIO E LAZER EM SÃO PAULO DA BELLE ÉPOQUE. A VILEGIATURA MARÍTIMA E A INVENÇÃO DO GUARUJÁ ENQUANTO BALNEÁRIO DA METRÓPOLE (1890-1915)

Carlos Eduardo Collet Marino

FAUUSP, carlos.marino@usp.br

O presente artigo aborda a invenção e constituição da Vila Balneária do Guarujá em fins do século XIX, evidenciando o estreito vínculo entre a expansão territorial paulista e o avanços tecnológicos, o desejo pela diversificação de investimentos de parte da elite cafeeira e, sobretudo, o avanço de novas práticas sociais. Elevando o lazer à posição de centralidade no processo de expansão urbana, a vila balneária construída na Ilha de Santo Amaro, ao longo dos primeiros 20 anos de sua existência, pode contribuir para a compreensão da complexidade inerente ao processo de urbanização do território paulista.

A ênfase no modo como as práticas culturais se relacionam dialeticamente com o processo de urbanização se constitui como chave interpretativa para a leitura do empreendimento e é a partir dessa relação de interdependência que se estudarão os discursos que embasam a conformação da vila, presentes em sua arquitetura e urbanismo. São ressaltados dessa forma aspectos que buscam reconstruir o universo constituinte e constituidor desse novo invento, fundamentalmente por meio de uma sistematização e correlação de notícias trazidas em periódicos ou relatos do período em análise. Assim ganham relevância o poder atribuído às águas e a conformação de um território organizado e controlado em torno dos prazeres do homem.

Palavras Chave: Metropolização; Lazer; Vilegiatura; Balneário; São Paulo.

ST 7.5 • 04

UMA BREVE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA LITERATURA: REPRESENTAÇÕES E NOVOS ESPAÇOS

Claudia Seldin

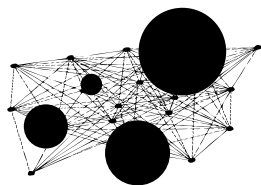
PROURB/FAU-UFRJ e FAPERJ/CAPES, claudia-prourb@ufrj.br

Gabriella Ledo

IE/UFRJ, glnaa@yahoo.com.br

Em nossa pesquisa propomos uma breve investigação da história urbana carioca através da literatura, considerando duas vertentes principais de análise: as obras literárias propriamente ditas – como representações simbólicas e históricas das diversas transformações ocorridas no Rio de Janeiro ao longo dos tempos; e os espaços contemporâneos voltados para a literatura – como locais materiais da sua produção, troca e consumo. Iniciamos falando sobre a relação entre história, cidade e literatura, ressaltando a importância desta modalidade artística como instrumento para decifrar e interpretar o espaço urbano. Em seguida, mencionamos uma série de obras de ficção e não-ficção que nos ajudam a pontuar diferentes marcos históricos cariocas, provando que esta cidade sempre foi caracterizada por grandes contrastes de ordem urbana, econômica, social e cultural. Tocamos no estigma da “cidade partida” e nas tentativas de superação do mesmo, tratando de novos livros produzidos em recortes historicamente marginalizados da cidade, como favelas. Por fim, apresentamos alguns estudos de caso de novos espaços literários que constituem alternativas aos equipamentos culturais tradicionais: bibliotecas comunitárias, livrarias itinerantes e festivais, entre outros. Com foco específico nas periferias cariocas, estes espaços de literatura, por vezes temporários e inusitados, representam a real criatividade da população para lidar com políticas culturais ineficientes.

Palavras Chave: Cidade Partida; Estigma; Literatura Carioca; Periferia; Usos Improvisados.



ST 7.6

Teoria e utopias urbanas

24.maio

16h - 18h

ST 7.6 • 01

HISTÓRIAS URBANAS A CONTRAPELO

Ronaldo Brillhante

EAU UFF, rbrilhante@icloud.com

A partir de uma crítica aos conhecimentos parcelares realizados sobre as cidades Henri Lefèbvre convoca-nos a refletir sobre o porvir de outro modo de conhecer o urbano. Sua reflexão orienta o percurso definido nesta pesquisa, que propõe uma ligação entre campos disciplinares diversos.

Este estudo é desenvolvido com o objetivo de se delinear um procedimento de ensino e pesquisa dedicado a apre(e)nder o ambiente urbano por intermédio de relações históricas nele constituídos, tendo como mote principal a formação de relações dialógicas estabelecidas entre educandos e educadores. A fundamentação teórico-metodológica proposta tem como referencial as perspectivas de Henri Lefèbvre, Paulo Freire e Walter Benjamin.

Reside aqui o convite ao entendimento de uma maior interação entre indivíduos, grupos e os ambientes nos quais se dão suas experiências. O que se busca é uma maneira de educar e agir mais respeitosa sobre o espaço urbano.

Palavras Chave: Urbanização; Pesquisa e ensino; Memória e lembrança; Dialogismo; Relações entrecruzadas: histórias urbanas.

ST 7.6 • 02

MOVIMENTO LIBERTÁRIO EM BARCELONA, O LADO INVISÍVEL

Léa Guimarães Souki

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, lgsouki@gmail.com

O propósito deste artigo é analisar o legado da cultura anarquista e libertária em Barcelona no século XXI. A admiração que a tradição libertária barcelonesa vem despertando em parte dos jovens brasileiros próximos ao anarquismo, hoje em crescimento nos movimentos sociais urbanos nas maiores cidades do Brasil, fez despertar o interesse pelo tema. Sem pretender explicar todos os ingredientes e as profundas raízes históricas dessa tradição, o texto trará um breve recorrido aos primórdios da “Barcelona rebelde”, à afirmação de uma ordem laica através do anarco-sindicalismo e do pensamento racionalista presentes na cidade desde o século XIX. O projeto republicano, do qual fazia parte o anarco-sindicalismo, de apropriação e resignificação do espaço urbano, se fazia através da presença da CNT nas ruas, das lutas nas barricadas e da “ação direta” e “redes de afinidades” nos bairros barceloneses. Também serão tratadas a maneira e as formas como a cidade hoje vive seu passado ácrata e as novas manifestações da cultura libertária. Finalmente será examinado o caso das Cooperativas de Sants, que se auto-reconhecem como anarquistas.

Palavras Chave: Barcelona; Legado libertário; Espaço urbano.

ST 7.6 • 03

NOVAS-VELHAS QUESTÕES? [RE]VISITANDO AS TEORIAS DE JOHN F. C. TURNER SOBRE A “CIDADE INFORMAL” NO BRASIL

José Huapaya Espinoza

FAUFBA, jhuapayae@gmail.com

Leticia Grappi

FAUFBA, lgrappi@hotmail.com

Nos últimos cinco anos vem sendo produzido um conjunto significativo de pesquisas que tentam resgatar, reavaliar e reinterpretar a pertinência atual das teorias do arquiteto inglês John F. C. Turner desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970. A proposta deste artigo busca um triplo objetivo. No primeiro, interessa-nos analisar os aportes de Turner para o debate sobre a “cidade informal” a partir de uma série de textos publicados por ele entre 1963 e 1976; no segundo tentamos reconstituir e entender as eventuais repercussões do ideário *turneriano* no Brasil durante sua visita ao país em 1968; e finalmente, no terceiro objetivo, centramo-nos nas posteriores ressonâncias de Turner no Brasil a partir dos aportes de Carlos Nelson e; mais recentemente, na escala latino-americana, nos projetos para habitação popular elaborados pelo escritório Elementar. A [re]visão das teorias de John Turner iniciadas há 50 anos atrás mostram-se ainda vigentes no que tange ao problema da habitação social; ao conceito de moradia vinculado não só a equipamento urbano, mas, também, ao melhor desenvolvimento das atividades dos moradores; à necessidade dos processos participativos da sociedade e ao olhar sobre as potencialidades da cidade informal.

Palavras Chave: John Turner; Cidade informal; Habitação social; Brasil.

ST 7.6 • 04

SOCIALISMO ROMÂNTICO E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fania Fridman

IPPUR/UFRJ, fania@ippur.ufrj.br

O artigo trata das ideias socialistas que circulavam no Rio de Janeiro entre o segundo e terceiro quartéis do século XIX e seus impactos nos projetos urbanos. Inicia com a história da palavra socialismo nos continentes europeu e americano a partir do Setecentos - quando significou uma sociedade baseada na propriedade comum dos bens; estado de paz nas adversidades e modernidade - até o enunciado anticapitalista do socialismo romântico desde as primeiras décadas do século XIX. A crítica romântica ou utópica condenando as grandes capitais, pregava o socialismo que realizaria o cristianismo ou a cidade republicana cuja organização estaria baseada na indústria, nas ferrovias e na livre associação dos trabalhadores. São examinadas as propostas dos socialistas românticos para o Rio de Janeiro através de periódicos, livros e de normas sugeridas pelos vereadores, entre os quais Manuel de Araújo Porto Alegre cuja atuação deve ser apontada. A luta contra a escravidão foi acompanhada por demandas de descanso aos domingos, igualdade das mulheres, sociedades de auxílio mútuo, homeopatia em favor dos despossuídos, higiene pública e de progresso. Às proposições socialistas acompanhava o plano de conjunto inaugurando a perspectiva de harmonizar o território.

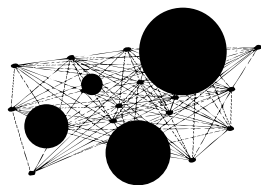
Palavras Chave: Socialismo romântico; Plano; Rio de Janeiro; Posturas; Século XIX.

ST 7.7 • 01

A (RE)INVENÇÃO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA: O CASO DE SÃO FÉLIX DO XINGU/ PARÁ

Marcos Felipe Sudré Saidler

Escola de Arquitetura/UFMG, sudre@ufmg.br



ST 7.7

Produção do espaço: segregação,
periferização e novas fronteiras

25.maio

14h - 16h

O artigo discute o avanço da fronteira econômica na Amazônia brasileira, tendo como estudo de caso o município de São Félix do Xingu, antiga vila ribeirinha no sudeste do Pará. A partir de pesquisa de base documental, propõe-se compreender o papel das trajetórias sociais que conformam a realidade urbana local, suas disjunções e impactos na produção do espaço. São analisados textos originados da imprensa nacional e entrevistas realizadas em trabalhos de campo, os quais fornecem subsídios para a reconstrução histórica da região e o debate teórico sobre o lugar da Amazônia como fronteira do capitalismo contemporâneo. A discussão levanta a necessidade de repensar a inserção do espaço amazônico no contexto global e de prospectar formas alternativas de organização territorial, sugerindo que a potencialidade local resida nas trajetórias que têm sido historicamente ocultadas pelo avanço da fronteira.

Palavras Chave: Fronteira econômica; Urbanização amazônica; Cidade ribeirinha; Trajetórias sociais.

ST 7.7 • 02

ECONOMIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PRECÁRIO: UM OLHAR PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS

Roberto Fontes de Souza
FAUUSP, robertofontes@usp.br

Este trabalho busca investigar de que forma as mudanças nos modelos de acumulação de capital afetaram a produção do espaço urbano precário e segregado na cidade de Manaus ao longo de sua história. Interessa recuperar as raízes do processo da ocupação flutuante e palafítica na região central da cidade. Destaco ao longo do texto o papel das redes de infraestrutura como objeto extemporâneo, entendido ora como elemento de projeção de poder político, ora como vetor de reprodução do capital e construção de uma imagem de cidade exclusiva. Busco uma reflexão sobre onde pousam as bases históricas do modelo urbano e das tipologias da exclusão atual em Manaus, que dê lastro a uma posterior análise das rotinas de intervenção nos assentamentos precários da cidade.

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho é parte de dissertação de mestrado em desenvolvimento na FAUUSP. Foram pressupostos no levantamento destas referências os temas do desenvolvimento urbano da cidade de Manaus e região norte do território nacional, de forma a contribuir para a produção de conhecimento sobre o tema da urbanização em áreas alagadas da região amazônica, matéria que revela aspectos e desafios próprios, complementares ao conhecimento crítico sobre a urbanização de favelas em produção.

Palavras Chave: Precariedade; Manaus; Palafitas; Amazônia.

ST 7.7 • 03

ENTRE LARANJA E GENTE: NOTAS PRELIMINARES SOBRE URBANIZAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

Lúcia Silva
UFRRJ, lrentesilval@gmail.com

O município de Nova Iguaçu ocupou o que atualmente denomina-se de Baixada Fluminense, isto é, seu território compreendia Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti; tinha sua sede na cidade de Nova Iguaçu, antiga maxambomba, estação da Central do Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1940 o município foi o maior produtor de laranja do estado. Neste cenário ocorreu o processo de ocupação urbana nas franjas do município de características rurais. O padrão de ocupação estabelecido naquele primeiro momento permitiria mais tarde que toda a região pudesse ser incorporada à cidade do Rio de Janeiro como periferia.

Palavras Chave: Baixada Fluminense; Urbanização; Periferia; História.

ST 7.7 • 04

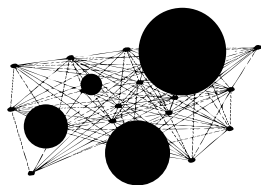
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ: A METROPOLIZAÇÃO VISTA DA PERIFERIA

Jayne Nunes

FAU-USP, jayne.nunes.santos@usp.br

O município de Mauá, localizado no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e parte do chamado ABC paulista, tem como uma de suas características principais uma ocupação aparentemente desordenada. Fruto do crescimento industrial e do processo de metropolização que tem início na década de 1940, essa ocupação tomou forma e se consolidou nas décadas seguintes. Esse artigo busca lançar luz na constituição desse território, tomando como ponto inicial o ano de 1938, início do processo de emancipação das cidades do ABC – quando a sede do município se transfere de São Bernardo do Campo para Santo André, de modo a compreender a estruturação fundiária de Mauá na sua relação com os processos sociais de constituição da região do ABC e da própria metrópole. Como parte de uma pesquisa que pretende precisar dinâmicas que contribuíram para o crescimento da metrópole, e partindo da premissa de que a instalação de indústrias na região foi uma grande indutora da ocupação, busca-se estabelecer as relações entre o território em análise e essas dinâmicas metropolitanas. A intenção é reunir um conjunto de materiais que permitam entender de maneira específica a formação de Mauá, uma parte do ABC paulista ainda pouco estudada. Apresentam-se aqui os primeiros dados da pesquisa, o levantamento dos lotes na cidade a partir de 1920 em relação aos dados do IBGE, e as primeiras conclusões e questionamentos para a continuidade da pesquisa, que contribuem para pensar a identidade e a memória da periferia.

Palavras Chave: Urbanização; Metropolização; História da Cidade; Mauá.



ST 7.8

Território em (trans)formação: natureza, planejamento e paisagem

25.maio

16h - 18h

ST 7.8 • 01

A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL E AS PAISAGENS INDUSTRIAIS DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO SÍMBOLOS DO PATRIMÔNIO DA MOBILIDADE NO BRASIL

Taís Schiavon

Universidade de Évora, Évora Portugal. taischiavon@hotmail.com

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pode ser caracterizada como exemplo da internacionalização de empresas por meio de investimentos e projetos nacionais e franco-belgas, responsáveis pelo desenvolvimento de parte da região Oeste do Estado de São Paulo. Território desconhecido, a porção Oeste do Estado de São Paulo, vê sua expansão no decorrer do século XX como parte das estratégias em torno de conexões territoriais nacionais e internacionais entre as regiões “desconhecidas e selvagens” e as demais porções territoriais do país pelo sistema ferroviário de transportes, aliado a consequente dispersão de atividades industriais ao vetor oeste. Um cenário que enfrenta novas transformações nos anos 60, onde o modelo rodoviário de transportes altera parte do cenário econômico e espacial criado inicialmente pelo sistema ferroviário de transportes. Tendo como ambiente de análise as principais cidades “Boca de Sertão”, os resultados obtidos possibilitam a criação de novos veios de interpretação aos dados históricos e as possíveis aplicações em projetos e planejamento urbano das cidades do Oeste Paulista, um cenário dinâmico que em menos de meio século foi capaz de descrever o patrimônio da mobilidade como um museu aberto.

Palavras Chave: Patrimônio Industrial; Ferrovias; Território; Patrimônio da Mobilidade no Brasil; Cidades “Boca de Sertão”.

ST 7.8 • 02

ALEGORIAS DO TEMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DO PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Galera

Universidade Federal de Minas Gerais, izabella.galera@gmail.com

Paula M. Brasil Garcia

*Universidade Federal de Minas Gerais,
paulabrasilgarcia@yahoo.com.br*

O espaço público desempenha um papel determinante no ambiente construído, estabelecendo-se como uma afirmação democrática do equilíbrio entre a dimensão pública e a privada na cidade. Sua importância no contexto da sociedade contemporânea extravasa a função de identidade simbólica, oferecendo um território para as manifestações coletivas, tanto como um espaço para expressão individual como um palco aberto para a vida da comunidade. Com a notável expansão urbana na qual vivemos, constantemente, nos grandes centros, surgem as questões: como estes parques urbanos sobrevivem em meio à cidade contemporânea e como estão sendo apropriados? As mudanças que incidem na cidade contemporânea geram uma nova atitude na compreensão dos espaços públicos. A transformação na estrutura econômica e social, além das mudanças espaciais, faz com que surjam novas territorialidades, trazendo muitas vezes conflitos entre os atores institucionais e os cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado, político, ideológico, social e ambiental. Com este trabalho, pretende-se analisar o conceito de paisagem e de parque urbano, buscando entender como o Parque Américo Renné Gianetti, em Belo Horizonte vêm sobrevivendo em meio às novas demandas das metrópoles e por consequência como sua paisagem vai se transformando.

Palavras Chave: Paisagem; Parques Urbanos; Espaços Livres; Uso Público.

ST 7.8 • 03

O RIO JAGUARIBE E A HISTÓRIA URBANA DE JOÃO PESSOA / PB: DA HARMONIA AO CONFLITO

Marília de Azevedo Dieb

mariliadieb@hotmail.com

Paula Dieb Martins

pauladieb@hotmail.com

Este artigo aborda a evolução urbana da cidade de João Pessoa/Pb, com foco nas relações estabelecidas com a bacia intra-urbana do rio Jaguaribe, com o objetivo de elucidar como e quando o conflito cidade-águas se estabeleceu e identificar possíveis papéis que o rio e seus espaços marginais restaurados podem vir a desempenhar na cidade. A pesquisa parte de cuidadosa revisão bibliográfica (dissertações, teses, artigos de periódicos e livros) e documental (mapas e fotografias antigas) para gerar novos mapas, que revelam o protagonismo do mencionado rio na cena urbana desde a fundação da cidade (1585). Pautadas pelo caráter preventivo, as administrações municipais do início do século XX zelaram pela integridade do rio e da floresta que o protegia. Nos anos 1960, o avanço do tecido urbano sobre a bacia foi mais enfático e, à despeito do conhecimento científico existente àquela época e da legislação ambiental e urbana em vigor, o cuidado com o patrimônio ambiental relativo ao Jaguaribe foi negligenciado, abrindo espaço às ocupações ribeirinhas, ao descarte de esgoto e lixo em suas águas, ao não reconhecimento do rio na paisagem, entre outras questões. A cidade do século XXI sinaliza a necessidade de se rever tal postura visando a melhoria ambiental urbana. A salvaguarda do rio e suas margens e a apropriação de suas potencialidades, permitirão ofertar extenso parque público, capaz de prestar importantes serviços ambientais e prover a cidade de áreas de lazer e rotas alternativas para os deslocamentos da população.

Palavras Chave: História Urbana; Patrimônio ambiental urbano; Degradação fluvial; Qualidade ambiental urbana.

ST 7.8 • 04

UM BOTÂNICO A FAVOR DA CAATINGA: O RELATÓRIO “NOTAS BOTÂNICAS” E A INSPETORIA DE OBRAS CONTRAS AS SECAS – IOCS (NORDESTE/BRASIL, 1909-1910)

Angela Lúcia Ferreira

UFRN, angela.ferreira@pq.cnpq.br

Adielson Pereira da Silva

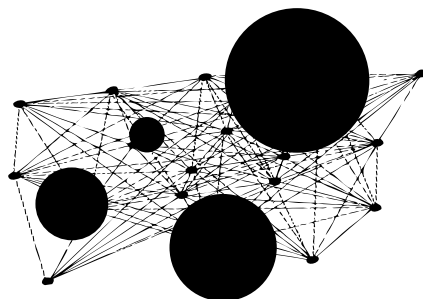
UFRN, adielson_92@hotmail.com

Yuri Simonini

UFMG, ysimonini@gmail.com

A IOCS, criada em 1909, tinha como atribuição implementar ações para “prevenir” e “atenuar” as consequências das estiagens prolongadas. Os levantamentos, estudos e proposições realizados pelos profissionais da Inspetoria renderam vários relatórios técnicos que indicavam as condições físico-geográficas da região como as prováveis causas das irregularidades pluviométricas e indicavam soluções de engenharia ou provenientes da própria natureza. Muitos destes dados arrolados foram convertidos em mapas que representavam elementos considerados essenciais para o combate do problema. Entre eles a vegetação se destacava no sentido de reflorestar áreas devastadas, proteger os açudes e incrementar a economia. Assim, analisar o papel dos estudos botânicos produzidos na representação e interpretação da natureza como recurso para amenizar os efeitos das secas é o objetivo deste trabalho. Para tanto, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da História Ambiental e da Cartografia Histórica, avaliou-se o Mappa Botânico do Estado do Ceará e o relatório Notas Botânicas, ambos assinados pelo botânico Albert Löfgren. O estudo do material revelou que, ademais de servir aos planos da União no enfrentamento das secas, esses mapas significavam também a intenção do Estado em transformar a natureza em recurso natural sob seu controle e uso. As conclusões de Löfgren indicavam para o emprego racional da vegetação a partir de intervenções sistematizadas para fomentar o “desenvolvimento econômico” da região.

Palavras Chave: Cartografia histórica; História ambiental; Território das secas; Nordeste/Brasil.



ST 8

TÉCNICAS E MÉTODOS PARA ANÁLISE URBANA E REGIONAL

Comitê Científico:

Cássio Maldonado Turra (CEDEPLAR/UFGM)

Flávio Rodrigues do Nascimento (Geografia/UFC/UFF)

Frederico Roman Ramos (PAE/EAESP/FGV)

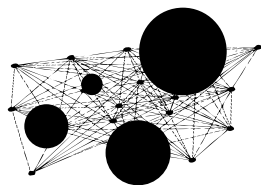
ST8 - TÉCNICAS E MÉTODOS PARA ANÁLISE URBANA E REGIONAL

TEMAS:

Técnicas e métodos para o tratamento de informação espacial em sistemas geocomputacionais; representação de sistemas urbanos a partir de modelagem de fluxos e redes; aplicação de dados de sensoriamento remoto na caracterização das dinâmicas urbanas; métodos inovadores de representação socioespacial e seus conflitos inerentes; aplicações derivadas de teorias de sistemas complexos baseados em grandes conjuntos de dados e metodologias computacionalmente intensivas; análise de morfologia urbana; e modelagem e simulação espacial baseada em agentes.

Os processos de análise para fins de gestão urbana e regional demandam consideráveis volumes de informação e ferramentas capazes de operá-las na perspectiva de construção de cenários para a tomada de decisão. Estes pacotes informacionais têm, em geral, uma marcada proeminência da dimensão espaço-temporal como elemento primordial da análise. As atuais possibilidades de obtenção e tratamento de informação espacial expandiram enormemente as oportunidades para a proposição e incorporação de métodos inovadores de investigação empírica de estruturas urbanas e regionais. Se por um lado estas inovações representam oportunidades, por outro lado, sua aplicabilidade depende do reconhecimento criterioso dos alcances e limitações destas representações nos diversos campos teóricos imbricados na gestão urbana e regional.

A sessão temática ora proposta abre espaço para a apresentação de trabalhos que reconheçam esta nova fronteira de possibilidades de análises. Tem neste sentido o objetivo de estimular o desenvolvimento de trabalhos que proponham e apliquem métodos analíticos inovadores e que discutam criticamente sua validade para os respectivos campos disciplinares de aplicação.



ST 8.1

Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional (I)

22.maio

14h - 16h

ST 8.1 • 01

ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE A DISPERSÃO URBANA E O NÚMERO DE CARACTERÍSTICAS URBANÍSTICAS NO ENTORNO DOS DOMICÍLIOS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES

Fernando Domingues Caetano

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, caetano@paranacidade.org.br

Jeronimo Paulo da Cunha Pimentel de Meira

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, jeronimo@paranacidade.org.br

Mayara Bormann Azzulin

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, mayara.azzulin@paranacidade.org.br

O processo de crescimento urbano das cidades brasileiras tem sido intenso nas últimas décadas e as áreas urbanas têm se tornado cada vez mais extensas, dispersas, fragmentadas e com limitações de oferta de infraestruturas e serviços urbanos à maioria dos seus domicílios. De maneira geral, esta carência nas cidades brasileiras se reproduz nas cidades paranaenses. Para medir a oferta de infraestruturas e serviços urbanos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possui um indicador chamado “número de características urbanísticas no entorno dos domicílios”. O objetivo do presente artigo é identificar se há correlação entre a dispersão urbana, com base em polígonos das manchas urbanas, e o indicador do IBGE nas cidades paranaenses com mais de 50 mil habitantes. Os resultados dessa análise demonstraram existir uma relação inversa entre as duas variáveis, ou seja, quanto maior a dispersão urbana menor o número de características urbanísticas identificadas.

Palavras Chave: Dispersão Urbana; Características Urbanísticas; Infraestrutura e Serviços Urbanos; Paraná; SEDU-PARANACIDADE Interativo.

ST 8.1 • 02

ANÁLISE MULTIESCALAR DA EXPANSÃO URBANA DE CIDADES LITORÂNEAS

Fabiana Bugs Antocheviz
UFRGS, fabianabugs@hotmail.com

Atualmente, são encontradas áreas litorâneas bastante urbanizadas no Brasil. Entretanto, esta expansão urbana tende, geralmente, a ocorrer de forma acelerada e sem o devido planejamento. Assim, o estudo das relações entre a escala global e a escala local através da análise multiescalar é relevante para o entendimento de como as pessoas utilizam o espaço urbano e para o auxílio no processo de planejamento de cidades. Dessa forma, é objetivo desta investigação constatar a aplicabilidade e a importância do modelo da Sintaxe espacial na análise em múltiplas escalas do processo de urbanização de cidades localizadas em zonas costeiras, demonstrando sua relevância no entendimento dos fenômenos socioespaciais relacionados à produção e apropriação social do espaço litorâneo. A partir do estudo de caso do município de Capão da Canoa (Brasil), são investigadas as variáveis relacionadas ao processo de expansão urbana destas áreas através de uma descrição qualitativa do fenômeno baseada em dados quantitativos obtidos de medidas sintáticas da modelagem axial e da modelagem angular segmentada. Os resultados indicam que, apesar do forte grau de polarização do centro da cidade, as características da sua expansão urbana parecem se enquadrar no padrão encontrado nos tecidos urbanos das cidades brasileiras, com malhas urbanas menos acessíveis que agravam a segregação espacial, causando, por exemplo, o maior distanciamento entre ricos e pobres, concentração de renda e baixa produtividade.

Palavras Chave: Análise multiescalar; Expansão urbana; Cidades litorâneas; Configuração espacial; Capão da Canoa.

ST 8.1 • 03

PARA AONDE VAMOS? ANÁLISE DOS PROCESSOS E CONSEQUÊNCIAS DO MODELO DE EXPANSÃO URBANA DE CARUARU, PERNAMBUCO

André Gustavo Oliveira
URB Caruaru, gustavooliveira@hotmail.com

Luiz Manuel do Eirado Amorim
UFPE, amorim@ufpe.br

Caruaru é a maior cidade do Estado de Pernambuco fora da Região Metropolitana do Recife, com população estimada de 347.088 habitantes para 2015 (IBGE). Conhecida popularmente como “Capital do Agreste”, dentre outras denominações que a destacam como polo regional, Caruaru concentra serviços diversos, e mantém dos mais elevados índices de crescimento populacional e econômico do Estado. Ocorre que sua expansão acelerada, promovida por processos diversos, resulta numa mancha urbana descontínua, de bordas imprecisas e vazios internos. Por evidências empíricas, tal forma espacial apresenta-se pouco eficiente à promoção da urbanidade, entendida como qualidade inata do urbano. Para análise das condições de urbanidade na cidade de Caruaru, advindas de sua configuração espacial, utilizou-se principalmente da Teoria da Sintaxe Espacial, desenvolvida por Hillier e Hanson em 1984. Para observação do crescimento, tomou-se como referência o recorte temporal de 2004, ano em que foi aprovado o seu atual Plano Diretor, a 2015, situação atual, além de simulações de crescimento a partir das tendências então observadas. Este artigo apresenta parte da pesquisa desenvolvida em dissertação de mestrado, de título: Crescimento urbano versus urbanidade – análises sintáticas da espacialidade de Caruaru-PE.

Palavras Chave: Crescimento urbano; Sintaxe espacial; Urbanidade.

ST 8.1 • 04

TÉCNICAS E MÉTODOS PARA ANÁLISE URBANA DE ÁREAS EM EXPANSÃO: ESTUDO DE CASO DE GUARATIBA - RJ

Mariana Valicente Moreira

mestranda PROARQ-UFRJ, mvalicente@gmail.com

Rogério Goldfeld Cardeman

pesquisador e pós-doutorando Junior pelo CNPQ, PROARQ-UFRJ, r.cardeman@gmail.com

Vera Regina Tângari

professora associada da FAU-UFRJ, vtangari@uol.com.br

Neste artigo apresentamos técnicas e métodos aplicados no estudo e análise de regiões ambientalmente sensíveis, e que tem como estudo de caso a região administrativa de Guaratiba, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro-RJ. A rápida expansão urbana, devido principalmente às obras de infraestrutura de transporte na região, como o Túnel da Grota Funda e a implantação do BRT (Bus Rapid Transport), acarretou o aumento do valor da terra onde se encontra grande incidência de espaços livres ou áreas com pouca ou nenhuma ocupação. O foco de localiza-se ao longo da planície costeira, com superfícies alagáveis e solos frágeis, entre o Parque Estadual da Pedra Branca e o Oceano Atlântico, contando com cerca de 130.000 habitantes e 15.528 ha. Para compreender os padrões urbanísticos predominantes, prever a ocupação futura e os impactos na paisagem, além de dar suporte às pesquisas desenvolvidas pelo grupo Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ), foi desenvolvida um instrumental metodológico para determinar os possíveis cenários de ocupação da região de Guaratiba. Com isso, podem ser feitas diversas análises, dando margem a outros desdobramentos, como estudos sobre transformação da paisagem, capacidade de infraestrutura, adensamentos urbanos e impactos ambientais. Esta metodologia vem sendo desenvolvida desde 2012 pelo grupo SEL-RJ e foi apresentada em várias oportunidades, tanto em eventos acadêmicos como em audiências promovidas pelo poder público.

Palavras Chave: Expansão urbana; Planejamento Urbano; Técnicas; Métodos; Guaratiba.

ST 8.1 • 05

O CRESCIMENTO URBANO E OS PROCESSOS DE DENSIFICAÇÃO E EXPANSÃO

Edson Luiz Bortoluzzi da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, edsonlbsilva@gmail.com

Romulo Krafta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, krafta@ufrgs.br

A pesquisa pretende investigar os processos alométricos da morfologia do crescimento urbano a partir das relações entre a densificação edilícia e a expansão do território. Parte do pressuposto que uma vez estabelecido o tecido urbano (largura das vias, tamanho dos quarteirões e conectividade, aspectos morfológicos de difícil transformação), o crescimento pode acontecer de duas formas: pela densificação - acúmulo de edificações nas quadras existentes, ou pela expansão do tecido, com acréscimo de novas áreas urbanizadas. O processo de crescimento inicia-se com a construção de novos edifícios, os quais aumentam a densidade construída, a intensidade e a compacidade do tecido urbano e, em consequência, aumentam a utilização do espaço público (vias). Este aumento na densidade de utilização do espaço público pressiona a expansão do tecido, que ao se efetivar, diminui a densidade construída ao mesmo tempo em que cria novas áreas adensáveis. A edificação das mesmas aumenta novamente a densidade, iniciando um novo ciclo do processo. Parte-se do pressuposto que a cidade é um organismo da categoria dos sistemas complexos e, como tal, apresenta um comportamento crítico auto-organizado cujo padrão advém da relação entre densidade e expansão e define o limiar de criticalidade, ou seja, a elasticidade do sistema. A partir de uma abordagem configuracional, serão construídos indicadores morfológicos e topológicos do tecido urbano que permitirão verificar se as hipóteses de trabalho.

Palavras Chave: Sistemas complexos; Metabolismo urbano; Densidade e expansão; Evolução dos sistemas urbanos.

ST 8.1 • 06

ESTRUTURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS CALÇADAS DO RECIFE: POR ONDE COMEÇAR?

Patrícia Pedrosa Alves Braga

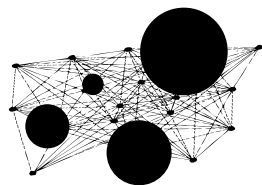
Universidade de Pernambuco, patricia.pedrosaa@gmail.com

Jessica Helena de Lima

Universidade de Pernambuco, delima.jh@gmail.com

É notória a precariedade dos passeios por falta de manutenção ou prioridade do poder público ou particular na cidade do Recife. Fatores como lixo acumulado, e ocupação irregular por comerciantes acarretam em uma diminuição da fluidez e segurança, inibindo o “caminhar”. Na cidade recifense, como em outras cidades, a construção e os reparos do passeio são atribuições divididas entre o Poder Público municipal e os proprietários ou ocupantes dos lotes. Entretanto, poucos trabalhos na literatura prezam por determinar uma ordem de priorização de intervenções considerando a preferência e necessidade do pedestre. Essa pesquisa propõe o uso da análise multicritério para avaliar, observando o caso das calçadas dos edifícios públicos, qual ordem seguir entre os critérios: demanda, criticidade da infraestrutura, iluminação, acessibilidade e obstáculos físicos. O modelo de análise usado foi o Analytic Hierarchy Process (AHP). A partir do procedimento escolhido foi possível perceber a insatisfação, dentro da região metropolitana de Recife, pela falta de cuidados. Finalmente, esta pesquisa serve como artefato de ajuda para planejamentos dos gestores públicos e para projetos que pretendem levar em consideração a situação do pedestre na capital pernambucana.

Palavras Chave: Calçada; Pedestre; Análise Multicritério; AHP; Acessibilidade.



ST 8.2

Técnicas e Métodos para Análise
Urbana e Regional (2)

22.maio
16h - 18h

ST 8.2 • 01

MODERNIDADE E COMUNICAÇÕES: MEIOS DE TRANSPORTE E O TERRITÓRIO URBANO.

Taís Schiavon

Universidade de Évora, Évora Portugal. taischiavon@hotmail.com

Fruto da primeira revolução industrial, o sistema ferroviário de transportes, representa um símbolo mundial de modernidade repleto de distinções e rupturas decorrentes de distintos desdobramentos políticos e econômicos aplicados em meio à nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Transformações de caráter social, espacial e econômico, que a partir dos anos 60 assumem novos comportamentos, refletidos no abandono de inúmeros complexos em sobreposição às novas estratégias de transporte e comunicações. A desativação destes ambientes representam graves consequências aos centros urbanos, um rico cenário onde projetos de requalificação buscam amenizar os problemas estruturais, valorizando assim, a história dos ambientes. Considerando que as estratégias de desenvolvimento e as ações de requalificação não atingem de forma homogênea todos os ambientes, esta proposta busca a partir da comparação de cidades na Europa e América do Sul identificar diferentes comportamentos urbanos. A leitura de erros e acertos permitirá o delineamento de novas estratégias ao Brasil, identificando novas possibilidades à realidade de cidades que no início do século XX receberam forte influência da era ferroviária e que hoje dinamizam conflitos com as estruturas deste imenso complexo.

Palavras Chave: Estruturação e Requalificação Urbana; Ferrovias Internacionais; Patrimônio Industrial e Ferroviário.

ST 8.2 • 02

ALTERAÇÃO DA ACESSIBILIDADE APÓS MUDANÇA NA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS HOSPITAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Isabela Maciel de Sousa Silva

Universidade de Pernambuco, belmaciel@gmail.com

Jessica Helena de Lima

Universidade de Pernambuco, delima.jh@gmail.com

O polo médico do Recife é o maior do Norte e Nordeste, tendo uma localização mais densa próxima ao centro de desenvolvimento econômico, CBD, da cidade. Percebe-se que esse padrão tem sido alterado com as construções dos novos hospitais públicos da Região Metropolitana do Recife (RMR). O acesso a saúde é um direito básico e, portanto, é necessário que a acessibilidade a esse serviço seja garantida. O objetivo deste trabalho foi medir a alteração da acessibilidade entre quatro hospitais da Região Metropolitana do Recife com base em localidades de baixa renda, realizadas por transporte público. Comparou-se a impedância por classe de tempo, por transporte público com origem nas localidades de baixa renda e destino aos hospitais. Observou-se que a impedância dos hospitais centrais é menor com relação aos novos hospitais. Conclui-se que quanto às instalações de saúde pública, devem-se priorizar locais com um nível de acessibilidade mais alto, em geral próximo aos CDBs. Além disso, o planejamento urbano e de transportes devem ser realizados com maior integração, pois a localização e a qualidade da infraestrutura de transportes condicionam uma melhor ou pior acessibilidade ao espaço.

Palavras Chave: Acessibilidade; Planejamento de transportes; Planejamento urbano; Saúde pública.

ST 8.2 • 03

WALKABILITY INDEX COMO SUBSÍDIO ANALÍTICO NOS PLANOS DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

Monica Motomura

Programa Associado UEL/UEM, monicamotomura@gmail.com

Danaê Fernandes

Arquiteta - Itedes, daenandes@gmail.com

Elisa Zanon

UEL/Unifil, lisazanon@yahoo.com.br

Milena Kanashiro

UEL, milena@uel.br

Os métodos para avaliação de mobilidade urbana geralmente coletam dados de pesquisas de Origem-Destino e, os esforços são direcionados para soluções de capacidade viária. Há a constatação de que, quanto menor o porte do município, maior é o deslocamento de transporte não motorizado - a pé ou de bicicleta. O Walkability Index é um método de sistematização de variáveis do ambiente construído o qual define áreas mais propensas ao caminhar. Portanto, este artigo tem como objetivo principal discutir a mobilidade urbana sustentável na cidade de Cambé-PR, por meio do cotejamento entre os resultados do Walkability Index e da pesquisa de Origem-Destino (OD) integrante do Plano de Mobilidade Urbana da cidade. Na comparação entre os métodos observa-se a complementariedade dos mesmos na sobreposição de fatores objetivos e subjetivos e infere-se questões socioeconômicas, limites e isolamento de regiões, assim como a deficiência do transporte público nos problemas de mobilidade. A pesquisa demonstra o uso do Walkability Index como subsídio analítico e de proposição de estratégias de políticas públicas de mobilidade urbana na macroescala. O alto índice de deslocamento a pé e de bicicleta necessitam de intervenções na microescala. Assim, aponta-se para a necessidade de desenvolver novas metodologias que abordem a inserção do transporte não motorizado, para que as diretrizes estratégicas e operacionais de mobilidade direcionem para uma Política de Mobilidade Urbana Sustentável, redirecionando a criação de cidades mais saudáveis.

Palavras Chave: Mobilidade urbana; Walkability index; Origem-destino; Ambiente construído.

ST 8.2 • 04

MEDINDO A OPORTUNIDADE ESPACIAL NAS CIDADES: O ACESSO AOS ESTABELECIMENTOS VAREJISTAS DE GRANDE PORTE EM PORTO ALEGRE

Clarice Maraschin

PROPUR / UFRGS, clarice.maraschin@ufrgs.br

Bárbara Maria Giacom Ribeiro

PROPUR / UFRGS, barbara.giacom@ufrgs.br

Juliana Lombard Souza

FA / UFRGS, julianalombards@gmail.com

A análise de como a população é atendida pelos recursos urbanos, tanto públicos como privados, é de vital importância no planejamento das cidades. Este trabalho se insere na temática da equidade urbana, enfocando a oportunidade espacial da população ao comércio varejista. O comércio é um tipo de recurso urbano provido através do mercado e sua distribuição espacial segue lógicas relacionadas à viabilidade econômica e lucratividade. A irregularidade da distribuição dos consumidores e de seu poder de consumo, associada a uma distribuição não homogênea dos tipos e portes dos estabelecimentos varejistas, bem como a diferenciação espacial presente na malha urbana, tornam esta análise bastante complexa. Os objetivos deste trabalho são: a) apresentar uma metodologia para analisar a oportunidade espacial baseada em modelos configuracionais urbanos e b) aplicar esta metodologia em um caso empírico: o acesso da população aos estabelecimentos varejistas de grande porte na cidade de Porto Alegre. Foram selecionados 202 estabelecimentos (shopping centers, supermercados, hipermercados e grandes lojas) para compor a oferta varejista no modelo de Oportunidade Espacial (Krafta, 1996). A modelagem envolveu a representação espacial da cidade e seu carregamento com os dados dos estabelecimentos varejistas do ano de 2010, provenientes da RAIS. A metodologia permitiu a diferenciação dos resultados em termos de quantidade de população e seu poder de consumo, fornecendo uma primeira medida da irregularidade no acesso da população a este tipo de comércio. As conclusões procuram evidenciar as potencialidades e limites da metodologia apresentada.

Palavras Chave: Oportunidade Espacial; Modelos Urbanos Comércio; Equidade; Porto Alegre.

ST 8.2 • 05

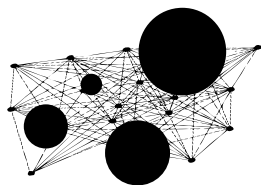
MOVIMENTO PENDULAR, PRINCIPAIS DESTINOS E TEMPO DE DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Ulisses Carlos Silva Ferreira

ENCE, ulisses.uff@gmail.com

O movimento pendular é definido como o deslocamento diário de pessoas que saem de um município para outro seja para trabalhar ou estudar e retornam para o município onde mora todos os dias. Nesta pesquisa foi dada ênfase no deslocamento casa-trabalho de pessoas com idades entre 15 e 65 anos, que moram e trabalham em municípios diferentes que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e que retornam para casa diariamente. Como base de dados foram utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir disto foi calculado o saldo do movimento pendular, que é a diferença entre o número de trabalhadores que entram e saem de cada município da RMRJ diariamente, assim foram identificados duas cidades que têm uma função dinâmica na atração de trabalhadores pendulares com saldos positivos que são Niterói e Rio de Janeiro e um município em que esse saldo estava em "equilíbrio" que é Itaguaí. Além disso, outros dois municípios chamam atenção pelo grande contingente populacional que atraem todos os dias mesmo apresentando um saldo do movimento pendular negativo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Por fim, analisou-se o tempo de deslocamento de pessoas que trabalham no Rio de Janeiro e Niterói, onde mais de 70% dos que trabalham na capital do estado demoram mais de uma hora e dos que tem destino a cidade de Niterói essa porcentagem é de 47,4%.

Palavras Chave: Movimento Pendular; Tempo de deslocamento; Região metropolitana.



ST 8.3

Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional (3)

23.maio

14h - 16h

ST 8.3 • 01

FORÇAS REGIONAIS E ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE

Izabele Colusso

UNISINOS, icolusso@unisinós.br

Romulo Krafta

UFRGS, krafta@ufrgs.br

A busca pelo entendimento das transformações espaciais geradas diante do aumento do número de pessoas que vivem em cidades, do consequente aumento do espaço urbanizado, dos impactos na questão de consumo de espaço, e assim, das novas formas urbanas é assunto perseguido por diversas pesquisas. Nesta investigação, discute-se a possibilidade de influência que o sistema regional pode ter sobre a estrutura interna das cidades. A diferença de escala envolvida nesta perspectiva, que vai desde a escala regional e chega à escala intraurbana, traz uma nova ótica no entendimento dos modelos: que contradigam evidências empíricas porque sugerem que as cidades podem se desenvolver de forma independente. O encaminhamento desta pesquisa se dá através da proposta da medida de tensão regional, juntamente com verificações estatísticas e espaciais. Os instrumentos desenvolvidos para obtenção de resultados nesta investigação fornecem uma ferramenta útil para estudar a influência dos efeitos espaciais sobre a agregação de modelos de interação espacial e o quanto podem contribuir para realizações substanciais em estudos econométricos espaciais, além de sugerirem ferramentas estatísticas que inferem o valor, intensidade e hierarquia provável de fluxos médios a certos níveis de agregação de variáveis disponíveis reais e estimadas. As possibilidades de visualização e comparação da repercussão entre diferentes escalas espaciais permitem relacionar escalas regionais e intraurbanas, e constata-se que existe grande influência da escala regional sobre as alterações da estrutura interna da cidade.

Palavras Chave: Estrutura interna da cidade; Forças regionais; Interação espacial; Tensão regional.

ST 8.3 • 02

TEORIA URBANA EVOLUTIVA APLICADA À ESPECIALIZAÇÃO FUNCIONAL. O CASO DA RUA COMERCIAL SANTA IFIGÊNIA EM SÃO PAULO

Pablo Coquillat Mora

Universitat Politècnica de València (UPV), pablocomo@gmail.com

O artigo apresenta uma nova abordagem para a análise e compreensão do fenômeno de especialização de ruas comerciais, por meio da aplicação dos princípios teóricos evolutivos ao estudo urbano. A rua paulistana Santa Ifigênia, especializada no comércio varejista dos setores eletroeletrônicos e informática, tem servido como suporte da teoria no campo prático.

Palavras Chave: Teoria Urbana Evolutiva; Comércio varejista; Santa Ifigênia.

ST 8.3 • 03

A IDENTIFICAÇÃO DE CENTRALIDADES EM UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE: O CASO DE ANÁPOLIS – GO

Fernanda Antônia Fontes Mendonça

Universidade Federal de Goiás - UFG, fermendonca@terra.com.br

Érika Cristine Kneib

Universidade Federal de Goiás - UFG, erikacristinel@gmail.com

O planejamento urbano é a ação primordial para a gestão do crescimento e desenvolvimento das cidades, entretanto uma das maiores dificuldades encontrada no exercício do planejamento são os empecilhos para a sua realização. As pesquisas, ferramentas chave para a definição e identificação de elementos primordiais ao planejamento, requerem mão de obra especializada e apresentam um alto custo para sua realização. O objetivo deste trabalho é apresentar uma ferramenta que permite o exercício do planejamento sem, no entanto, apresentar um alto custo para sua realização. A ferramenta aqui apresentada, possibilita a identificação de subcentros ou centralidades em cidades, sejam elas de médio porte ou não, e que apoiada por outros dados, disponíveis nas prefeituras poderão auxiliar na definição de usos do solo mais adequados ou ainda na melhoria da mobilidade das cidades.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Centralidades; Cidades de Médio Porte.

ST 8.3 • 04

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDO DE HIERARQUIA E REDE URBANAS: O CASO DO TOCANTINS

Ana Márcia Moeira Alvim

Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial/PUC Minas, ammalvim@gmail.com

Paulo Fernando Braga Carvalho

Departamento de Matemática/PUC Minas, paulofernando@pucminas.br

João Benvindo do Amaral

Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, joaobgeo@gmail.com

O estado do Tocantins, desde sua criação, tem passado por mudanças, seja na distribuição da população por seu território, seja em sua rede urbana. Por isso, tem-se por objetivo propor uma metodologia ao estudo de suas hierarquia e rede urbanas. A metodologia consiste, inicialmente, na identificação dos municípios hierarquicamente superiores via aplicação da técnica Análise de Componentes Principais, para dados dos anos 1991, 2000 e 2010, utilizando-se variáveis econômicas, sociais e demográficas. Num segundo momento, propõe-se a elaboração das matrizes de migração, no âmbito intraestadual, e a representação cartográfica dos movimentos migratórios intermunicipais nos anos de estudo. Por fim, propõe-se a aplicação do método Intramax para verificar se houve mudanças no padrão de fluxo migratório no período estudado. Para tanto, foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Algumas mudanças de níveis hierárquicos dos municípios tocaninenses ocorreram. Palmas assumiu a liderança, seguido de Araguaína e Gurupi. Outros municípios próximos a Palmas também assumiram níveis hierárquicos mais elevados sugerindo nova organização da rede urbana estadual. Estes municípios também foram os que atraíram migrantes de maior número de origens distintas reforçando sua importância no contexto estadual. Por fim foram detectados subsistemas de interação espacial dos municípios reforçando estas cidades como referências no estado.

Palavras Chave: Metodologia; Hierarquia Urbana; Rede Urbana; Migração.

ST 8.3 • 05

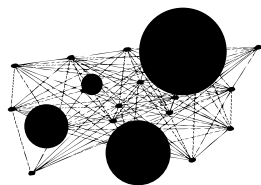
ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO E ANÁLISE DE REDES: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE INOVAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Hiago Tavares

PUCPR, hiago.ta@hotmail.com

Sabe-se que atualmente o funcionamento dos grandes centros urbanos é complexo e exige dos gestores urbanos ferramentas cada vez mais específicas de análise e controle dos fenômenos que ocorrem em tais localidades. Partindo desse pressuposto, este artigo visa apresentar aos gestores urbanos a metodologia de análise de redes como ferramenta de medição e controle, bem como os ecossistemas de inovação como ativos do desenvolvimento urbano. Para que tal objetivo seja alcançado, inicia-se este trabalho apresentando os conceitos de ecossistemas de inovação, de redes urbanas e de análise de redes. Para demonstrar e correlacionar as temáticas, está pesquisa procurou analisar e entender como ocorrem as relações entre os projetos direcionados à inovação na região metropolitana da cidade de Curitiba. Com isso, espera-se concluir que as temáticas estão relacionadas e que tal proposta sirva de referência aos gestores na definição de projetos de desenvolvimento regional.

Palavras Chave: Ecossistemas de Inovação; Análise de Redes; Redes Urbanas.



ST 8.4

Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional (4)

23.maio
16h - 18h

ST 8.4 • 01

XVI ENANPUR: UMA AVALIAÇÃO INFOMÉTRICA DA SESSÃO TEMÁTICA ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICA

Alex Volnei Teixeira

Pontifícia Universidade Católica (PUC) - Gestão Urbana, Paraná, Brasil, alex.vrteixeira@gmail.com

Sergio Silva Ribeiro

PUC Gestão Urbana, Paraná, Brasil, SSR.informatica@gmail.com

Roberson Cesar A. Araujo

PUC Gestão Urbana, Paraná, Brasil, roberson.araujo@gmail.com

Denis Alcides Rezende

PUC Gestão Urbana, Paraná, Brasil, denis.rezende@pucpr.br

A gestão urbana pode se beneficiar com estudos de infometria para contribuir com seus pesquisadores. O objetivo é analisar e identificar o perfil informacional da produção científica, publicada nos Anais da XVI ENANPUR, especificamente a sessão temática dois, sob os pilares: Estado, Planejamento e Política. Trata-se de uma pesquisa informacional de natureza quantitativa, para identificar padrão de preferência por temas e seus reflexos quantitativos. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a Infometria e o acoplamento bibliográfico. Os resultados obtidos apontaram para uma distribuição homogênea das temáticas, restando como tendência de preferência os temas; Teorias do Estado e do Planejamento e Gestão e Governança Urbana. A conclusão também aponta para uma dispersão de temporalidade nas citações e no acoplamento bibliográfico.

Palavras Chave: Avaliação infométrica; XVI Enanpur; Acoplamento bibliográfico; Gestão urbana.

ST 8.4 • 02

MECANISMOS DE DILUIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE RISCOS: MODELAGENS PARA RISCO DE DESASTRES E O MERCADO DE SEGUROS

Renata Maria Pinto Moreira
 FAU-USP, renatamoreira@usp.br

O artigo apresenta o contexto em que foram desenvolvidos modelos de previsão de riscos de desastres, atrelado à história e evolução da indústria de seguros, e a consequente evolução de produtos financeiros derivados desse mercado. A análise parte da compreensão e problematização das diretrizes de políticas internacionais de Gestão, de Redução e de Proteção Financeira a Risco de Desastres (GRD, RRD e PFD), que contém um duplo conceito fundante: relativo à redução de riscos, pautada pela racionalidade do planejamento territorial e da gestão urbana; relativo à diluição de riscos - dos custos dos danos, pautada pela racionalidade financeira e do mercado de seguros. As modelagens funcionam também com esse duplo sentido, e não são neutras nesse processo. Surgem para orientar a precificação do mercado de seguros e foram assimiladas posteriormente como ferramentas nas atividades de planejamento. Alimentam o desenvolvimento de informação em esferas governamentais, uma vez que a redução de riscos de desastres é uma pauta recente que vem se fortalecendo nas agendas de planejamento territorial. Na mesma medida, fomentam um mercado de seguros cada vez mais imaterial, que depende de informações para se diversificar em produtos financeiros secundários.

Palavras Chave: Redução de riscos; Diluição de riscos; Gestão de riscos; Seguros contra desastres; Modelagens de risco de desastres.

ST 8.4 • 03

USO DO SIG NA ANÁLISE MORFO-TERRITORIAL E NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS NA SUB-BACIA DO RIO GRANDE, BOM JARDIM, RJ

Ludmila Pacheco Erthal
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ludperthal@gmail.com

Denise de Alcantara
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, DAU-IT E PPGDT,
denisedealcantara@gmail.com

Partindo-se da problematização dos riscos na ocupação urbana ao longo de cursos d'água, este trabalho objetiva auxiliar a governança local na elaboração de políticas públicas de ordenamento territorial e do fornecimento de subsídios à elaboração de um Plano de Estruturação Urbana em recorte espacial da bacia do Rio Grande, em Bom Jardim, RJ. O estudo analisa questões relacionadas ao uso e ocupação do solo nas margens de rios em cidades de pequeno porte, áreas de risco recorrentemente atingidas por enchentes, alagamentos e escorregamento de encostas. A investigação parte da análise multiescalar e tipomorfológica do suporte territorial, desde a escala macro (bacia hidrográfica) e meso (município), até o foco definido pelo recorte espacial, adotando-se como referencial noções de sistemas de espaços livres de edificações, unidades morfo-territoriais, morfologia urbana e desenvolvimento sustentável. A metodologia integra a construção de cenários prospectivos sobre o uso e ocupação do território sob a premissa do ordenamento urbano social e ambientalmente equilibrado. Como diferencial inovador utiliza-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta essencial de análise do território e na análise, bem como na construção de cenários prospectivos, com o fim de auxiliar na formulação de políticas de desenvolvimento territorial. A partir dos pontos sintetizados em uma Matriz de Descobertas são apresentadas estratégias de planejamento e propostas de uso e ocupação do solo; mobilidade e acessibilidade; infraestrutura urbana e meio ambiente.

Palavras Chave: Análise tipo-morfológica; Uso do solo; SIG; PEU; Bom Jardim.

ST 8.4 • 04

CARTAS GEOTÉCNICAS DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO: INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES E PARA A GESTÃO DO USO DO SOLO

Fernando Rocha Nogueira

UFABC, fernando.nogueira@ufabc.edu.br

Kátia Canil

UFABC, kátia.canil@ufabc.edu.br

Instrumento cartográfico recomendado pela Lei 12608/2012 aos municípios brasileiros com “áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos”, as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente a desastres naturais têm resultado em produtos com grande potencialidade de uso no planejamento territorial. Neste artigo, discutem-se os principais conceitos e procedimentos metodológicos utilizados pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal do ABC na elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e sua integração à carta geotécnica de Mauá na produção de uma carta regional do Grande ABC, sub-região localizada a Sul da Região Metropolitana de São Paulo, como subsídio ao Plano Diretor Regional. Ressalta-se a inclusão do componente de proteção ambiental junto aos atributos do meio físico na construção destas cartas. Apontam-se ainda potencialidades no seu uso na escala metropolitana.

Palavras Chave: Cartografia geotécnica; Cartas geotécnicas de aptidão à urbanização; Região do Grande ABC; Plano Diretor.

ST 8.4 • 05

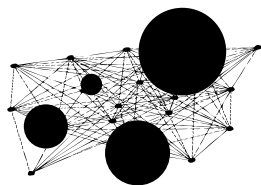
BARREIRAS E PERMEABILIDADES NAS SUPERQUADRAS DE BRASÍLIA

Ludmila de Araujo Correia

Universidade de Brasília, ludmila.correia@gmail.com.

Este artigo traz uma discussão sobre as barreiras não-físicas das superquadras de Brasília e seus impactos na segregação do espaço, partindo da análise da permanência e circulação de pessoas. Ao analisar empiricamente algumas superquadras, observa-se que a circulação de pessoas acontece especialmente nas fronteiras entre as superquadras residenciais e as entre-quadras comerciais, e nos limites entre a superquadra e as vias L1 ou W1, que separam as superquadras. A própria configuração dos passeios de pedestres parece não convidar à circulação entre as residências, fazendo da superquadra quase um espaço privativo aos moradores do lugar. Os espaços públicos internos, assim, são vistos por muitos moradores como de uso prioritário dos residentes, visto que para o usuário externo os espaços seriam apenas – e no máximo – espaços de passagem. Entendendo que a configuração espacial impacta a forma de apropriação dos espaços públicos internos à superquadra e os conflitos entre moradores e usuários externos, propõe-se uma reflexão sobre a influência barreiras e permeabilidades no uso e apropriação dos espaços públicos da superquadra por diferentes sujeitos.

Palavras Chave: Superquadra; Barreiras; Permeabilidade; Espaço público; Apropriação.



ST 8.5

Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional (5)

25.maio

14h - 16h

ST 8.5 • 01

PARA ALÉM DA PERSPECTIVA RESIDENCIAL: NOVAS ABORDAGENS PARA A ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO.

Flávia Seixas Lisboa

Universidade Federal do ABC, flavia.lisboa@ufabc.edu.br

Flávia da Fonseca Feitosa

Universidade Federal do ABC, flavia.feitosa@ufabc.edu.br

Diversos são os debates acerca da segregação. Sejam eles de cunho sociológico, econômico ou geográfico, ao final todos eles exprimem as desigualdades que imperam em nossa sociedade. No entanto, a maioria dos trabalhos sobre o fenômeno adota a perspectiva residencial para sua avaliação, fato esse que vem sendo questionado em alguns estudos sobre o tema, uma vez que as experiências cotidianas dos indivíduos não se limitam ao seu local de residência. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo apresentar novas formas de avaliar e mensurar o fenômeno, considerando não apenas a perspectiva residencial, mas também outros espaços geográficos relevantes. No estudo de caso apresentado, a segregação na Região Metropolitana de São Paulo foi analisada e medida sob o ponto de vista de três olhares: do espaço de residência, do espaço de trabalho e do espaço de atividades. Como resultado foi possível demonstrar como a incorporação de novas perspectivas analíticas, como a presença dos grupos sociais nas diferentes localidades para a realização de suas atividades, possibilita leituras diferenciadas acerca do fenômeno no território.

Palavras Chave: Segregação; Métricas; Presença local; Espaço de atividades.

ST 8.5 • 02

O LUGAR DOS POBRES NA CIDADE: CONTRIBUIÇÕES SOBRE CRESCIMENTO URBANO DA MODELAGEM POR AGENTES

Alexandre Pereira Santos

UFPEL – PROGRAU, alexandre.pereira.arq@gmail.com

Maurício Couto Polidori

UFPEL – PROGRAU, mauricio.polidori@gmail.com

Os processos de formação de áreas de pobreza nas periferias urbanas são fenômenos multifacetados e compostos através da influência de numerosos agentes em processos nos quais a forma urbana é inserida em ciclos de crescimento e redefinição do valor da terra, com forte interação com processos sociais de diferenciação e segregação social. Esse conjunto de relações pode ser estudado através da teoria da complexidade, auto-organização e emergência, em aplicações dedicadas a compreender dinâmicas urbanas. Este trabalho propõe um modelo baseado em agentes em ambiente celular para a simulação de dinâmicas de crescimento urbano associadas a processos sociais de ocupação da forma urbana, especialmente vinculados à pobreza. A investigação é constituída por simulações computacionais a partir de base teórica do desenvolvimento desigual, da produção do espaço capitalista, das teorias da complexidade aplicadas à urbanização e da aplicação de modelos computacionais dinâmicos para o crescimento urbano. O modelo foi implementado em experimentos abstratos e empírico, este último para a cidade de Jaguarão/RS, Brasil. Os resultados demonstram que há constante competição por localizações no modo capitalista de produção da cidade, indicando a necessidade de ampliação da pesquisa sobre comportamento social integrado a dinâmicas morfológicas das cidades que considerem conflito e disputa pela forma urbana.

Palavras Chave: Crescimento Urbano; Morfologia Urbana; Autômato Celular; Modelos Baseados em Agentes; Pobreza.

ST 8.5 • 03

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIOECOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DAS REMOÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Guilherme Frizzi Galdino da Silva

Programa Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território - UFABC, guilherme.frizzi@aluno.ufabc.edu.br

Carolina Moutinho Duque de Pinho

Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, e Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território - UFABC, carolina.pinho@ufabc.edu.br

Nas últimas décadas as remoções têm assumido grandes proporções, em função de projetos públicos de intervenção urbana e/ou obras viárias. A população removida é reassentada para áreas ainda mais precárias e distantes, ocupando regiões das cidades que não são de interesse do circuito imobiliário, muitas vezes tampouco objeto de intervenção pública. Para tornar o processo de remoção mais justo e digno é preciso encontrar formas sistêmicas de medir os impactos que eles causam nas pessoas. Essa forma sistêmica de medir a vulnerabilidade pode ser obtida através das oportunidades disponíveis no território da cidade. Nesse sentido o presente trabalho integra o conceito de Sistema Sócio Ecológico (SSE) ao conceito de vulnerabilidade. O SSE permite pensar recortes territoriais como um sistema aberto biogeofísico associado a atores sociais, com dinâmicas não linearidades, operando em múltiplas escalas. O presente trabalho utiliza a abordagem dos SSE para a partir de análises e técnicas de geoprocessamento criar um Índice de Vulnerabilidade Socioecológica (IVSE) multidimensional e territorial, com o objetivo medir o impacto das remoções através das diferenciadas vulnerabilidades da população ao longo dos territórios das cidades. Além da proposição do índice também foi realizada uma análise empírica para o município de São Paulo. Esta análise revelou diferentes padrões de variação do índice de vulnerabilidade entre o local original de um assentamento precário e o local previsto para o projeto de habitação.

Palavras Chave: Remoções; Vulnerabilidade socioecológica; Geoprocessamento.

ST 8.5 • 04

A ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

Patrick Zechin

Universidade Estadual de Goiás, patrick.zechin@gmail.com

Frederico de Holanda

Universidade de Brasília, fredholanda44@gmail.com

Nos últimos anos, o Brasil conheceu algum progresso no que diz respeito à diminuição de nossa desigualdade socioeconômica. Contudo, incorporar uma enorme população às engrenagens da produção, circulação e consumo de bens é ainda um enorme desafio para o país, já que esta parcela populacional se encontra alijada do acesso a bons empregos, lazer e cultura por conta de um fenômeno intrinsecamente ligado à desigualdade que é a segregação urbana. Embora a desigualdade tenha recuado, a segregação entre as classes mais altas e as mais baixas no Brasil não conheceu melhora e o ambiente urbano brasileiro continua sendo um lugar de exclusão e marginalização para um grande contingente populacional. Assim temos a necessidade de produção de informações mais precisas, detalhadas e úteis para a tomada de decisões na esfera política no aperfeiçoamento das políticas públicas referentes à desigualdade, de modo que os formuladores de políticas possam levar em conta a relação entre o espaço e a desigualdade. A partir de técnicas de geoprocessamento e métodos de estatística espacial, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre duas áreas absolutamente distintas socioeconomicamente, aquelas que apresentam os maiores e menores índices de renda per capita, tendo como unidade de análise os setores censitários das cinco cidades mais desiguais do país a partir da substituição do tradicional Índice de Dissimilaridade D por índices de segregação alternativos a partir de ferramentas de análise e estatística espacial capazes de apresentar matizes mais detalhadas da segregação que escapam das limitações dos índices comumente utilizados.

Palavras Chave: Desigualdade; Segregação; Índices espaciais.

ST 8.5 • 05

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 2009 – 2014

Tatiana Sanson Albuquerque

Universidade Federal do ABC, t.sanson@ufabc.edu.br

A população em situação de rua é um fenômeno mundial em constante crescimento, cuja presença nos espaços públicos e os conflitos decorrentes de sua ocupação têm sido alvo do apelo midiático no município de São Paulo nos últimos anos, constituindo um grande desafio para os planejadores urbanos. Uma das pautas recorrentes é o surgimento de novas áreas ocupadas por este contingente. O presente trabalho pretende analisar sua distribuição espacial com o intuito de investigar em que medida ocorrem mudanças nos padrões e de que modo ela se reconfigura no espaço nos últimos anos, mais especificamente entre 2009 e 2014. Para isso, foram utilizadas técnicas de análise espacial, como estimador de intensidade de Kernel, a partir dos dados georreferenciados das abordagens sociais a esta população durante os anos acima citados. Tendo em vista o contexto do problema, foram feitas análises considerando o total das pessoas em situação de rua abordadas e também aquelas identificadas usuárias de álcool, drogas e com transtornos mentais. Os resultados revelaram o surgimento de novos pontos de média e alta concentração, a intensificação da concentração em pontos já existentes, assim como a ampliação do contorno da distribuição espacial da população de rua no município. No entanto, ainda que ocorra uma dispersão dos pontos de concentração, o “núcleo duro” formado no centro da capital paulista permanece sem grandes alterações.

Palavras Chave: População em situação de rua; Distribuição espacial; Território.

ST 8.5 • 06

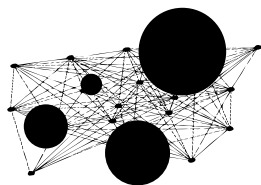
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA FORMA URBANA EM MODELOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Alessandra Argenton Sciota

POSURB-PUC Campinas, aleargenton@yahoo.com.br

Este artigo pretende apresentar brevemente a tese desenvolvida com o objetivo problematizar o modelo dos empreendimentos imobiliários que se fecham entre muros (conhecidos como condomínios horizontais e loteamentos fechados, entre outros) e denominados aqui de núcleos urbanos fechados e construir argumentos no questionamento quanto aos efeitos gerados por esses empreendimentos. Partiu-se da hipótese que era possível medir o impacto deste modelo tomando como categorias de análises as transformações provocadas na paisagem urbana, na mobilidade urbana e na integração à dinâmica urbana. Por meio de critérios objetivos e relacionados ao desenho urbano, a valoração dos efeitos causados pelo empreendimento, de forma isolada ou em conjunto, visa provocar a construção de argumentos que suportem tecnicamente o enfrentamento a este modelo de urbanização, criticado por diferentes áreas do conhecimento. Ao longo do trabalho foi-se desenvolvendo um método de leitura dos efeitos causados pelos núcleos urbanos fechados na cidade. Os critérios de pontuação estabelecidos para valorar os efeitos resultantes do desenho urbano implantado permitem problematizar e questionar os limites desse modelo de ocupação. São analisados 85 núcleos urbanos fechados no município de Valinhos, pertencente a Região Metropolitana de Campinas no estado de São Paulo

Palavras Chave: Condomínio Horizontal; Loteamento Fechado; Transformação da Paisagem; Mobilidade Urbana; Desenho Urbano.



ST 8.6

Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional (6)

25.maio

16h - 18h

ST 8.6 • 01

IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS GEOGRÁFICOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DE SÃO PAULO

Vinícius Luz de Lima

*Secretaria Municipal de Licenciamento de São Paulo,
viniciusluzlima@prefeitura.sp.gov.br*

Sylvia Regina Rodrigues Damião

*Secretaria Municipal de Licenciamento de São Paulo,
sdamiao@prefeitura.sp.gov.br*

Maria Claudia de Oliveira

*Secretaria Municipal de Licenciamento de São Paulo,
mariacdeoliveira@prefeitura.sp.gov.br*

Este artigo relata a experiência de implementação de um banco de dados geográfico para processos de parcelamento de terrenos urbanos na Secretaria Municipal de Licenciamento da Prefeitura de São Paulo, com o uso de licenças de software livre. A escolha prioritária para o uso de software livre foi feita para reduzir custos, para tornar o projeto mais rápido e para tornar os processos de verificação de informações mais dinâmicos. Foram utilizados os seguintes softwares livres: sistema operacional GNU-Linux para a criação de um servidor, necessário para o compartilhamento de uso; QGIS o sistema amigável de código aberto de Informação Geográfica, como uma interface gráfica; QT4Design, para a criação de formulários para atributos e documentos dentro do QGIS e PostgreSQL (extensão PostGIS) para o desenvolvimento de banco de dados relacional objeto. As informações fornecidas nesta base de dados servem como diretriz para a obtenção de licenciamento (aprovação) de novas subdivisões de terrenos e novos edifícios na cidade de São Paulo, economizando um tempo significativo de pesquisa pelos técnicos do departamento. Além de fornecer informações dinâmicas a esses técnicos, o projeto também serviu como ferramenta de trabalho para a análise, atualização e disponibilidade de dados de informação pública, por meio do site da Internet do Geosampa (Interface de consulta de dados espaciais da Prefeitura de São Paulo implementada em 2015).

Palavras Chave: Banco de dados geográficos; Parcelamento do solo; Software livre; SIG; Prefeitura Municipal de São Paulo.

ST 8.6 • 02

O ESTUDO FITOPATOLÓGICO URBANO COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO URBANO

Matheus Maramaldo Andrade Silva

PPGAU/UFU, mmaramaldo@gmail.com

Glauco de Paula Coccoza

PPGAU/UFU, glauco_coccoza@yahoo.com.br

A vegetação é um dos baluartes fundamentais na estruturação urbana, ou assim deveria ser. Negligenciada, não como predileção, mas como aplicação, vemos a flora urbana de forma deslocada do exercício da cidade e, com isso, sua inexistência ou fracasso em aplicabilidade, devido à falta de planejamento, tornam elementos imprescindíveis em problemáticas recorrentes. Percebendo esta lacuna, o estudo fitopatológico urbano (SILVA, 2014) traz em seu desenvolvimento atual um esforço metodológico para agregar ao planejamento urbano mais ferramentas de diagnóstico e proposição acerca da vegetação nas cidades, buscando, como neste texto, expor horizontes para Planos Diretores e de Arborização Urbana através da crítica analítica não puramente arquitetônica ou botânica. Este trabalho faz parte do desenvolvimento de pesquisa de mestrado em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Palavras Chave: Fitopatologia Urbana; Planejamento Urbano; Vegetação urbana.

ST 8.6 • 03

O GEOPROCESSAMENTO COMO IMPORTANTE FERRAMENTA NO PLANEJAMENTO DE ÁREAS VERDES URBANAS

Laira Cristina da Silva

Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - RC, lairalcs@gmail.com

João Donizete Lima

Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - RC, donizeteufg@gmail.com

O crescimento acelerado – e muitas vezes desordenado – das cidades vem provocando significativas transformações no território. A ausência do planejamento, ou sua realização da forma incorreta, por diversos momentos, acaba provocando uma degradação ou a extinção de áreas verdes nos meios urbanos, as quais se fazem de suma importância para a qualidade de vida de toda a população. Neste sentido, o presente trabalho destaca que o Planejamento Urbano é de imprescindível importância para qualquer cidade, sobretudo quando aliado as novas técnicas, como geoprocessamento, visando ordenar as atividades, melhorando de forma significativa a distribuição do mobiliário urbano, auxiliando no controle do sistema viário, no transporte público coletivo, nos problemas de infraestruturas, fiscalizando e auxiliando no combate dos vazios urbanos, dentre outras problemáticas que afligem as cidades.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Áreas verdes; Geoprocessamento.

ST 8.6 • 04

REVITALIZAÇÃO DE RIOS URBANOS PROMOVEDO ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS BASEADA EM ECOSISTEMAS: QUAIS SÃO OS ENTRAVES E AS OPORTUNIDADES?

Daniella Aparecida de Mattos de Oliveira Rolo
Uninove, Daniellamattos26@gmail.com

Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo
Uninove/USP, amariliscfgallardo@gmail.com

Andreza Portella Ribeiro
Uninove, aportellar@gmail.com

A revitalização dos rios e córregos urbanos assume um papel relevante na busca pela sustentabilidade ambiental nas cidades. Não obstante o quadro de degradação ambiental que afeta seus cursos d'água, as cidades também vêm sofrendo os impactos de outro relevante processo que deteriora a qualidade ambiental, as mudanças climáticas. Para enfrentar as mudanças climáticas, além das medidas de mitigação, se faz premente a adoção de medidas de adaptação. Infraestrutura verde e azul revelam-se soluções que agregam serviços ecossistêmicos na revitalização de drenagens urbanas e podem abranger medidas de adaptação baseada em ecossistemas. Nesse contexto, insere-se o objetivo geral do artigo que consiste em discutir os entraves e as oportunidades associados aos programas de revitalização de rios urbanos, enquanto promotores de medidas de adaptação baseada em ecossistemas. Para alcançar esse objetivo, realizou-se um levantamento da revitalização de cursos de água no contexto de infraestrutura verde e azul; da adaptação baseada em ecossistemas; dos serviços ecossistêmicos como elo integrador entre infraestrutura verde e azul e adaptação baseada em ecossistemas e se programas de revitalização de rios urbanos na cidade de São Paulo mostram evidências de adaptação baseada em ecossistemas. Foram identificadas oportunidades para que a revitalização dos cursos de água promova medidas de adaptação baseada em ecossistemas, principalmente relacionadas aos aspectos técnicos dos programas. As barreiras associam-se principalmente à limitada integração entre programas públicos que deveriam se complementar para alcançar seus objetivos na revitalização dos rios urbanos.

Palavras Chave: Adaptação baseada em ecossistemas; Serviços ecossistêmicos; Revitalização de rios; Infraestrutura verde e azul.

ST 8.6 • 05

O MODELO VIS (VEGETAÇÃO-IMPERMEABILIZAÇÃO-SOLO) PARA ANÁLISES URBANAS A PARTIR DE DADOS DE SENSORIAMENTO REMOTO

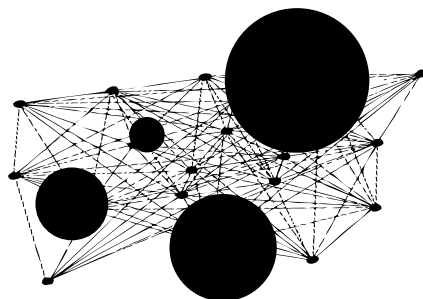
Mayumi Cursino de Moura Hirye
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mayhirye@hotmail.com

Diógenes Salas Alves
INPE, dalves@dpi.inpe.br

Hermann Johann Heinrich Kux
INPE, hermann@dsr.inpe.br

O artigo discute a utilização de dados de sensoriamento remoto em estudos urbanos, oferecendo um quadro atual dos sensores disponíveis para aplicações urbanas. Apresenta como estudo de caso, a análise da expansão da cidade de Altamira (PA) entre os anos de 2000 e 2010 a partir de dados de sensoriamento remoto de média resolução espacial e do modelo Vegetação-Impermeabilização-Solo (VIS). O trabalho mostra a particular utilidade do modelo VIS para a análise de cidades como Altamira, pouco consolidadas e que apresentam um acentuado processo de crescimento.

Palavras Chave: Sensoriamento remoto; Modelo VIS; Expansão urbana.



ST 9

NOVOS MOVIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE LUTA
URBANA E REGIONAL

Comitê Científico:

Danilo Volochko (PPGGEOGRAFIA/UFPR)

Natacha Rena (PPGAU-UFMG)

Paula Santoro (PPGAU/FAUUSP)

ST9 - NOVOS MOVIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE LUTA URBANA E REGIONAL

TEMAS:

Teoria sobre as práticas e as estratégias alternativas adotadas pelos diversos grupos sociais de enfrentamento de políticas neoliberais de mercantilização e privatização do espaço; diferenças e semelhanças entre os movimentos sociais contemporâneos e os clássicos; novas diretrizes para a lógica de planejamento; novas estratégias e políticas para pensar a atuar nas metrópoles contemporâneas.

As lutas sociais urbanas sofreram uma guinada considerável na última década. A maioria dos movimentos sociais, como os movimentos que lutam pela reforma urbana e pelos direitos à cidade e à moradia, encontra-se hoje em uma interação conflitiva com o Estado, pois “lutam por dentro do Estado” e estão muito institucionalizados, participando de conselhos, secretarias, etc. Por outro lado, vemos surgir novos movimentos sociais, mais complexos e mais plurais, que enfrentam a mercantilização do território, hibridam-se com outras pautas e não cabem mais dentro da unidade que compunha o campo clássico dos movimentos pela reforma urbana.

As cidadanias insurgentes, os movimentos “occupies” e outros crescentes movimentos pós Jornadas de Julho de 2013 no Brasil ampliam o campo de luta pelo espaço urbano e disputam os espaços públicos com o Estado e com o mercado, a partir de apropriações coletivas destes espaços com estruturas de decisão pouco hierárquicas e mais democráticas, exigindo: novas políticas de mobilidade, outras formas mais

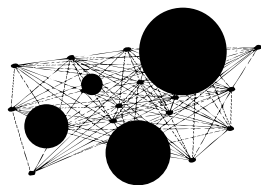
democráticas de financiamento e produção da cultura, reconhecimento das diferenças entre gênero e raça nos modos de ocupação do território, dentre outras pautas sociais, ambientais ou culturais e de gênero. Estes movimentos sociais contemporâneos têm problematizado as políticas e os processos do planejamento urbano, incluindo novos temas no debate urbano para além do clássico tema da moradia, e suas próprias formas de luta, que envolvem mapeamentos colaborativos em rede, novas tecnologias e dispositivos tecnopolíticos. Estes movimentos podem ser entendidos como forma de enfrentamento das novas (e velhas) frentes de expansão do capital e estão conectados em rede por todo o planeta.

ST 9.1 • 01

FAZER-COMUM E DIREITO À CIDADE: ELEMENTOS PARA O DEBATE E AÇÃO

Rafael de Oliveira Alves

UFOP, rafael.alves2000@yahoo.com



ST 9.1

Apropriação espacial, insurgências urbanas e produção do comum: reflexões e teorias

22.maio
14h - 16h

Nossa discussão pretende aproximar o comum e o urbano por meio do direito à cidade. Em outras palavras, queremos dar consequência ao enunciado de Lefebvre (2001), para quem o urbano se realiza por meio de um direito à obra, à ação participante, e um direito à apropriação, fruição e uso daquilo que nós produzimos em comum. Em suma, a cidade se afirma contra o capital quando da produção e apropriação do comum.

Este artigo apresenta elementos para provocar o debate e ação. Assim, [1] uma primeira seção delinea os contornos teóricos sobre o conceito do comum enquanto uma construção histórica de um modo de existir. A seguir, [2] buscamos elementos sobre o governo do comum, ou seja, sobre a institucionalidade do comum que, certamente, não resulta em tragédia. Em complemento, [3] a normatividade presente no comum explica-nos uma outra forma-de-vida que se regula pelo trabalho vivo e pelo fazer-comum. O debate prossiga [4] readmitindo o comunismo já presente em nossas práticas de fazer-comum. Por fim, [5] uma plataforma de ação pode ser vislumbrada a partir do direito à cidade em sua dupla dimensão de produção e de apropriação do comum.

Palavras Chave: Comum; Direito; Cidade; Espaço; Estado.

ST 9.1 • 02

O COMUM E A METRÓPOLE BRASILEIRA: ALÉM DO IMPASSE DA REFORMA URBANA?

João B. M. Tonucci Filho

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, jontonucci@gmail.com

Heloisa Soares de Moura Costa

Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, heloisasmcosta@gmail.com

Este trabalho discute o atual impasse da reforma urbana no Brasil a partir da perspectiva do comum, tendo como referência o debate sobre a propriedade da terra e as ocupações urbanas, e aponta para modos como a ideia do comum urbano pode contribuir para superar tal impasse. Para tanto, recuperamos os principais passos da trajetória do movimento pela reforma urbana no Brasil, apontando algumas contradições e ausências que ajudam a elucidar o impasse a que tal movimento chegou. Sugerimos que uma das causas principais desse impasse tenha sido o não enfrentamento radical do problema da propriedade da terra, restrita ao binarismo público-privado. Para ir além do Estado e do mercado, apresentamos um panorama das principais abordagens históricas e teóricas do comum, de modo geral, e mais especificamente os debates em torno do comum urbano, tendo em vista sua relevância para discussão da realidade urbana brasileira. Refletimos, enfim, acerca de arranjos alternativos e mais coletivos de propriedade que desafiam o modelo hegemônico do individualismo proprietário, com ênfase na experiência das ocupações urbanas de Belo Horizonte.

Palavras Chave: Comum; Reforma urbana; Propriedade; Ocupações.

ST 9.1 • 03

O NOVO VOCABULÁRIO DO COMUM – ENSAIO PARA UMA LEITURA PÓS-COLONIAL

Mariana de Moura Cruz

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Minas Gerais, marimoura.arq@gmail.com

Para que não se engane o leitor, é preciso deixar claro que esse trabalho não faz, a rigor, uma releitura pós-colonial sobre o comum. O que se propõe aqui são reflexões em busca da compreensão do conceito a partir de suas principais referências na contemporaneidade, complementadas por ponderações acerca da contextualização do termo no Brasil, abordando principalmente algumas das dificuldades da tradução. O esforço empreendido ao longo do texto é o de pensar, ainda que de maneira incipiente, a relação entre a terminologia já existente em português e a criação de um pensamento descolonizado. Isso se dá através de apontamentos específicos que resultaram das dificuldades encontradas no exercício da pesquisa acadêmica sobre o tema. O artigo pretende, mais do que apresentar reformulações teóricas já prontas, possibilitar a abertura para o debate, de maneira à contribuir para o vocabulário do Comum sob uma perspectiva local, fortalecendo nossa retórica da resistência urbana.

Palavras Chave: Comum; Traduções; Teoria Pós-Colonial.

ST 9.1 • 04

UMA TEORIA ACERCA DAS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS VAZIOS

Julia Vilela Caminha

IPPUR/UFRJ, juliajvc@gmail.com

As ocupações de imóveis ociosos são uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em alguns países, especialmente nas últimas décadas, quando ocorre a intensa mercantilização das cidades e o aumento da especulação imobiliária. De tal forma que podem ser entendidas como resultado tanto da espoliação quanto de ações subversivas e contestatórias realizadas do/pelo trabalhador. Cada local possui uma racionalidade específica, resultante de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Observou-se que, na Europa, as ocupações contêm sentidos múltiplos, para além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socialização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. Desta forma, o artigo possui como objeto as ocupações urbanas que possuem projetos políticos definidos. Em termos metodológicos, a pesquisa se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, além de revisão bibliográfica sobre o tema. Espera-se demonstrar que as ocupações ajudam na conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano.

Palavras Chave: Ocupação; Imóveis ociosos; Necessidades radicais; Valor de uso; Squats.

ST 9.1 • 05

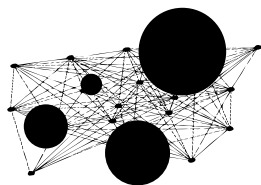
SÃO PAULO, DA CIDADE DE MUROS À CIDADE OCUPADA: INSURGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

Luanda Villas Boas Vannuchi

LabCidade, FAU USP, luandavb@gmail.com

As transformações na ordem urbanística documentadas em São Paulo desde os anos 80, a partir de uma disseminação de shoppings centers e condomínios fechados, ganham novos formatos e conteúdos nesse início do século XXI. Por um lado, despontam megaempreendimentos imobiliários de uso misto e com múltiplos serviços intramuros, que passam a abarcar bairros inteiros, negando ainda mais o espaço público e constituindo verdadeiros cercamentos dentro da cidade. Esse processo é agravado pelas próprias administrações municipais, que contribuem com a formação de enclaves ao entregar áreas inteiras da cidade para gestão privada, através de parcerias público-privadas e operações urbanas. Por outro lado, nos últimos anos, uma série de práticas insurgentes de apropriação de espaços públicos e contestação a projetos urbanos privatizantes se disseminam na cidade, apontando outras possibilidades para a reprodução da vida na metrópole, vivida e produzida agora como um bem comum. Esses dois movimentos, contraditórios, podem ser pensados a partir das noções de cercamento e comunicação, emprestadas do contexto pré-capitalista, mas que são atualizadas e incorporadas ao debate contemporâneo sobre processos de urbanização no capitalismo financeiro neoliberal, que passa por autores como David Harvey, Antonio Negri e Michael Hardt e Stuart Hodgkinson. São noções que se mostram pertinentes para abordar processos que ocorrem simultaneamente em São Paulo atualmente, se sobrepõem, disputam territórios, são transformadores da paisagem e das dinâmicas socioterritoriais.

Palavras Chave: Comum; Cercamentos; Público; Resistência; São Paulo.



ST 9.2

Ativismo urbano, movimentos sociais e experiências recentes

22.maio

16h - 18h

ST 9.2 • 01

A NUVEM E A RUA: NOVOS MOVIMENTOS URBANOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Carlos Henrique Magalhães de Lima

Universidade de Brasília, carlos.lima@ufrj.br

O presente artigo indaga sobre a emergência de um novo movimento social em metrópoles brasileiras. Esses movimentos questionam as vertentes do planejamento urbano e do urbanismo vinculadas ao mercado e em detrimento de demandas sociais. Trata-se de uma luta urbana configurada por movimentos dispersos e descentralizados, mas que possui temática de luta, identidades políticas e formas de ação assemelhadas. O termo “nuvem” é empregado aqui para se referir ao caráter difuso e impreciso desse movimento, além da diversidade de frentes em que atuam e a pluralidade de enunciados que apresentam em sua base social e de luta – de grande heterogeneidade. Tal associação metafórica também remete à diversidade de seu “repertório de ação” (Tilly, 1978), configurado sobretudo por ações no espaço público, aqui referido pelo termo “rua”. Assim, esses coletivos apresentam capacidade de se mobilizar nos espaços públicos para tematizar a cidade e as questões da alçada urbanística. Com este estudo, espera-se fornecer uma interpretação para o caráter político desempenhado por esses movimentos na cidade, além de indagar sobre os rumos do planejamento urbano, do urbanismo e de práticas correlatas no atual cenário de tensões que configuram as metrópoles no Brasil.

Palavras Chave: Novos movimentos sociais; Ativismo urbano; Espaços públicos; Repertório de ação coletiva.

ST 9.2 • 02

BANHADO RESISTE: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE UMA COMUNIDADE HABITANTE DE ÁREA PROTEGIDA

Douglas de Almeida Silva

Universidade do Vale do Paraíba, douglas.almeida9000@gmail.com

A continuidade das práticas do planejamento funcionalista, centralizado no aparelho estatal e definidor de padrões de uso e ocupação do solo, foi atualizada pelo planejamento estratégico de mercado. Neste contexto, as unidades de conservação são comumente permeadas por conflitos entre os diversos atores sociais envolvidos. Este artigo tem objetivo analisar as estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos nas APAs urbanas, a partir do estudo de caso de uma comunidade que vive há mais de três gerações numa área de proteção ambiental: a comunidade do Jardim Nova Esperança (Banhado), de São José dos Campos – SP. A pesquisa foi norteadada pela seguinte questão: quais as estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos nas APAs urbanas para defender e viabilizar projetos contra-hegemônicos? A metodologia baseou-se em pesquisa exploratória, histórica e sociológica, realizada pela análise documental e observação participante. Os parâmetros de análise das fontes primárias e secundárias fundamentaram-se nos conceitos de campo e capital social de Bourdieu. A observação participante foi conduzida nas reuniões de bairro da Comissão de Moradores do Banhado e movimentos sociais apoiadores. A pesquisa revela como os novos movimentos sociais podem ampliar as formas de comunicação dessas comunidades, fornecendo-lhes um novo posicionamento no campo de disputas do planejamento urbano.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; Movimentos Sociais; Área de Proteção Ambiental; São José dos Campos; Banhado.

ST 9.2 • 03

OCUPE ESTELITA: FÉ, PALAVRAS E AÇÕES NA POLÍTICA URBANA DA CIDADE DO RECIFE

David Tavares Barbosa

UFRJ, davidtgeo@gmail.com

O presente artigo objetiva analisar os referentes ideológicos e representações espaciais presentes no processo contemporâneo de transformação da cidade do Recife, com a possível implantação do empreendimento imobiliário Novo Recife. Destacaremos na análise as intervenções materiais, estratégias simbólicas e ideológicas presentes nos discursos e representações que buscam contestar as ações de “reestruturação urbana” que vem ocorrendo na cidade, desenvolvidas pelo grupo de cidadãos nomeado de Ocupe Estelita. Nesse artigo, buscaremos destacar três questões que consideramos ser centrais ao movimento: a fé (na mudança, na possibilidade de um Recife mais justo), a mobilização de palavras (como estratégia de denúncia) e o desenvolvimento de ações, de atos de resistência. Objetivamos contribuir ao debate sobre o planejamento do Recife, compreendemos que um dos principais papéis desenvolvidos pelos discursos e ações de grupos como o Ocupe Estelita, corresponde ao papel educativo que apresentam de publicitar o debate sobre o planejamento urbano em diversas redes, bem como estender os debates e ações de contestação sobre o perfil de intervenção urbana hegemônica da cidade para novas formas de ocupar o espaço público com arte e política.

Palavras Chave: Recife; Projeto Novo Recife; Ocupe Estelita; Insurgências.

ST 9.2 • 04

OCUPAÇÃO POPULAR EM PATRIMÔNIO: A LUTA PELO DIREITO A CIDADE E O CONFLITO COM A MEMÓRIA

Fabrizio O. Zanoli

*Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo FAU/UFBA,
fabriziozanoli@gmail.com*

Busca-se com este artigo discutir, através de uma breve leitura de ocupações populares, a questão da função social dos bens públicos. O patrimônio protegido por tombamento busca garantir a permanência de uma memória social através de um bem, identificado em algum momento de sua história como parte importante do contexto social. A dificuldade de preservação destes bens em muitas cidades brasileiras traz à tona a discussão sobre seu objetivo enquanto contendor de uma memória, sendo assim sua função social questionada. Os movimentos de ocupação trazem essa discussão ao propor um uso habitacional ou simplesmente popular para um bem degradado, de certa forma, propondo assim uma nova função social para o patrimônio.

Palavras Chave: Ocupação popular; Função social; Gestão patrimonial; Salvador.

ST 9.2 • 05

GEOMETRIAS INVERSAS: INTERFACES ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NAS MANIFESTAÇÕES NAS CIDADES

Frederico Canuto

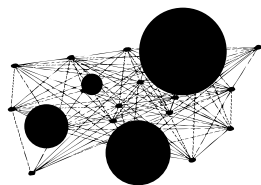
*Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais,
fredcanuto@gmail.com*

Nina Lavezzo de Carvalho

PROBIC/FAPEMIG 02/2014, ninalavezzodecarvalho@hotmail.com

A compreensão do espaço socialmente produzido é ressignificada através de processos de ocupação urbana. Através da análise das estratégias e táticas utilizadas tanto por manifestantes quanto policiais durante protestos de grande porte, o presente trabalho inserido dentro da pesquisa “Urbanismo de Guerra: Narrativas do século XXI” procura apontar os meios de luta para manter ou reivindicar o espaço urbano. Desenhos esquemáticos foram produzidos para ilustrar a nova formatação do espaço criado quando métodos de protesto e de repressão acontecem. Nossas referências variam de filmes a livros teóricos e experiências em manifestações, com o intuito de esclarecer a relação direta entre ocupações do espaço público (ou de uso coletivo) e o urbanismo.

Palavras Chave: Urbanismo; Jornadas Junho; Estratégias; Táticas; Espaço urbano.



ST 9.3

Feminismos, corpo e alteridade

24.maio

16h - 18h

ST 9.3 • 01

URBANISMO FEMINISTA

Karen Ferreira

PPGPU - UFPR, karenferreira@gmail.com

Gleyton Robson da Silva

PPGGEO - UFPR, gleyton.genoveski@gmail.com

Em uma sociedade historicamente marcada pelo patriarcalismo, que ainda nos dias de hoje demonstra traços latentes, questiona-se o reconhecimento do papel da mulher na sociedade e nos espaços urbanos das cidades.

São inegáveis as conquistas pelo direito feminino adquiridos ao longo da história. Porém, embora se constitua como figura ativa no desenvolvimento social e econômico da sociedade atual, a mulher ainda tem seu papel associado ao ambiente privado, segregado e distinto do papel exercido pelo homem. Isso é perceptível no mercado de trabalho, na esfera política e pública e se reflete também no direito à cidade.

Neste contexto de segregação e desigualdade, são apontadas como questões da pesquisa, a distinção e disparidade entre os gêneros e a violência urbana sofrida pelas mulheres, que acaba por segregá-las e às afastam dos espaços urbanos. Com o intuito de reivindicar o direito das mulheres à cidade, busca-se através de exemplos bem sucedidos, instigar a criação de propostas que minorem a desigualdade entre os gêneros e que a médio e longo prazo transformem os espaços urbanos em lugares mais igualitários e seguros não apenas para o gênero feminino, mas para todos.

Palavras Chave: Gênero Feminino; Espaço Urbano.

ST 9.3 • 02

FEMINISMO E O ESPAÇO URBANO: APONTAMENTOS PARA O DEBATE

Natália Alves da Silva*UFMG, natalialvesrj@gmail.com***Daniela Faria***UFMG, ddanielafaria@gmail.com;***Marília Pimenta***UFMG, marilie@outlook.com*

O presente artigo tem como objetivo discutir as possíveis contribuições das teorias feministas para a discussão do espaço e do planejamento urbano. Partindo da leitura da diversidade de concepções e epistemologias feministas o texto contrapõe-se ao universalismo do feminismo liberal, assim como ao universalismo que norteia o planejamento urbano modernista e busca lançar algumas pontes para a construção de bases teóricas que nos permitam perceber as contradições inerentes a produção das cidades a partir de relações atravessadas pela estrutura de desigualdades inerentes ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

Palavras Chave: Feminismo; Interseccionalidade; Planejamento urbano; Espaço.

ST 9.3 • 03

INSURGÊNCIA FEMININA: A ÉTICA DO CUIDADO E A LUTA CONTRA A REMOÇÃO

Poliana Monteiro*ETTERN/IPPUR/UFRJ, poli.dmambembe@gmail.com***Mariana Medeiros***ETTERN/IPPUR/UFRJ, marigopeme@gmail.com***Luiza Nasciutti***IESP/UERJ, luizanasciutti@gmail.com*

O presente artigo se baseia na observação empírica da importância das mulheres na luta pelo direito à cidade e de seu crescente protagonismo na resistência às remoções na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos esportivos. A resistência popular à chamada “cidade olímpica” para os Jogos 2016 evidenciou cotidianamente a capacidade de organização coletiva sensível e determinada, protagonizada por mulheres. O sujeito coletivo “mulheres” e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas, consolidam uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos.

Palavras Chave: Resistência feminina; Remoções; Desenvolvimento Urbano.

ST 9.3 • 04

DA CARNAVALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO PARA BELO HORIZONTE-PARA-A-GUERRA: DA POLÍTICA AO POLÍTICO E VICE-VERSA

Frederico Canuto

*Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais,
fredcanuto@gmail.com*

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito festa como campo de produção de novas formas de viver na cidade, dando ao carnaval de Belo Horizonte especial atenção e tomando como recorte temporal seu chamado renascimento em 2009, sua capilaridade frente ao Estado como fonte de estratégias de luta pelo direito à cidade e de fomento de políticas públicas e iniciativas de planejamento urbano. O argumento do texto é de que o paradoxo democrático (Chantal Mouffe) em produção pela Festa transforma a cidade de Belo Horizonte em uma espacialidade de guerra, uma específica que serve não para reproduzir exercícios de poder, mas que contamina e produz novas multiplicidades.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Festa; Democracia; Política; Carnaval; Guerra.

ST 9.3 • 05

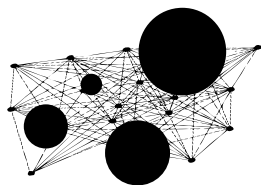
DA POTÊNCIA DAS RUAS À IMPOTÊNCIA DOS SUJEITOS: UMA POLÍTICA ENTRE CORPOS, AFETOS E CIDADE

Gabriel Schvarsberg

IPPUR/UFRJ, gabrielsberg@gmail.com

Desde as revoltas urbanas de 2013, um novo (pero no mucho) componente instalou-se sem ser convidado na cartografia política brasileira: “as ruas”. Foi numa inesperada atualização dessa experiência comum que cidade e cidadãos anônimos encontraram um meio de fazerem-se presentes em lapsos de democracia selvagem, produzindo efeitos que desestabilizaram o aparente consenso neodesenvolvimentista da primeira década deste século. Enunciadas muitas vezes como espécie de entidade com voz e vida própria, “as ruas” transportam afetos desejanter de outra democracia, outra política, outra cidade, outros agenciamentos, ainda que estas outridades não tenham forma e que essas ruas não sejam uma coisa só. Corporifica-se em atos, manifestações, ocupações, performances, blocos carnavalescos e variadas hibridações que espacializam e enunciam ruas, mobilizando da esquerda à direita do espectro político, produzindo novas conexões e capturas, corpos e narrativas atravessados profundamente por atualizações das relações entre cidade e política. O trabalho convida a um percurso fragmentário por aparições de duas “ruas” num Rio de Janeiro atual, tentando extrair algumas consequências de levar a sério essa “entidade” precisamente como entidade ou exceidade: individualizações sem sujeito. Desde um modo cartográfico de inspiração Deleuze-Guattariano-Spinozista que focaliza a produção dos corpos, emergem pistas de uma crise da subjetividade fabricada nas tensões entre macro e micropolítica, na potência dos afetos e nos devires abertos nas composições entre corpo, enunciação e espaço.

Palavras Chave: Política; Ruas; Corpo; Afetos; Devir.



ST 9.4

Disputando as instituições: espaço de luta por direitos ou empreendedorismo neoliberal?

25.maio
14h - 16h

ST 9.4 • 01

INSTITUTO DAS CIDADES: UMA CONSTRUÇÃO CONJUNTA DA UNIFESP E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Pedro Fiori Arantes

Unifesp, pedroarantes@uol.com.br

Wilson Ribeiro dos Santos Jr.

PUC-Campinas, wilson@puc-campinas.edu.br

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) está construindo um novo campus destinado ao Instituto das Cidades (IC), localizado na região Leste da cidade de São Paulo, tradicional área da classe trabalhadora numa iniciativa compartilhada com os movimentos sociais que ali atuam e que estiveram presentes em todas as etapas de implantação do novo Campus Zona Leste, desde a conquista do terreno até a discussão do projeto político-pedagógico. A abertura de novos campi universitários, em geral, é iniciativa de Estado, mas nesse caso, o campus é resultado de ampla luta de movimentos da Zona Leste da capital paulista, que desde a redemocratização entendem que é a disputa pelo direito à cidade e à cidadania depende também da capacidade da classe trabalhadora em criar centros de ensino e pensamento, com formulação de pesquisas, políticas e projetos dirigidos a compreender e propor soluções os problemas que afetam a vida do povo brasileiro. Elaborado com forte influência do pensamento do educador Paulo Freire, autor da “pedagogia do oprimido” e “educação como prática de liberdade” o projeto político pedagógico do Instituto das Cidades é baseado no aprendizado por problemas a partir do reconhecimento das dinâmicas e dos conflitos urbanos reais, em seus diversos contextos e escalas.

Palavras Chave: Universidade Pública; Movimentos Sociais; Zona Leste de São Paulo; Instituto das Cidades; Unifesp.

ST 9.4 • 02

PBH ATIVOS S/A: CARTOGRAFIA INDISCIPLINAR DO EMPRESARIAMENTO URBANO EM BELO HORIZONTE

Thiago Canettieri*Grupo Indisciplinar, thiago.canettieri@gmail.com***Júlia Ávila Franzoni***Grupo Indisciplinar, juliafranzoni@gmail.com*

O presente artigo visa apresentar o primeiro momento de investigação da frente PBH Ativos, atividade de investigação do projeto de extensão “Urbanismo Biopolítico” desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura Urbanismo e Design da UFMG, em conjunto a uma rede de pesquisadores e ativistas relacionados com a produção do espaço contemporâneo. Compõem tal rede, parceiros como o movimento Auditoria Cidadã da Dívida (núcleo Minas Gerais), a Real da Rua, o Movimento de Rua Bairros e Favelas (MLB) e as Brigadas Populares. A atuação em rede é uma das formas adotadas pelo Grupo Indisciplinar e que caracteriza o método de cartografia indisciplinar.

A cartografia da empresa PBH Ativos S/A gera interesse ao grupo tendo em vista o impacto que sua operação e formação institucional impactam – e continuarão impactando – o cenário de desigualdade socioespacial belo-horizontino. Segundo análise do grupo, a investigação da PBH Ativos S/A é central para a compreensão das demais frentes de ação, uma vez o estudo de sua engenharia financeira, arquitetura institucional e competências permite a compreensão dos instrumentos políticos e jurídicos do processo de financeirização do território da cidade de Belo Horizonte, sendo característica intrínseca da gestão urbana eficiente e parceria do Mercado privado.

Palavras Chave: Cartografia; Indisciplinar; Rede; Empresariamento urbano; Financeirização.

ST 9.4 • 03

SOBRE CONFLITOS URBANOS, TERRITÓRIOS E PODER: A DISPUTA PELA INCERTEZA

Raquel Garcia Gonçalves*Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU/UFMG, raquelgargon@hotmail.com***Karina Machado de Castro Simão***Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFMG, karinamdc@yahoo.com.br*

As práticas atuais de planejamento urbano no Brasil vêm reforçando as bases capitalistas do mercado imobiliário e consolidando o processo histórico de exclusão social. Cada vez mais, os espaços públicos gerados pelas intervenções promovidas nas cidades apresentam-se como espaços pouco acessíveis a grande parte da população. Nesse sentido, as cidades vêm sendo submetidas a projetos idealizados pelo empreendedorismo e pelo poder público, muitas vezes sem a participação da população popular. Contudo, da vitalidade das cidades emergem vários conflitos e formas de resistências às atuações governamentais e mercadológicas. As tentativas de evitar as manifestações populares, que por muitas vezes impedem o que seria considerado o bom funcionamento das cidades, nem sempre são bem-sucedidas. Tais tentativas são parte do entendimento neoliberal que coloca a cidadania como sinônimo de não conflito, de harmonia, de paz social. Inicia-se, assim, de forma oposta por parte do governo e também da mídia em geral um trabalho de apresentar os riscos presentes nas manifestações: o vandalismo, os manifestantes denunciados como grupo contrário “aos cidadãos do bem”, disseminando-se o medo, a incerteza e a insegurança. O presente trabalho discute a temática de conflito urbano relacionada à ideia de território e de poder. Parte da ideia de que a incerteza, causa principal da insegurança, é o mais decisivo instrumento de poder (BAUMAN, 2013). Parte ainda do conceito de território como algo definido e delimitado por relações de poder (SOUZA, 2009). Para isso, utiliza de dados catalogados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte no período de janeiro de 2010 a julho de 2016.

Palavras Chave: Conflitos urbanos; Território; Incerteza; Poder.

ST 9.4 • 04

OCUPAR A CIDADE, AS RUAS, AS PRAÇAS E OS ESPAÇOS: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIDADE E AS POSSIBILIDADES DA AÇÃO DIRETA

Polyana Pereira Coelho

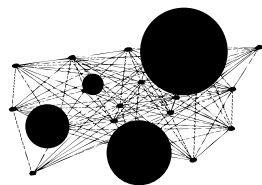
*Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG e NPGAU/UFMG,
polyanapcoelho@gmail.com*

Raquel Garcia Gonçalves

*Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e
NPGAU/UFMG, raquelgargon@hotmail.com*

Diante de uma história marcada pela colonização, pelo sistema coronelista da república oligárquica e pelas ditaduras civil e militar do século XX, a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 logrou a população confiar à liberdade e à participação a solução dos problemas sociais brasileiros tão presentes e tão agressivos à classe trabalhadora. A acelerada urbanização e o exponencial crescimento das cidades ocorrido nos últimos 50 anos, ao contrário do esperado, não diminuíram os problemas sociais, mas escancararam a irreversível situação de crise urbana na qual vivemos. A aclamada cidadania plena, alcançada por meio da coexistência da liberdade, participação e igualdade para todos, confirma-se a cada dia como um ideal inatingível sob o capitalismo. Resultado de um processo histórico de luta permanente dos trabalhadores, oprimidos e explorados pelo sistema social, os direitos, quando conquistados, são apenas em parte efetivados e geralmente necessitam de muita pressão popular para não serem atacados. O século XXI, contudo, reconfigurou os espaços institucionais de participação popular no sentido de garantir a inclusão da população na tomada de decisão. Nesse estudo, investigar-se-á se tais espaços institucionalizados de participação popular alcançaram efetividade diante da tarefa colocada. Pretende-se ainda apontar como algumas experiências contemporâneas de luta por direitos, pautadas na ação direta, podem ser associadas à resistência que permeia os espaços institucionais e assim contribuir para a abertura de um novo ciclo de lutas anticapitalistas centradas na liberdade, na participação, na justiça social e na conquista do direito à cidade.

Palavras Chave: Cidadania; Política urbana; Participação institucionalizada; Ação direta; Direito à cidade.



ST 9.5

Luta por moradia, ocupações e
insurgências urbanas

25.maio
16h - 18h

ST 9.5 • 01

CIDADANIA TRANSGRESSIVA: DESAFIANDO OS CÍRCULOS PERVERSOS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Adriano Parra

UFABC, adriano.parra@ufabc.edu.br

Nas cidades brasileiras da atualidade, o processo histórico de urbanização periférica ampliou-se com a minimização da intervenção estatal sobre a regulação do uso e ocupação do solo, promovendo a estratificação social como status quo urbano. Contudo, a partir da abertura democrática do país, no final da década de 1980, aliada à piora das condições de vida dos mais pobres, surgiram novos movimentos sociais urbanos, dentre os quais os atuais movimentos de ocupação de prédios vazios que buscam o cumprimento da função social da propriedade. Sua atuação busca o direito à cidade a partir de uma cidadania transgressiva. A lógica imobiliária é interrompida pela presença da organização social popular. Entretanto, o objetivo final da cidadania transgressiva não passa pela revolução urbana, mas sim pela equidade social e reconhecimento de seus indivíduos como cidadãos. Assim, este artigo pretende explorar o conceito de cidadania transgressiva e sua relação face aos mecanismos de uso e ocupação do solo do mercado imobiliário, seja ele formal ou informal.

Palavras Chave: Cidadania transgressiva; Mercado imobiliário; Estratificação social; Conflitos sociais.

ST 9.5 • 02

A PRIMAVERA DE JUNHO NA CIDADE DO SOL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM NATAL/RN

Lindijane de Souza Bento Almeida

*UFRN e Observatório das Metrópoles – núcleo Natal.
almeida.lindijane@gmail.com*

Glenda Dantas Ferreira

*Departamento de Políticas Públicas e PPGAU UFRN,
glenda.dpp@gmail.com*

Raquel Maria da Costa Silveira

UFRN, raquelmcsilveira@hotmail.com

Thaysa Taianne Belo Costa

UFRN, thaysa_belo15@hotmail.com.

Ao longo das últimas décadas, uma onda de manifestações reivindicatórias por parte da sociedade civil ganhou força no Brasil, evidenciando uma insatisfação atrelada, entre outras razões, a dificuldades na prestação de serviços básicos, à crise de credibilidade da democracia representativa e aos elevados níveis de corrupção na administração pública. Nesse contexto, após as manifestações ocorridas em junho de 2013, o padrão de organização da sociedade civil brasileira sofreu modificações. Embora os novos movimentos sociais sejam caracterizados, em geral, por possuírem inúmeras motivações - como saúde; educação; direito à moradia; mobilidade urbana e defesa do meio ambiente, conferindo maior coesão entre tais grupos - entende-se que eles demonstram especificidades que merecem ser analisadas, principalmente no que tange ao seu modo de atuação no espaço urbano. Nesse sentido, o presente artigo objetiva traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos na cidade do Natal/RN, entre 2013 e 2016. Para realizar o estudo proposto, o caminho metodológico foi dividido em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma pesquisa de mídia em dois jornais de circulação nacional, buscando conhecer as duas temáticas principais da pauta de reivindicações dos movimentos sociais no Brasil em junho de 2013. Com base nos resultados obtidos nessa etapa, conferiu-se destaque aos movimentos sociais que se relacionam à luta pela garantia do direito à moradia e à mobilidade urbana em Natal. No segundo momento, as análises tiveram como base as entrevistas semiestruturadas com representantes locais dos movimentos sociais.

Palavras Chave: Direito à cidade; Movimentos sociais; Mobilidade urbana; Direito à moradia.

ST 9.5 • 03

PROTESTOS POR MORADIA E POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM CURITIBA: LUTAS POR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL

José Ricardo Vargas de Faria

UFPR, jrvfaria@gmail.com

Simone Aparecida Polli

UTFPR, simonepolli@gmail.com

Ana Claudia Stangarlin Fróes

UFPR, caca.s.froes@gmail.com

A análise do espaço urbano através da complexidade dinâmica que compõe a conflitualidade nos fornece outro retrato das cidades. Além da oportunidade de se compreender os interesses em disputa, a análise dos conflitos possibilita a observação de formas de organização e mobilização social, dos atores políticos e sociais envolvidos, dos tipos de ação coletiva empreendidos e das demandas sociais das populações urbanas. Este artigo analisa as manifestações coletivas por moradia que se organizaram para reivindicar ações do poder público ou se contrapor a ações ou decisões tomadas no âmbito das políticas públicas de habitação. Ao mesmo tempo, destaca as contradições da política habitacional brasileira a partir da compreensão das causas dos conflitos e protestos, indicando que o discurso relativo à garantia do direito à cidade colidiu com os interesses mercantis da produção habitacional, resultando no baixo atendimento da demanda por moradia da população de 0 a 3 SM. Apesar do volume significativo de recursos destinados à habitação, os conflitos não arrefeceram e sim aumentaram, concentrando-se principalmente em reivindicações relativas à produção habitacional e à regularização fundiária. Os protestos são a expressão periférica deste não atendimento aliado à inadequação das ações públicas.

Palavras Chave: Moradia; Conflitos urbanos; Programa Minha Casa Minha Vida; Curitiba; Direito à Cidade.

ST 9.5 • 04

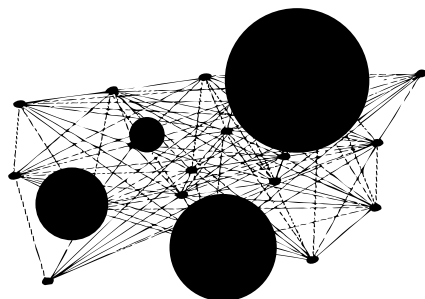
“OCUPAS” E INSURGÊNCIAS NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI

Aluizio Marino

Planejamento e Gestão do Território UFABC, aluizio.marino@ufabc.edu.br

Ao longo do texto serão traçadas algumas críticas acerca da dimensão da participação social nas práticas tradicionais de planejamento e gestão do território, para então justificar a necessidade de outra abordagem, que dialoga com a ideia de planejamento subversivo. Para tanto, a investigação parte da perspectiva “do chão”, a partir de uma cartografia social que mapeou as recentes ocupações na cidade de São Paulo. Identificando esses processos insurgentes como experiências sociais potentes para a construção de alternativas.

Palavras Chave: Participação social; Território; Insurgências; Cartografia social; Ocupações.



ST 10

PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL

Comitê Científico:

Fernanda Sanchez (PPGAU/UFF)

Nilton Ricoy Torres (PPGAU/FAUUSP)

Samuel Steiner dos Santos (PPGAU/UFSC)

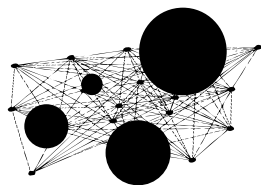
ST10 - PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**TEMAS:**

Teoria da complexidade/pós-positivismo; prática do planejamento voltada para a transformação das realidades política e social contemporâneas; planejamento, gestão e governança urbana; adaptabilidade; auto-organização; emergência; coevolução; “assemblages”; atores-redes; resistência etc.

Esta sessão explora as bases teóricas, epistemológicas e ontológicas do planejamento enquanto prática de transformação social, operando em ambientes marcados pela mudança, fluidez e complexidade. Busca-se nessa sessão reavaliar as concepções de espaço, tempo e lugar, enquanto produto da interação de processos (sociais, econômicos e ambientais) que se consolidam pela regulação de uma “governamentalidade” imanente. Pretende-se aqui explorar as implicações de realidades emergentes tais como a autonomia de iniciativas e movimentos populares, as experiências com a diversidade e com a complexidade no espaço da cidade assim como as abordagens pós-estruturalistas de planejamento que buscam dar sustentação a novas práticas de planejamento em um mundo dinâmico e volátil.

A sessão busca explorar a ideia de complexidade como uma qualidade intrínseca do mundo contemporâneo de onde possa eventualmente emergir a uma sociedade em rede, socialmente mais justa, colaborativa, autônoma e autorregulada. Esta sessão acolhe contribuições teóricas e epistemológicas de planejamento que abordem especialmente os

processos de transição e mudança em curso nos sistemas socioespaciais complexos contemporâneos, assim como as trajetórias que impliquem em novos “devires” espaciais. Essa sessão pretende estimular especialmente reflexões que busquem identificar e expor realidades submersas, virtuais e emergentes que se encontram em processo de se “tornarem” reais – realidades que provavelmente passam despercebidas das concepções clássicas de planejamento. São bem vindas as abordagens que avaliem os desdobramentos das relações humanas/não-humanas com o ambiente físico, e que explicitem direções e meios que permitam ao planejador lidar com as condições de complexidade, incerteza e não-linearidade.



ST 10.1

Políticas Territoriais: entre Redes,
Fronteiras e Escalas

22.maio
14h - 16h

ST 10.1 • 01

A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA: NOTAS SOBRE A VARIÇÃO DAS DISPARIDADES ENTRE AS REGIÕES A PARTIR DO AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Ricardo Nagliati Toppan

Universidade Estadual Paulista, nagliati@outlook.com

Uma das questões mais emblemáticas do desenvolvimento nacional trata-se das desigualdades espaciais historicamente definidas no Brasil. Desde a época da formação das primeiras superintendências, as regiões Norte e Nordeste têm recebido considerável atenção política e grande quantidade de investimentos, além de incentivos fiscais e programas de aumento de renda e geração de postos de trabalho. Apesar do esforço, essa questão ainda é um desafio ao Estado e tem se comportado de modo distinto, em consequência das mudanças das políticas macroeconômicas. Dessa forma, esse artigo procura evidenciar a diferenciação do crescimento econômico das regiões e o processo de desconcentração econômica regional resultante disso a partir do implemento das políticas neoliberais no Brasil. A metodologia empregada se fundamenta na análise de indicadores econômicos como o PIB, PIB per capita e o Valor Adicionado indústria, analisados a partir da divisão macrorregional oficial do IBGE. Esse último indicador faz-se presente em virtude da continuidade do pensamento de Furtado sobre a necessidade de industrialização do Nordeste como fator de rompimento da estrutura exploratória e desigual existente à época da Sudene.

Palavras Chave: Questão Regional; Neoliberalismo; Desenvolvimento.

ST 10.1 • 02

AS 'FRONTEIRAS' DA GOVERNANÇA URBANO-REGIONAL: REFLEXÕES SOBRE PROXIMIDADES, AÇÃO COLETIVA E APRENDIZAGEM

Mariana Galacini Bonadio

Universidade Federal do Paraná, mari.bonadio@gmail.com

A partir de uma crítica a noção de espaço e planejamento como sempre já territorializados – particularmente pela lógica do Estado – que se perpetuam no Estatuto da Metrópole na institucionalização de entidades metropolitanas, o presente artigo se propõe a uma reflexão a cerca dos desafios da configuração contemporânea dos arranjos de poder para a compreensão epistemológica na gestão dos territórios. Para tratar da crescente tensão entre o espaço funcional e o espaço da legitimidade da ação, pública e coletiva, da escala urbano-regional, partimos de um olhar teórico-analítico sobre dinâmicas de proximidade e agentes em rede, em um esforço de entendê-los sob a luz dos processos de aprendizagem e da produção do conhecimento. Ao encontro de um debate sobre o planejamento pelo viés da gestão territorial, estes aportes nos permitem argumentar por uma governança como um sistema de aprendizagem complexo, pressupondo uma atitude política relacional por meio de processos dialógicos e de uma hermenêutica diatópica, capaz de reter os múltiplos sentidos dos devires coetâneos e potencializar os imaginários sociais emancipatórios.

Palavras Chave: Arranjo urbano-regional; Proximidade; Ação coletiva; Governança territorial; Aprendizagem.

ST 10.1 • 03

INCLUSÃO TERRITORIAL: EFETIVIDADE DO DIREITO VIA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Elisa Quint de Souza de Oliveira

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), elisa21355@gmail.com

Pedro Martins

UDESC, weltermartins@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta a direção tomada na busca de um referencial teórico-metodológico que sustente pesquisa visando estabelecer a existência de uma relação entre a ausência de estudos antropológicos e a ineficácia dos métodos de inclusão territorial em Florianópolis. Serão abordados, igualmente, os instrumentos legais utilizados para a regularização fundiária e as escolhas realizadas pelo Poder Público na implementação de políticas públicas. Nesse ínterim, o artigo refere às principais questões acerca da ocupação das terras no Brasil, especialmente em Florianópolis, traçando uma relação entre o histórico dessa ocupação e a necessidade de uma reflexão antropológica para a efetividade da regularização fundiária e consequente inclusão territorial. Propõe, como referencial teórico, a utilização de conceitos ligados à aplicação da política urbana no Brasil como os de regularização fundiária, pacto federativo, loteamentos irregulares e clandestinos, área urbana consolidada, propriedade, inclusão territorial, direito consuetudinário, planejamento e gestão. A expectativa é de que o estudo contribua para o aprofundamento do conhecimento a respeito dos meios de regularização fundiária, sob a perspectiva de um viés antropológico, que considere as especificidades da formação de assentamentos precários para melhor compreender as necessidades dos envolvidos e, consequentemente, atingir a efetividade da legislação existente.

Palavras Chave: Regularização fundiária; Inclusão territorial; Antropologia.

ST 10.1 • 04

INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA EM REDE: A REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Lalita Kraus

Labespaço, IPPUR-UFRJ, kraus.lalita@gmail.com

O objeto apresentado neste trabalho é a ação sociopolítica de uma rede sociogovernamental: a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB. Isto possibilita abordar a rede como uma forma de resistência no território semiárido. A análise inclui a identificação dos elementos e das principais características, que definem a essência da rede enquanto institucionalidade política imanente, com o objetivo de articular a ação a rede, o conceito de imanência e suas consequências em termos de democracia. A pesquisa revelou que a ação da RESAB possibilita inúmeras inovações sociais, embora exista ainda um sistema de comunicação que impede uma plena horizontalidade. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa previu entrevistas, observações não participantes e a análise dos documentos produzidos pela RESAB.

Palavras Chave: Rede; Ação social; Semiárido.

ST 10.1 • 05

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE URBANIDADE METROPOLITANA NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA RMBH

María Florencia Sosa

NPGAU-UFMG, arq.florenciasosa@gmail.com

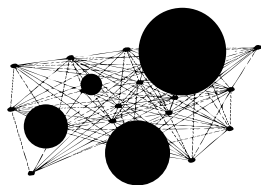
Nos últimos anos começa a ser questionada a hegemonia do modelo de planejamento positivista tecnocrático, o que se traduz no desenvolvimento de experiências de planejamento abertas, mais participativas e transdisciplinares.

Este trabalho tem o objetivo de discutir a importância e urgência de fomentar a formação de uma identidade metropolitana como elemento chave para uma estrutura de governança mais cooperativa sobre um território metropolitano que é entendido aqui como uma construção social mais do que uma escala institucional.

Na primeira parte se discutem os conceitos que permeiam este trabalho: território (e escalas), identidade (e cidadania) e política (como práxis), logo se explica como hipóteses de trabalho que a construção social de uma “identidade de projeto” metropolitana pode ser gerada a partir do fortalecimento de identidades locais que se interconectam em rede, e finalmente apresenta-se o programa de política pública urbana “Lugares de Urbanidade Metropolitana – LUMEs” como caso que pode contribuir na formação e reforço de tal identidade ao promover uma dimensão política e simbólica na (re) configuração de uma identidade metropolitana para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em conclusão, o artigo revisa a utilidade de atribuir de uma identidade social própria às regiões metropolitanas através do planejamento, com a expectativa de que um senso de pertença e de confiança resulte numa gestão mais democrática e dê maior legitimidade à institucionalização da escala metropolitana.

Palavras Chave: Identidade metropolitana; Planejamento metropolitano; Cidadania; Governança metropolitana.



ST 10.2

Conflitos sociais, instrumentos e possibilidades no Planejamento

22.maio

16h - 18h

ST 10.2 • 01

COMO SEM-TETO SE TORNARAM PLANEJADORES URBANOS EM SP?

Felipe Villela de Miranda

IPPUR/UFRJ, flipvillela@gmail.com

Este trabalho investiga implicações para o planejamento urbano da multiplicação de edifícios ocupados por movimentos de moradia na região central da cidade de São Paulo. Com base em referências do planejamento radical e do insurgente, indica-se como o Movimento Sem-teto do Centro (MSTC/FLM) contribui para que o planejamento urbano oficial promova valores de uso do espaço em oposição aos valores de troca. Para tanto, este artigo relaciona a transformação da área central nas últimas décadas com a articulação política que começou nos cortiços e resultou em ocupações de edifícios abandonados, destacando como o discurso dos sem-teto hoje faz referência às conquistas legais da mobilização pela Reforma Urbana, nos anos 1980. Ao mesmo tempo, este texto também aborda o conflito entre interesses populares e imobiliários, tomando como exemplo a Parceria Público-Privada Habitacional, grande projeto proposto recentemente pelo governo do Estado.

Palavras Chave: Planejamento insurgente; Movimentos sociais; Sem-teto; Ocupação; Centro de São Paulo.

ST 10.2 • 02

CONFLITO FUNDIÁRIO, AÇÃO JURÍDICA E PLANO POPULAR EM DIADEMA, SP

Fernanda Kagan Mallak

Universidade Federal do ABC, fernanda.k@ufabc.edu.br

Pedro Fonseca Moreira

Universidade Federal do ABC, pedro.moreira@ufabc.edu.br

Talita Anzei Gonsales

Universidade Federal do ABC, talita.gonsales@ufabc.edu.br

Francisco de Assis Comaru

Universidade Federal do ABC, francisco.comaru@ufabc.edu.br

O artigo debate a questão do conflito fundiário urbano, a partir das políticas de financeirização espacial e grandes projetos de urbanização hegemônicos, como promotores de segregação e espoliação da população marginalizada. Através do estudo situacional do processo de urbanização e industrialização do município de Diadema, aborda-se a formação de assentamentos periféricos e o estabelecimento do contrato de concessão da Rodovia Anchieta-Imigrantes com o Consórcio Ecovias, focando no caso de duas comunidades representativas deste contexto: Barbosinha e Piratininga, considerando as circunstâncias que levaram a formulação de um plano alternativo, a partir da leitura comunitária, como ferramenta na luta contra violações de direito à moradia e as remoções forçadas. A análise baseia-se no projeto de pesquisa e extensão Observatório de Remoções, desenvolvido por meio de parceria entre a Universidade Federal do ABC e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (LabCidade e LabHab). Nas considerações, evidencia-se a falta de solução definitiva sobre o conflito fundiário, do espaço defesa e argumentação das famílias envolvidas, denunciando a influência do judiciário nas questões sociais; além da necessidade de uma abordagem específica e flexível, de acordo com a proposta participativa para realização dos planos urbanos, e destaque para o desempenho da população nas reuniões municipais.

Palavras Chave: Conflito fundiário; Ação civil pública; Planos populares.

ST 10.2 • 03

GÊNERO E PLANEJAMENTO URBANO: TRAJETÓRIA RECENTE DA LITERATURA SOBRE ESSA TEMÁTICA

Ágar Camila Mendes Saraiva

UFMG, agarcamila@gmail.com

Uma das marcas da sociedade industrial moderna é a inserção da mulher no mercado de trabalho. A ruptura com o modelo patriarcal de família, em que cabia a mulher as tarefas domésticas foi substituído ao longo dos séculos XIX e XX. Aos poucos elas passaram a ocupar espaços antes restritos aos homens no mercado de trabalho. Assim, a cidade, antes pensada e organizada por uma lógica patriarcal, mostrava-se estranha para as mulheres que passaram a lutar e reivindicar políticas urbanas voltadas para o redesenho das unidades urbanas. Este trabalho se propôs a mostrar como a literatura especializada tratou a trajetória das lutas e a incorporação das demandas das mulheres nas políticas urbanas e na organização das cidades. Para isso, recorreu a autores como Françoise Choay, Jane Jacob e Dolores Hayden que permitiram recuperar a referida trajetória, as demandas e como elas foram incorporadas em experiências políticas ao longo do último século. Além disso, procurou trazer duas experiências recentes de políticas urbanas empreendidas pelos governos municipais de Viena (Áustria) e Santo André (Brasil). No final ele apresenta algumas considerações que mostram a relevância de tais políticas para redução não só das desigualdades sociais, mas as sexuais e a violência contra a mulher.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Gênero; Mulheres; Feminismo.

ST 10.2 • 04

PLANEJAMENTO E CONFLITOS SOCIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DE LUTAS URBANAS

Giselle Tanaka

IPPUR UFRJ, gisellemegumi@gmail.com

O desenvolvimento de projetos alternativos, utilizando instrumentos e linguagem técnica, tem sido um recurso utilizado pelos movimentos sociais urbanos na luta pela cidade, pelo menos desde a década de 1960. Fora do governo, e questionando suas práticas, propostas alternativas são elaboradas para contestar planos oficiais. Este artigo pretende discutir experiências de planejamento autônomo no contexto de conflitos sociais, no Brasil contemporâneo. As especificidades do caso brasileiro são apresentadas, a partir de uma contextualização histórica, e relacionadas com literatura acadêmica do Norte Global sobre planejamento comunitário, radical e insurgente. O trabalho apresenta em seguida reflexões a partir de casos contemporâneos no Brasil de experiências de planejamento insurgente, alternativo ou autônomo, em contexto de conflitos sociais urbanos desencadeados por grandes projetos urbanos que ameaçam comunidades pobres.

Na cidade neoliberal do século XXI, regulada de acordo com os padrões de governança corporativa e focada na atração de investimentos (especialmente estrangeiros), novas e intensificadas formas de conflitos urbanos acontecem. Movimentos sociais e organizações comunitárias procuram estratégias e meios para resistir e desafiar tal projeto de cidade impostas. Projetos e planos populares e alternativos para o espaço urbano surgem como possíveis instrumentos para defender seu direito à moradia e à cidade, e como forma de reivindicar seu direito de decidir sobre o futuro do espaço urbano, contra forças corporativas aliadas ao poder político.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; Conflitos Sociais Urbanos; Insurgências; Movimentos Sociais Urbanos; Cidades.

ST 10.2 • 05

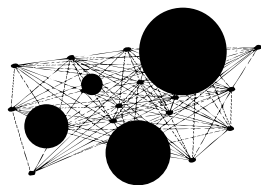
PRÁTICAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO CONTRA INDIFERENÇA À DIFERENÇA: POR UM PLANEJAMENTO DE POSSIBILIDADES

Rossana Brandão Tavares

UNIGRANRIO, rossanatavares@unigranrio.edu.br

A perspectiva de gênero nas concepções de espaço nos estudos urbanos no Brasil ainda tem sido negligenciada. As desigualdades sociais tensionadas pelas contradições de gênero revelam múltiplas realidades, complexidades e experiências urbanas ausentes das concepções clássicas de planejamento. Assim, tomando como base a epistemologia feminista e seus significativos acúmulos teóricos e metodológicos, o artigo expõe uma análise centrada nas práticas sociais de gênero no espaço urbano que desvendam processos de resistência, a serem levados em consideração no caminho de novas práticas de planejamento, que apreciem a autonomia e a diversidade. A base das reflexões expostas se relaciona a pesquisa e conclusões de tese de doutorado que apresenta o conceito de espaços generificados de resistência, isto é, uma geometria espacial complexa e paradoxal resultado de uma pressão por justiça social, próxima ao reconhecimento de que emerge o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres a partir de práticas sociais diante das desigualdades de gênero. Tal caminho metodológico busca emergir questões para a construção de um planejamento de possibilidades, frente às indiferenças no campo, relacionadas às desigualdades de gênero no espaço urbano.

Palavras Chave: Gênero; Práticas sociais; Espaço; Interesses práticos e estratégicos.



ST 10.3

Planos Diretores: entre o
empresariamento e a participação
popular

24.maio
14h - 16h

ST 10.3 • 01

A GESTÃO PARTICIPATIVA NA CIDADE DE SÃO PAULO: FORMULAÇÃO DA POLÍTICA URBANA LOCAL

Ana Paula Ferreira Luz

PUC-Rio, anapaulaluz.arq@gmail.com

Valéria Pereira Bastos

PUC-Rio, vbastos@puc-rio.br

Este artigo é parte de minha dissertação de Mestrado que pretende promover uma reflexão sobre a questão da participação social na formulação de políticas urbanas a partir de experiência vivenciada na cidade de São Paulo em 2016, procurando também avaliar as políticas urbanas e a participação social no Brasil e no município. Para tanto, buscou-se compreender a relevância dos processos participativos no cenário brasileiro e local e a atuação da sociedade civil na formulação de políticas públicas para a cidade. Utilizamos como base metodológica uma pesquisa quali-quantitativa e a técnica de observação participante, acompanhando as reuniões dos conselhos participativos municipais presentes nas trinta e duas subprefeituras da cidade e, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, que objetivou analisar a eficácia dos conselhos e a contribuição dos conselheiros no processo de tomada de decisão e expressão do controle social. Foram ainda realizadas análises das abordagens dos modelos participativos de planos urbanos, o que oportunizou refletir acerca do tema na prática, tanto no contexto do poder público, como pela própria sociedade civil. E por fim, levantamos a questão da efetividade da prática participativa ser propulsora de ações de sustentabilidade social, tendo em vista que a implicação da sociedade na formulação das políticas urbanas, devem inferir a respeito da reestruturação de cidades, alinhando as questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, e outras, que permitam melhores condições de vida da população, bem como de cidades melhores planejadas.

Palavras Chave: Participação social; Política urbana; Planejamento urbano; Conselhos participativos; Sociedade civil.

ST 10.3 • 02

O LUGAR DAS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EMERGENTES NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Heliana F. Mettig Rocha

PPGAU/UFBA, helianamettig@ufba.br

Observando as práticas comunitárias emergentes em áreas urbanas no Brasil e no mundo, estas se assemelham aos novos movimentos sociais da sociedade em rede, pela forma com que expressam resistência criativa. Entretanto, as práticas estudadas se materializam no ambiente construído de forma espontânea, por isso não hegemônica, em relação às intervenções governamentais de projetos de renovação urbana. Pressupõem-se caracterizadas pela autogestão no enfrentamento a impactos sociais e ambientais recorrentes em seu cotidiano. Nesse sentido, a percepção desse fenômeno incita questionar se essas práticas coadunam com o Direito à Cidade por meio da (re)apropriação e produção de lugares que, antes abandonados, passam a ser devolvidos para a cidade – o que também amplia a capacidade transformativa urbana, ao considerar a interdependência dos componentes envolvidos. O artigo analisa dois casos de práticas urbanas emergentes de comunidades em áreas urbanas desfavorecidas, principalmente nas bordas de áreas ambientalmente sensíveis no Rio de Janeiro e São Paulo. As adversidades encontradas são enfrentadas, inicialmente, por propósitos individuais que potencializam a sensibilização da comunidade, fortalece uma rede local de agentes e reflete em mudanças socioespaciais expressivas. O fenômeno é analisado pela abordagem da ecosofia - filosofia que fundamenta o paradigma ético-estético com engajamento político – por meio da interdependência entre as ecologias mental, social e ambiental. Enfim, fica evidenciado o protagonismo exercido pela ação de indivíduos e coletivos nos processos de transformação urbana, o que posiciona o 'lugar' dessas práticas comunitárias emergentes, quando engajadas a questões socioecológicas, como coadjuvantes nas atuais condições de complexidade dos processos de projeto de arquitetura-urbanismo.

Palavras Chave: Práticas comunitárias; Ecosofia; Resistência criativa; Resiliência; Transformação urbana.

ST 10.3 • 03

O PDM DE SALVADOR E A APROPRIAÇÃO EMPRESARIAL DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA DA CIDADE

Hortensia Gomes Pinho

IPPUR - UFRJ, hortensia.gomesp@gmail.com

Este trabalho busca discutir o protagonismo dos agentes imobiliários no planejamento gestão urbana de Salvador a partir do novo Plano Diretor Municipal (PDM), Lei 9.069/2016, buscando demonstrar o favorecimento da classe dominante, facção dos agentes imobiliários. Pontua-se a necessidade da delimitação espacial, dos instrumentos urbanísticos e da imprescindibilidade de sua aplicação estar embasada em estudos técnicos e, demonstra-se os dispositivos do novo PDDU que seguem a lógica capitalista de (re) produção da cidade negando a universalização do direito a esta.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; Agentes imobiliários; PDM; Governança empreendedora; Justiça socioterritorial.

ST 10.3 • 04

PLANEJAMENTO PELO DIREITO À CIDADE E AS PRÁTICAS INSURGENTES NA PERIFERIA DE FORTALEZA

Clarissa F. Sampaio Freitas

Universidade Federal do Ceará, urbcla@gmail.com

O movimento de redemocratização política brasileiro influenciou sobremaneira as práticas de gestão urbana do país. Introduziu um processo de institucionalização de demandas sobre o direito à cidade, expandindo e reconhecendo os limites das práticas tecnocráticas de planejamento urbano. Entretanto, simultaneamente a essa democratização da atividade de planejamento, ocorreu um desmonte dos mecanismos de responsabilidade social do Estado, relacionado com a reestruturação econômica, desregulação e privatização. Diante desse contexto o artigo tem por objetivos (1) identificar a influência da agenda conservadora nas práticas de direito à cidade institucionalizadas na periferia de Fortaleza (2) documentar as estratégias dos moradores da região organizados em movimentos sociais. Possui como método principal observação participante realizada ao longo de 03 anos de atividade de extensão acadêmica de apoio aos movimentos sociais locais, recorrendo ainda a análises espaciais e análises documentais. A observação do processo de produção do espaço na periferia de Fortaleza nas últimas duas décadas, que tem se dado em nome do direito à cidade, revela os limites do atual modelo de planejamento urbano brasileiro. A pesquisa demonstra ainda a necessidade de monitoramento e avaliação contínua dos efeitos socioespaciais das políticas urbanas por parte de grupos localizados fora do aparato estatal, práticas que têm sido conceituadas como planejamento insurgente.

Palavras Chave: Planejamento Insurgente; Direito à Cidade; Fortaleza.

ST 10.3 • 05

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PDDU DE SALVADOR

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade

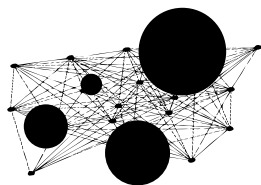
Universidade Federal da Bahia, filipetrindade551@hotmail.com

Edison Violante Neto

Universidade Federal da Bahia, edisonviolante@gmail.com

O presente trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise da participação popular na construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) na cidade de Salvador e Lei de Ordenamento e Uso do Solo (LOUS), além do projeto Salvador 500 lançado pela prefeitura, através de observação dos fóruns participativos, reuniões, audiências públicas e demais meios utilizados pela prefeitura para tornar o processo participativo e dinâmico para a sociedade civil, para a realização do trabalho foi utilizado também alguns textos para fornecer embasamento teórico sobre o tema “participação popular”. Discute-se o real intuito da prefeitura no modo de permitir a participação popular, para a partir da análise inferir se essa participação era realmente possível e condizente com a realidade da população soteropolitana.

Palavras Chave: Participação Popular; PDDU; LOUS; Salvador.



ST 10.4

Planos Diretores em Perspectiva(s)

24.maio

16h - 18h

ST 10.4 • 01

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA REDE DE AGENTES ENVOLVIDOS NA REQUALIFICAÇÃO URBANA EM BAIROS

Michelle Nascimento da Silva

PROPUR (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. michelly_ufrgs@hotmail.com

O presente estudo busca fornecer contribuição teórico-metodológica ao conceito de rede aplicado aos estudos urbanos, mais precisamente, aos estudos voltados à rede de agentes envolvidos na requalificação urbana em bairros a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Para tanto, inicialmente, será apresentada uma breve noção a cerca da construção do objeto científico segundo Bachelard e Bourdieu. Após, versar-se-á sobre requalificação urbana, agentes envolvidos e participação. Por fim, abordaremos o método de pesquisa associado ao estudo de redes proposto por Latour e suas contribuições mais recentes, voltando-as para os estudos junto à rede de agentes envolvidos na requalificação do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS.

Palavras Chave: Epistemologia; Teoria Ator-Rede (TAR); Requalificação urbana; Bairro; Cidade Baixa.

ST 10.4 • 02

O DIREITO À CIDADE E A NOVA AGENDA URBANA DA ONU: PERSPECTIVAS PARA A INOVAÇÃO URBANÍSTICA NO CONTEXTO DO FORTALECIMENTO DO NEOLIBERALISMO

Jordi Sánchez-Cuenca Alomar*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
j.sanchezcuenca@gmail.com*

Com o evento Habitat III e a Nova Agenda Urbana mundial para os próximos 20 anos, se desenvolveu um importante debate sobre as cidades e a sociedade urbana atual, com fortes críticas ao modelo neoliberal dominante. O direito à cidade teve uma importante presença no evento e durante o longo processo de elaboração e negociação do conteúdo da Nova Agenda Urbana. O evento, no qual participou o autor com a apresentação de um trabalho, se converteu também em uma oportunidade para difundir e discutir as recentes inovações em relação à aplicação prática deste conceito. Este artigo apresenta inicialmente uma aproximação ao direito à cidade segundo foi criado pelo filósofo Henri Lefebvre para depois analisar criticamente a Nova Agenda Urbana desde a perspectiva deste conceito, com um foco na América do Sul. A partir destes elementos desenvolvemos uma reflexão histórica crítica sobre o papel do urbanismo e, inspirados pelas experiências do direito à cidade ao redor do mundo, oferecemos propostas para a inovação na prática de um urbanismo crítico e emancipador.

Palavras Chave: Habitat III; Direito à cidade; Urbanismo.

ST 10.4 • 03

PESQUISA URBANA NO BRASIL: UMA LEITURA INICIAL

Vinicius M. Netto*Universidade Federal Fluminense, v1n1netto@yahoo.co.uk***Maria Fiszon***Universidade Federal Fluminense, mariafiszon@gmail.com***Maria Clara Moreira***Universidade Federal Fluminense, maclara.moreira@gmail.com***Ivo Moraes***Universidade Federal Fluminense, ivommoraes@gmail.com*

Uma disciplina que não reconhece a constituição de seus campos e abordagens pode ter dificuldades em conhecer e avançar sobre seus limites, em reconhecer possibilidades, interesses e objetivos tanto epistemológicos quanto institucionais. Este artigo propõe o início de um mapeamento da disciplina dos Estudos Urbanos a partir de um reconhecimento de seus campos, construindo (1) uma visão geral de algumas dos principais campos de investigação hoje no Brasil, (2) uma análise dos interesses e produção de pesquisa no país formando uma espécie de painel da pesquisa urbana no país, e (3) a identificação do grau de influência do contexto na definição de uma agenda nacional de pesquisa. Essa leitura panorâmica percorre como fontes alguns dos principais veículos de publicação do país, como os periódicos RBEUR e URBE e os eventos ENANPUR e ENANPARQ. Nosso panorama avalia campo e eixo temático, a região de origem dos autores e suas instituições. Propomos este trabalho como um estímulo ao esforço de um reconhecimento disciplinar que deve ser ampliado, precisa ser coletivo e ficar permanentemente aberto a contribuições e releituras.

Palavras Chave: Pesquisa; Produção acadêmica; Epistemologia; Contexto.

ST 10.4 • 04

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO NO CONTEXTO DO CIBERESPAÇO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA PRÁTICAS FUTURAS

Rubens Staloch

*Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
rubens.staloch@udesc.br*

Isa de Oliveira Rocha

UDESC, isa.rocha@udesc.br

Pedro Martins

UDESC, weltermartins@yahoo.com.br

As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) proporcionam um rico debate sobre as novas formas de organização social e do desenvolvimento de novas territorialidades, no ciberespaço. A partir de tal premissa, este texto apresenta reflexões sobre a proposição de inserção das TICs, como por exemplo, via aplicativos, na execução do planejamento territorial participativo. Postula-se que o território é o resultado da impressão das relações sociais no espaço, ou seja, das territorialidades existentes, as quais podem hoje ser mediadas no ciberespaço. O percurso teórico-metodológico culmina com a proposição de que o ciberespaço pode ser explorado na via de contribuir ao planejamento e desenvolvimento regional e urbano. A proposta não esgota o diálogo sobre o tema, muito pelo contrário, o objetivo é abrir horizontes para discussões que facilitem o entendimento sobre o alcance das dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do ciberespaço e aplicadas ao planejamento e desenvolvimento territorial, sobretudo, participativo.

Palavras Chave: Planejamento territorial; Ciberespaço; Participação.

ST 10.4 • 05

PLANOS DIRETORES EM LINHA DO TEMPO: CIDADE BRASILEIRA 1960-2015

Clovis Ultramari

*Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social,
Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da PUCPR e
Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
da UFPR. ultramari@yahoo.com*

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva

*Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, PUCPR,
robertoceos@ipardes.pr.gov.br*

Construído com o intuito de provocar um debate a partir daquilo anunciado em seu título, o artigo qualifica e discute a cidade brasileira pela perspectiva das leis de seus planos diretores, acreditando refletirem o entendimento do legislador, mas também do técnico, das organizações participantes dos seus processos de realização e, claro, de interesses intermediados. Para tanto, elabora levantamento e realiza análise de uma seleção de 26 Planos Diretores municipais, para o recorte das dez maiores cidades brasileiras, no período 1960-2015. Os resultados indicam enfoques da cidade e de sua gestão diferenciados por décadas, um incremento na complexidade legal, uma ampliação das responsabilidades pretensamente assumidas, mas também a permanência de uma tradicional preocupação físico-territorial, chegando mesmo a se confundir com eles. Ao mesmo tempo, conclui por um esforço explícito para uma gestão e um acesso à terra mais democráticos; estando ausentes desses avanços o financiamento para a gestão urbana e temas emergentes como a inclusão tecnológica.

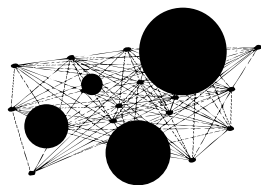
Palavras Chave: Cidades brasileiras; Gestão Urbana; Plano Diretor.

ST 10.5 • 01

A REDE OLÍMPICA NO JOGO DO RIO

Tamara Egler

IPPUR, UFRJ, tamaraegler@gmail.com



ST 10.5

Poder e Planejamento

25.maio

14h - 16h

A questão proposta no presente artigo observa, pensa e analisa a formação, a organização e os objetos de ação dos atores membros da Rede para os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Estamos diante de uma estratégia política, econômica e cultural que articula a associação de organizações internacionais e nacionais, capitais públicos e privados, e também indivíduos em torno do desígnio por realizar os Jogos Olímpicos. Nosso objetivo é investigar como esses atores se organizam com vistas à realização do megaevento olímpico. O maior desafio consiste em ver e ler as relações que se estabelecem entre a rede de atores, os processos de comunicação, os investimentos públicos e privados e a produção de territórios globais na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras Chave: Rede; Megaevento; Capitalismo gestor; Globalização; Rio de Janeiro.

ST 10.5 • 02

ALGUMAS IDEIAS PARA FORMAS ALTERNATIVAS DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Catherine J. S. Gallois

PPGAU-UFF, IPHAN-RJ, cgallois@id.uff.br

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre os desafios e estratégias de planejamento e gestão da conservação do patrimônio urbano, em diálogo com perspectivas críticas de estudos relativos aos impactos dos megaeventos em cidades globalizadas. Grandes projetos urbanos e flexibilizações do planejamento têm resultado em grandes impactos patrimoniais, associados à supressão de espaços públicos e estruturas arquitetônicas de grande valor simbólico, como se pode observar no caso da descaracterização do estádio do Maracanã. Embora este caso já tenha sido tratado por autores da área de planejamento urbano e da história da arquitetura moderna, julgamos oportuno retomar o caso desde o campo da conservação, com o objetivo de se pensar em novas perspectivas para o planejamento e a gestão da conservação do patrimônio cultural urbano. São propostas ações que busquem fazer um balanço entre produção de conhecimento técnico/científico e transparência do processo decisório no interior do processo de gestão. O campo de conhecimento da conservação da arquitetura pode ser amplamente expandido, difundido e integrado numa agenda permanente das políticas dos órgãos de preservação e de pesquisa acadêmica. Mas não só. Desenvolvemos a ideia de que o campo da conservação constitui-se num aspecto crucial do planejamento urbano desde que sejam respeitados e revigorados os mecanismos legais e institucionais já existentes de proteção do patrimônio cultural; que saberes técnicos sejam compartilhados e traduzidos ao público não especializado; que o projeto de intervenção seja um instrumento de transparência pública e que se reconheçam espaços para a participação social dentro do processo decisório.

Palavras Chave: Patrimônio cultural; Planejamento; Gestão; Conservação; Participação social.

ST 10.5 • 03

DISCURSOS DE UMA DISPUTA: PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO A PARTIR DE UMA ANÁLISE DE APROPRIAÇÕES DOS DISCURSOS TÉCNICO E PARTICIPATIVO

Thais Mariano Nassif Salomão

grupo PRAXIS UFMG, thaisnassif@gmail.com

A partir de um referencial teórico que salienta o caráter político da disputa pela cidade, este artigo busca um melhor entendimento a respeito das materialidades simbólicas que integram essa disputa. Uma recuperação histórica da ascensão da participação em meio ao tradicionalmente tecnocrático campo do planejamento urbano brasileiro delimita o técnico e o participativo como discursos de poder que se contrapõem na tomada de decisão sobre o espaço urbano, enquanto o processo participativo tardio vinculado à proposta de implantação de uma Operação Urbana Consorciada no município de Belo Horizonte serve de objeto para o apontamento da relevância da disputa, não apenas entre esses dois discursos, mas também pelo significado desses termos – técnico e participativo – como via essencial para uma produção mais democrática do espaço.

Palavras Chave: Planejamento urbano; Discurso; Poder.

ST 10.5 • 04

REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: ABORDAGENS SOBRE O PODER NA CIDADE

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva

PPEUR - UFRN, alexsandroferreira@hotmail.com

Maria do Livramento Miranda Clementino

*PPEUR - UFRN, Observatório das Metrópoles Núcleo Natal/RN,
mlmcllementino@gmail.com*

Lindijane de Souza Bento Almeida

PPEUR - UFRN, almeida.lindijane@gmail.com

O problema central do presente artigo é estabelecer uma linha teórica que, ao mesmo tempo, separe e articule os elementos constituintes dos Regimes Urbanos e da Governança Urbana. O objetivo é (1) superar os problemas de “nacionalização” dos modelos originais dos Regimes norte americanos, agora adaptados ao contexto brasileiro, e (2) ajustar ao modo de Governança Colaborativa parte das análises sobre o governo, propostas ao enfrentamento dos problemas urbanos e metropolitanos. Como pressuposto, colocamos à pesquisa inicial a dificuldade de transposição da Teoria dos Regimes Urbanos – conforme a literatura anglo-saxã – devido as diferenças históricas da Cultura Política presente nos dois países. Uma possível chave de ajuste será buscada na Governança Colaborativa, como uma forma de gestão dos problemas e da solução dos conflitos. A diferença fundamental desta para os Regimes Urbanos é a crença na produção do equilíbrio entre os interessados (stakeholders), equilíbrio esse guiado por uma liderança “de boa fé”, centrada na dimensão pública e com capacidade de coordenação dos conflitos. O problema do modelo é a ausência de interesses egoísticos. Desse modo, é possível tal adaptação e conciliação teórica? Para tanto, apresentamos uma breve análise teórica dos regimes urbanos e da governança colaborativa, algumas reflexões sobre a construção metodológica das duas abordagens e traçamos um roteiro de pesquisa futura sobre a governança urbana e a gestão de cidades.

Palavras Chave: Regimes Urbanos; Governança colaborativa; Poder; Cidade.

ST 10.5 • 05

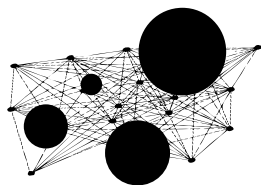
URBANISMO COMO DISPOSITIVO?

Junia Maria Ferrari de Lima

Escola de Arquitetura/UFMG, juniaferrari15@gmail.com

De espaço do trabalho (cidades pré-capitalistas) a espaço da produção (cidades industriais), até os atuais espaços de consumo e concorrência (cidades neoliberais), o que temos visto historicamente nas nossas cidades é uma sucessão de acordos e alianças explicitados (ou não) na forma de planos e regras que, na maioria das vezes, acabam por fomentar práticas controladoras de uso e ocupação do solo. Ou seja, um urbanismo que atua, não como um meio democrático e emancipador de transformação do território, mas como um mecanismo a serviço de uma razão governamental que Foucault nomeia por governamentalidade. A hipótese a ser discutida é que o urbanismo tem se constituído historicamente como um dispositivo que opera a partir de práticas discursivas e não discursivas, e cujo objetivo (ou função estratégica) é o controle e a ordenação dos corpos no território - onde se trabalha, reside, circula, consome, etc.-, de forma a garantir a melhor economia para as populações. Este é o argumento que se vai procurar construir ao longo deste trabalho tendo como referencial teórico alguns conceitos de Foucault.

Palavras Chave: Urbanismo; Dispositivo; Governamentalidade.



ST 10.6

Percursos e deslocamentos de sentido
no Planejamento

25.maio
16h - 18h

ST 10.6 • 01

CIDADE E DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO URBANISMO

Karime Fayad

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, karimefayad@hotmail.com

Nadia Cibele Besciak

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, nadiabesciak@gmail.com

Num contexto de transformação da sociedade contemporânea, considerado por alguns autores como o momento de uma nova revolução urbana, que demanda novas formas de planejar, conceber e gerir as cidades, faz-se importante refletir a respeito de perspectivas para um próximo urbanismo. Considerando que essa sociedade está marcada pelo individualismo e que o urbanismo atual ainda é muito marcado pelo racionalismo e tecnicismo, deve-se discutir a importância da diversidade nessas relações e nas cidades, a fim de propiciar espaços urbanos que considerem opiniões, costumes, hábitos, comportamentos, crenças e gêneros diversos. Assim, pretende-se neste trabalho discutir a importância do tema da diversidade na produção do espaço urbano, esta entendida como multiplicidade, heterogeneidade, pluralidade de ideias, crenças, valores, percepções, culturas e de toda forma de expressão da vida humana, bem como apresentar uma reflexão sobre a utilização de duas abordagens, complementares entre si, uma de viés antropológico e a outra utilizando conceitos de morfologia urbana, para o entendimento e valorização do tema, como diretrizes e propostas para um próximo urbanismo. Conclui-se que, a partir do estudo da morfologia urbana, compreendendo formação, a evolução, a transformação do espaço urbano e de seus elementos, além de suas relações e delas entre os atores sociais, por meio da antropologia e sua metodologia etnográfica, é possível a identificação de formas mais apropriadas para a intervenção no meio urbano visando fomentar a diversidade em cada espaço planejado ou gerido pelo profissional urbanista.

Palavras Chave: Urbanismo; Espaço urbano; Diversidade; Antropologia; Morfologia urbana.

ST 10.6 • 02

ENTRE TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE: O PAPEL DA INFORMAÇÃO NO COMBATE A POLÍTICAS URBANAS EXCLUDENTES

Mariana Costa Lima

Universidade Federal do Ceará, marianaqcl@gmail.com

Desde as suas origens, as políticas urbanas brasileiras tem servido como instrumentos para privilegiar as classes de mais alta renda e excluir os grupos menos favorecidos. Embora haja avanços pós Estatuto da Cidade, esses tendem a ficar mais no discurso do que na prática. As possíveis causas para a incompatibilidade entre as diretrizes das políticas e seus efeitos têm sido apontadas pela literatura recente, mas um fator pouco abordado é a dificuldade de acesso à informação. Constatou-se ainda a existência de uma lacuna de estudos sobre o papel da informação enquanto instrumento para evidenciar desigualdades e privilégios, tanto a informação sobre a cidade existente, quanto aquela sobre as consequências das políticas, planos e normas urbanas. Assim, o presente trabalho pretende contribuir ao refletir sobre as formas através das quais a falta de informação permite políticas urbanas excludentes, mais especificamente nas cidades brasileiras. Argumentamos aqui que a produção e disseminação de informações sobre a cidade diferencia-se de acordo com o grau de legalidade dos assentamentos urbanos. Ao longo da reflexão, buscou-se fazer uma analogia entre informação e luz, destacando os níveis de acesso dos diferentes tipos de informação, entre a transparência e a opacidade.

Palavras Chave: Informação; Transparência; Política Urbana; Exclusão Socioespacial; Geotecnologia.

ST 10.6 • 03

FAVELA-DISCURSO: DAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS INSTITUCIONAIS À INSTAURAÇÃO DA FAVELA-PROBLEMA

Agatha Muller de Carvalho

Grupo de Pesquisa Identidade e Território da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPIT/UFRGS), agatha0muller@gmail.com

O trabalho aborda a questão das disputas discursivas para problematizar as delimitações do fenômeno favela por distintas definições de instituições estabelecidas como Organização das Nações Unidas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Parte-se do problema de que cada definição de favela utiliza distintos critérios de classificação, o que acaba por produzir dados estatísticos diversos que instauram distintas realidades a respeito do mesmo fenômeno e constituem discursos numéricos sobre favela. O trabalho propõe-se a analisar essa problemática a partir de um estudo de análise dos discursos de definições de favela e seus efeitos estatísticos. Assim, pretende-se verificar, a partir dos discursos analisados, as diferenças entre os fenômenos construídos por cada instituição com o fim de estabelecer o entendimento de favela, para este estudo, como um fenômeno espacial.

Palavras Chave: Favela; Discurso; Definição.

ST 10.6 • 04

POTENCIALIZANDO O ÊXITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A INTEGRAÇÃO DE MUNICÍPIOS POR MEIO DA TROCA DE CONHECIMENTOS

Andrea Traub*UTFPR, atraub@alunos.utfpr.edu.br***Joseph Estrela Rodrigues Torres***UTFPR, joseph@alunos.utfpr.edu.br***Anderson Catapan***UTFPR, catapan@utfpr.edu.br***Ana Paula Myszcuk***UTFPR, anap@utfpr.edu.br*

O objetivo principal desta pesquisa é demonstrar a contribuição do Programa de Integração e Compartilhamento de Conhecimento entre Servidores de Curitiba e Região Metropolitana, desenvolvido pelo Instituto Municipal de Administração Pública, para o planejamento e a integração das políticas públicas metropolitanas. Para tanto, foi feita uma análise sobre o planejamento institucional, quando da elaboração do programa, e os resultados efetivamente alcançados, para conhecer a contribuição à gestão e integração das políticas públicas dos municípios envolvidos. No que toca à metodologia, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Os resultados indicam que é possível estimular o servidor público a pensar de maneira ampla e em processos que envolvam o desenvolvimento do território e o fortalecimento local e regional. Conclui-se que através do compartilhamento do conhecimento, da articulação e troca de experiências entre servidores de diferentes municípios, fomenta-se a capacidade de pensar estrategicamente e planejar as ações de maneira integrada, sem descuidar dos aspectos técnicos essenciais, potencializando o êxito da ação governamental materializada nas políticas públicas.

Palavras Chave: Planejamento; Integração; Municípios; Políticas públicas.

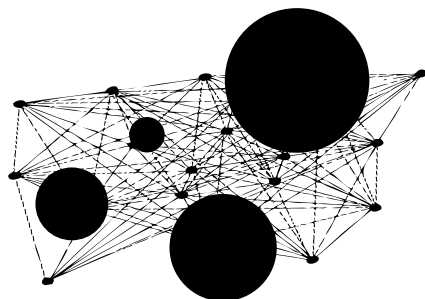
ST 10.6 • 05

RESILIÊNCIA: UM BOM CONCEITO PARA O PROJETO E A REFORMA URBANA?

José Almir Farias*Universidade Federal do Ceará, josealmirfarias@gmail.com*

Crise e resistência são dois termos necessários a uma definição de resiliência, noção polissêmica que se aplica cada vez mais aos territórios, em especial ao espaço urbano, mesmo que ali encontre dificuldades quanto à sua aceitação e operacionalidade. Este artigo pretende demonstrar que a ideia de resiliência urbana pode ser um ponto de partida para questionar o modelo dominante e desvendar outras formas de compreender e teorizar o desenvolvimento das cidades. Em tal perspectiva, busca-se recuperar os sentidos que lhe são atribuídos, destacando os benefícios e potenciais abusos no uso do termo. Considera-se a hipótese de que a resiliência urbana pode contribuir em três aspectos fundamentais para um avanço das práticas urbanísticas: o primeiro é de caráter metodológico, pois reitera a coerência da abordagem global e transversal, sob o crivo de uma avaliação sistemática; o segundo seria o impulso que oferece a um desempenho mais equitativo do projeto urbano, pois ela efetua alterações heurísticas no modo de pensar a cidade, os riscos que ela gera e os desafios para o seu enfrentamento; o terceiro remete ao planejamento e gestão participativos, porque lança luz sobre novos processos de mobilização e negociação contínuas. Uma especulação vem a título de conclusão: seria a resiliência urbana também uma contribuição para reatualizar o debate sobre a reforma urbana no país?

Palavras Chave: Resiliência urbana; Projeto urbano; Reforma Urbana; Políticas urbanas.



ST II

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PERSPECTIVA
DE ATUAÇÃO SOCIAL E PEDAGÓGICA PARA ALÉM
DA SALA DE AULA

Comitê Científico:

Caio Santo Amore (PPGAU/FAUUSP)

João Farias Rovati (PROPUR/UFRGS)

Regina Lins (PPGAU/UFAL)

ST11 - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO SOCIAL E PEDAGÓGICA PARA ALÉM DA SALA DE AULA

TEMAS:

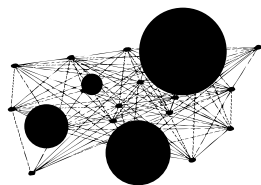
Experiências exitosas de extensão universitária; discussão crítica sobre a extensão; possibilidades de atuação junto à sociedade; formas de financiamento; continuidade e desdobramentos dos projetos de extensão; resultados efetivos; atuação em tempos de crise.

A proposta desta Sessão Temática é refletir, em especial a partir de experiências que possibilitem um avanço real nas discussões, sobre os rumos do ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais e sua relação com a sociedade civil. Assim, a partir dos encaminhamentos do VII e VIII Seminários de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais da ANPUR, o XVII ENANPUR contemplará a discussão sobre permanências e desafios da extensão universitária, na sua relação com o ensino e a pesquisa, evidenciando tanto a relação da grande área temática da ANPUR com a sociedade civil quanto a representação política da própria ANPUR nesse âmbito específico de produção do conhecimento.

A Extensão Universitária é entendida aqui como o espaço de interação da Universidade com a Sociedade, um de seus três pilares, juntamente com ensino e pesquisa, onde a forma de produção do conhecimento a partir de atividades educativas é abrangente e heterodoxa, contempla aspectos formais e não formais, mas, sobretudo, experimentais e compromete-se com a inclusão e a diversidade. Isto posto, a extensão aparece como síntese de ações que envolvem e relacionam diretamente o ensino e a pesquisa com a sociedade – com moradores da cidade e do campo, suas organizações e movimentos.

A Sessão pretende ser um momento de debate sobre possibilidades de atuação da ANPUR e de seus Programas filiados e associados nas suas várias áreas de atuação, a partir de temáticas de extensão tradicionais – como Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio-Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho – e também mais específicas ao nosso campo – como Desenvolvimento regional, Desenvolvimento rural e questão agrária, Desenvolvimento territorial e tecnologias, Direitos individuais e coletivos, Desenvolvimento urbano, Gestão pública e Gestão do trabalho.

A Sessão objetiva, portanto, ser um momento de sistematização, divulgação e discussão da atuação dos programas filiados e associados junto à sociedade civil, promovendo o diálogo necessário entre as experiências extra-classe já realizadas ou em desenvolvimento, identificando as experiências no campo da militância (individual), do apoio e assessoria a movimentos populares e sociais, da elaboração de planos e projetos, da participação em conselhos e outras instâncias de representação e controle social.



ST II.1

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (I)

22.maio
14h - 16h

ST II.1 • 01

ATIVAR : PARA REPENSAR A INDOSSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Julien Ineichein

Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Ecole Nationale Supérieur d'Architecture de Marseille (França). Universidade Federal do Pernambuco, julien.ineichen@gmail.com

Romain Gallart

Université Paris Ouest Nanterre La défense (França) e INCITI - Universidade Federal do Pernambuco, romain.gallart1@gmail.com

A constituição de 1988 instaurar, no artigo 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse princípio, muito debatido, mas relativamente pouco aplicado, é questionado num contexto de concorrência mais forte entre as instituições acadêmicas. Assim, a partir da experiência do INCITI – Innovation for the cities, da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), vamos questionar as novas formas de colaboração entre o poder público local e as universidades. Esse laboratório é o fruto de um convênio entre a prefeitura do Recife e a UFPE para requalificação o papel do Rio Capibaribe na cidade. Esta contribuição se embasa numa pesquisa-ação realizada pelos autores desta comunicação no INCITI, como coordenadores da equipe de ativação. Ela vai permitir de mostrar as especificidades dessa parceria, frisando o seu caráter singular através das suas três dimensões constituintes: as articulações com os atores, a concepção e a realização do projeto, e a pesquisa acadêmica. A partir disso, nós vamos mostrar os fatores limitantes de uma produção de conhecimento com uma perspectiva crítica. Finalmente, nós discutiremos, a partir de um caso particular, as possibilidades de criar novas formas de legitimidade da Universidade pela ação e a animação do debate público local.

Palavras Chave: Pesquisa; Ação; Universidade; Recife; Participação.

ST 11.1 • 02

CURIAR: 5 ANOS DE RESISTÊNCIAS DO ESCRITÓRIO MODELO

Ana Clara Oliveira de Araújo

Curiar – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, clara.oliveiradearaujo@gmail.com

Mariana Ribeiro Pardo

Curiar – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, marianarpardo_@hotmail.com

A proposta de atuação do Curiar – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo –, tem como objetivo promover a extensão do conhecimento adquirido na universidade, como também assumir um compromisso com a realidade social que envolve os estudantes. Para isso, os projetos apresentados pelos escritórios modelo buscam atender comunidades que não possuem acesso ao profissional da área, suscitando a troca de saberes e semeando a importância da coletividade. O Curiar, dentro do ambiente acadêmico da UFBA, assim como nas comunidades ou grupos sociais com que manteve atividades, enfrentou e ainda enfrenta resistências como projeto de extensão universitária. Cabe aqui dizer, que esses obstáculos são produto do desconhecimento, ou desinteresse, da universidade acerca do trabalho realizado pelo escritório modelo. Soma-se a isso as dificuldades em termos de reconhecimento, suporte teórico, falta de financiamento e estranhamento em relação à autonomia outorgada aos estudantes. Nas comunidades, é possível acrescentar que, existem algumas barreiras no trabalho do escritório modelo: a ausência ou ineficiência de lideranças, a baixa assistência de moradores nas ações e a falta de uma visão coletiva de direito à cidade. Apesar dos pontos apresentados, é importante colocar, que mesmo com essas oposições, ele resiste e continuará, pela persistência de pessoas que acreditam nesse projeto.

Palavras Chave: Curiar; Escritório modelo; Extensão universitária; Comunidades; Coletividade.

ST 11.1 • 03

ATELIÊ INTERNACIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Inês Martina Lersch

DUrb/PROPUR/UFRGS, martina.lersch@ufrgs.br

Clarice Misoczky de Oliveira

PROPUR/UFRGS, arq.clarice@gmail.com

Bárbara Maria Giacom Ribeiro

PROPUR/UFRGS, barbara.giacom@ufrgs.br

A partir do conceito de Extensão Universitária, como processo educativo, cultural e científico, da sua articulação indissociável com o Ensino e a Pesquisa e da sua capacidade de transformação entre os sujeitos que a compõe – Universidade e Sociedade, este artigo tem como objetivo compartilhar uma experiência de Ateliê Internacional, reafirmar a extensão universitária como meio de proporcionar um caminho de duas vias para construção do conhecimento, e oportunizar a reflexão do ensino de Projeto Urbano buscando novas possibilidades de ensino e prática. A principal questão que se apresenta é: como as atividades de extensão podem, em interação com a comunidade, promover o ensino e a compreensão sobre a cidade? O artigo procura, ainda, contribuir com o diálogo, apresentando um relato a partir da percepção das autoras diante da experiência. Para tanto, apresentam-se depoimentos de alguns estudantes, imagens e fotos e uma breve descrição do projeto de extensão, baseada no material produzido de modo coletivo até o momento.

Palavras Chave: Extensão; Ensino; Ateliê internacional; Urbanismo; Projeto urbano.

ST 11.1 • 04

REPERCUSSÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTA MARIA MADALENA – RJ

Andréa da Rosa Sampaio

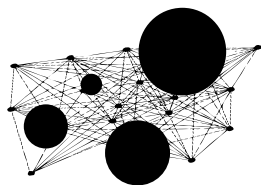
*EAU-PPGAU-UFF, Universidade Federal Fluminense,
andreasampaio@id.uff.br*

Sergio Rodrigues Bahia

EAU-UFF, sergiorodriguesbahial@gmail.com

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento de dois Projetos de Extensão universitária, tendo como objeto o centro histórico da cidade de Santa Maria Madalena, situada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. As ações do projeto ocorreram em função do processo de tombamento paisagístico do centro histórico pelo IPHAN, ainda em curso. Introduzindo as novidades emergentes com a possibilidade de tombamento, a equipe do projeto buscou construir um campo de informação, discussão e envolvimento da Administração Municipal e da população na defesa da preservação da paisagem do centro histórico. A morosidade do processo de tombamento, a conjuntura de ausência de instrumentos de proteção e a falta de capacitação do quadro técnico municipal, resultam em ameaças concretas à conservação do patrimônio ambiental urbano. Mobilizaram-se grupos contrários e favoráveis ao tombamento, com discursos distintos em termos de noção de desenvolvimento. Como conciliar interesses difusos e instaurar um processo participativo diante da ameaça premente de descaracterização da paisagem defendida por segmentos de interlocutores locais? Essa experiência sublinha o quanto a construção de um olhar sobre a paisagem local e a tentativa de construção de uma política de preservação em nível municipal pode se tornar o elemento chave para se discutir não só a cidade, mas o desenvolvimento municipal. Por outro lado, a conjuntura atual encontra-se na contramão do avanço da municipalização das políticas do patrimônio.

Palavras Chave: Centro Histórico; Preservação; Participação social; Gestão urbana.



ST 11.2

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (2)

22.maio
16h - 18h

ST 11.2 • 01

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Eglaisa Micheline Pontes Cunha

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), eglaisa@gmail.com

Francisco Henrique de Oliveira

UDESC, chico.udesc@gmail.com

Este artigo apresenta um diagnóstico dos 12 anos de vigência do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC (2003 a 2015), de forma a situar o processo de capacitação e extensão universitária empreendido pelo Ministério das Cidades como elemento fundamental na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade. Após uma análise do contexto institucional do Programa, serão apresentados os resultados de uma pesquisa documental realizada no acervo do PNCC consolidada sob a forma de um panorama geral da sua oferta, bem como a análise sobre o conjunto de conteúdos, diretrizes metodológicas e linhas de trabalho utilizadas no percurso formativo do Programa. Conclui-se pelo reconhecimento do protagonismo do PNCC diante da temática e do seu público alvo e pela necessidade de seu aperfeiçoamento, seja por meio do reforço da sua institucionalização no âmbito do Ministério das Cidades, seja pela ampliação de sua estrutura no âmbito da criação de uma Escola de Governo para o Desenvolvimento Urbano que vislumbre uma metodologia inovadora, que tenha como eixo estruturante o processo colaborativo integrado aos aplicativos disponíveis no Portal Capacidades e à sua plataforma de educação a distância.

Palavras Chave: Capacitação; Extensão Universitária; Gestão Urbana; Planejamento Urbano.

ST 11.2 • 02

RESISTÊNCIA E MELHORIA HABITACIONAL: REFLEXÕES SOBRE UMA ATUAÇÃO DIALÓGICA JUNTO À COMUNIDADE INDIANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Maria Paula Albernaz

PROURB/FAU/UFRJ, mpaula.albernaz@gmail.com

Fernando Cesar Negrini Minto

PROArq/FAU/UFRJ, fernando@materiabase.com.br

Malu França Brasil

EMAU Abricó FAU/UFRJ, frm.malu@gmail.com

Huani Quintanilha Felinto

EMAU Abricó FAU/UFRJ, hqfelinto@gmail.com

Este artigo se propõe a refletir sobre as contribuições universitárias na resistência à permanência em assentamentos irregulares e busca por melhorias habitacionais, tendo como premissa o permanente diálogo entre a academia e residentes, motivado pela crença na expropriação de parte dos atores da cidade da discussão sobre a produção do espaço urbano. Parte-se do pressuposto de que compartilhar conhecimento técnico e contribuição empírica produz um bem coletivo com sustentabilidade que servirá na mediação entre comunidades e poder público, além de contribuir para estudantes amadurecerem sua compreensão arquitetônico-urbanística da produção habitacional e da cidade ao revelar a realidade política, social e geográfica. A experiência na Comunidade Indiana, favela carioca com 887 habitantes, no âmbito de projetos de extensão universitários que vêm sendo realizados há três anos, é o material empírico para reflexão. O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, a Comissão de Moradores da Indiana, a Associação de Moradores de Indiana e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro são os parceiros desses projetos. As referências teórico-metodológicas para atuação são o pensamento acerca da pedagogia emancipatória, da prevalência de aspectos sociais na questão da moradia, da necessidade de engajamento e entendimento do contexto político. Para reflexão, apresentam-se as ações desenvolvidas divididas em: resposta a demandas institucionais, construção de vínculos com a população envolvida e processo de planejamento. Comenta-se ao final acerca dos avanços vislumbrados e atuais impasses que impedem uma continuidade no processo.

Palavras Chave: Extensão universitária; Atuação em favelas; Comunidade Indiana; Cidade do Rio de Janeiro.

ST 11.2 • 03

QUANDO A PRÁTICA ACADÊMICA SAI AO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA OFICINA MULTIDISCIPLINAR: OS LUMES E A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO – UFMG

Junia Maria Ferrari de Lima

NPGAU-UFMG, juniaferrari15@gmail.com

Maria Florencia Sosa

NPGAU-UFMG, arq.florenciasosa@gmail.com

Laís Grossi de Oliveira

UFMG, grossideoliveira.lais@gmail.com

Ana Paula de Oliveira Freitas

UFMG, ana.oliveiraf96@gmail.com

As potencialidades do ensino de planejamento nas universidades num processo de aprendizado mútuo Sociedade-Universidade, considerando o marco de uma disciplina curricular de graduação ofertada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é o referente que guia este trabalho. O presente artigo apresenta, por um lado, uma reflexão crítica sobre a situação atual no ensino universitário e, por outro lado, a experiência multidisciplinar de alunos e professores da Oficina Multidisciplinar, utilizando-a como instrumento para uma formação mais crítica e pragmática da prática universitária nas comunidades do território metropolitano. O artigo está estruturado em cinco partes: Introdução, a partir da apresentação sucinta da discussão abordada ao longo do trabalho; Resgate ao Programa LUMES, por meio da exposição do contexto das primeiras menções ao programa e sua trajetória no tempo; Aprendizado Mútuo, através da discussão crítica sobre o posicionamento articulador da Universidade, em confronto a uma colocação assistencialista, considerando uma dialética dupla aplicada no contato entre instituição e sociedade; o Programa LUMES e o Aprendizado Mútuo, através da exposição da experiência da oficina multidisciplinar, considerando uma prática que transcende os limites da instituição ao território, junto com o detalhamento do desenvolvimento verificado em cada projeto parceiro da disciplina; e, por fim, Conclusão, fechando a exposição do conteúdo debatido no texto, com uma discussão em torno do papel da Extensão Universitária e sua continuidade no ensino acadêmico.

Palavras Chave: Extensão universitária; Planejamento metropolitano; Universidade-Sociedade.

ST 11.2 • 04

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

Daniel Marostegan e Carneiro
PPGAU - UFBA, daniel@teia.org.br

O presente artigo se insere nos debates da produção da arquitetura e urbanismo de interesse social. Para tanto, parte da contextualização das precariedades urbanas referentes ao fenômeno da urbanização brasileira, a partir do qual apresenta uma trajetória de experiências profissionais que contribuem para a consolidação do campo de atuação das assessorias técnicas em arquitetura e urbanismo. Passa então a refletir sobre a relação entre ensino e extensão em AU e a fragilidade da interação entre teorias e práticas em grande parte das escolas da área, recuperando um breve histórico do que podemos chamar de ensino crítico de arquitetura, que pretende direcionar as ações dos arquitetos e urbanistas para o enfrentamento da cidade real e das demandas da maioria da população. Identificando a extensão como um dos importantes elementos de transformação do ensino em AU, analisa os investimentos do PROEXT-Capacidades nos projetos de extensão contemporâneos ligados aos estudos urbanos e o progressivo crescimento de ações universitárias que contribuem para a consolidação do campo das assessorias técnicas em AU.

Palavras Chave: Extensão universitária; Assessoria técnica; Ensino-extensão; Assistência técnica; Ensino crítico; Arquitetura e urbanismo.

ST 11.2 • 05

PARQUE PINHEIRINHO D'ÁGUA: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO PÚBLICO

Paula Martins Vicente
FAUUSP, paulamv.arq@gmail.com
Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima
FAUUSP, cathypinheiro@gmail.com

A periferia noroeste da cidade de São Paulo desvela uma paisagem urbana densa onde convivem conjuntos habitacionais, favelas e mais recentemente condomínios construídos pelo mercado imobiliário (na disputa flagrante por esses territórios); esse diversificado mosaico habitacional se acomoda sobre uma base biofísica sensível e exuberante, onde ainda é possível observar a resiliência de extraordinárias áreas úmidas (com suas nascentes, córregos e brejos), matas nativas remanescentes e encostas íngremes de cujos topos se descortinam impressionantes perspectivas desse tão singular mosaico urbano. A população dessa região tem se organizado, de forma expressiva, para a garantia de direitos fundamentais em lutas políticas em torno de causas sociais. Entretanto, têm surgido lutas não apenas em prol de necessidades imediatas, como moradia e saúde, mas, também pela reivindicação de espaços livres públicos, como parques e praças, evidenciando uma sensibilização para as questões ambientais, com um desejo implícito por paisagens mais humanizadas. Esses processos contam, predominantemente, com crianças e educadores como protagonistas.

O presente artigo apresenta projetos de Extensão e Cultura que se inserem no âmbito de parcerias entre escola, universidade e poder públicos, discutindo seus ganhos, fragilidades e também a importância de trabalhos dessa natureza na formação técnica e humanística dos participantes e do norte ético que mobiliza pensamentos e ideais em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras Chave: Extensão e cultura; Educação; Espaço público; Paisagem; Processo participativo.

ST 11.3 • 01

A EXTENSÃO DO CONHECIMENTO DAS ÁGUAS NA CIDADE

Roberto Eustaaquio dos Santos

Escola de Arquitetura da UFMG, ro1234ro@gmail.com

Silke Kapp

Escola de Arquitetura da UFMG, kapp.silke@gmail.com

Margarete Maria de Araújo Silva

Escola de Arquitetura da UFMG, 321leta@gmail.com

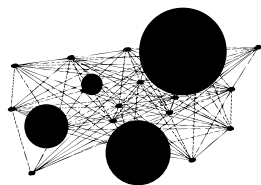
Tiago Castelo Branco Lourenço

Escola de Arquitetura da UFMG, tcblourenco@gmail.com

Partindo de um breve panorama da extensão no cenário brasileiro atual, este trabalho apresenta uma ação extensionista do Grupo de Pesquisa MoM, articulada à pesquisa histórica e socioespacial, bem como a práticas de ensino no âmbito do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da UFMG, da Escola Municipal Professor Edson Pisani - EMPEPI, de ensino fundamental, e do Centro Pedagógico da UFMG - CP, em Belo Horizonte.

Defendemos a ideia de que o trabalho extensionista, para ser frutífero às comunidades e à universidade, deve se dar em escala micro-local e estar orientado para a autonomia coletiva dos grupos integrantes. Além disso, essas ações devem ser constantemente alvo de reflexão teórica visando distinguir características locais e adaptar métodos de investigação e intervenção a cada circunstância.

Palavras Chave: Águas urbanas; Bacia hidrográfica; Material didático; Prática de ensino.



ST 11.3

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (3)

23.mai

14h - 16h

ST 11.3 • 02

ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE TÉCNICOS E COMUNIDADE

Juliana de Kássia Siqueira Pinheiro
julianakspinheiro@gmail.com

Thalyta Fernandes
Universidade Estadual do Maranhão, thalytafernandes.arq@gmail.com

Pensar a prática do profissional arquiteto e urbanista no âmbito da função social da profissão, nos mostra que comumente o saber técnico subjuga os saberes empíricos. Quando se trata da grande parcela da população que não tem acesso ao profissional, a forma de se pensar arquitetura, com a utilização de metodologias projetuais tradicionais, costuma criar uma enorme distância entre profissional e usuário. Envolver as comunidades nos processos de projeto não é uma prática amplamente estimulada, o que torna comum a existência de iniciativas pontuais. Dentre essas iniciativas pontuais, encontra-se a extensão universitária, que no campo da arquitetura e do urbanismo aproxima estudantes de uma realidade social que nem sempre faz parte do seu cotidiano, sendo muitas vezes distante e desconhecida. O presente artigo aborda a atuação dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo como uma prática de extensão universitária e versa sobre os métodos utilizados para que a aproximação entre arquitetos e comunidade seja efetiva durante os processos de projeto. É importante ressaltar que não há uma fórmula a ser usada e que garanta o sucesso e o êxito dos trabalhos. Cada comunidade tem suas especificidades, o que acaba influenciando no modo de lidar com cada uma delas. Quando se inclui a comunidade nos projetos, a arquitetura passa a ser vivida como um processo, e a participação também. Trata-se de um processo de descobertas que vai se construindo a cada encontro com a comunidade e com cada realidade a ser transformada.

Palavras Chave: Participação; Função Social; Escritório modelo; Extensão universitária; Metodologias de aproximação.

ST 11.3 • 03

DIÁRIOS MESSIÂNICOS: EXPERIÊNCIAS, FRACASSOS, REFLEXÕES

Bruno Cesar Euphrasio de Mello
Universidade Feevale, brunocesaremello@gmail.com

Este artigo apresenta a experiência do Projeto de Extensão Reabilitação do Galpão Messias da Reciclagem que promoveu o contato entre um grupo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA-UFRGS) e trabalhadores de uma associação de triagem de resíduos sólidos de Porto Alegre. E, para além de um registro íntimo, reflete, a partir da experiência, sobre o cotidiano universitário e os desafios de se fazer extensão universitária.

Palavras Chave: Extensão Universitária; Reciclagem; Universidade; Porto Alegre.

ST 11.3 • 04

A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

Lívia Salomão Piccinini

UFRGS, livia.piccinini@ufrgs.br

Karla Moroso

UFRGS, karla.moroso@gmail.com

O presente trabalho tenta contribuir com a produção do conhecimento na universidade e ante a responsabilidade social que a legitima, e, ao promover a extensão universitária, reconhece que a injustiça social tem, em si, uma injustiça cognitiva. O artigo descreve um projeto acadêmico que envolve estudantes de arquitetura, o movimento social por moradia e direitos urbanos, e moradores. A importância da questão emerge quando esses olhares convergem para uma realidade complexa presente nas cidades: a favela. O artigo trata de uma ação na Vila União, no Bairro Cristal, em Porto Alegre, um local de lutas, onde sobressai, dentre elas, a luta pela moradia e a terra urbana. A relevância do trabalho tem base na conexão entre atores e ações: os estudantes levados a se defrontar com uma realidade complexa e desconhecida; os movimentos sociais na intermediação conflituosa entre a realidade e a proposição política que guia as ações; os moradores ao contribuírem na construção da materialidade. Os autores (Salingaros, Morin, Milton Santos e Harvey) orientam a proposta provocando um diálogo entre campos do conhecimento. A disciplina, cujas escala de intervenção e abordagem vem sendo alteradas a partir da temática e das áreas urbanas onde se propõe atuar, mantém interlocução com os campos ecológico-paisagístico, do projeto urbano, da habitação e incursões no planejamento urbano. Avaliar essa busca por soluções evolutivas, mais próximas da realidade social na abordagem e na temática do projeto desenvolvido foi a perspectiva aqui adotada.

Palavras Chave: Elaboração metodológica; Projeto paisagístico; Extensão.

ST 11.3 • 05

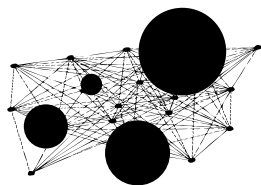
COMPARTILHANDO SABERES: UMA EXPERIÊNCIA DE PROJETO PARTICIPATIVO ENTRE A ACADEMIA E O AMBIENTE ESCOLAR DA EEHR

Marina Bezerril Régis Ramos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, marinabregis@gmail.com

A integração da academia à comunidade escolar é desafiadora e o sucesso faz-se por meio do compartilhamento dos saberes (formais, informais e não formais), através de metodologias que possibilitem a compreensão coletiva das questões físico-espaciais. Essa compreensão se ajusta à atividade projetual, pois promove a apropriação do espaço pelos usuários e os faz se reconhecerem como atores capazes de interferir no ambiente em que vivem, ampliando o empoderamento e a autonomia por meio de ações que transformam tanto o ambiente quanto os participantes. O desenvolvimento de um anteprojeto de requalificação do espaço físico de escola de ensino fundamental menor Hegésippo Reis (EEHR), em Natal/RN (RAMOS, 2015), contou com a participação da comunidade educativa e da estudante de arquitetura. Os objetivos foram: aprofundar o processo de integração do saber acadêmico e escolar por meio do diálogo; entender as demandas através do processo participativo e de uma abordagem interacionista; definir propostas de intervenção por consenso. Autores como Lima (1989), Kowaltowski (2011), Sanoff (2000), Goulart (2013), Bordenave (1984), Gadotti (2006) e Freire (1983), embasaram os procedimentos teóricos-metodológicos para integração do projeto político-pedagógico ao edifício. Realizaram-se conversas informais, workshop de reconhecimento do espaço, oficinas de desenhos e de elaboração de maquete para estudo. A experiência, baseada na práxis universidade-comunidade escolar criou uma dinâmica de fluxo de conhecimento e corresponsabilidade entre todos os envolvidos e o resultado – o projeto arquitetônico – poderá ser tornar ponto de partida para nova atividade coletiva, de obtenção de apoio para a execução.

Palavras Chave: Arquitetura e urbanismo; Escola; Participação; Educação; Projeto participativo.



ST 11.4

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (4)

23.maio
16h - 18h

ST 11.4 • 01

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA – SP

Raquel Alfieri Galera

Universidade Federal do ABC, raquelalfieri@gmail.com

A instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) em conjunto com a Política Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais (PNGRD) pressupõe a articulação de ações nas três esferas do governo, definindo a criação de instrumentos focados na reestruturação de espaços urbanos através da criação de mecanismos preventivos e de mitigação frente à situação de risco. Dentro deste atual cenário político-institucional, o desafio é o desenvolvimento e implantação de estruturas permanentes de planejamento e gestão a partir da criação de novos arranjos institucionais que potencializem redes de cooperação intermunicipal na criação de políticas em escala regional, a criação de uma rede de informação que subsidie ações intersetoriais e a cooperação e troca de informações nos diferentes níveis da administração pública. A partir deste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento pela Universidade Federal do ABC em cooperação com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, integrando sete municípios da região do Grande ABC, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, para o planejamento e gestão com caráter cooperativo, através da padronização de políticas locais, potencializando as respostas individuais frente a diferentes riscos de desastres naturais, tendo como uma de suas perspectivas a elaboração de um Plano Regional de Gestão de Risco de Desastres.

Palavras Chave: Pesquisa e extensão universitária; Gestão de riscos de desastres naturais; Política pública regional; Grande ABC.

ST 11.4 • 02

FAU SOCIAL - PRAÇA DO JARDIM JAQUELINE

Isabel Samaia De Vivo

FAUUSP, isabeldevivo@gmail.com

Marina Vasarini Lopes

FAUUSP, marina.vl@gmail.com

Vitor Soares Miceli

FAUUSP, vitorsomi@gmail.com

Patrick Moraes de Lima

FAUUSP, patrick.morais.lima@usp.br

No início de 2016, ano de fundação da FAU Social, o projeto da Praça na comunidade do Jardim Jaqueline se provou desafiador para os membros da entidade. Com um Grupo de Projeto de alunos que continha desde ingressantes do primeiro ano até ex-alunos, foi uma experiência incrível e o conhecimento adquirido pelo trabalho prático enriqueceu muito a formação de todos.

O objetivo inicial era revisar o projeto realizado por um grupo de extensão composto pelos alunos Daniel Colaço e William Valério, sob a orientação da Profa. Dra. Karina Leitão e propor formas de executá-lo, após passar pelo crivo da comunidade e suas líderes Nívia e Bete em assembleia.

Áreas de estar, mini quadra poliesportiva, teatro, equipamentos de ginástica, caixa de areia com brinquedo para as crianças e horta comunitária foram usos que delinearam o programa da praça. A vontade do Grupo de Projeto, desde o início, foi de aproximar a comunidade da praça antes dos processos de obra terem sido iniciados. Resolvemos, então, realizar mais um momento de aproximação com a comunidade para alinhar as últimas demandas e, em seguida, enviar a versão final do Projeto para a o departamento de Projetos e Obras da Subprefeitura de São Paulo. Para isso, foi feito um café da manhã no terreno, contando com a presença de interessados da comunidade e muitas crianças, que já começaram a ter o primeiro contato com a praça. Todos puderam dar suas sugestões e críticas, mostrando o orgulho de um povo que luta diariamente para morar dignamente.

Palavras Chave: Praça; Jardim Jaqueline; FAU; Social.

ST 11.4 • 03

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE

Regina Bienenstein

PPAGU/UFF, NEPHU/UFF, bienenstein.uff@gmail.com

Glauco Bienenstein

PPAGU/UFF, GPDU/UFF, glaucob01@gmail.com

Eloísa Helena Freire

NEPHU/UFF, PPGAU/UFF, eloisafreire.uff@gmail.com

Daniel Mendes Mesquita de Sousa

NEPHU/UFF, IAB-LM, danielmendesms@yahoo.com.br

Este trabalho discute a experiência de extensão universitária, iniciada nos anos 1980, na Universidade Federal Fluminense, voltada para a luta pelo direito à cidade, diante da urbanização seletiva e excludente, onde o mercado de terras e a produção do ambiente construído têm garantido e ampliado as fronteiras da acumulação urbana. Iniciada com a solicitação de apoio técnico da Favela do Gato, São Gonçalo, RJ, ameaçada de remoção pelas obras da rodovia BR-101 (Niterói-Manilha), se integra com atividades de ensino e pesquisa. A partir dos resultados positivos do primeiro projeto, foi institucionalizado na UFF em 1986 com a criação do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF). Teve, desde sua origem, dois objetivos principais: fortalecer movimentos insurgentes, visando transformar quadros de exclusão e penalização das classes populares e formar profissionais críticos que contribuam para a construção de cidades igualitárias e democráticas. A atuação do NEPHU colocou em pauta a assessoria técnica enquanto ação voltada para o direito à moradia, como prática de um tipo de planejamento politizado e insurgente, caracterizado pelo enfrentamento do conflito, considerando diferentes agentes e atores sociais e seus interesses antagônicos, buscando contribuir com as lutas identificadas com a produção e a reprodução do espaço urbano a partir de um viés socialmente referenciado. Diversas dificuldades, obstáculos, desafios e perspectivas concorreram para a consolidação desta proposta e compõem o rol de questões discutidas, que têm nos casos da Favela do Gato e da comunidade Vila Autódromo, Rio de Janeiro, exemplos emblemáticos da trajetória de atuação do NEPHU/UFF.

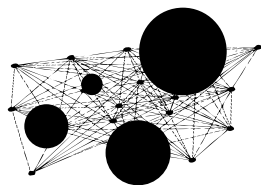
Palavras Chave: Extensão Universitária; Direito à Moradia; Direito à cidade; Assessoria técnica.

ST 11.4 • 04

**RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA:
IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA EM ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO NA UFBA****Angela Maria Gordilho Souza**
PPGAU-UFBA, amgs@ufba.br

O artigo apresenta a experiência da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada de forma pioneira em 2011 pela Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Arquitetura, em parceria com a Escola Politécnica dessa universidade, como pós-graduação lato sensu inspirada na política pública consolidada da área médica e de saúde. Constitui uma especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, que põe em prática a Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social –, em resposta às amplas demandas urbanas no contexto atual das cidades brasileiras. Integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Residência AU+E/UFBA, agora na sua 3ª. Edição, com nucleações colaborativas em outras universidades, vem cumprir os requisitos para viabilizar um programa permanente no âmbito da pós-graduação. Visa capacitar profissionais e cidadãos na elaboração de projetos participativos de melhoria da moradia em termos amplos de inclusão urbana, atuando em projetos de interesse coletivo, como instrumento de potencialização de investimentos públicos nessa área de atuação e afins. Ampliam-se assim, para além da inovação propositiva e projetual, novas possibilidades acadêmicas de política de pós-graduação em prol da formação continuada, multidisciplinar e inserção social da universidade, com perspectivas de expansão em rede nacional, portanto em grande escala, contribuindo assim, para a conquista de cidades melhores e mais justas.

Palavras Chave: Assistência técnica; Universidade; Residência profissional; Projetos participativos; Inovação social.



ST 11.5

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (5)

24.maio
14h - 16h

ST 11.5 • 01

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENQUANTO ACESSORIA TÉCNICA: EXPERIÊNCIA COM O ASSENTAMENTO DOM PEDRO CASALDÁLIGA - CAJAMAR, SP

Bárbara Mühle

FAU USP, barbaramuhle@gmail.com

Mathews Vichr Lopes

FAU USP, mvichrl@gmail.com

Victor de Almeida Presser

FAU USP, vapresser@gmail.com

Este presente artigo é um relato autocrítico sobre a experiência de trabalho do Grupo de Construção Agroecológica (GCA) junto ao assentamento Dom Pedro Casaldáliga, na tentativa de acessar verbas para o financiamento das reformas de 28 casas de famílias assentadas, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) da Caixa Econômica Federal. O GCA é um coletivo autogerido por estudantes, que se enquadra institucionalmente enquanto Extensão Universitária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Numa reflexão acerca do trabalho em forma de assessoria técnica desenvolvido pelo GCA junto ao assentamento, busca-se neste artigo discutir os problemas e as soluções encontradas durante este processo, bem como possibilidades de intersecção entre extensão universitária e políticas habitacionais.

Palavras Chave: Extensão universitária; Assessoria técnica; Política habitacional; Reforma; Assentamento rural.

ST 11.5 • 02

ENCONTRO DE COMUNIDADES E OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES: EXPERIMENTAÇÕES DE UMA PRÁXIS EDUCATIVA EM FORTALEZA

Valéria Pinheiro

Laboratório de Estudos em Habitação da Universidade Federal do Ceará (UFC), pacienciarevolucionário@gmail.com

Lucas Gollignac Lessa

Departamento de Arquitetura e Urbanismo UFC, lucaslessa92@gmail.com

Francisco Fábio Montenegro Veras

Departamento de Arquitetura e Urbanismo UFC, fcofabiomontenegro@gmail.com

Em uma cidade que apresenta grandes disparidades sociais, o Laboratório de Estudos em Habitação desenvolve suas pesquisas no sentido de, dentre outras dimensões, entender como atuam os diferentes agentes produtores do espaço urbano. Através da participação em espaços que discutem o planejamento da cidade, como conselhos e audiências, e a atuação em redes de movimentos sociais, é possível verificar como o poder público tem desconsiderado as diretrizes de gestão democrática das cidades, priorizando os interesses do mercado imobiliário em detrimento de medidas que beneficiem as comunidades e os assentamentos precários. O LEHAB percebe então a importância da Universidade atuar no fortalecimento de articulações para defesa do direito à cidade que possam combater as ações autoritárias do Poder Público e debater sobre um novo modelo de desenvolvimento urbano. Então, considerando a experiência em pesquisas advocacy, as ações de extensão encontram-se diretamente conectadas com o cotidiano de pesquisa. Esse artigo traz a experiência do Encontro de Comunidades, como uma atividade de mão dupla, onde foram intercambiadas informações importantes para as redes de resistência e ao mesmo tempo produzida uma cartografia social que confirma a falta de intersecção dos processos de planejamento urbano. Nesse contexto de acirramento das contradições urbanas, o aumento dos casos de remoções forçadas tem chamado a atenção. Por isso, apresentamos neste artigo também o processo de construção do Observatório de Remoções de Fortaleza e seus resultados preliminares como método de sistematização de dados para análise e intervenção da Universidade junto aos movimentos e outros agentes.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; Extensão universitária; Advocacy.

ST 11.5 • 03

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNIDADES ASSOCIATIVAS: POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DOS ASSENTAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, O CASO DE PONTÃO-RS

Luiz Felipe Leão Maia Brandão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), luiz.brandao@uffs.edu.br

Ricardo Socas Wiese

UFFS, ricardo.wiese@uffs.edu.br

A extensão universitária é um relevante âmbito de interlocução entre a academia e o meio social no qual ela se insere. Mediante à obra de Freire (1983, 1996), entende-se que a extensão deve ser uma via de mão-dupla entre a universidade e a sociedade, capaz de levantar novas questões e produzir novos saberes. Sob essa perspectiva, as comunidades associativas se apresentam como um interlocutor privilegiado para a extensão universitária, devido ao seu caráter disruptivo e potencial de apresentar problemáticas ainda não percebidas. O objetivo do presente trabalho é analisar as potencialidades pedagógicas da atividade de extensão universitária voltada às comunidades associativas. Adota-se como estudo de caso o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) localizado no município de Pontão, Rio Grande do Sul. O artigo discute: o papel da extensão universitária como fomentadora do debate urbano; o potencial pedagógico das formas associativas de organização enquanto objeto da extensão universitária; as potencialidades de aprendizado contidas nos assentamentos do MST, a partir de relato de experiências realizadas junto aos assentados de Pontão. Conclui-se que a extensão universitária em comunidades associativas pode desempenhar um relevante papel pedagógico, na medida em que tais modelos de organização social rompem com paradigmas sedimentados nas discussões acadêmicas contemporâneas, como a naturalização da propriedade privada da terra.

Palavras Chave: Extensão universitária; Comunidades associativas; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

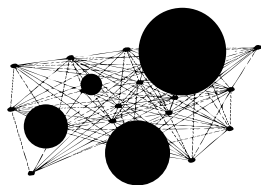
ST 11.5 • 04

INTERLOCUÇÕES INSTITUCIONAIS: A EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

Renata Eloah Aguiar Moreira
FAUUSP, reloah@gmail.com

Nos últimos anos, o Brasil vem implementando políticas públicas de participações sociais, o que tem transformado a realização prática do planejamento urbano. Movimentos sociais e atores estatais buscam formas inovadoras de comunicação e negociação, com o objetivo de consolidação dos espaços participativos. A experiência da Residência em Planejamento e Gestão Urbana, realizada a partir da parceria entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo - SMDU-PMSP, aparecerá nesse contexto de fortalecimento do diálogo entre sociedade civil e o Estado. Esta aparece então, como uma forte oportunidade de redirecionar o olhar e a formação dos profissionais formados em arquitetura e urbanismo para a gestão pública e urbana. Portanto, o presente trabalho propõe refletir sobre a experiência desta Residência, mapeando a complexidade do seu desenvolvimento, sua variedade de atores, assim como, buscando seus limites, benefícios e potencialidades, sobretudo no fortalecimento do debate do direito à cidade. Aponta a universidade como um possível e potente intermédio entre o Estado e a Sociedade Civil, no processo de alargamento democrático.

Palavras Chave: Residência em Planejamento e Gestão Urbana; Planos Regionais das Subprefeituras; Planejamento Participativo; Papel Social da Universidade.



ST 11.6

A Extensão Universitária como
Perspectiva de Atuação Social e
Pedagógica para além da sala de aula (6)

24.maio
16h - 18h

ST 11.6 • 01

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ATUAÇÃO SOCIAL E PEDAGÓGICA EM CIDADE TOMBADA COMO PATRIMÔNIO NACIONAL

Douglas Emerson Deicke Heidtmann Jr

*Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do
Estado de Santa Catarina, douglasemerson@gmail.com*

Julieta de Toledo

Universidade do Estado de Santa Catarina, julieta.toledo@hotmail.com

Renata Lais Bogo

Universidade do Estado de Santa Catarina, bogo.renata@gmail.com

O presente trabalho trata das interações entre o ensino de Arquitetura e Urbanismo e a Educação Patrimonial, em cidade tombada como Patrimônio Nacional, como pontos fundamentais, a partir da realização do Programa de Extensão denominado “Comunidade RETRÔ: MEDIADORES DO PATRIMÔNIO”, por alunos do Centro de Educação Superior da Região Sul da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Aponta-se a necessidade de construção de pedagogias inovadoras em Arquitetura e Urbanismo como aspecto essencial para a aproximação das atividades acadêmicas à realidade dos estudantes, constituindo-as no registro e difusão dos resultados obtidos na disciplina de Técnicas Retrospectivas. Os métodos empregados foram: 1. produção de documentários que auxiliam a comunidade lagunense na conscientização sobre a valorização do patrimônio cultural representado, principalmente, pelas edificações do centro histórico protegido por tombamento federal e pela atividade pesqueira no complexo lagunar e 2. elaboração de modelos tridimensionais em papel de algumas edificações históricas lagunenses a fim de estimular a conscientização do valor do patrimônio histórico e cultural de Laguna por parte das crianças do ensino fundamental. Tais iniciativas de Educação Patrimonial, aplicada junto à comunidade, pretendem suprir uma lacuna existente no processo de preservação do patrimônio em Laguna, promovendo ações capazes de auxiliar o IPHAN como órgão de preservação responsável bem como a Prefeitura Municipal de Laguna. (...)

Palavras Chave: Preservação do Patrimônio; Educação Patrimonial; Cidade.

ST 11.6 • 02

COLETIVO CAETÉS E O COMPLEXO ESPORTIVO DR. SÓCRATES BRASILEIRO

Ana Cristina S. Morais

FAUUSP, anacmoraiss@gmail.com

Evelyn Harumi Tomoyose

FAUUSP, evelyn.tomoyose@usp.br

Victor de Almeida Presser

FAUUSP, vapresser@gmail.com

A Extensão Universitária, juntamente com ensino e pesquisa, é um dos três pilares da Universidade, sendo seu espaço de interação com a sociedade. Dessa forma, a extensão é o meio em que é possível produzir conhecimento e aprendizado através da prática, construídos coletiva e horizontalmente, sendo de grande importância para o profissional em formação. No entanto, a extensão não é muito explorada na Universidade, enfrentando dificuldades para sua realização e implementação. O objetivo deste artigo é apresentar os desafios enfrentados pelo Coletivo Caetés – coletivo de estudantes de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP – durante a concepção e processo de implementação do Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dessa forma, além de apresentar o coletivo e o projeto, o artigo expõe as dificuldades enfrentadas pelo grupo e o ganho de conhecimento obtido com o projeto.

Palavras Chave: Coletivo Caetés; FAUUSP; ENFF; MST.

ST 11.6 • 03

#BIKENALETE: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE AÇÃO EXTENSIONISTA EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG

Clarissa Cordeiro de Campos

*Universidade Federal de São João del-Rei,
clarissa.cordeiro@ufsj.edu.br*

O projeto de extensão #bikenaleite, desenvolvido durante o segundo semestre de 2015 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) teve como foco principal discutir e propor coletivamente uma rota cicloviária para São João del-Rei/MG e testar um trecho da mesma através de uma ciclovia temporária. A proposta partiu da demanda frequentemente apontada pelos alunos do curso, de melhores condições de mobilidade e segurança para ciclistas e pedestres no município. Tivemos como premissas a integração entre teoria e prática, voltada para um planejamento urbano mais democrático, e uma atuação diferenciada no campo da arquitetura. A extensão se desenvolveu conjuntamente a um estúdio prático de projetos, envolvendo estudantes do terceiro ao sexto períodos. Durante a realização da ciclovia temporária procurou-se dialogar com pedestres, ciclistas, motoristas, comerciantes e funcionários de comércios locais, de forma a levantar dados que permitissem avaliar criticamente a ação e propor novos desenvolvimentos para o grupo. Os resultados alcançados confirmaram a necessidade de se envolver a comunidade local desde as primeiras etapas de trabalho, de forma a contribuir para ganhos de autonomia, tendo como horizonte uma crescente virtualização do processo de construção, uso e transformação do espaço público.

Palavras Chave: Ciclovias; Planejamento urbano; Autonomia; Participação.

ST 11.6 • 04

PERIFÉRICO, TRABALHOS EMERGENTES: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NOS TFGS DA FAU/UNB

Liza Maria Souza de Andrade

*Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
lizamsa@gmail.com*

Com o avanço do capitalismo global, de políticas neoliberais, de austeridade em vários âmbitos, a área de extensão nas universidades terá num futuro próximo um papel muito significativo. As teorias e práticas urbanísticas e do território precisam passar por uma profunda reflexão e mudanças. A ideia de criar o grupo “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB surgiu para atender uma grande demanda de projetos sociais que o escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU/CASAS - da FAU/UnB não consegue suprir. Este grupo visa trabalhar com temas marginais, pouco abordados nos cursos de arquitetura de forma emergente, envolvendo as comunidades na participação da elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos Trabalhos Finais de Graduação, visando melhorar a atuação dos arquitetos na produção do ambiente construído que ainda gira em torno de 8%. Até o momento foram desenvolvidos os seguintes temas: habitação social, plano de bairro, espaços socioprodutivos no campo, equipamentos comunitários, espaços públicos e parques urbanos. O objetivo deste artigo é apresentar resultados dessa experiência, a metodologia utilizada no processo de projeção, tanto a participação quanto as análises e soluções de padrões espaciais baseados em Alexander et al (1977) e Andrade (2014). A metodologia se mostrou satisfatória, considerando o envolvimento da comunidade e a continuidade de alguns projetos, bem como transformação do estudante no processo de aprendizagem e a qualidade dos projetos apresentados. O grande desafio ainda a vencer é conciliar o tempo da comunidade com o tempo de cobrança da universidade, o que acaba atropelando as ações com a comunidade.

Palavras Chave: Periférico; Trabalhos emergentes; Urbanismo participativo; Padrões espaciais; Trabalhos finais de graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi 74
ABREU, Marlon Altavini de 55
AGUIAR, Alexandre de Oliveira e 134
ALBERNAZ, Maria Paula 312
ALBUQUERQUE, Igor Jordão Coutinho de 64
ALBUQUERQUE, Tatiana Sanson 263
ALCANTARA, Denise de 259
ALFONSO, Oscar 31
ALLUCCI, Renata Rendelucci 230
ALMEIDA, Eneida de 192
ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de 71
ALMEIDA, Guadalupe M. J. Abib de 35, 181
ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento 283, 302
ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de 67, 141
ALMEIDA, Lutero Pöscholdt 125
ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de 67
ALOMAR, Jordi Sánchez-Cuenca 298
ALVARES, Lucia Capanema 191
ALVES, Diógenes Salas 267
ALVES, Dionathas 88
ALVES, Manoel A. Lopes Rodrigues 31
ALVES, Obede Rodrigues 151
ALVES, Rafael de Oliveira 270
ALVIM, Ana Márcia Moeira 257
AMARAL, João Benvido do 257
AMARAL, Pedro 24
AMARAL, Raquel Dantas do 64, 117
AMORE, Caio Santo 26, 30
AMORIM, Luiz Manuel do Eirado 249
ANDRADE, Daniel José de 99
ANDRADE Jr., Jacks de Mello 212
ANDRADE, Liza Maria Souza de 29, 325
ANDRADE, Luciana 32
ANDRADE, Luciana Teixeira de 97
ANDRADE, Victor 73
ANELLI, Renato 224
ANTÃO, Renata Cristina do Nascimento 82
ANTOCHEVIZ, Fabiana Bugs 249
ARAGÃO, Thaís Amorim 198
ARAGÃO, Thêmis Amorim 34, 93
ARANTES, Pedro Fiori 21, 36, 279

ARAÚJO, Ana Clara Oliveira de 309
ARAÚJO, Artur Hugo Ribeiro Corrêa de 52
ARAÚJO, Cristina 105
ARAÚJO, Eduardo Santos 78
ARAÚJO, Flávia de Sousa 168
ARAÚJO, Frederico Bandeira 33
ARAÚJO, Roberson Cesar A. 258
ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de 130
ARDILA, Giselle Andrea Osorio 136
AREND, Natan Franciel 208
ARMINDA, Maria 24
ARROYO, Mónica 32
ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de 165
ARUTO, Pietro Caldeirini 28
ATAÍDE, Ruth Maria da Costa 131
AUMOND, Juarês José 144
AVERSA, Marcelo 76
AYOUB, Thamine de Almeida Ayoub 183
AZEVEDO, Nathália Figueiredo de 139
AZZULIN, Mayara Bormann 248

B

BAENINGER, Rosana 58, 199
BAHIA, Sergio Rodrigues 310
BAHN, Gautham 22
BAIERLE, Sérgio 30
BALDION, Alejandro Sebastian Mejia 212
BALTAZAR, Ana Paula 180
BANDEIRA, Otniel Alencar 151
BARANDIER, Henrique 31
BARAVELLI, José 26
BARBOSA, Benedito 24
BARBOSA, David Tavares 274
BARBOSA, Jorge Luiz 191
BARCELLOS, Tomás de Siervi 28
BARREIRA, Celene Cunha Monteiro A. 94
BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas 146
BARRETO, Raúl Ceferino Vallés 30
BARROS FILHO, Mauro Normando Macêdo 204
BASTOS, Suzana Quinet de Andrade 146

BASTOS, Valéria Pereira 294
 BATISTA, Marina Oliveira Vaz 194
 BATISTA, Pedro Henrique Lopes 36
 BAZOLLI, João Aparecido 35
 BEIROZ, Hélio 31
 BENTES, Júlio Cláudio da Gama 28
 BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço 103, 164
 BERTOL, Laura Esmanhoto 33
 BESCIAK, Nadia Cibele 303
 BETARELLI FILHO, Admir Antônio 146
 BEZERRA, David Ricardo Colaço 36
 BIBAS, Luna 213
 BIENENSTEIN, Glauco 31, 37, 318
 BIENENSTEIN, Regina 31, 318
 BIERNASKI, Izabel 149
 BITAR, Omar Yazbek 36
 BITTENCOURT, Sofia Arrias 87
 BIVAR, Wasmalia 25
 BLANCO Jr., Cid 34
 BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca 32
 BOGO, Renata Lais 323
 BONADIO, Mariana Galacini 289
 BOND, Patrick 22
 BONDUKI, Nabil 30
 BONICENHA, Rodrigo Cardoso 116
 BORGES, Maurício 24
 BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana 28
 BOTAS, Nilce Aravecchia 32
 BOTTURA, Ana Carla de Lira 115
 BRAATHEN, Einar 37
 BRAGA, Andrea da Costa 46, 208
 BRAGA, Patrícia Pedrosa Alves 251
 BRAGATTO, Yara Boscolo 235
 BRAJATO, Dânia 84
 BRANDÃO, Carlos Antônio 21, 33, 37
 BRANDÃO, Luiz Felipe Leão Maia 321
 BRASIL, Amíria Bezerra 101
 BRASILEIRO, Flávio Tavares 110
 BRASIL, Malu França 312
 BRAUN, Samara 144
 BRESCIANI, Maria Stella Martins 29

BRESSANI, Luis Antonio 36
 BRILHANTE, Ronaldo 237
 BRITTO, Ana Lucia 148
 BROUDEHOUX, Anne-Marie 111
 BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira 94
 BUENO, Laura Machado de Mello 95
 BUTZKE, Luciana 114

C

CABRAL, Jaime Joaquim da Silva Pereira 36
 CAETANO, Fernando Domingues 98, 248
 CAFRUNE, Marcelo 35
 CAIXETA, Eline Maria de Moura 166
 CALDAS, Bianca 34
 CALDELLAS, Priscilla 182
 CAMARGO, Camila Moreno de 169
 CAMARGO, Kelly Cristina de Moraes 52
 CAMINHA, Julia Vilela 272
 CAMPANTE, Ana Lúcia Goyatá 130
 CAMPOS, Clarissa Cordeiro de 324
 CAMPOS, Fábio 21
 CAMPOS, Heleniza Ávila 46
 CAMPOS, Pedro Abramo 31
 CAMPOS, Wagner Moreira 30
 CÂNDIDO, Lucas 56, 76
 CANETTIERI, Thiago 28, 280
 CANIL, Kátia 36, 260
 CANO, Wilson 33
 CANUTO, Frederico 275, 278
 CAPASSO, Larissa Werneck 183
 CAPASSO, Marcelo Mota 101
 CARDEMAN, Rogério Goldfeld 250
 CARDENAL, Jozieli Camila 219
 CARDOSO, Adauto Lucio 29, 155
 CARDOSO, Ana Cláudia 24, 56, 213
 CARDOSO, Gabriel Napoleão 69
 CARDOSO, Renan Telles 133
 CARDOSO, Renata Carrero 126
 CARDOZO, Soraia Aparecida 79
 CARLOS, Ana Fani Alessandri 30

CARMO, Bárbara Helena Almeida 229
CARNEIRO, Daniel Marostegan e 313
CARNEIRO, Karine Gonçalves 28
CAROLINO, Ariella Kreitlon 132
CARVALHO, Agatha Muller de 304
CARVALHO, Eduardo Teixeira de 30
CARVALHO, Luciane Mitraud 223
CARVALHO, Márcia Cardim de 161
CARVALHO, Nina Lavezzo de 275
CARVALHO, Paulo Fernando Braga 257
CASSIANO, Andréia Márcia 131
CASTAGNO, Mara 34
CASTRO, Ana 26, 231
CASTRO, Carolina Maria Pozzi de 121, 156
CASTRO, Danielle Maranhão de 69
CASTRO, Edna 24
CATAIA, Márcio 79
CATAPAN, Anderson 305
CAVALCANTE, André Luiz 191
CAVALCANTI, Débora 26
CAVALCANTI, Emanuel Ramos 101
CAVALCANTI, Flávia Garofalo 195
CAVALCANTI, Mariana 35
CHATEL, Catherine 28
CHAVES, Luisa de Moura 134
CHIQUITO, Elisângela de Almeida 32
CIRO, Eulalia Hernández 32
CLASEN, Carolina Mesquita 217
CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda 302
COBOS, Emilio Pradilla 42
COCOZZA, Glauco de Paula 266
COELHO, Polyana Pereira 281
COELHO, Vitarque 33
COLI, Luis Régis 140
COLUSSO, Izabele 255
COMARU, Francisco de Assis 26, 292
CORAGEM, Ivany Coeli Leal 207
CORONA, Hieda Maria Pagliosa 219
CORREIA, Katrícia Almeida 49
CORREIA, Arícia Fernandes 34
CORREIA, Ludmila de Araujo 260

COSENTINO, Renato 36
COSTA, Geraldo M. 24
COSTA, Geraldo Magela 30
COSTA, Heloisa Soares de Moura 28, 271
COSTA, Igor Sporch 34
COSTA, Márcia H. B. C. 180
COSTA, Marco Aurélio 34, 93
COSTA, Maria Angélica Maciel 147
COSTA, Maria de Lourdes P. M. 28, 206
COSTA, Nuno Marques da 94
COSTA, Phillipe Cunha da 201
COSTA, Thaysa Taianne Belo 283
COSTA, Xico 32
COTINGUIBA, Geraldo Castro 199
COTINGUIBA, Marília Pimentel 199
COURA, Livia Maria de Souza Almeida 165
CREVELS, Eric 180
CRUZ, José Luis Vianna da 71
CRUZ, Mariana de Moura 29, 271
CUAMBE, Inês Selça dos Santos 53
CUNHA, Débora Ferreira da 94
CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes 311
CUNHA, José Marcos Pinto da 97
CUNHA, Rodrigo Procópio 168
CZYTAJLO, Natalia Paola 177

D

DAIBERT, André Barcelos Damasceno 222
D'ALMEIDA, Carolina Heldt 30
DAMIÃO, Sylvia Regina Rodrigues 265
D'ANGELIS Taís Silva Rocha 228
DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz 146
DAVEL, Eduardo Paes Barreto 202
DEMÉTRIO, Natália Belmonte 58
DENALDI, Rosana 29
DETONI, Luana Pavan 216
DIAS, Juliana Michaello M. 33, 218
DIAS, Robson Santos 70
DIEB, Marília de Azevedo 244
DINIZ, Alexandre Magno Alves 97

DINIZ, Amanda Pereira de Oliveira 67
DINIZ, Clelio Campolina 24
DINIZ, Fabiano Rocha 36
DINIZ, Jeferson Domingues 167
DINIZ, Sibelle 215
DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira 28, 44
DOMINGUES, Luis Carlos Soares Madeira 29
D'OTTAVIANO, Camila 24
DUARTE Luciano 79
DULTRA, Fabiana 24

E

EGLER Tamara 206, 300
ELIAS, Denise 51
EMILIANO, Elisamara de Oliveira 155
EMPINOTTI, Vanessa Lucena 133
ERTHAL, Ludmila Pacheco 259
ESPINOZA, Hernan 29
ESPINOZA, José C. Huapaya 32, 238
EUSTÓRGIO, Luís 31

F

FALCÃO, Kamila 142
FARIA, Daniela 277
FARIA, José Ricardo Vargas de 283
FARIA, Marjorie Prado Junqueira de 200
FARIA, Rodrigo de 32
FARIAS, José Almir 305
FARIAS, Luiz Antônio Chaves de 97
FAUSTINO, Raphael Brito 111
FAVARÃO, César Buno 34, 93
FAVARETO, Arilson 78
FAYAD, Karime 293, 303
FEIJÃO, Antônio da Justa 165
FEITOSA, Flávia da Fonseca 261
FELDMAN, Sarah 231
FELINTO, Huani Quintanilha 312
FERNANDES, Ana Cristina de A. 25, 63
FERNANDES, Danaê 253

FERNANDES, Edésio 35
FERNANDES, Patrícia Capanema Álvares 227
FERNANDES, Thalyta 315
FERRACINI, Kelly 87
FERRARI, Camila 32, 184
FERREIRA, Angela Lúcia 245
FERREIRA, Glenda Dantas 164, 283
FERREIRA, José Francisco de Carvalho 165
FERREIRA, José Gomes 150
FERREIRA, Karen 276
FERREIRA, Lara 171
FERREIRA, Mauro 83
FERREIRA, Paulo Emílio 26
FERREIRA, Ricardo 34
FERREIRA, Simone Dias 165
FERREIRA, Ulisses Carlos Silva 254
FICHER, Sylvia 226
FIGUEIREDO, Fábio Fonseca 150
FILARDO, Angelo 26
FIORAVANTI, Lívia Maschio 157
FIRMINO, Rodrigo 31
FISCHER, Luca 209
FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha 35
FIZSON, Maria 298
FIX, Mariana 37, 159
FONSECA, Diego 109
FONSECA, Maria de Lourdes Pereira 167
FRANÇA, Luciano 207
FRANÇA, Sarah Lúcia Alves 28
FRANZONI, Júlia Ávila 28, 280
FREIRE, Eloísa Helena 137, 318
FREITAS, Ana Paula de Oliveira 312
FREITAS, Clarissa F. Sampaio 296
FREITAS, Daniel Medeiros de 28, 108
FRIDMAN, Fania 232, 239
FRÓES, Ana Claudia Stangarlin 283
FRUGOLI Jr., Heitor 35
FUGII, Gabriel Massao 149
FUKUMOTO, Marina Midori 36
FURIGO, Renata de Faria Rocha 150
FURQUIM, Késsio Guerreiro 200

G

GADDA, Tatiana Maria Cecy 143
GADENS, Letícia Nerone 123
GALERA, Izabella 244
GALERA, Raquel Alfieri 317
GALLART, Romain 308
GALLEGO, Consuelo A. Gonçalves 185
GALLO, Fabricio 75, 193
GALLOIS, Catherine J. S. 301
GALVANESE, Carolina 78
GARCIA, Carolina Gallo 209
GARCIA, Paula M. Brasil 244
GASPARDO, Murilo 83
GASPAR, Floriana de Fátima 223
GENNARI, Luciana Alem 232
GÓES, Eda Maria 43
GOES, Fernanda 113
GOÍS, Rodolfo Anderson Damasceno 99
GOMES, Bruno Silva de Moraes 146
GOMES, Cilene 99
GOMES Jr., Evaldo 28, 52
GOMES, Patrícia Silva 92
GOMES, Ramonildes Alves 36
GONÇALVES, Ana Paula Vasconcelos 182
GONÇALVES, Fábio Mariz 76
GONÇALVES, Raquel Garcia 280, 281
GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot 148
GONÇALVES, Viviana Pereira 172
GONSALES, Talita Anzei 292
GORSODORF, Leandro F. 33
GOULART, Jefferson O. 66
GOUVEIA, Andreza Garcia de 148
GRABOIS, Juan 21, 24
GRAPPI, Leticia 238
GREGOLETTO, Débora 120
GRISA, Gabriela Fernanda 142
GUERREIRO, Isadora de Andrade 28, 114
GUILHEN, Adriana Jesus 156
GUIMARÃES, Irene M. S. dos Santos 181
GUIMARÃES, Paula 28
GUIMARÃES, Virginia Totti 138

H

HECK, Marcelo Arioli 203
HEIDTMANN Jr., Douglas Emerson Deicke 323
HELD, Natália 123
HENRIQUE, Raquel 138
HIRYE, Mayumi Cursino de Moura 267
HISSA, Marina 105
HOLANDA, Breno 104
HOLANDA, Frederico de 263
HOLLER, Larissa 207
HOSHINO, Thiago A. P. 33

I

ICHIMURA, Misako 37
INEICHEIN, Julien 308
INO, Akemi 30
IZAGA, Fabiana 124

J

JACQUES, Paola Berenstein 29, 35
JAENISCH, Samuel Thomas 155
JANSEN, Giane Roberta 147
JOHNSSON, Rosa Maria Formiga- 148

K

KANASHIRO, Milena 253
KAPP, Silke 30, 314
KLEEB, Suzana 78
KLINK, Jeroen 31
KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti 154
KNEIB, Érika Cristine 256
KONRATH, Germana 210
KRAEMER, Carlos Frederico Bom 80
KRAFTA, Romulo 250, 255
KRAUSE, Cleandro 232
KRAUS, Lalita 290
KUSTER, Eliana 35, 197
KUX, Hermann Johann Heinrich 267

L

LACERDA, Larissa 174
 LACERDA, Norma 31, 64
 LAGANA, Maria Fernanda 178
 LAGO, Luciana 21, 26
 LAHORGUE, Mario Leal 118
 LANGÜÉNS, João 31
 LAY, Maria Cristina Dias 167
 LEAL, Sarah Floresta 88
 LEAL, Suely Maria Ribeiro 31
 LEÃO, Monique Bentes M. S. 180, 211
 LEDO, Gabriella 236
 LEGROUX, Jean 109
 LEITÃO, Karina 26
 LEMOS, Letícia Lindenberg 106
 LEONELLI, Gisela Cunha Viana 100
 LERSCH, Inês Martina 309
 LESSA, Lucas Golignac 321
 LIMA, Alberto Patrick 180
 LIMA, Carlos Henrique Magalhães de 191, 273, 274, 335
 LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos 26, 313
 LIMA, Cristina de Araújo 123
 LIMA, Daniela de Freitas 146
 LIMA, Huda Andrade Silva de 158
 LIMA, Hudynne Helena Guimarães 134
 LIMA, Jessica Helena de 251, 253
 LIMA, João Donizete 266
 LIMA, José Júlio Ferreira 117, 180
 LIMA, Junia Maria Ferrari de 302, 312
 LIMA, Juscelino Gomes 45
 LIMA, Márcia Azevedo de 167
 LIMA, Maria Lucia Cavendish Cavalcanti 175
 LIMA, Mariana Costa 304
 LIMA, Patrick Moraes de 318
 LIMA, Pedro Henrique Barbosa Muniz 105
 LIMA, Rafael Negreiros Dantas de 103
 LIMA, Rejjane de Souza 210
 LIMA, Vinícius Luz de 265
 LIMONAD, Ester 30
 LINS, Regina 26
 LISBOA, Flávia Seixas 261

LODDI, Laila Beatriz da Rocha 29
 LOPES, João Marcos de Almeida 30
 LOPES, Marcela Silvano Brandão 29
 LOPES, Marina Vasarini 318
 LOPES, Mathews Vichr 320
 LÓPEZ, Lisett Márquez 42
 LOSEKANN, Cristiana 28
 LOURENÇO, Tiago Castelo Branco 30, 314
 LOUZADA, Marcelle 33
 LUCAS, Edinaro Rodrigues 166
 LUCCA, Elis 46
 LUFT, Rosangela Marina 33, 34
 LUZ, Ana Paula Ferreira 294

M

MACARINI, João Vitor 123
 MACEDO, Fernando César de 33
 MAGALHÃES, Alex Ferreira 29, 35
 MAGALHÃES, Clarissa 81
 MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho 37
 MAIA, Lorene Monteiro 73
 MALLAK, Fernanda Kagan 292
 MARASCHIN, Clarice 254
 MARCHI, Marcio 85
 MARGUTI, Bárbara Oliveira 34, 93
 MARICATO, Erminia 22, 24
 MARINHO, Marla Jéssica 100
 MARINO, Aluízio 284
 MARINO, Carlos Eduardo Collet 235
 MARINO, Filipe 73
 MARQUES, Gabriela 168
 MARQUES, Monique Sanches 28, 137
 MARQUEZ, Renata Moreira 32
 MARRETI, Thales 229
 MARTINS, Flávia E. S. 31
 MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues 30
 MARTINS, Paula Dieb 244
 MARTINS, Pedro 289, 299
 MARX Janaína 29
 MARZULO, Eber Pires 33, 203

- MASCARENHAS, Gilmar 37
 MATOS, Camila 190
 MATTHES, Daniela 201
 MATTOS, Frederico Maranhão de 226
 MATUBARA, Alexia Kaori 183
 MAYER, Joviano 30
 MAZIVIERO, Maria Carolina 192
 MEDEIROS, Camila Bezerra Nobre de 131
 MEDEIROS, Clara Lua Silva 72
 MEDEIROS, Mariana 277
 MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de 185
 MEIRA, Jeronimo Paulo da C. P. de 248
 MEIRELES, Eduardo 156
 MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de 315
 MELLO, Joana 26
 MELLO, Thaysa Malaquias de 201
 MELO, Ana Carolina C. de 56
 MELO, Cintia de Freitas 180
 MENCIO, Mariana 66
 MENDES Jr., Walcler de Lima 33, 218
 MENDONÇA, Bruno Ragi Eis de 201
 MENDONÇA, Fernanda Antônia Fontes 256
 MENDONÇA, Jupira Gomes de 97
 MENDONÇA, Pedro Henrique Rezende 108, 119
 MENEZES, Cícero 196
 MENEZES, Tassia Regino 36
 MESQUITA, Fernando Campos 48
 MEYER, Luis Fernando Villaç 76
 MEZA, Maria Lucia Figueiredo Gomes de 63
 MICELI, Vitor Soares 318
 MICHELOTTI, Fernando 21
 MIGLIOLI, Aline Marcondes 161
 MILANEZ, Bruno 28
 MILANO, Giovanna B. 33
 MILFONT, Magna Lícia Barros 36
 MINTO, Fernando Cesar Negrini 32, 312
 MIOTO, Beatriz Tamaso 156
 MIOZZO, Vinicius Luigi 86
 MIRANDA, Clara Luiza 29
 MIRANDA, Felipe Villela de 291
 MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de 145
 MIRANDA, Paula Menezes Salles de 171
 MOG, William 207
 MOL, Natalia Aguiar 65
 MOMM, Sandra 142
 MONAYAR, Virginia 177
 MONTEIRO, Circe Maria Gama 36
 MONTEIRO, Fabiana Alves 160
 MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos 111
 MONTEIRO Jr., Jorge 67
 MONTEIRO NETO, Aristides 33
 MONTEIRO, Poliana 277
 MONTE-MÓR, Roberto Luís 30, 36
 MORADO, Denise 26, 32
 MORAES, Demóstenes 32, 182
 MORAES, Fernanda Borges de 88
 MORAES, Ivo 298
 MORAES, Lúcia Maria 151
 MORAES, Sergio Torres 55
 MORAIS, Ana Cristina S. 324
 MORA, Pablo Coquillat 256
 MOREIRA, Felipe de Freitas 177
 MOREIRA, Fernanda Accioly 81
 MOREIRA, Maria Clara 298
 MOREIRA, Mariana Valicente 250
 MOREIRA, Pedro Fonseca 292
 MOREIRA, Renata Eloah Aguiar 322
 MOREIRA, Renata Maria Pinto 143, 259
 MORENO, Eloisa Vargas 212
 MORETTI, Julia Azevedo 181
 MORETTI, Ricardo 26
 MOROSO, Karla 316
 MORTIMER, Junia Cambraia 32
 MOTA, Juliana Barros da 212
 MOTOMURA, Monica 253
 MOTTA, Eduardo Marchetti Pereira Leão da 127, 176
 MOURA, Geraldo José Calmon de 75
 MOURA, Rafael Costa de 121
 MOURA, Rosa 33
 MÜHLE, Bárbara 320
 MYSZCZUK, Ana Paula 305

N

NABACK, Clarissa Pires de Almeida 138
NABUCO, Ana Luiza 109
NASCENTES, Maria Cristina Cabral 228
NASCIMENTO, Denise Morado 108
NASCIMENTO, Durbens Martins 35
NASCIMENTO, Nilo de Oliveira 36
NASCIMENTO, Roberto 25
NASCIUTTI, Luiza 277
NEGREIROS, Rovena 25
NEGRELOS, Eulalia Portela 32
NETTO, Vinicius M. 298
NEVES Bernardo 36
NIZZA, Juliana Lamego Balbino 67
NOBRE, Eduardo 37
NOGUEIRA, Fernando Rocha 260
NOGUEIRA, Mara 112
NOGUEIRA, Sandra M. A. 137
NORBERTO, Tamyse Campos Bueno 162
NOVAES, Henrique T. 21
NUNES, Erivelton de Sousa 57
NUNES, Jayne 242
NUNES, Thiago Calsa 112

O

OLIVEIRA, André Gustavo 249
OLIVEIRA, Arlindo Teixeira de 63
OLIVEIRA, Beatriz Mendes de 134
OLIVEIRA, Clarice Misoczky de 109, 309
OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de 289
OLIVEIRA, Fabrício Leal de 24, 30
OLIVEIRA, Francisco Henrique de 311
OLIVEIRA, Giovana Paiva de 234
OLIVEIRA, Isadora Fernandes Borges de 124
OLIVEIRA Jr., Wenceslao Machado de 33
OLIVEIRA, Laís Grossi de 312
OLIVEIRA, Luciano Benini de 210
OLIVEIRA, Maria Claudia de 265
OLIVEIRA, Melissa Ronconi de 159
OLIVEIRA, Patrícia Dalmina de 55

OLIVEIRA, Washington Candido de 122
ORELLANA, Arturo 20
OSORIO, Jaime 20
OTERO, Estevam Vanale 158

P

PACHECO, Carlos Américo 25
PAIVA, Ricardo Alexandre 44
PAOLINELLI, Marina Sanders 174
PAPALI, Frederico 195
PARDO, Mariana Ribeiro 309
PARRA, Adriano 282
PASQUALETTO, Antônio 151
PASSARELLI, Silvia Helena 200
PASSOS, William Souza 71
PAULANI, Leda 37
PAZ, Rosangela D. O. 26
PAZ, Thaís Yane Kegler 102
PECHMAN, Robert 35
PEIXOTO, Elane Ribeiro 194
PELUSO, Marília Luiza 122
PENALVA, Angela 34
PENHA FILHO, Carlos Alberto 156
PEQUENO, Renato 26, 28
PERA, Caroline Krobath Luz 95
PEREIRA, Alvaro 31
PEREIRA, Cláudio Smalley Soares 126
PEREIRA, Isabel Martin 28, 119
PEREIRA, Ives da Silva Duque 197
PEREIRA Jr., Edilson 54
PEREIRA, Paulo Cesar Xavier 28, 33
PEREIRA, Rafael Borges 30
PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves 151
PERES, Janaina Lopes Pereira 194
PERES, Renata Bovo 131
PESCATORI, Carolina 120, 225
PETERSON, Voltaire Alvarado 33
PETROCINO, Lucas Piaia 163
PICCININI, Livia Salomão 316
PIMENTA, Marília 29, 277

PINA, Sílvia A. Mikami G. 172
PINHEIRO, Juliana de Kássia Siqueira 315
PINHEIRO, Valéria 36, 321
PINHO, Carolina Moutinho Duque de 262
PINHO, Fernando Augusto Souza 35, 205
PINHO, Hortensia Gomes 295
PINTO, Bernardo Marques Azevedo de Souza 112
PINTO, Lucas Guimarães 203
POLIDORI, Maurício Couto 262
POLLÍ, Simone Aparecida 283
POLUCHA, Ricardo Serraglio 102
PONTE, Juliano Pamplona Ximenes 31
PONTES, Louise Barbalho 69
PORTO, Jadson Luís Rebelo 49
PORTO, Leonardo Rodrigues 46
PORTUGAL, Rodrigo 68
POZZO, Renata Rogowski 233
PRESSER, Víctor de Almeida 320, 324
PRESTES, Márcia Ferreira 178
PRUDENTE, Arthur Nasciutti 33

Q

QUEIROGA, Eugenio Fernandes 134
QUEIROZ, Silvana Nunes de 57, 93
QUINTSLR, Suyá 149

R

RAINHO, Felipe 224
RAMBO, Gabriela Carolina Dreyer 233
RAMOS, Diná Andrade Lima 80
RAMOS, Gabriel Teixeira 194
RAMOS, Marina Bezerril Régis 316
RANDOLPH, Rainer 20, 30
REIS, Antônio Tarcísio 135
REIS, Nestor Goulart 28
RENA, Natacha 29, 36
REYES, Paulo Edison Belo 210
REZENDE, Denis Alcides 258
REZENDE, Vera Lucia F. M. 226

RIBEIRO, Andreza Portella 267
RIBEIRO, Bárbara Maria Giacom 254, 309
RIBEIRO, Bruna 174
RIBEIRO, Sergio Silva 258
RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo 35
RIOS FILHO, Jorge Ney Valois 127
RIZEK, Cibele 21
ROCHA, Danielle de Melo 36
ROCHA, Eduardo 216, 217
ROCHA, Heliana F. Mettig 295
ROCHA, Isa de Oliveira 62, 299
ROCHA, Josielle Cíntia de Souza 206
ROCHA, Luis Renato Nogueira da 179
RODRIGUES, Ana Cabral 33
RODRIGUES, Juciano Martins 73
RODRIGUES, Luis Carlos Freitas 85
RODRIGUES, Roberta Menezes 29, 31
RODRIGUES Rute Imanishi 179
ROLNIK, Raquel 22, 30, 36
ROLO, Daniella Aparecida de Mattos de Oliveira 267
ROMEIRO, Juliana 141
ROMEIRO, Paulo Somlanyi 106
RONCONI, Reginaldo 32
ROSANELI, Alessandro Filla 98
ROSA, Sara Vieira 28, 104
ROSA, Thaís Troncon 30, 35
ROVATI, João 20, 24, 26
ROY, Ananya 22
ROYER, Luciana de Oliveira 26, 37
RUFINO, Beatriz Cruz 26, 33

S

SAIDLER, Marcos Felipe Sudré 213, 240
SALES, John Max Santos 203
SALOMÃO, Thaís Mariano Nassif 301
SALOMÃO, Valderson 75
SAMPAIO, Andréa da Rosa 310
SAMPAIO, Daniel Pereira 48
SAMPAIO, Sanane Santos 223
SANCHES, Nanashara D'Ávila 173

- SÁNCHEZ, Fernanda 37
 SANFELICI, Daniel de Mello 31, 37
 SANTORO, Paula Freire 28
 SANTOS, Alexandre Pereira 262
 SANTOS, Aretha de Azevedo Claudiano dos 112
 SANTOS, Caroline Gonçalves dos 43, 168
 SANTOS, Cesar Ricardo Simoni 31
 SANTOS, Fabiana Pimentel 202
 SANTOS, Jonatas Mendonça dos 111
 SANTOS Jr., Antonio Avelardo Filgueira dos 226
 SANTOS Jr., Marcelo Augusto dos 31
 SANTOS Jr., Orlando Alves dos 28, 174
 SANTOS Jr., Wilson Ribeiro dos 279
 SANTOS, Leticia Costa de Oliveira 143
 SANTOS, Myrian Silvana da S. C. Ataíde dos 35
 SANTOS, Nathaly Cardoso 162
 SANTOS, Priscila Gonçalves 219
 SANTOS, Raphael Bischof dos 35, 181
 SANTOS, Roberto Eustaaquio dos 314
 SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos 29
 SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos 28
 SANTOS, Samuel Steiner dos 29
 SANTOYO, Alain Hernandez 149
 SARAIVA, Ágar Camila Mendes 292
 SCHAFASCHEK, Maria Clara lura 86
 SCHEIBE, Aline Cristiane 58
 SCHIAVON, Taís 243, 252
 SCHICCHI, Maria Cristina da Silva 230
 SCHVARSBURG, Gabriel 278
 SCHVARSTZHAUPT, Cristiane Cassol 135
 SCIOTA, Alessandra Argenton 264
 SCOTTO, Gabriela 197
 SELDIN, Claudia 218, 236
 SEO, He Nem Kim 100
 SHISHITO, Anderson Akio 193
 SIEBERT, Claudia 144
 SIERRA, Jamil Cabral 35
 SÍGOLO, Letícia Moreira 121
 SILVA, Adielson Pereira da 245
 Silva, Adriana M. Bernardes da 32
 SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da 302
 SILVA, Ana Flávia Costa da 186
 SILVA, Carla Craice da 52
 SILVA, Caroline Medeiros Rodrigues e 204
 SILVA, Catia Antonia da 32
 SILVA, Christian Luiz da 149
 SILVA, Diogo Jordão 72
 SILVA, Douglas de Almeida 274
 SILVA, Edson Luiz Bortoluzzi da 250
 SILVA, Eduarda Beatriz Valandro da 216
 SILVA, Fabiano Lopez 31
 SILVA, Fernanda Costa da 203
 SILVA, Gleyther Robson da 276
 SILVA, Guilherme Frizzi Galdino da 262
 SILVA, Gustavo Resgala 214
 SILVA, Isabela Maciel de Sousa 253
 SILVA, João Gomes da 57
 SILVA, João Gomes Da 93
 SILVA, Jonathas Magalhães P. da 26, 185
 SILVA, Késia Anastácio Alves da 97
 SILVA, Laira Cristina da 266
 SILVA, Lúcia 241
 SILVA, Madianita Nunes da 177
 SILVA, Marcelle Borges Lemes da 106
 SILVA, Marcelo Werner da 72
 SILVA, Marcos Virgílio da 198
 SILVA, Margarete Maria de Araújo 314
 SILVA, Marilda Checucci Gonçalves da 201
 SILVA, Matheus Maramaldo Andrade 266
 SILVA, Michelle Nascimento da 297
 SILVA, Mônica Máximo da 86
 SILVA, Natália Alves da 277
 SILVA NETO, Manoel Lemes da 32
 SILVA, Roberto Carlos Evencio de Oliveira da 299
 SILVA, Silvana Cristina da 49, 72
 SILVA, Simone Affonso da 68
 SILVEIRA, Raquel Maria da Costa 283
 SILVESTRE, Gabriel 115
 SILVESTRE, Helena 24
 SIMÃO, Karina Machado de Castro 280
 SIMONINI, Yuri 245
 SIQUEIRA, Lúcia de Andrade 35

SOARES, Emerson José 63
SOARES, Felipe Bernardo Furtado 33
SOARES, Paulo Roberto Rodrigues 173
SOCOLOFF, Ivana 31, 33
SORRI, Elina 143
SOSA, María Florencia 290, 312
SOUKI, Léa Guimarães 238
SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de 318
SOUSA, Lucas Gomes de 69
SOUTO, Lucas Valente 146
SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de 99
SOUZA, Amanda Paulista de 100
SOUZA, Angela Maria Gordilho 30, 319
SOUZA, Celia Ferraz de 70
SOUZA, Flávio A. Miranda de 43
SOUZA, Juliana Lombard 254
SOUZA, Leonardo Andrade 36
SOUZA, Marcos Barcellos de 37
SOUZA, Roberto Fontes de 241
SOUZA, Sergio Magno Carvalho de 50, 96
SOUZA, Tatiana Ribeiro de 28
SPINELLI, Fabiana Braun 58
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão 28
STALOCH, Rubens 299
STEIGLEDER, Annelise Monteiro 215
SZANIECKI, Barbara 192

T

TANAKA, Giselle 293
TÂNGARI, Vera Regina 250
TAVARES, Gabriela 28
TAVARES, Hiago 257
TAVARES, Jeferson 224
TAVARES, Ricarda Lucilia Domingues 176
TAVARES, Rossana Brandão 293
TAVARES, Sara Rebello 34
TEIXEIRA, Alex Volnei 258
TERCI, Eliana Tadeu 77
THEIS, Ivo Marcos 114
TIBO, Geruza Lustosa de Andrade 170

TIBOLA, Talita 192
TISCHER, Wellington 62
TOCHETTO, Daniel 70
TOLEDO, Julieta de 323
TOLOTTI, Adriana Flach 164
TOMOYOSE, Evelyn Harumi 324
TONINI, Adriana 25
TONIN, Vitor Hugo 28
TONUCCI FILHO, João B. M. 271
TOPPAN, Ricardo Nagliati 288
TORRENS, Luiza Alberti 86
TORRES, Joseph Estrela Rodrigues 305
TOSTES, José Alberto 165
TOVAR, Carlos Alberto Torres 103
TRAUB, Andrea 305
TRAVASSOS, Luciana 133, 142
TREUKE, Stephan 186
TREVISAN, Ricardo 226
TRINDADE, Filipe Mateus Lima Guimarães 296

U

ULTRAMARI, Clovis 299

V

VAINER, Carlos 22, 24, 30
VALE, Michel Hoog Chaui do 84
VALENÇA, Márcio M. 22
VALÉRIO FILHO, Mário 53
VALLÉS, Raúl 21
VANNUCHI, Luanda Villas Boas 36, 272
VASQUES, Pedro Henrique 34
VAZ, Lilian Fessler 218
VAZ, Nelson Popini 55
VAZQUEZ, Felipe Ferraz 52
VELASQUES, Ana Beatriz Araujo 226
VELLOSO, Rita 32
VENTURA, Liana 192
VENTURA NETO, Raul 117
VERAS, Francisco Fábio Montenegro 321

VIANNA, Paula Vilhena Carnevale 195
VICENTE, Paula Martins 313
VICTORIA, Flavio Rene 34
VIDAL-KOPPMNN, Sonia 96
VIEIRA, Rafaela 147
VILLELA, Lamounier Erthal 80
VIOLANTE NETO, Edison 296
VIRGA, Thais 47
VIRGENS, Silvia Catarina Araújo das 127
VITTE, Claudete de Castro Silva 140
VIVO, Isabel Samaia De 318

W

WAGNER, Raúl 20
WALDVOGEL, Alana Silva 194
WEHBA, Cristina 118
WEINS, Niklas Werner 143
WERNECK, Mariana da G. e S. 107, 174
WESZ, Josana Gabriele Bolzan 173
WIECK, Carlos Perondi 74
WIESE, Ricardo Socas 216, 321

Y

YAMAGUTI, Rosana 100
YIFTACHEL, Oren 22

Z

ZANETTE, Felipe Rabaioli 118
ZANETTI, Valéria 195
ZANIN, Nauíra Zanardo 29
ZANOLI, Fabrício O. 275
ZANON, Elisa 253
ZECHIN, Patrick 263
ZIMERMANN, Giovana 35
ZIMERMANN, Karine Grasel 216
ZIN, Joana Pinotti 216
ZIONI, Silvana 66



ISBN 93 8769-10-1



9 788580 891041